

A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

NAHUEL MORENO

Obras do autor publicadas

A Ditadura revolucionária do proletariado
As revoluções do século XX
Lógica marxista e ciências modernas
O Partido e a revolução
Os Governos de frente popular na história
Teses para atualização do Programa de Transição

Textos do autor publicados em coletâneas

Teoria e organização do partido

Outras publicações

Conversando com Moreno

A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

NAHUEL MORENO



São Paulo, 2007



©2007, Editora Sundermann

A editora autoriza a reprodução de partes deste livro para fins acadêmicos e/ou de divulgação eletrônica, desde que mencionada a fonte.

Supervisão editorial: Fernando Ferrone e João Ricardo Soares

Produção editorial: Fernando Ferrone

Tradução: Paula Maffei

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Kit Gaion

Revisão dos originais: Marcos Margarido

Revisão final: Théo Pacheco

Dados internacionais de catalogação (CIP) elaborados na fonte
por Iraci Borges - CRB 8 2263

Moreno, Nahuel (1924-1987)

A Ditadura revolucionária do proletariado. Traduzido por Paula Maffei. São Paulo, Editora Sundermann, 2007.

ISBN 978-85-99156-15-5

1. Ditadura do proletariado. 2. Revolução social - teoria. 3. Luta de classes.
I. Título. II Maffei, Paula, trad.

CDD-320

Índice para catálogo sistemático

Ditadura do proletariado. Revolução social - teoria. Revolução socialista. Luta de classes

Este livro é a tradução da primeira edição em castelhano de La dictadura revolucionária del proletariado, publicado sob os auspícios do Partido Socialista de los Trabajadores da Colômbia, em 1979, em Bogotá. Há uma segunda edição inalterada, em 1986, realizada pela Editorial Kappa. Por motivos de segurança, ambas foram assinadas com o pseudônimo Darioush Karim.



Editora Sundermann é marca fantasia da Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

Rua Matias Aires, 78 • 01309-020 • Consolação • São Paulo • Brasil
+55 -11 3253 5801 (tel) • +55 -11 3289 8097 (fax)
vendas@editorasundermann.com.br • www.editorasundermann.com.br



Esta edição homenageia Nahuel Moreno
no vigésimo ano de seu falecimento.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA, 09

“De um arranhão ao perigo da gangrena”, **13**. Ditadura do proletariado e marxismo, **16**. Duas interpretações sobre a natureza da burocracia, **22**. Conseqüências deste debate teórico, **27**. Burocracia e restauração do capitalismo, **30**. Uma interpretação unilateral de Trotsky, **35**. Conclusão, **38**.

PRÓLOGO À EDIÇÃO DE 1986, 41

Eurocomunismo: progressivo ou reacionário?, **41**. “Eurotrotskismo” mandelista, **42**. Luta de classes e liberdades democráticas, **43**. Normas programáticas e luta de classes, **44**.

APRESENTAÇÃO, 47

INTRODUÇÃO, 51

UM PROGRAMA DE “LIBERDADE POLÍTICA ILIMITADA” PARA O XÁ, OU UM PROGRAMA PARA ESMAGÁ-LO SEM MISERICÓRDIA?, 67

Liberdades totais e absolutas para os contra-revolucionários e seus partidos, **68**. Uma guerra civil submetida a um código penal rigoroso e ultraliberal, **70**. O Terror vermelho, **73**. Que fizeram os líderes das outras grandes revoluções?, **78**. O SU será conseqüente? Lutará a favor da “liberdade política ilimitada” para o xá, Pinochet e Somoza?, **80**. Um exemplo que esclarece tudo, **83**. Mobilização operária contra a reação capitalista: uma contradição insolúvel para a “ditadura” do SU, **85**.

MESSIANISMO EUROCÊNTRICO: A CONTRA-REVOLUÇÃO SE DISSIPA, 93

Só vantagens para Europa, **93**. Da luta armada, em todos os tempos e lugares, a um semipacifismo, **99**. Uma escolha infeliz de Mandel: o exemplo chileno, **104**. Cuba desmente o otimismo irresponsável do SU, **107**. A contra-revolução imperialista e o perigo da restauração capitalista, **110**.





DEMOCRACIA BURGUESA OU DEMOCRACIA OPERÁRIA, 117

Dois conceitos da democracia e liberdades operárias, **117**. A China de Jiang Jiesh e a de Mao: iguais em democracia proletária?, **121**. Uma ditadura sem obrigações e sem uma férrea disciplina?, **124**. Trotsky refere-se aos sindicatos ingleses, **126**. Um programa democrático-burguês, **130**. Nossa posição: conceder aquelas liberdades que ajudem a consolidar e desenvolver a revolução socialista e a ditadura revolucionária, **132**. Trotsky sobre a liberdade de imprensa, **135**. Trotsky liquida a discussão, **137**. Democracia burguesa e democracia operária na revolução européia, **139**. Democracia imperialista e democracia colonial, **143**.

QUEM TOMA O PODER E PARA QUÊ?, 147

Normas e instituições *versus* mobilização permanente, **147**. O Estado: instituição de instituições, **151**. Relação entre o partido e as outras instituições, **153**. Papel do partido na revolução e ditadura operária, **157**. Um modelo neo-reformista, **163**. Ditadura revolucionária e mobilização permanente, **165**. Futuro dos soviets e dos partidos, **168**.

FETICHISMO SOVIÉTICO, 175

Soviets: um “princípio” organizativo?, **175**. O que devem ser os soviets?, **177**. Trotsky e o futuro dos soviets na URSS, **183**. Soviets e Comuna de Paris segundo Trotsky, **185**.

PAPEL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E DA IV INTERNACIONAL, 191

O que os partidos políticos representam?, **191**. Dois tipos de partidos operários, **194**. Unipartidarismo ou pluripartidarismo soviético: uma vez mais o papel do partido revolucionário, **199**. Uma revisão do programa trotskista para a URSS, **204**. O futuro do partido revolucionário e a luta contra sua burocratização, **207**. Papel da IV Internacional, **210**.





UMA SUPOSTA AUTOCRÍTICA DE TROTSKY, 213

Mandel interpreta Trotsky, **213**. Os mencheviques tinham razão?, **215**. O fatídico ano de 1921, **217**. Posição de Trotsky no começo da luta contra o stalinismo, **219**. Trotsky continua defendendo suas posições, **221**. Suposta autocrítica de Trotsky, **223**. Posição teórica de Trotsky, **226**.

O QUE É A DITADURA DO PROLETARIADO?, 229

Uma definição normativa e antediluviana, **229**. URSS e China são ditaduras proletárias?, **230**. A única definição correta: superestrutura estatal de uma economia de transição ou dos Estados operários, **232**. As duas ditaduras proletárias: a burocrática reformista e a revolucionária, **235**. Novos Estados operários burocratizados, **237**. Governos operários e camponeses, **239**. A defesa das ditaduras proletárias existentes, **242**. Qual deve ser nossa posição ante possíveis guerras entre Estados operários?, **245**.



CONSTRUÇÃO SOCIALISTA NUM SÓ PAÍS OU REVOLUÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL, 249

Stalinismo conseqüente, **249**. Mestres do marxismo e transição ao comunismo, **251**. Porém as coisas aconteceram de outra maneira, **254**. Socialismo num só país ou revolução permanente?, **256**. A ditadura do proletariado se debilita ou se fortalece?, **261**. A análise de Trotsky para a URSS, **264**. O problema do imperialismo, **267**. Nossa análise: há duas etapas da ditadura do proletariado, **271**. Três programas para a etapa de transição do capitalismo ao socialismo, **274**.



TROTSKISMO E TROTSKISMO VULGAR. RESUMO DE NOSSAS DIFERENÇAS, 281

Trotskismo vulgar (algumas considerações teóricas e de método), **281**. Resumo de nossas diferenças, **287**. As sete características essenciais da ditadura revolucionária do proletariado, **294**.



INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Hugo Bressano, ou Nahuel Moreno, fundador da Liga Internacional dos Trabalhadores-IV Internacional (LIT-QI), foi um dos principais dirigentes do movimento trotskista do pós-II Guerra, até o seu falecimento em janeiro de 1987.

Com uma vida inteira dedicada à luta pelo socialismo, Moreno é o autor de uma rica produção teórica e política, dispersa em livros, artigos, documentos. Talvez, entre seus trabalhos, o mais polêmico seja *A Ditadura revolucionária do proletariado* (DRP).

Seu objetivo foi questionar o texto “Democracia socialista e ditadura do proletariado”, escrito por Mandel para o XI Congresso do Secretariado Unificado da IV Internacional (SU).

O debate tem início quando Mandel considera o *eurocomunismo*¹ um *fenômeno* transitório, mas de caráter indefinido².

A tese fundamental defendida por Mandel, ao polemizar com os eurocomunistas – ao definir que estes estabeleciam um sinal

1 Relacionado aos partidos comunistas italiano (PCI), francês (PCF) e espanhol (PCE) quando retiraram de seu programa a palavra de ordem “ditadura do proletariado” e assumiram o compromisso da via parlamentar e pacífica para o socialismo.

2 Antes da publicação da resolução da maioria, Mandel, dirigente do SU, dá uma entrevista à revista catalã *Viejo Topo* em que afirmava: “o eurocomunismo é uma política de transição, ainda que ninguém saiba para onde ou para que [...] pode ser uma transição... a um reencontro com o marxismo revolucionário, com o leninismo...” (nov-dez 1976). Essa entrevista motivou a primeira resposta de Moreno, em forma de uma carta, intitulada “Alertamos contra a capitulação ao ‘eurostalinismo’” publicada em fevereiro de 1977 (*Boletín de polémica internacional*, n. 9, Bogotá).

de igual entre ditadura do proletariado e o regime ditatorial – argumenta que o verdadeiro regime da ditadura do proletariado pratica *liberdades políticas ilimitadas*. E todas as medidas de exceção estarão contidas dentro do marco jurídico do novo regime.³

Assim o foco central da polêmica gira em torno de um eixo: ao transformar-se na classe que detém o poder do Estado, qual é o inimigo mais importante que segue enfrentando? E qual a relação entre democracia e liberdades que o novo Estado estabelece?

Não temos por objetivo nesta introdução antecipar os argumentos de Moreno, cabe-nos tão-somente nesta parte da introdução ressaltar a observação do autor à segunda edição de sua obra que alertava para as interpretações unilaterais de seu trabalho:

Existe uma contradição neste livro, mas uma contradição inevitável a todo revolucionário marxista, entre norma e as necessidades prementes da luta de classes nos momentos mais álgidos, as guerras ou revoluções. Isso nos obriga a tratar de conseguir um equilíbrio dinâmico, difícil de conseguir, entre a realidade da luta revolucionária e nossas normas programáticas, que tendem para a liberdade mais absoluta a todos os homens da Terra.

Mas esta forma relativa entre estratégia (liberdade absoluta) e realidade imediata, (existência da contra-revolução imperialista) tem um ponto de referência absoluto:

...[o] livro trata de mostrar que, apesar de que temos que aplicar as normas programáticas, a lei absoluta é a da luta de classes. Estamos a favor de que as massas revolucionárias façam o que quiserem, que tomem as iniciativas que lhes pareçam adequadas. Este é o princípio absoluto de toda nossa ação política. Que as massas se mobilizem e nessa mobilização, façam o que democraticamente decidirem. Esta é nossa norma fundamental.

³ Cf. Ernest Mandel, *The Dictatorship of the Proletariat and Socialist Democracy*, In. Ernest Mandel Archive [www.ernestmandel.org].

Assim, a autodeterminação das massas em luta é o fio condutor de toda a obra. Esta não cessa com a conquista do poder nacional; ao contrário, ganha uma dimensão superior, na medida em que os inimigos atuarão de todas as formas para a destruição do novo Estado. Para enfrentar o novo desafio, a luta contra o imperialismo, esta ação consciente das massas e de seu Estado somente pode ser levada a cabo tomando o princípio da democracia operária. É, portanto, a condição necessária para que a ação consciente de classe converta-se numa ação revolucionária voltada para o objetivo mais amplo de abrir o caminho para a nova sociedade.

Essa democracia de classe é o princípio que ordena mas não se confunde com o grau de liberdades que a sociedade como um todo pode desfrutar nesta etapa: estas liberdades estarão condicionadas à realidade sob a qual o novo poder estatal luta para se manter. Nossa estratégia, ou norma programática como define Moreno, é a mais “absoluta liberdade para todos os homens da Terra”, mas esta norma deve encontrar um equilíbrio dinâmico com a realidade, a existência do imperialismo que, segundo Moreno, faz com que “toda a dinâmica da revolução mundial tenha mudado, já que a derrota de uma burguesia ou de um sistema capitalista nacional, com toda importância que tem, não significa sua derrota em nível mundial”. E neste sentido a tarefa histórica de derrotar o imperialismo é, em última instância, a principal tarefa da ditadura revolucionária do proletariado, para que a norma se imponha sobre a realidade presente. Este tema nos remete a um debate de fundamental importância nos dias de hoje, o tema da transição ao socialismo.

O século 20 conheceu a expropriação da burguesia em um terço da humanidade, no século 21 constatamos que o capitalismo foi restaurado em todos os ex-Estados operários.

Neste sentido, as conclusões teóricas do significado do stalinismo e da restauração do capitalismo colocaram o marxismo diante de novos desafios teóricos. Mas se o debate com Mandel

tinha a necessidade de abordar temas teórico-políticos e programáticos no interior do marxismo a reedição desta obra corresponde a outras necessidades.

O fim dos Estados operários burocratizados, mal-chamados de “socialismo real”, gerou uma ampla corrente de opinião que passou a negar a teoria-programa da necessidade do proletariado passar pela fase do exercício do poder do Estado, para construir uma sociedade de transição ao socialismo.

O chamado “paradigma do Estado” como define um dos principais representantes desta corrente, nega então a necessidade de que “a revolução significa tomar o poder”.⁴

No outro extremo, e abandonando a necessidade da ação revolucionária, estão os partidos comunistas e movimentos guerrilheiros da América Latina. Em sua ampla maioria seguiram o curso trilhado pelos eurocomunistas do final da década de 1970, passando de “malas e bagagens” a defender a ordem burguesa, convertendo-se, em organizações de caráter parlamentar.⁵

Ainda que situadas em extremos opostos — num pólo, a negação da luta política; noutro, transformando a luta política em mera ação parlamentar —, ambas posições negam a possibilidade

⁴ John Holloway. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo, Viramundo, 2003. O autor utiliza algumas categorias do marxismo (alienação, fetichismo etc) e retoma a tese fundamental do anarquismo: “O paradigma do Estado, isto é, a suposição de que conquistar o poder estatal é o centro para a mudança radical, dominada não apenas pela teoria, mas também pela experiência revolucionária durante a maior parte do século 20 [...] se o paradigma estatal foi o veículo de esperança durante grande parte do século, se converteu cada vez mais no assassino da esperança à medida que esse século avançava. A aparente impossibilidade da revolução no começo do século 21 reflete, na realidade, o fracasso histórico de um conceito particular de revolução, o conceito que identificava revolução com o controle do Estado”. (pp. 24, 25) e acrescenta: “Este é então o desafio revolucionário no começo do século 21: mudar o mundo sem tomar o poder” (p.37) para concluir que: “Como se pode mudar o mundo sem tomar o poder? A resposta é óbvia: não sabemos”. (p. 40).

⁵ Cf. Martín Hernández, “O vendaval oportunista percorre o mundo. Sobre os caminhos da esquerda”. In. *Marxismo vivo*, n. 9.

de superação do capitalismo. Mas a negação da luta pelo poder não foi acompanhada de uma crítica séria ao tema das sociedades de transição na época do imperialismo.

Em Moreno, podemos encontrar uma contribuição fundamental sobre este tema, que pode ser sintetizada no fato de que a realização das tarefas fundamentais do socialismo não encontram solução dentro das fronteiras nacionais.

E neste sentido, as tarefas da ditadura revolucionária do proletariado tomam forma a partir do seu conteúdo fundamental: a mobilização permanente das massas para a destruição do principal obstáculo que tem a humanidade, o imperialismo. Somente a partir de sua destruição podemos falar em transição ao socialismo.

Neste contexto, o balanço sobre os chamados “acontecimentos do Leste”, afetou o movimento trotskista internacional também de uma maneira profunda.

As conclusões principais do movimento trotskista em torno ao significado do stalinismo, o caráter da burocracia, à mecânica do processo de restauração do capitalismo foram fundamentais para a compreensão do lugar que ocupa a ditadura do proletariado no programa do marxismo revolucionário. Nesta conjuntura, o debate com o SU, continuou, mas em outra esfera.

“DE UM ARRANHÃO AO PERIGO DA GANGRENA”

Os debates do XX Congresso do PCF, realizado em fevereiro de 1976, culminaram com a eliminação da ditadura do proletariado do programa deste partido. Na ocasião, o então secretário-geral, George Marchais, declarou:

Estamos em 1976. [...] Atualmente a palavra “ditadura” não corresponde ao que desejamos. Tem um significado insuportável, contrário a nossas aspirações.⁶

⁶ George Marchais, “Liberté et socialisme”, *In. Humanité*, 08/01/1976.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Transcorridos vários anos da declaração de Marchais, ouvimos em 2003 que:

A ditadura do proletariado está tão marcada hoje por uma tal significação histórica, marcada pela rejeição das formas de democracia política que nos é impossível apresentar nossas concepções de poder dos trabalhadores ou da democracia socialista com o regime de ditadura do proletariado. Sem contar que depois de toda a experiência histórica do século 20, a palavra “ditadura”, com ou sem adjetivos, foi abominada. Em primeiro lugar por nós mesmos.⁷

A semelhança do conteúdo das duas declarações não nos pareceria estranho, senão pelas origens tão díspares dos seus protagonistas. Passados os anos, quem confere razão a Marchais é François Olivier, dirigente da Liga Comunista Revolucionária (LCR) da França, principal seção do SU.

Segundo Olivier, estaríamos diante de um debate sobre a aceitação de uma palavra, não poderíamos expressar o projeto de poder do proletariado a partir deste termo. Porém, na verdade, nossa discussão com o SU não é de filologia, mas programática. E ela inicia a partir da confusão deliberada, do amálgama, feito por Oliver entre Estado e regime.

Todo marxista reconhece que qualquer Estado é uma ditadura de classe. Numa outra esfera, que nada mais é do que a forma de governo, está o regime, ou a articulação das instituições que governam.

Olivier se refere a um “regime da ditadura do proletariado” algo completamente alheio à tradição teórica do trotskismo, que conheceu na Rússia dois regimes distintos e opostos: a *democracia operária* e o regime da burocracia stalinista, que

⁷ François Olivier, “Nouveaux status de la LCR, et la dictature du prolétariat?”, *In. Rouge*, n. 2040, 20/11/2003.



foi um regime ditatorial contra o proletariado.⁸

Mas esta confusão deliberada, que também foi propositalmente realizada pelos *eurocomunistas*, tinha um objetivo político preciso: fora uma troca de amo, a ditadura da burocracia nos Estados operários pela ditadura da burguesia dos países imperialistas.

Vejamos como Olivier continua sua justificativa “teórica”:

[...] Nosso projeto? O socialismo autogestionário, a democracia sem limites, o poder dos trabalhadores e das trabalhadoras, da imensa maioria da população contra a ditadura dos acionistas.⁹

Deixando de lado a aberração contida na relação entre “socialismo autogestionário” e “poder dos trabalhadores”, pois são projetos que se auto-excluem, o ecletismo contido na relação entre “poder” e “democracia sem limites”, isto sim ultrapassa todos os limites.

Como Olivier exclui a ditadura do proletariado de seu “projeto”, supomos então que este “poder dos trabalhadores” decreta o controle operário das grandes fábricas, e a “ditadura dos acionistas”, que supomos seja a burguesia, declare a guerra civil. Como enfrentaria Olivier esta ação, com a “democracia ilimitada”?

Moreno afirmava que existia uma antinomia entre o tipo de Estado que Mandel reivindicava, a ditadura do proletariado, e o nível de liberdades que o regime dele pode oferecer, pois este nível depende da vida real – o que Mandel contesta, pretendendo normas morais e jurídicas férreas e ultra-democráticas.

Agora, Olivier fala de “democracia sem limites” para negar um determinado tipo de Estado, a ditadura do proletariado. Esta negação, que, segundo Olivier, seria uma atualização do marxismo, é, em nossa opinião, uma ruptura com ele.

⁸ Cf. Nahuel Moreno. *As revoluções do século XX*. São Paulo, Sundermann, 2004.

⁹ Idem.



DITADURA DO PROLETARIADO E MARXISMO

A identificação do partido com a teoria é o resultado de sua comprovação pelos acontecimentos.¹⁰ Neste sentido, a teoria sobre a transição ao socialismo, no interior do marxismo, foi enriquecida sobre a base da experiência histórica. Marx, Lenin e Trotsky, respondendo a distintas necessidades imposta pela luta entre as classes, representaram momentos distintos na elaboração do que chamaremos por *teoria da transição*.

A perspectiva da conquista do poder político do proletariado, em Marx e Engels, concentrava-se na Inglaterra onde o desenvolvimento pleno das relações capitalistas gerou as condições necessárias para a socialização da grande propriedade industrial.¹¹

A forma estatal que deveria revestir o processo de transição ao socialismo, a ditadura do proletariado, encontra-se na obra de Marx e Engels em distintas situações. Em Marx, aparece pela primeira vez em *A luta de classes na França de 1848 a 1850*, escrito em 1850; posteriormente aparece na “Carta a Weydemeyer” em 5 de março de 1852, e volta na *Crítica ao programa de Gotha*, em 1875.

Nos trabalhos de Engels, aparece em duas ocasiões: na “In-

¹⁰ Cf. Moreno. *O Partido e a revolução*. São Paulo, Sundermann, 2007.

¹¹ Cf. Friedrich Engels, “O catecismo comunista” e Karl Marx, “Carta a Kugelmann” de 1870. Para uma análise sobre a teoria da revolução em Marx, cf. Alain Brossard: “A ambigüidade de sua posição [de Marx e Engels] como teóricos e práticos da revolução reside no fato de que tiveram que elaborar integralmente uma teoria da revolução, ao mesmo tempo em que deviam atuar e pronunciar-se como divulgadores e dirigentes da luta do proletariado. Daí resulta que estejam superpostos dois níveis relativamente desiguais em suas concepções políticas; por um lado, o discurso ‘teórico’, que os leva a prever que a Inglaterra conheceria os prelúdios da revolução por causa do desenvolvimento de suas forças produtivas, por outro, um discurso ‘político prático’ que se nutre do desenvolvimento concreto da luta de classes, mais próximo, portanto, da realidade, [...] que faz Marx esperar o ‘canto do galo francês.’”, In. *Los orígenes de la revolución permanente: el pensamiento político del joven Trotsky*. Ciudad de México, Siglo XXI, 1977.



trodução de 1891” ao trabalho de Marx *A Guerra civil na França* e na *Crítica ao programa de Erfurt*, em 1891.

Muitos debates foram travados no interior do marxismo sobre a importância da definição estratégica da ditadura do proletariado. Parece-nos que o próprio Marx trata de demonstrar que o tema do poder do Estado não era um elemento menor dentro da luta por uma sociedade socialista:

No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta destas classes entre si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração do seguinte: 1) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção; 2) *que a luta entre as classes conduz necessariamente a ditadura do proletariado*; 3) que esta própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes.¹² [sublinhado nosso]

Assim, Marx se refere à ditadura do proletariado como uma condição necessária para a construção de um período transitório. Sobre o lugar que este tema ocupa na estratégia da luta pela sociedade socialista, parece-nos que as palavras do autor são suficientes para indicar que não se trata de um tema menor.

O marxismo, como uma totalidade aberta, tem como fundamento primeiro e último a incorporação da experiência, da realidade viva em que se desenvolve a luta entre as classes. E este foi o percurso de Marx e Engels. Quando da redação do *Manifesto comunista*, definem a luta pelo poder como o controle do aparato do aparato estatal existente, e somente depois da *Comu-*

¹² Marx e Engels, “Carta a Weydemeyer”, In. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, p. 253.

na de Paris chegam a uma elaboração mais precisa do conceito de poder (com a bandeira de destruição da máquina do Estado burguês) e do conteúdo da transição.¹³

As revoluções do século 20 enriqueceram o marxismo no que se refere à relação entre ditadura do proletariado e transição ao socialismo. Coube a Lenin, a partir da vitória da revolução em um país industrialmente atrasado, fundamentar as premissas do marxismo sobre o tema. Mas não poderia ter realizado esta tarefa sem uma intensa luta teórica para o resgate da concepção marxista do Estado e o lugar que ocupava no programa a ditadura do proletariado.

Entre a social-democracia da II Internacional, a obra de Eduard Bernstein *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* (1899) é a primeira revisão profunda do marxismo. Sua tese fundamental é que a democracia [burguesa] “é a grande lei do processo histórico geral”.¹⁴ Definia que a “democracia é, ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio da luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo”. Por isso, defendia uma política de reformas no interior do capitalismo e a estratégia da maioria parlamentar da social-democracia como meio para alcançar o controle do Estado, ou mesmo compartilhá-lo com os setores burgueses.

Karl Kautsky, o principal teórico da Internacional, contesta esta revisão do marxismo em “Bernstein e o programa da social-democracia”, defendendo a necessidade da revolução e da abolição da propriedade privada; ao mesmo tempo afirma que o “partido do proletariado não se limita as reformas democrático-sociais, mas deve tornar-se o partido da revolução social” e, ato contínuo, defende contra a coalizão da social-democracia com partidos burgueses.¹⁵

¹³ Cf. Marx, *Crítica ao programa de Gotha*, cit.

¹⁴ I. Fetscher, “Bernstein e o desafio à ortodoxia”, In. Hobsbawn et alli, *História do marxismo*, v. 2, p. 296.

¹⁵ Ver esse texto em L. M. Salvatori, “Kautsky entre a ortodoxia e revisionismo”, In. Hobsbawn, cit., p. 319.

Porém, Lenin ressalta que neste debate Kautsky escamoteia um tema central que separa o marxismo do oportunismo quanto às tarefas da revolução proletária: o que fazer com a máquina do Estado burguês?

Para Lenin, a principal conclusão do marxismo, realizada após a experiência da Comuna de Paris, era que toda máquina do Estado burguês deveria ser demolida. Que o proletariado não poderia se apossar do Estado criado à imagem e semelhança da burguesia.¹⁶

Porém, no que concerne a este tema e, mais especificamente, à forma estatal do poder operário, afirmava Kautsky “que esse era um tema que com tranquilidade poderia deixar para o futuro”. Lenin observa que Kautsky não faz uma polêmica contra Bernstein mas, no fundo, faz uma “concessão a Bernstein, uma capitulação diante do oportunismo”.¹⁷

Essa concessão teórica deixará conseqüências importantes em sua obra mais importante antes da eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918) – *O caminho do poder* de 1909.¹⁸ Kautsky define que a tensão entre o proletariado e a burguesia na Alemanha abria a etapa da revolução socialista; a corrida para o domínio das colônias – a fase imperialista do capital – abria duas alternativas: a consolidação da política imperialista do Estado alemão ou o socialismo.

E que ao proletariado restava “adquirir força suficiente para determinar a política do Estado”. Esta frase concentrava, então, para o autor, as tarefas do proletariado na presente revolução.

O debate vem à tona quando a ala esquerda do partido social-democrata alemão, nas figuras de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek, questiona a estratégia de Kautsky para o período aberto. Assim Kautsky contesta-lhe:

¹⁶ Cf. Lênin, *O Estado e a revolução / A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo, Sundermann, 2005.

¹⁷ Idem, p. 111.

¹⁸ Lançado no Brasil pela Hucitec de São Paulo, em 1979.

O objetivo de nossa luta política continua a ser o que sempre foi até agora: conquista do poder estatal através da conquista da maioria no parlamento e elevação do parlamento a senhor do governo. Não, certamente, a destruição do poder estatal.¹⁹

A afirmação da ruptura de Kautsky com o marxismo por Lenin nesta oportunidade poderia soar como uma sutileza de caráter teórico ancorada no tema da destruição da máquina estatal burguesa. Pois, na ocasião, Kautsky – que se opusera à guerra imperialista e, em 1917, junto com Bernstein, rompera com a maioria da social-democracia alemã (SPD) – tornara-se um dos principais dirigentes do Partido Social-Democrata Independente (USPD).

Neste momento Kautsky mantém a definição da abertura de um novo período histórico e a necessidade da revolução e do fim da propriedade privada, e sua formulação de poder baseava-se na conquista da maioria do parlamento ou do aparato estatal burguês.

A identificação de Lenin acerca da atitude do proletariado ante o Estado burguês – a necessidade de destruí-lo e em seu lugar erigir um novo Estado – longe de um capricho teórico demonstrou-se fundamental.

Depois de Outubro de 1917, a questão da ditadura do proletariado assume uma particular importância, não somente do ponto de vista teórico, *mas também do da política prática*.

E é aí que Kautsky converter-se-á no principal porta-voz da luta contra o governo dos soviets. Duas obras suas estão consagradas à polêmica com os bolcheviques: *A Ditadura do proletariado* de 1918 e *Terrorismo e comunismo* de 1919.

Coerente com suas posições anteriores, a crítica de Kautsky ao governo dos soviets toma como centro a substituição da máquina estatal burguesa pelos soviets como a instituição fundamental do novo Estado.

¹⁹ Kautsky. “Die neue Taktik”, In. *História do marxismo*, cit.

Em sua formulação, as instituições da democracia burguesa (o parlamento etc), definidas como instituições da democracia pré-socialista, tinham um caráter universal e não de classe.

Mas o que chama atenção nas críticas desenvolvidas por Kautsky é a retirada do conteúdo de classe do Estado e sua confusão com o regime político que teve lugar na Rússia revolucionária.

Em *O Renegado Kautsky*, Lenin responderá pormenorizadamente aos argumentos que tentam desqualificar o governo dos soviets. Para o tema que nos ocupa, interessa chamar a atenção para um dos aspectos da crítica de Kautsky.

Ao negar que a ditadura do proletariado tenha sido parte da concepção de Marx no que se refere à transformação do proletariado em classe dominante, Kautsky fala da inconveniência da expressão ditadura, ao que Lenin responde da seguinte forma:

O absurdo da distinção entre “situação” e “forma de governo” salta aos olhos. Falar aqui de forma de governo é triplamente estúpido porque qualquer criança sabe que monarquia e república são formas de governo diferentes. É preciso demonstrar ao senhor Kautsky que ambas essas formas de governo, como todas as “formas de governo” transitórias sob o capitalismo, não são mais do que variações do *Estado burguês*, isto é, da *ditadura da burguesia*.²⁰ [sublinhado do original]

Lenin, então, busca definir, em primeiro lugar o caráter de classe das categorias em discussão. O que nos chama a atenção é que Olivier, dirigente da LCR, diga que: “É impossível apresentar nossas concepções de poder [...] com o regime de ditadura do proletariado”.²¹ O argumento de Lenin poderia servir também para o dirigente do SU.

Porém, nem tudo no SU é confuso sobre o caráter de classe do Estado e das ditaduras. Sua seção brasileira, a Democracia

²⁰ Lenin, *O Estado e a revolução e o renegado Kautsky*, cit.

²¹ Idem.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Socialista (DS), ocupou com um de seus quadros o Ministério da Reforma Agrária do governo Lula e, ao referir-se às ocupações de terra, o então ministro afirmou que

É parte do ambiente democrático respeitar os movimentos, as atividades sindicais, ainda não concordando. É parte da maturidade democrática do país. Evidentemente, todas as ações que ultrapassem estes limites democráticos vão ser tratadas dentro da lei, que vai ser cumprida integralmente.²²

Obviamente a ditadura de classe que o ministro representa e que faz cumprir suas leis pela violência não é a ditadura do proletariado – que tão *abominável* lhes parece – senão a ditadura de um Estado burguês contra os camponeses sem-terra.

Assim, o tema da ditadura do proletariado não se trata de um problema de aceção da palavra. Todos os que iniciaram sua revisão do marxismo utilizando este argumento trilham um caminho idêntico, como demonstra o ministro da DS no governo Lula.

Trotsky afirmava que o programa da revolução proletária pode ser sintetizado em três palavras: ditadura do proletariado. Desta forma, não se pode tirar o alicerce de um edifício e exigir que tal construção se mantenha sobre o seu eixo.

Todos os que transformaram o caráter do Estado em moeda de troca, retirando o seu conteúdo de classe, acabaram por servir a um determinado Estado, o burguês e, portanto, a uma ditadura determinada.

DUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A NATUREZA DA BUROCRACIA

Assim, ao passo que Mandel considerava a hipótese de ser o eurocomunismo um fenômeno político de trânsito a posições

²² *O Estado de S. Paulo*, 10/04/2004.



revolucionárias²³, Moreno, no outro vértice, definia-o prerreptoriamente como um trânsito burocrático da posição de satélites de Moscou à de satélites das potências imperialistas através da acomodação no parlamento – portanto, um fenômeno de natureza exclusivamente burocrática, isto é, deslocado dos interesses históricos da classe, que manteria o seu curso reacionário.

As definições acima nos remetem a uma importante discussão sobre a natureza social das burocracias que parasitam as instituições da classe operária. Para além da expectativa sobre o eurocomunismo, a definição da natureza social da burocracia cruzou a história do movimento de massas no último século, especialmente no tocante à interpretação da natureza de classe do Estado soviético e dos novos Estados operários do pós-II Guerra, e em consequência as tarefas que estariam colocadas. Nos dias de hoje, a isso se acrescenta a compreensão do papel que esta camada social desempenhou na restauração do capitalismo.

Apesar do acordo mais geral sobre a gênese do fenômeno da burocracia, Mandel e Moreno, discrepam em um tema fundamental: a natureza da burocracia e as consequências políticas desta definição.

Num texto de 1967 – *A Burocracia*²⁴ –, Mandel observa que a política desenvolvida pela burocracia deve ser compreendida a partir da utilização de uma categoria, que em sua opinião expressa as contradições desta camada social: *o centrismo burocrático*.

Esta definição emana da natureza social da burocracia, de sua relação com a propriedade nacionalizada e no outro pólo, o papel político que desempenha – contra-revolucionário – no que se refere a revolução mundial:

...o centrismo burocrático caracteriza-se pela síntese permanente desses dois fatores contraditórios: a conservação do

²³ Cf. *Viejo Topo*, nov. 1976.

²⁴ Mandel, *A Burocracia*, mimeo, 1967.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

modo de produção não capitalista dos Estados operários e a vontade de impedir, ao mesmo tempo, a revolução mundial.²⁵

No período em que escreve este texto sobre a burocracia, Mandel trabalhou com a hipótese de que essa contradição poderia ser resolvida em um sentido revolucionário. Em outras palavras, dependendo das origens e circunstâncias, a burocracia, como uma camada social, poderia seguir um curso revolucionário.

No texto em questão, apresenta a burocracia do Estado cubano e Fidel Castro como a “sétima etapa na tomada de consciência do movimento operário sobre o problema da burocratização”.²⁶ Nos trabalhos posteriores, o conceito político de centrismo burocrático não é mais utilizado. No entanto, a teoria sobre a dupla natureza continua o prisma fundamental da interpretação de Mandel.

E, questionando a definição da dupla natureza, Moreno afirma:

A burocracia operária é agente do imperialismo dentro do movimento operário, e por isso tem atritos com outros agentes do imperialismo, inclusive com o próprio imperialismo, quando este procura destruir as instituições operárias, cujo controle e monopólio permitem aos burocratas ter uma vida privilegiada. Mas isso não significa que a burocracia tenha uma dupla natureza, e sim, justamente, que responde a sua natureza de agente do imperialismo no seio do movimento operário e de suas organizações.²⁷

Assim, para Moreno, a natureza da burocracia soviética, e não somente desta, mas da burocracia como uma camada so-

²⁵ Idem.

²⁶ O trânsito da burocracia à uma corrente revolucionária, segundo o autor, deve-se ao fato de que “os cubanos leram muito, compreendendo nisto o que o movimento trotskista escreveu desde décadas sobre o problema”. Mandel, *A Burocracia*, cit.

²⁷ Moreno. *Teses para a atualização do Programa de transição*. São Paulo, CS, 1992, p. 60.



cial, é determinada pelo fato desta ser um agente da burguesia (e, portanto, do imperialismo) no interior das instituições dos trabalhadores. A partir de sua natureza, conclui, portanto, seu caráter contra-revolucionário e a impossibilidade de que tal setor social possa vir a ter um “rumo revolucionário”.

Em resposta ao documento citado, Mandel argumenta que “Para nós, a dupla natureza da burocracia não questiona de maneira alguma seu caráter globalmente contra-revolucionário”.²⁸ Esse aparente acordo sobre o caráter e a persistência ante a natureza social não passará disso, um acordo aparente. Ainda sobre a natureza social, Mandel polemiza: “[...] É impossível apresentar a burocracia como um agente puro e simples do imperialismo no seio do Estado operário degenerado”.

E acrescenta:

Desde quando para um marxista a política seria uma coisa distinta da expressão dos interesses materiais de uma camada social determinada? *Se a burocracia tem, entre outras coisas, a “função política” de defender a propriedade coletiva, base de seus privilégios de casta, como pode ser um simples agente do imperialismo?*²⁹ [sublinhado nosso]

Para Moreno, a defesa da propriedade estatal, não confere a burocracia um *duplo caráter*. Esse é apenas um dos aspectos a levar em consideração. Não obstante, um outro aspecto parece-lhe fundamental: o fato da burocracia não ser parte estrutural da classe operária, confere-lhe uma outra localização social.

O fato dos membros de uma determinada burocracia terem uma determinada *origem* na classe operária e cumprirem uma determinada *função social* (no caso administrar um aparato sindical ou uma instituição estatal) não lhes confere uma *localização social* como parte da classe operária.

²⁸ Mandel, “Nossas diferenças com o Comitê Paritário...”. mimeo, p. 11.

²⁹ Idem.

Assim, ao não ser estruturalmente parte da classe operária, a burocracia estaria situada entre as “modernas classes médias”, pela função que desempenha na administração estatal.

A conclusão fundamental de Moreno neste terreno, que se distingue completamente da tese defendida por Mandel, é a de que *estruturalmente a burocracia é parte de outra classe* e, por esta definição estrutural, ou seja, de classe, os interesses podem ou não coincidir com os da classe operária. A dinâmica da luta de classes determinará esse fato, mas estrategicamente os interesses desta camada social nunca vão coincidir com os do proletariado, dada a natureza de classe.

Neste sentido, o papel das burocracias nas sociedades contemporâneas deve ser analisado levando em consideração suas *origem, função e localização social*:

Não devemos confundir a natureza e a função social, nem acreditar que as contradições provocadas por sua origem e sua localização façam com que mude sua verdadeira natureza. A burocracia é o agente da contra-revolução dentro de uma instituição operária da qual se apodera para ter uma vida privilegiada, separada da base operária.³⁰

Quando uma burocracia parlamentar toma armas em punho, em defesa do parlamento contra o fascismo, isto não lhe confere um *duplo caráter*. Ou, no caso de uma burocracia sindical, quando defende o sindicato como instituição diante de um ataque do patronado, não estamos diante de uma natureza conflitante. Isto pode lhe conferir um papel politicamente progressivo, em dadas circunstâncias da luta de classes, mas não lhe modifica a natureza.

A fonte de seus privilégios e os privilégios em si mesmos confundem-se na realidade, mas não são a mesma coisa, na medida em que o determinante em, última instância, é a natureza de classe desta camada social e Moreno localiza-a dentro de outra classe.

³⁰ Moreno, cit., p. 60.

Sendo portanto parte de uma outra classe, sua essência está determinada pelo fato de que as burocracias são, em verdade, um agente da burguesia, dentro de uma instituição da classe operária. Por isso, sua política, ainda que coincida conjunturalmente com as necessidades das massas, não pode modificar este aspecto central.

A defesa de seus privilégios é o que move a burocracia, por isso, Moreno negava peremptoriamente toda e qualquer possibilidade de que esta camada social pudesse avançar no sentido da revolução:

Por razões sociais, [as burocracias] não podem transformar-se jamais em uma corrente revolucionária que reflita os interesses da base operária, dos setores mais pobres e explorados. Essa impossibilidade obedece a mais elementar das leis marxistas: nenhum setor socialmente privilegiado aceita perder seus privilégios ou transformar-se, no seu conjunto, como setor social, em outro setor social inferior, diferente. Pelo contrário, todo setor socialmente privilegiado tende a aumentá-los.³¹

Assim, a dinâmica da burocracia, como camada social, não é ir cumprindo cada vez mais um papel progressivo em função da defesa dos seus interesses de casta. Ao contrário, a dinâmica é, justamente pela defesa de seus privilégios de casta, cumprir um papel cada vez mais reacionário, à medida em que a luta para manter e aumentar seus privilégios pode dar-se dependendo das circunstâncias às custas do próprio organismo que parasita.

CONSEQÜÊNCIAS DESTE DEBATE TEÓRICO

Analisar as conseqüências desse debate teórico no interior do movimento trotskista internacional seria abrir um outro

³¹ Idem, p. 61.



tema que não corresponde aos objetivos desta introdução. No entanto, não seria demasiado afirmar que esse tema determinou os destinos do movimento trotskista internacional desde a reorganização da IV Internacional na década de 1950.³²

No que se refere ao Brasil, não seria exagerado dizer que a trajetória seguida pelas organizações que reivindicam o trotskismo³³ no início dos anos 1980 têm como um dos centros de gravidade a caracterização da corrente sindical dirigida por Lula e que posteriormente também foi a corrente hegemônica no interior do PT.

Nem a *Democracia Socialista*, nem a *Organização Socialista Internacionalista* puderam distinguir o papel político progressivo cumprido pela burocracia sindical lulista no início dos anos 1980 do caráter dessa corrente, que continuava sendo uma burocracia sindical.

A partir de uma apreciação teórica equivocada, não puderam identificar o fato de que os interesses desta corrente burocrática apenas coincidiram com os interesses das massas em um

32 “Em 1951, em plena guerra fria, todos os comentaristas internacionais afirmavam ser inevitável o choque armado entre os EUA e a URSS. Pablo e Mandel, seguindo a imprensa burguesa, chegaram a uma conclusão funesta para a IV Internacional: a terceira guerra mundial seria inevitável. Os partidos comunistas, no seu afã de defender a Rússia, adotariam métodos violentos para enfrentar o imperialismo e tomar o poder. O mesmo aconteceria com os movimentos nacionalistas nos países dependentes. Baseados nessa análise, Pablo e Mandel propuseram o “entrismo *sui generis*” nos partidos comunistas e partidos nacionalistas burgueses, aos quais teríamos de acompanhar sem críticas, até que se desse a tomada do poder. A maioria do trotskismo internacional, encabeçado pela maioria da seção francesa, negou-se a implementar essa política. Nós, baseados no POR argentino (antigo GOM), denunciámos que essa posição, que deixava de considerar a burocracia stalinista como contra-revolucionária e abandonava a luta contra ela, era uma revisão de pontos essenciais do programa trotskista.” Alicia Sagra, “Um breve esboço da história da LIT-QI”, [www.lit.org].

33 *Convergência Socialista*, então vinculada à Fração Bolchevique do Secretariado Unificado, cujo principal dirigente foi Nahuel Moreno; *Democracia Socialista*, vinculada à Maioria do Secretariado Unificado, e OSI (*Organização Socialista Internacionalista*) integrante do CORQUI (*Comitê pela Reconstrução da Quarta Internacional*).



determinado momento histórico, quando deram um passo no sentido de construir um partido operário de massas.³⁴ Mas é a caracterização social da burocracia e, portanto, de sua natureza de classe a única forma de compreender corretamente o sentido e a direção dos fenômenos políticos.

A transformação dos burocratas dos PCs europeus – de satélites de Moscou a burocratas do Estado burguês –, o salto da corrente dirigida por Lula – de burocratas sindicais a uma burocracia parlamentar e, posteriormente, a administradores do Estado burguês – parece-nos confirmar o marco teórico em que Moreno explica a burocracia e sua essência. Estruturalmente são parte da classe média, administradores dos interesses da burguesia; portanto, estarão sempre, como todo setor social com privilégios, buscando aumentá-los.

A interpretação de todos os fenômenos políticos para o marxismo, ainda que não seja o *reflexo* direto da estrutura, tem como centro de gravidade a natureza de classe destes. Moreno afirmava, em sua crítica a Mandel, que sua teoria para explicar a burocracia acabava por “negar o caráter de classe dos fenômenos políticos”³⁵. Parece-nos uma crítica justa já que localiza a burocracia como parte das classes médias, ao passo que Mandel continua vendo-a como parte da classe operária.³⁶

34 Cf. a introdução de Martín Hernández a Moreno, *Os Governos de frente popular na história*, São Paulo, Sundermann, 2005, e Bernardo Cerdeira, em sua apresentação à edição brasileira de *Conversando com Moreno*, idem. Referem-se aos debates em torno da caracterização sobre a corrente lulista.

35 Cf. Moreno, *Teses para a atualização...*, *cit.*

36 O último livro de Mandel publicado em vida foi dedicado ao fenômeno da burocracia, nele há uma passagem esclarecedora: “De nossa discussão, até o momento, surge com clareza o fato de que a burocracia não pôde romper todos os seus vínculos com a classe operária, ainda que continue se comportando como uma capa parasitária desta, traidora e opressora, dispendiosa e privilegiada materialmente. Não pode, tampouco, romper todos os seus vínculos com a teoria de Marx e Lenin, apesar de que rebaixou esse conjunto de idéias e métodos de investigação críticos e emancipadores a uma série de dogmas variados e erráticos.” *In. O poder e o dinheiro*. Ciudad de México, Siglo XXI, 1994, p. 132.

Esta diferença determinará duas posições completamente distintas sobre a questão da restauração do capitalismo na ex-URSS.

BUROCRACIA E RESTAURAÇÃO DO CAPITALISMO

O tema da restauração do capitalismo na ex-URSS não é o objeto central da polêmica de DRP. Ele é tratado ao final do segundo capítulo, como parte de uma discussão sobre qual seria o veículo da contra-revolução imperialista nos Estados operários.

Porque a resolução do SU nega que exista perigo de restauração nos Estados operários enquanto a burocracia seguir à frente dos mesmos, Moreno, afirmando o contrário, inicia um debate fundamental sobre quem seria o agente social de uma possível restauração do capitalismo na ex-URSS e como ela se daria, ou seja, sua mecânica.

Pelas razões expostas anteriormente, para Mandel, seria diretamente impossível que a burocracia se convertesse no algoz da propriedade nacionalizada.

A coerência de sua posição pode ser identificada em um trabalho publicado onze anos depois da polêmica que nos ocupa:

Acreditar que Gorbachev ou a ala “liberal” da burocracia em seu conjunto querem ou queriam restaurar o capitalismo, é deixar-se enganar completamente sobre a *natureza, as bases e a amplitude de seus privilégios e de seu poder*.³⁷ [sublinhado nosso]

Esta definição peremptória feita por Mandel em 1989 guarda toda uma coerência com a sua apreciação teórica da natureza da burocracia. Se esta é determinada pela relação direta entre privilégios e defesa da propriedade nacionalizada, a burocracia sob

³⁷ Mandel, *Hacia donde va la URSS de Gorbachov?*, Barcelona, Fontamara, 1991, p. 19.

nenhuma hipótese atentaria contra as bases do Estado operário: “É supor que esta casta fosse capaz de fazer haraquiri”.³⁸

Moreno, em DRP, afirma exatamente o oposto. Escrevendo em 1978 discute que o “agente da restauração capitalista... não será a velha burguesia, mas a ampla maioria dos tecnocratas, a *burocracia*, a aristocracia operária e kolkhoziana”. E, antecipando a forma como a burocracia atacará a propriedade nacionalizada, argumenta:

Estes setores aspirantes a burgueses defenderão muito provavelmente, que as fábricas deixem de ser do “Estado totalitário e que passem para as mãos dos operários” como propriedade de cooperativas de trabalhadores.

Em junho de 1987, a seção plenária do PC da URSS aprova uma resolução: “Fundamentos da reestruturação radical da administração econômica”, conhecida posteriormente como “Perestroika”. Apesar das juras e declarações em defesa do socialismo de Gorbachev³⁹ como máximo representante da burocracia, uma análise breve das resoluções aprovadas em junho de 1987 é suficiente para estabelecer de onde partiram as principais medidas contra a propriedade nacionalizada:

a) O fim do monopólio do comércio exterior e a possibilidade de relações diretas entre as empresas estatais e as corporações. Para que não houvesse dúvidas a resolução extinguiu o ministério do Comércio Exterior.

b) Fim do sistema de planificação central da economia.

c) O projeto de reestruturação estava calcado em três fases: extensão da experiência econômica de autonomia das empresas em grande escala; responsabilidade econômica plena, e mudanças estruturais para alcançar o “socialismo de mercado” até 1995.

38 Idem.

39 “...o socialismo é um sistema social que demonstrou possuir um imenso potencial para resolver os mais complexos problemas do progresso social. Estamos convencidos de sua capacidade de auto-aperfeiçoamento.” In: M Gorbachev, *Perestroika. Novas idéias para meu país e para o mundo*. São Paulo, Best Seller, p. 69.

O fato de não ter existido um processo de privatização em massa, no início da *Perestroika*, obedecia ao plano de restauração da burocracia.⁴⁰ Porém, a forma de propriedade, tomada de forma isolada, pouco nos diz sobre o caráter do país, à medida que a burocracia destrói, já em 1987, os pilares fundamentais da propriedade nacionalizada – a planificação e o monopólio do comércio exterior.

Em 26 de junho, num artigo na *Pravda*, Gorbachev anunciava a entrada em vigor da *Lei das cooperativas* e defendia a introdução do trabalho privado. Um ano depois a lei era aprovada e, em 1989, funcionariam duzentas mil empresas “cooperativas” que atuavam no âmbito do comércio de importação. A carência de gêneros de todo o tipo converteu essas empresas num fator fundamental de acumulação monetária, permitindo – antes das privatizações – a legalização do “mercado subterrâneo” e a constituição de uma nova classe de comerciantes, oriundos da burocracia, os “novos ricos”. Inclusive a forma como se iniciaram as privatizações, com a distribuição de bônus de ações para os trabalhadores, contou com uma forte propaganda na qual se defendia que as fábricas deixassem de ser do “Estado totalitário e... [passassem] para as mãos dos operários”.

Logo esses bônus de ações nas mãos dos trabalhadores não valeriam mais nada e seriam vendidos a preço de banana, concentrando a propriedade em mãos dos novos burgueses.

Ao atentar contra a propriedade estatal, a burocracia teria cometido haraquiri como pressupõe Mandel?

40 Alexander Yakovlev, membro do Birô Político do PCUS e do círculo íntimo de Gorbachev, explica-nos os objetivos das medidas em curso: [...] já havíamos debatido o tema e muitos dirigentes compreenderam a necessidade de passar para a economia de mercado. [...] Aparecerá uma categoria de gente acomodada, o que é inevitável, mas queremos desenvolver a privatização, fomentamos a criação de pequenas empresas [...] é necessário introduzir a economia de mercado o quanto antes possível. Mas não se pode fazer isto com as estruturas atuais de direção centralizadas. Yakovlev. *Lo que queremos hacer com la Perestroika*. Madrid, Alianza, 1991, p. 69, 71.

Se o pressuposto de Mandel estivesse correto e a natureza desta camada social fosse determinada pela defesa da propriedade nacionalizada estaria equivocado um dos pressupostos elementares do marxismo, o de que nenhuma classe ou setor social abre mão de seus privilégios.

No entanto, a tendência de todos os setores sociais com privilégios, como define Moreno, é a luta para incrementá-los: o que é inadmissível para as camadas privilegiadas é converter-se em *outro setor social inferior*. O que não foi o caso da ampla maioria da burocracia que, como aspirante a burgueses, tinha o objetivo de converter-se em uma classe.

E este fenômeno social somente pode ser compreendido se observarmos o fato de que o caráter da burocracia estava determinado pelo fato de que era um *agente do imperialismo no interior do Estado operário* e essa essência se manifesta plenamente quando Moreno em DRP antecipa os elementos que determinaram o giro restauracionista da burocracia: a dependência do mercado mundial controlado pelo imperialismo.

O autor desenvolve a hipótese de que circunstâncias históricas determinadas conduziram a um intercâmbio raquítico entre o imperialismo e os Estados operários e, por isso,

...não puderam progredir as tendências restauracionistas capitalistas, já que estas não podem ser mais que um apêndice da economia mundial.

E acrescenta:

Há mais de dez anos este processo começa a se reverter e o intercâmbio comercial e financeiro vem aumentando. Tal fato se agravou pela divisão cada vez mais profunda entre as burocracias chinesa e soviética e o fenômeno eurocomunista.

Esta hipótese levantada por Moreno foi confirmada em 1990 por um dos principais dirigentes da *Perestroika*, Alexander Yakovlev, que ascendeu ao Birô Político do PCUS na era Gorbachev

e presidiu a Comissão para Política Internacional. Ao comentar as razões que levaram a burocracia às medidas restauracionistas, afirmou que os elementos fundamentais foram:

- 1) A persistência do modelo staliniano depois da crítica contra Stalin;
- 2) determinados acontecimentos importantes ocorridos nos países do Leste, *a reforma do decênio de 1980 na China e a aparição do eurocomunismo*⁴¹

E acrescentou:

Se deixássemos que persistissem os métodos os quais funcionava a economia soviética... nosso país se encontraria relegado a ser uma potência econômica de segunda ordem e no fim do século, inclusive cairia ao nível dos países pobres do terceiro mundo. [...]

Contemplávamos a organização de empresas mistas, e não somente colaborando com os países socialistas, e com os países do terceiro mundo, mas também com os países ocidentais. Para nós, era a única possibilidade de que a União Soviética pudesse participar da divisão internacional do trabalho, nos intercâmbios de capitais e investimentos etc.⁴²

Esta antecipação da mecânica da restauração por Moreno engloba os dois aspectos fundamentais do processo: a burocracia como agente fundamental da restauração e a manifestação das tendências restauracionistas como resultado do aprofundamento dos laços orgânicos com o imperialismo, via inserção cada vez mais profunda no mercado mundial.

E esta antecipação somente foi possível pela utilização de um marco teórico que se mostrou decisivo para compreender o fenômeno da burocracia.

⁴¹ Yakovlev, cit., p. 36.

⁴² Idem p. 28, 29.

UMA INTERPRETAÇÃO UNILATERAL DE TROTSKY

O debate teórico sobre a natureza da burocracia conduziu a duas interpretações distintas sobre o caráter do Estado na ex-URSS no período em que a burocracia iniciava seu giro restauracionista.

Moreno não chegou a abordar as conseqüências da *Perestroika*: sua morte prematura, no início de 1987, privou-nos desta possibilidade. Mas seu prognóstico sobre o agente da contra-revolução burguesa nos Estados operários leva à conclusão expressa nas páginas do livro que ora introduzimos, que:

...o ataque restauracionista será contra a propriedade por parte do Estado, da indústria, da terra e do [monopólio] comércio exterior e do plano quinquenal.

Assim, ainda que sem uma conclusão categórica sobre o caráter do Estado, Moreno afirma que o ataque da burocracia à propriedade [nacionalizada] terá origem no Estado controlado pela burocracia.

Mandel, mantendo o marco teórico sobre a natureza da burocracia, argumenta:

Excluamos, logo de início, que uma possível restauração do capitalismo na URSS, seja algo espontâneo, ou bem, uma intenção oculta de Gorbachev, ou pelo resultado acumulativo da desnacionalização de alguns setores da economia, da ampliação dos mecanismos de mercado e da pressão do mercado mundial, *isto seria subestimar de maneira inadmissível o papel autônomo do fator político, do Estado* e das forças sociais nas contra-revoluções.⁴³ [sublinhado nosso]

Ainda que de forma invertida, Mandel entra no tema central para a compreensão do fenômeno da restauração: o papel autônomo desempenhado pelo fator político, concentrado no Estado.

43 Idem.

Se é verdade que a restauração não seria o “resultado acumulativo da desnacionalização de alguns setores da economia, e da ampliação dos mecanismos de mercado”, tampouco é certo que as intenções de Gorbachev eram tão ocultas como assinala Mandel.

Como vimos anteriormente, a pressão do mercado mundial, para Mandel, não convertia a burocracia em restauracionista; por sua natureza, esta jamais poderia ser um agente do imperialismo, daí que suas medidas eram no máximo “contraditórias”⁴⁴.

Se o fator político é determinante, e o Estado se mantém controlado pela burocracia, a propriedade estatal e a natureza social do Estado estariam preservados. Não haveria restauração.⁴⁵

Mais do que a análise específica do desenvolvimento do processo restauracionista, queremos ressaltar o aspecto teórico e metodológico que encontramos em Moreno, que seguindo a mesma metodologia de Trotsky, utilizou um prognóstico alternativo, partiu de outros fatores determinantes:

Trotsky sempre alertou que o desenvolvimento econômico acelera as contradições existentes e faz surgir outras novas, assim como novas tendências pró-burguesas perigosamente restauracionistas. Só o desenvolvimento da revolução até a derrota do imperialismo pode evitar a longo prazo estas contradições. Mais ainda, todo Estado operário que fica isolado por muito tempo se burocratiza como consequência destas inevitáveis contradições.⁴⁶

Quando afirmava que a URSS era uma sociedade de transição, Trotsky alertava para o fato de que essa definição não

⁴⁴ Cf. “Aonde vai a URSS de Gorbachev”, p. 18.

⁴⁵ “Estamos seguros de que a ‘privatização legal’ permanecerá, em geral, circunscrita a um setor artesanal/pequeno comerciante da população. Não atingirá mais do que uma ínfima minoria dos assalariados, não produzirá mais do que certa porcentagem do ingresso nacional, terá menos importância do que a Nova Política Econômica (NEP) sob o governo de Lenin e não conduzirá a restauração do capitalismo, apesar de todos os temores...”. Idem, p. 105.

⁴⁶ Em DRP.

poderia “sugerir a idéia falsa de que a única transição possível para o regime soviético atual é o socialismo. Na verdade, uma volta ao capitalismo é totalmente possível”.⁴⁷

Trotsky não toma o critério das relações jurídicas de propriedade como um fator imóvel para compreender o papel da burocracia e do Estado. Com a distância de alguns parágrafos, ele afirma que a burocracia “é obrigada a defender a propriedade do Estado fonte do seu poder e renda” e, ato contínuo, afirma que a mesma burocracia: “continua a defender a propriedade estatal apenas na proporção do medo do proletariado”.⁴⁸ Isto não guarda nenhuma relação com a tese do “duplo caráter” defendida por Mandel.

Parece-nos que o autor de *A Revolução traída* utilizou um critério dinâmico para definir o caráter do Estado e suas relações com as formas de propriedade. Mas esta definição estrutural do Estado feita por Trotsky – defini-lo a partir das relações de propriedade e não da classe ou do setor de classe que detém o poder político – buscava também prever as *variantes do desenvolvimento posterior*.⁴⁹

A dinâmica estava relacionada a vários fatores. Se dispuséssemos esses fatores num gráfico evolutivo, a burocracia progrediria em um dos vértices, o do desenvolvimento das forças produtivas – isto é, ela teria mais privilégios e seria mais restauracionista quanto maior fosse o crescimento econômico –; mas estaria ameaçada no outro vértice, o do desenrolar da revolução mundial – que faria despertar o proletariado soviético para a tarefa da revolução política.

Neste sentido, a relação entre a definição do Estado e o caráter da URSS, que, segundo sua caracterização, “ainda não estava resolvida pela história” expressa-se de forma mais desenvolvida quando o autor incorpora as hipóteses de desen-

⁴⁷ Trotsky, cit., p. 227.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Cf. *A Revolução traída*. São Paulo, Sundermann, 2005.

volvimento da realidade. Nesse caso já não são as relações de propriedade que definiriam o caráter do Estado:

As relações de propriedade estabelecidas pela revolução socialista estão indissolúvelmente ligadas ao Estado. O predomínio das tendências socialistas sobre as pequeno-burguesas é garantido, não pelo automatismo econômico – ainda estamos muito longe disso –, mas pelas medidas políticas da ditadura. *O caráter da economia depende, pois, inteiramente do caráter do Estado.*⁵⁰ [sublinhado nosso]

Ao serem as medidas políticas da ditadura as que garantem o caráter da economia – e, por conseguinte, o caráter do próprio Estado – podemos afirmar que não se pode estabelecer um sinal de igual entre o Estado que mantém e preserva a propriedade estatal e aquele que “busca apoio” em novas relações de propriedade.⁵¹

Portanto, não podemos buscar nas formas de propriedade capitalistas completamente desenvolvidas a definição do caráter do Estado, senão na ação da burocracia e no Estado controlado por ela, sob as bases fundamentais das conquistas da revolução.

CONCLUSÃO

Essa introdução não teve o objetivo de antecipar cada um dos temas e argumentos desenvolvidos por Moreno em *A Ditadura revolucionária do proletariado*. Ao tomar somente alguns dos temas, o nosso objetivo concentrou-se em abordar o marco teóri-

⁵⁰ Idem, p. 225.

⁵¹ A mudança do caráter do Estado soviético a partir do controle da burocracia restauracionista foi desenvolvida por Martín Hernández em “O veredicto da História” [introdução à *Revolução Traída*, cit.]

co e histórico dos temas os quais consideramos candentes para o momento atual e se estes resistiram ou não à prova dos acontecimentos posteriores.

Tempo e valor estão profundamente relacionados para o marxismo. Da mesma forma, podemos dizer o mesmo para uma obra literária, pois também o tempo pode revelar-lhe o valor.

João Ricardo Soares
São Paulo, janeiro de 2007



PRÓLOGO À EDIÇÃO DE 1986

Para esta nova edição de meu trabalho *A Ditadura revolucionária do proletariado* acreditei que seria conveniente escrever umas poucas linhas para ampliar a explicação das causas que originaram o documento do Secretariado Unificado da IV Internacional (SU) “Democracia socialista e ditadura do proletariado” contra o qual polemizo.

Entrando no primeiro tema, é conveniente lembrar que nossa crítica ao mandelismo não se limitou a este debate. Sempre defendemos que se trata de uma corrente impressionista, que cede à moda dos círculos intelectuais e estudantis da Europa imperialista. Neste livro polemizamos contra a moda que o impressionismo mandelista adota no momento em que surge o eurocomunismo ou, mais precisamente, quando surge na metade dos anos 1970 o “carrillismo”, ou seja, o rompimento do Partido Comunista Espanhol (PCE) com a disciplina de Moscou, dirigido por Santiago Carrillo. Como não podia ser de outro modo, este processo também teve impacto em nosso impressionável Mandel que, como numa miragem, viu um fenômeno progressivo ou que poderia sê-lo.

EUROCOMUNISMO: PROGRESSIVO OU REACIONÁRIO?

Ao contrário, em nossa opinião, o eurocomunismo ia em direção ao reformismo. Por isso, naquele momento, defendemos

que devíamos analisar em profundidade os fenômenos econômicos e sociais que existiam por detrás do eurocomunismo.

É por demais conhecido que o stalinismo mundial depende economicamente de Moscou, em todos os sentidos. Mas, na medida em que os PCs dos países capitalistas se tornam fortes, entram os mecanismos e os aparatos da democracia burguesa. Começam a dirigir prefeituras, conseguem cadeiras parlamentares e dependem cada vez mais – inclusive economicamente – destes cargos e das relações com a burguesia de seus países. Simetricamente diminui a dependência de cada partido comunista (PC) em relação a Moscou. Assim, os partidos eurocomunistas se parecem cada vez mais com os partidos social-democratas, que não dependem de nenhum Estado operário, ao contrário estão estreitamente vinculados à democracia burguesa de seus países.

O que isto tem de positivo é que acelera a decomposição do stalinismo. Mas o aspecto negativo é que nenhuma corrente progressiva ou revolucionária podia (nem pode) sair do eurocomunismo, justamente devido a essa *social-democratização*, a essa maior e crescente dependência dos PCs em relação à burguesia e seus aparatos.

Isso tampouco significa que, então, devemos apoiar o stalinismo ortodoxo moscovita contra o eurocomunismo. São dois fenômenos negativos de conjunto, mas o que têm em comum é o aspecto positivo de serem expressões da crise do stalinismo em escala mundial.

"EUROTROTSKISMO" MANDELISTA

A capitulação geral ao eurocomunismo, que abandonou a linha da ditadura do proletariado – desde o ponto de vista formal, porque o stalinismo ortodoxo já a havia abandonado de conteúdo – levou Mandel a capitular aos preconceitos democrático-burgueses da social-democracia e do eurocomunismo. Criou, assim, um *eurotrotskismo* que de fato defendia que não haveria

guerras civis nem maiores problemas na revolução europeia, nem na revolução mundial em geral.

Mandel, no seu documento “Democracia socialista e ditadura do proletariado”, propôs, uma linha política para o momento da ditadura do proletariado e da guerra civil que somente poderá ser aplicada quando o proletariado tiver derrotado o imperialismo à escala mundial. A política votada pelo SU foi de uma liberdade irrestrita para todas as correntes e do julgamento mais puro, estritamente jurídico, dos contra-revolucionários que empunharão armas contra a revolução e a ditadura do proletariado. Mandel tentou demonstrar ao eurocomunismo, que o *eurotrotskismo*, nem bem o proletariado tome o poder, levaria a democracia quase ao absoluto.

LUTA DE CLASSES E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Que fique bem entendido. O proletariado, quando toma o poder, dá muito mais liberdades democráticas do que a burguesia. Mas não de forma ilimitada e absoluta como defende Mandel. Nosso ataque foi originado pelo fato de que Mandel em seu documento – que posteriormente foi aprovado no Congresso Mundial do SU – abstraía a ditadura do proletariado do verdadeiro processo revolucionário que iria ocorrer em cinco, dez ou vinte anos.

Nós acreditávamos e continuamos a acreditar que o processo revolucionário mundial e a ditadura revolucionária do proletariado deverão enfrentar inimigos poderosíssimos, guerras civis colossais. Que se desenvolverá um processo de guerras e revoluções de uma violência inusitada, e não dentro dessas normas morais e jurídicas puras que Mandel propôs e ainda propõe.

E ao que assistimos neste momento no Haiti, segundo Mandel, deveríamos dizer às massas que deixem de matar os “Ton



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Ton Macoutes”⁵². Ao contrário, nós alentamos as massas haitianas e sua justiça revolucionária imediata.

NORMAS PROGRAMÁTICAS E LUTA DE CLASSES

Para terminar, queria observar que foram feitas duas interpretações sobre o meu trabalho. Uma é a que, partida da argumentação geral do livro, conclui que nós os trostkistas, estamos tanto por princípio como pelo programa, pela repressão e perseguição da burguesia, dos partidos burgueses, dos contra-revolucionários, dos reacionários, e a todos que não sejam operários. E por outro lado, baseando-se na síntese final, quando resumo em uns poucos pontos, em algumas pequenas teses – podemos chamar assim – nossas posições, existem companheiros que interpretam que, sob a ditadura do proletariado, serão dadas liberdades praticamente absolutas aos operários e aparecemos muito liberais com relação aos partidos operários burocráticos e com certa liberalidade para com os partidos pequeno-burgueses e burgueses.

Acreditamos que existe uma incompreensão nos que vêem somente ditadura e também nos que somente vêem liberalidade neste livro. Num aspecto, a liberdade reflete a norma programática: queremos construir a sociedade da liberdade. O outro aspecto, a repressão, reflete a realidade da luta de classes e das guerras civis.

As normas programáticas, ao serem aplicadas, sofrem deformações, adequações à realidade da luta de classes, que sempre é mais rica. Por isso, Trotsky insiste tanto em que a guerra civil e a revolução são as ações menos jurídicas, as que menos se ajustam às normas.

52 Apelido dos integrantes da milícia de voluntários assassinos do ditador haitiano François Duvalier (o Papa Doc), que governou aquele país de 1957 a 1971 e foi responsável pela morte de mais de trinta mil pessoas. [N. E.]



Os pontos finais, de síntese, são para nós, as normas programáticas. Todo o resto do livro trata de mostrar que, apesar de que tenhamos que aplicar as normas programáticas, a lei absoluta é a da luta de classes. Estamos a favor de que as massas revolucionárias façam o que queiram, que tomem as iniciativas que lhes pareçam adequadas. Este é o princípio absoluto de toda nossa ação política. Que as massas se mobilizem e, nessa mobilização, façam o que democraticamente decidirem. Esta é nossa norma fundamental. É o que hoje, contra as normas e a juridicidade pura que Mandel reclama, nos leva a apoiar a iniciativa e a justiça revolucionária das massas haitianas.

Há uma contradição neste livro, mas que é inevitável a todo revolucionário marxista, a contradição entre a norma e as necessidades prementes da luta de classes nos momentos mais candentes: as guerras ou revoluções. Isto nos obriga a tentar conseguir um equilíbrio dinâmico, difícil de se alcançar, entre a realidade da luta revolucionária e nossas normas programáticas, a tendência para a liberdade mais absoluta a todas as pessoas da Terra.

Darioush Karim
Paris, março de 1986



APRESENTAÇÃO

Em julho de 1978 terminei de escrever este trabalho polêmico contra a resolução do SU “Democracia socialista e ditadura do proletariado”. Distribuí alguns exemplares a um importante grupo de amigos políticos, os quais me devolveram com algumas alterações e sugestões. Nenhuma delas mudava substancialmente o texto original, exceto as feitas por um amigo italiano, sobre a definição de ditadura do proletariado. Sua opinião era de que faltava agregar aos seis pontos em base aos quais a definia, outro que determine seu caráter com precisão. Incorporei esta observação, assim como as demais que me foram feitas.

Quando faltavam só os detalhes finais para enviar este trabalho para publicação, saí em viagem por vários países do Oriente Médio como turista-jornalista, com a intenção de voltar em duas semanas. No Irã⁵³ fui preso em companhia de vários companheiros socialistas. Isto ocasionou vários meses de problemas, devido ao tempo empregado para recuperar minha liberdade e, depois, reorganizar minhas atividades.

53 Na verdade, Moreno foi preso no Brasil em 21 de agosto de 1978. Vinte e quatro militantes da Convergência Socialista, uma das correntes precursoras do PSTU, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e presos durante todo o segundo semestre — entre eles Nahuel Moreno. A campanha pela sua libertação, que incluiu uma greve de fome, mobiliza o movimento estudantil e tem repercussão internacional, com mensagens como a do escritor Gabriel García Márquez. [N. E.]

Devido a tudo isto, a publicação desta obra atrasou-se.

É costume meu escrever a apresentação ao final de cada trabalho. Por causa da perda de tempo provocada por meus assuntos pessoais e do esforço em conseguir uma introdução que gerasse interesse nos jovens leitores de esquerda – a quem está fundamentalmente dirigido meu trabalho – somente em dezembro pude considerá-lo concluído. Todos estes inconveniente, no entanto, me deram tempo para agregar os exemplos do xá e das mobilizações no Irã naquelas passagens que, no texto inicial, se referiam a Somoza, Pinochet, Franco ou Salazar.

Estou convencido de que, durante os seis meses transcorridos desde que praticamente terminei este livro, o curso acelerado da revolução mundial confirmou os pontos mais importantes aqui tratados. Creio que há dois que merecem ser especialmente destacados. Um deles é o ataque à ignorância refletida na resolução sobre a possibilidade de guerras ou invasões entre ditaduras proletárias.

Outro dos pontos centrais de minha crítica ao SU, é o seu desconhecimento da necessidade de enfrentar, em determinadas circunstâncias, a contra-revolução de maneira violenta, pelas armas, e contrapor que esse enfrentamento deve sempre se submeter a uma lei escrita. Tudo que ocorreu no Irã vem confirmar minhas críticas. As massas iranianas tiveram que se armar para executar os assassinos da Savak e enfrentar as tropas leais ao xá. Por sorte, fizeram o contrário do que proclamava a resolução do SU. Não passou pela cabeça de nenhum operário, camponês ou estudante iraniano fazer um julgamento público sem “recorrer ao conceito de delinquência retroativa” para julgar os assassinos e exploradores do regime anterior. Fizeram o mesmo que todos os revolucionários da história: julgar e executar democraticamente, com base nos fatos concretos.

Estes dois exemplos são um indicativo de que meu livro, no mínimo, trata de problemas atuais e fundamentais do desenvolvimento da revolução mundial. O título do livro sintetiza mi-

APRESENTAÇÃO

nha posição: em lugar da democracia socialista e da ditadura do proletariado do SU volto às fontes, tento reviver a velha fórmula marxista. Dito de outra maneira, uma ditadura para desenvolver a revolução, e não para produzir a “democracia socialista” imediatamente.

Nahuel Moreno
fevereiro de 1979



INTRODUÇÃO

Quando os principais partidos comunistas ocidentais, tais como o francês, o espanhol e o italiano, retiraram de seus programas a bandeira de “ditadura do proletariado”, generalizou-se uma discussão sobre o fenômeno conhecido como “eurocomunismo”, que implica no abandono da concepção marxista-leninista do Estado, acompanhado de uma ligeira crítica aos piores traços das burocracias stalinistas governantes.

Nesta, como em todas as grandes polêmicas anteriores, estão em jogo as lições do marxismo, corroboradas ou enriquecidas por mais de um século de experiência revolucionária.

No ano passado publicou-se uma resolução do SU da IV Internacional, denominada “Democracia socialista e ditadura do proletariado”, para defender estas lições. Nela os autores propõem um debate público sobre o tema, o que foi um acerto, porque esta questão apaixonou toda esquerda européia e ocidental.

E não é casual que seja assim, já que os partidos comunistas retiraram aquela palavra de ordem exatamente no momento em que a Europa vive um ascenso operário que se espalhou pela América Latina, Estados Unidos da América (EUA) e as massas coloniais da Ásia e África.

Na realidade, com isto tais partidos não fazem mais que acomodar a teoria à sua velha prática cotidiana: o abandono da luta de classes e de sua conclusão, a ditadura do proletariado. E o fazem em um momento preciso, quando os respectivos impe-

rialismos aumentam a pressão sobre os partidos comunistas e socialistas para que aceitem os planos de austeridade.

Os partidos comunistas mais fortes da Europa ocidental encontram-se pressionados por duas forças: a ofensiva do seu imperialismo contra o nível de vida e trabalho da classe operária e a resistência desta em pagar a crise do sistema capitalista.

Para enfrentar a resistência dos trabalhadores, o imperialismo – europeu, estadunidense ou japonês – apela às suas ilusões democráticas burguesas. Submete as massas desses países a uma campanha permanente de embelezamento das virtudes da democracia burguesa e suas liberdades através de seus fantásticos meios de comunicações, e critica, por outro lado, os Estados operários. Em vez de comparar as conquistas colossais da classe operária – como a expropriação da burguesia, a planificação, o trabalho assegurado para toda a população etc., que fariam inclinar a balança a favor dos Estados operários, *compara as liberdades formais* e questiona o caráter repressivo, totalitário, destes países. Os partidos de esquerda e os trabalhadores são desafiados diariamente pelos meios de comunicação com o seguinte argumento: “Nós lhes damos as mais amplas liberdades para que nos combatam. Só os reprimimos quando se levantam contra a constituição democrática nacional; se fizerem, por exemplo, greves selvagens ou atos terroristas, ou se tratarem de impor sua vontade sem esperar o resultado das eleições, sem aceitar o que é decidido pelo parlamento livremente eleito. Nos Estados operários, ao contrário, há campos de concentração e todo cidadão tem que opinar como exige o PC dominante. Se não, vai para a prisão ou a uma clínica psiquiátrica. Nós somos democráticos, lhes damos liberdade de opinar e escrever o que queiram, de apresentar-se nas eleições, e inclusive, de tomarem o poder se as ganhassem. A opção é: as liberdades dos países capitalistas ou o totalitarismo das ditaduras proletárias. *Porém, para manter este regime, têm que se sacrificar trabalhando mais e ganhando menos.* Escolham então: liberdades ou totalitarismo?”

Estas perguntas caem feito uma luva nas ilusões democráticas burguesas dos trabalhadores ocidentais. Qualquer um que tenha militado entre estudantes ou operários dos países avançados conhece este sentimento, que consiste fundamentalmente em acreditar que, sob o capitalismo, apesar de todos os seus problemas, há liberdades; que se pode escolher tudo (onde morar, no que trabalhar, o que estudar etc.), sem notar o aspecto relativo destes privilégios. E o mais grave, sem compreender que o pouco que têm é conseqüência de pertencer a países ricos que exploram a toda humanidade. Os partidos comunistas contribuíram para o desenvolvimento destas ilusões, unidos aos social-democratas na reivindicação destes sentimentos, nas últimas décadas. Também ajudaram o *boom* econômico, pois permitiu uma melhoria no nível de vida da classe operária e da moderna classe média; o trágico espetáculo dos regimes burocráticos dos Estados operários do Leste europeu, principalmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); a terrível experiência vivida sob os regimes fascistas totalitários, e por último a luta triunfante contra os coronéis gregos, o salazarismo e o franquismo, que abriu para as massas um período cujos benefícios democráticos dá medo de perder.

Não satisfeitos com isso, cada imperialismo coloca aos partidos operários de seu país, principalmente aos comunistas, as seguintes perguntas: “Estão dispostos a nos ajudar a superar a crise da economia nacional, para salvaguardar as liberdades democráticas e o sistema parlamentar? Serão políticos sérios, dignos de confiança, que convencerão a classe operária de que devem sacrificar-se em nome do desenvolvimento da economia nacional? Estão pela pátria e o desenvolvimento de sua economia ou pela defesa da URSS e dos interesses específicos dos trabalhadores?”.

Até agora, muitos partidos comunistas estão imunes a estas perguntas. Por causa de sua debilidade e da falta de cargos parlamentares, sindicais ou estatais em seus países, seguem depen-

dendo da ajuda de Moscou para a existência de sua direção. Isto os leva a manter as posições tradicionais.

Mas, para os partidos mais fortes, por exemplo o italiano, isto quer dizer: o que querem? Perder os milhões de dólares do comércio com a URSS ou das disputas municipais? Perder milhares de filiados que ficarão sem trabalho? Deixar de controlar o enorme aparato burocrático das cidades mais importantes, para voltar a depender da URSS como os PCs mais débeis? E por que? Por acaso perdem influência dentro do regime parlamentar com os planos de austeridade? Nosso regime lhes garante seus postos e seus privilégios. Em troca disto, é pedir muito que discutam conosco as leis trabalhistas, os acordos coletivos, para convencer os trabalhadores a ganharem um pouco menos, ou trabalharem um pouco mais? Por isso estes partidos comunistas aceitaram, de braços abertos, colaborar com os planos de austeridade de seus patrões, como já se vê na Itália e Espanha.

Mas, conscientes de que esta política pode lhes provocar sérias crises – ser ultrapassados pelo movimento de massas ou perder votos nas eleições – tratam de compensar isto fazendo concessões em outros terrenos. No fundo, as mesmas que o patronado lhes faz, mas com roupagem marxista.

“Democratizam” seus programa e sua política e tratam de desviar tudo para discussões que alienem seus militantes e a vanguarda da resistência aos planos econômicos dos governos patronais. Por exemplo, apoiando-se no justo repúdio das massas, atacam o imperialismo estadunidense em vez de apontar a burguesia de seu próprio país como o principal inimigo. Com o mesmo objetivo questionam o monopólio e o regime de partido único da sinistra burocracia russa no poder, criticam algumas das expressões mais irritantes da repressão implacável dos governos da URSS e dos outros Estados operários burocráticos contra seus opositores e contra os outros Estados operários, reivindicando alguns dos mártires dos Processos de Moscou e outras vítimas do stalinismo e da Tchecoslováquia.

E quando retiram de seu programa a ditadura do proletariado, defendendo abertamente o voto universal e o sistema parlamentar, fazem-no para canalizar as falsas esperanças democráticas dos trabalhadores e para ganhar credibilidade perante a burguesia. Oferecem um pluripartidarismo absoluto para antes e depois da tomada do poder, apoiando-se nas ilusões operárias de que tudo é resolvido pela via reformista, pacífica, parlamentar. E chegaram a afirmar que, se perderem as eleições para partidos reacionários, mesmo estando no poder, o devolverão ao ganhador, já que seu respeito ao sufrágio universal é sagrado. E, como não podia deixar de ser, começaram a levantar o patriotismo perante o próprio país imperialista, em contraposição ao velho e cego “patriotismo russo” que caracterizava o stalinismo juvenil. Pelas mesmas razões começaram a insinuar, ainda que timidamente, o direito de divergir dentro dos próprios partidos comunistas e das organizações operárias que estes controlam.

Enfrentam os trotskistas com argumentos similares aos do imperialismo: não sejam dogmáticos; abandonem de uma vez por todas a luta de classes, a revolução e a ditadura operária que Marx, Lenin e Trotsky preconizaram, e adaptem-se aos novos tempos e às sociedades ocidentais avançadas. Porque não se comprometem, como nós, a dar liberdades políticas ilimitadas quando tomarem o poder? Porque não abandonam de uma vez os equivocados conceitos de luta de classes, revolução operária e ditadura do proletariado, para se voltarem ao de liberdades democráticas e ao sistema parlamentar? Porque não defendem o voto universal e a via democrática parlamentar para governar com a maioria da população?

O SU da IV Internacional escreveu e publicou sua resolução, precisamente, para responder aos eurocomunistas e defender as posições de Lenin e Trotsky sobre estas questões. Tudo isto seria muito louvável e teria nosso apoio incondicional se o SU não tivesse cometido um verdadeiro crime teórico, político e histórico, ao dar à ditadura do proletariado um objetivo e um

programa noventa por cento parecidos ao eurocomunista e diametralmente oposto aos de nossos mestres.

Segundo o SU, a ditadura do proletariado deverá garantir à burguesia restauracionista e a seus partidos a “liberdade política ilimitada” desde o primeiro dia de sua instauração e para sempre, desde que não peguem em armas e comecem a guerra civil.

Esta é nossa norma programática e de princípio: liberdade política ilimitada para todos os indivíduos, grupos, tendências e partidos que, nos fatos, respeitem a propriedade coletiva e a constituição do Estado operário.⁵⁴

O que quer dizer “nos fatos”?

*Isto significa que deverá haver liberdade de organização política a todos que, nos fatos, respeitem a constituição do Estado operário, incluídos os elementos pró-burgueses; quer dizer, que não estejam comprometidos com ações violentas para derrotar o poder dos trabalhadores e a propriedade coletiva dos meios de produção.*⁵⁵

Parece ridículo que tenhamos que explicar porque não pode haver obrigatoriamente “liberdade política ilimitada” ou “voto universal” sob uma ditadura de classe, e também que tenhamos que fazer uma discussão para afirmar que *ditadura* se contrapõe a “*liberdade política ilimitada*” para todos os habitantes, já que significa alguma forma de opressão, de imposição política para alguém, porque, se não for assim, não é uma ditadura. Mas quando passamos ao terreno político, preenchendo esta fórmula com seu conteúdo atual (liberdade política ilimitada para Somoza, Pinochet ou o xá do Irã, até o dia em que se levantem em armas contra a ditadura operária, sem que possam ser julgados por

⁵⁴ SU, “Democracia socialista y dictadura del proletariado”, 1977, p. 7. Todos os sublinhados, salvo indicação, são de Moreno. [N. E.]

⁵⁵ Idem, p. 7.

seus crimes passados), a discussão passa do ridículo ao trágico.

Para justificar sua posição, o SU trata de se apoiar em Lenin e Trotsky. No entanto, fica fácil demonstrar que seu novo programa não tem nada a ver com o que eles disseram e fizeram.

Para Lenin, depois da Revolução de Outubro, a única coisa “ilimitada” sob a ditadura era seu poder ditatorial e não a “liberdade política”.

O conceito científico de ditadura *não significa* [sublinhado no original] outra coisa que *poder ilimitado, não sujeito em absoluto a nenhum gênero de lei ou regra, e diretamente apoiado na violência*.⁵⁶

Em *O Estado e a revolução*, cita Engels:

...o proletariado, enquanto necessita ainda do Estado, não o necessita no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários, e tão logo seja possível falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir.⁵⁷

E no *Programa do Partido Comunista*, escrito por ele e ratificado no ano de 1936 por Trotsky, insistia nas “restrições... à liberdade” enquanto não se chegasse ao socialismo, ao desaparecimento da exploração do Homem pelo Homem:

A privação dos direitos políticos e as restrições, quaisquer que sejam, feitas à liberdade, só se impõem como medidas provisórias... Na medida em que desaparecer a possibilidade objetiva da exploração do Homem pelo Homem, desaparecerá a necessidade destas medidas provisórias.

Em *A Revolução traída*, o mesmo livro no qual o SU encontra uma suposta base para sua “norma programática e de prin-

⁵⁶ Vladimir Lenin, “Para la historia del problema de la dictadura”, In. *Obras completas*. Buenos Aires, Cartago, 2ª ed., 1971, t. XXXIV, p. 51.

⁵⁷ Lenin, *El Estado y la revolución*, In. *Obras completas*, cit., t. XXVII, p. 74. [Ed. bras.: *O Estado e a revolução*. São Paulo, Sundermann, 2004]

cípio”, Trotsky insiste que sob a ditadura do proletariado deve haver uma “severa limitação da liberdade” (“a ditadura revolucionária, admitimos, constitui em si mesma uma severa limitação à liberdade”)⁵⁸. Durante seu exílio, já nos havia prevenido que “...naturalmente, a ditadura do proletariado é inconcebível sem o uso da força, ainda que contra setores do próprio proletariado”. E em 1938, no *Programa de transição*, repetia:

...as fórmulas da democracia (liberdade de imprensa, de sindicalização etc.) não são para nós mais que políticas incidentais ou episódicas no movimento independente do proletariado.⁵⁹

A norma programática tradicional do marxismo é, portanto, suficientemente clara: só se darão “liberdades políticas ilimitadas” quando “as possibilidades objetivas da exploração do Homem pelo Homem desaparecerem”, quer dizer, quando o imperialismo tiver sido definitivamente derrotado e quando as classes desaparecerem. Enquanto estas possibilidades objetivas não se dêem, haverá uma “severa limitação da liberdade”, de acordo com Trotsky, “privação dos direitos políticos”, “restrições... à liberdade”, segundo Lenin. Este “poder ilimitado” será necessário para defender a revolução socialista nacional e internacional. Não esperaremos que os contra-revolucionários comecem a guerra civil, mas impediremos que se organizem e se armem. Portanto, não nos comprometemos a dar-lhes “liberdade política ilimitada”, o que não quer dizer que os coloquemos na ilegalidade em todos os momentos. Terão “liberdades políticas” *limitadas* às necessidades da ditadura do proletariado.

Acreditamos que tanto as citações como nossa explicação demonstram suficientemente que o SU revisou por completo a

58 León Trotsky, *La Revolución traicionada*. Ciudad de México, Juan Pablos, 1972, p. 227. [Ed. bras.: *A Revolução traída*. São Paulo, Sundermann, 2005]

59 Trotsky, *Programa de transición* (*La agonía mortal del capitalismo y las tareas de la Cuarta Internacional*). Bogotá, Pluma, 1977, p. 42. [Ed. bras.: *Programa de transição*. São Paulo, Sundermann, 2004]

posição marxista revolucionária sobre a ditadura do proletariado. Com isto não queremos dizer, por enquanto, que estão equivocados. Limitar-nos-emos apenas a assinalar um fato por si só suficientemente significativo: a posição atual do SU é oposta à sustentada tradicionalmente pelo marxismo. Isto é o que um de seus partidários mais entusiastas reconhece com toda a honestidade:

Penso concretamente, e saudamos o passo dado, de que se trata de uma *retificação* [sublinhado no original] positiva e necessária. Conseqüentemente, *impõe-se dizê-lo claramente*. E também impõe-se estabelecer com clareza as bases materiais, as razões políticas que nos levam a esta posição. De outra maneira, pareceria inferir-se da resolução que sempre e em todo momento essa foi a posição tradicional da IV Internacional, da Oposição de Esquerda, do “bolchevismo leninista” – *o que não seria sério*.⁶⁰

E continua: “E o programa desta etapa não é o mesmo nem idêntico ao dos bolcheviques em 1917, *nem ao que sustentamos tradicionalmente*”.⁶¹

O leitor se perguntará: “A que obedece esta mudança? Visto que não é possível admitir um “equivoco ou esquecimento teórico”, é uma capitulação? E se não, o que é? Como definir o que está acontecendo?

O que ocorreu é que um setor do movimento trotskista europeu e ocidental transformou-se em correia de transmissão das ilusões democrático-burguesas dos trabalhadores ocidentais, combinadas com os restos ideológicos da influência ultra-esquerdistista estudantil européia, que existia há poucos anos.

Estas ilusões manifestam-se em seu programa de “liberdades políticas ilimitadas”, e a influência da ultra-esquerda na

⁶⁰ De um artigo lançado em Paris, em 1977, intitulado “Sobre a resolução do SU da IV Internacional a respeito da democracia socialista e ditadura do proletariado”, com a assinatura de A. Heredia.

⁶¹ Idem.

negação formal, acadêmica, das instituições democráticas burguesas. Mesmo que esta influência esteja diminuindo, já que seu lugar vai sendo ocupado pelas instituições burguesas, demonstrado pelo fato de Mandel querer impor o “voto universal” à ditadura operária.

O que ocorre nas fileiras desta parte do trotskismo é um fenômeno simétrico ao do eurocomunismo. O programa da atual direção da IV é o mesmo que dos partidos comunistas ocidentais, ainda que o do SU esteja dirigido à ditadura do proletariado e o dos eurocomunistas ao sistema capitalista e aos Estados transicionais. Mas obedece a razões parecidas.

A Internacional Comunista sob Lenin, e depois os trotskistas, insistiram na existência das ilusões democráticas burguesas das massas ocidentais. Sua expressão política é, justamente, a força dos partidos social-democratas e comunistas. Estes encarnam a síntese ideal: são “da classe operária”, o que dá razão aos trabalhadores neste ponto. Não são o imperialismo; suas críticas aos Estados operários se dão sob a ótica “democrática”. Mas a crise e o ascenso europeu, ainda que no início tenham começado a dissolver estas ilusões, contraditoriamente as reforçam. De que forma? Muito simples. Com o ascenso – que significa avanço, poder em um sentido – os operários acreditam que seja possível solucionar tudo com a chegada de seus partidos ao governo, pela via pacífica, através de eleições.

Isto nos coloca um problema teórico-político. A IV Internacional, europeia e estadunidense, vive numa sociedade onde as massas trabalhadoras estão repletas de ilusões democráticas burguesas. Como consequência inevitável disto, tem que existir no seio de nosso movimento dirigentes e correntes que reflitam essas ilusões. Infelizmente, à pergunta de quem são, a resposta é: *a maioria do SU*. Se não são eles, quem são? Alguém deve refleti-las. No final dos anos 1960, quando o movimento estudantil europeu se voltava maciçamente ao apoio à Revolução Cubana, fazia de Che Guevara seu herói e da guerra de guerri-

lhas seu método, este fenômeno político-social teve também sua correia de transmissão em nossa Internacional. Não podia ser de outro modo. Sempre tem sido e seguirá sendo assim. Uma Internacional que vive e que não é uma seita sempre refletirá os processos políticos sociais em que está inserida. Mas que os reflita não quer dizer que deve tornar-se porta-voz deles. Seguimos acreditando, como Trotsky, que para dirigir a revolução devemos “nadar contra a corrente”.

Mas o atual SU da IV Internacional, todos os seus documentos e sua política, expressa dentro das fileiras trotskistas uma capitulação completa às ilusões democráticas burguesas das massas ocidentais. Sua resolução sobre a “Democracia socialista e ditadura do proletariado” é a síntese mais acabada que se elaborou até agora desta nova tendência revisionista que começou a se conformar. Trotsky, em seu tempo, comparou o fascismo e o stalinismo como fenômenos paralelos provocados pelo avanço da contra-revolução no mundo. Hoje em dia podemos dizer que o eurocomunismo e a atual política do SU são, *grosso modo*, fenômenos simétricos provocados pelas mesmas razões político-sociais: o ascenso do movimento operário europeu e o peso das ilusões democráticas burguesas das massas.

Ao dizer que são simétricos não queremos dizer que sejam idênticos. Os companheiros do SU defendem formalmente, contra o eurocomunismo, a ditadura do proletariado e a necessidade de uma revolução operária contra as instituições democrático-burguesas. Asseguram enfaticamente que são os defensores das doutrinas de Lenin e Trotsky. Por isso se esforçam em fazer com que os trabalhadores e a opinião pública acreditem que a ditadura do proletariado definida por eles como a mais jurídica, justa, bondosa, libertária, assim como a mais democrática com os partidos contra-revolucionários de todas as ditaduras de classe que existiram no mundo, seja a preconizada por nossos mestres.

Mas não é assim. Por isso insistimos em assinalar que sua verdadeira coincidência é com o eurocomunismo. Sobre isso

deve haver absoluta clareza: a maioria do SU e os eurocomunistas coincidem no pluripartidarismo e na outorga das liberdades mais absolutas aos partidos burgueses em todas as etapas da luta de classes, contra o que é sustentado tradicionalmente pelo marxismo.

Daí que seja cientificamente correto chamar a atual orientação da maioria do SU da IV Internacional de *eurotrotskismo*, e defini-lo como um liberalismo burguês febril, isto é, uma orientação que, sendo profundamente oportunista, cai em vários momentos no ultra-esquerdismo.

Resumindo, o SU não responde como um trotskista deve reagir frente à pressão eurocomunista, mas, aceitando a maior parte de suas premissas, diz: “Continuamos defendendo a ditadura do proletariado e a revolução operária, mas não se confundam, nossa ditadura dará ‘liberdade política ilimitada’ a todos os cidadãos, incluídos os contra-revolucionários, desde o primeiro momento, e no lugar do parlamento instalaremos órgãos muito mais democráticos, os soviets, onde toda a população participará e não apenas os operários”.

E o companheiro Mandel confirmará esta capitulação ao eurocomunismo assegurando que é “partidário intransigente” do sufrágio universal, para “antes, durante e depois da tomada do poder pelos trabalhadores”⁶².

Este híbrido, resultante do preenchimento dos conceitos marxistas de revolução operária e ditadura do proletariado com o conteúdo e o programa eurocomunistas, obriga o SU a demonstrar um absurdo teórico: que “ditadura do proletariado” significa “liberdade política ilimitada” aos contra-revolucionários.

Se o documento ainda não estivesse escrito e alguém tivesse suposto a possibilidade de que esta posição do SU – ditadura trotskista com liberdades eurocomunistas – fosse cristalizada numa resolução, certamente a teria considerado impossível.

⁶² *El País*, Madrid, 07/08/78.

Pensaria, por exemplo, que a história foi tergiversada ao estilo dos historiadores do Partido Comunista da URSS (PCUS) ou algo parecido. Porque se trata, realmente de uma tarefa impossível; o SU não pode evitar as duas contradições que enfrenta com seu novo programa: perante a posição trotskista tradicional, de um lado, e a realidade da luta de classes, do outro.

Tentam salvar a primeira contradição com um jogo de palavras, pondo um sinal de igual entre “ditadura do proletariado” e “liberdades políticas ilimitadas”. Os eurocomunistas são mais conseqüentes neste terreno que nossos companheiros, ao tirar de seu programa a primeira formulação. O SU, ao contrário, se agarra a ela para não sair formalmente do trotskismo, embora termine preenchendo-a com um conteúdo estritamente eurocomunista e, portanto, negando-a como tal.

O documento inaugura um novo estilo marxista para evitar a confrontação com a realidade; flutua por cima dela. Por exemplo, não faz nenhuma referência aos sessenta anos de ditaduras operárias, embora seja uma resolução sobre a “ditadura do proletariado”; contém uma tese sobre os partidos políticos e nela não menciona nenhum dos atuais, nem socialistas, nem comunistas, nem trotskistas. A mesma coisa com relação à política e à prática: nunca dão exemplos atuais de suas afirmações teóricas. Nós não acreditamos que os membros do SU tenham perdido o pé na realidade. Ao contrário, perceberam que é melhor referir-se a uma época longínqua para poder defender sua posição. Porque um exemplo claro da aplicação da resolução seria dizer aos trabalhadores iranianos de hoje: “quando tomarmos o poder, impediremos, com toda nossa força, que o xá seja julgado e lutaremos para que tenha liberdade política ilimitada”. Evidentemente, o SU não convenceria nenhum revolucionário iraniano de que isto seja correto.

Daí este estilo inovador, esta raridade, o estranho caráter do documento. É uma resolução que pula mais de um século — do Lenin de antes da tomada do poder aos telefones cibernéticos

do futuro — ignorando tanto o passado como todos os problemas concretos colocados pelo presente e pelo futuro imediato. Desse modo o resultado é uma obra literária de um novo gênero. Os críticos certamente a considerariam uma expressão típica do surrealismo tardio. Outros, quem sabe, a manifestação de uma nova corrente, a ficção científica marxista. Deve-se reconhecer que, como relato de ficção científica, mistura, de maneira amena, elementos científicos reais com possibilidades mais ou menos viáveis.

Mas do ponto de vista político seu jogo imaginativo não interessa a ninguém. Um documento sobre a ditadura do proletariado deve colocar algumas perguntas fundamentais, como por exemplo: o que aconteceu nos últimos sessenta anos com as ditaduras operárias que triunfaram? Que resposta damos às invasões de uma ditadura proletária por outra? E muitas outras parecidas. Mas a mais importante, a decisiva é: com que partido e com que programa teremos possibilidades de alcançar em cinco, dez ou vinte anos a ditadura revolucionária do proletariado pela qual lutamos? Destas surgem outra série de perguntas: serão bloqueadas? Haverá guerras civis? Haverá uma luta mortal dos partidos reformistas contra elas, tanto no plano nacional como no internacional? Poderão as primeiras, dirigidas pelos trotskistas, evitar uma tremenda guerra civil com os Estados operários burocratizados, com o imperialismo, os partidos burgueses e os operários oportunistas? Serão idênticas nos países avançados e atrasados (do documento infere-se que sim)? E, como vamos impô-la? Por meio da insurreição e da guerra civil?

Estes são alguns dos problemas que nos são colocados e perante os quais nossa Internacional deve levantar um programa. No entanto, a resolução da maioria do SU os ignora. Um documento marxista não pode fugir dessas respostas nem confundir os leitores com formulações futuristas ou evasivas, nem fazer concessões para não chocar com os preconceitos generalizados,

para salvar o prestígio ou para esconder posições revisionistas. Ao fazê-lo, impede que surja uma linha clara para a ação política dos próximos anos.

Agora devemos analisar as consequências inevitáveis do início deste processo revisionista. Esta virada, resultado da pressão democrática das massas ocidentais, começa a ser total, e tem um caráter mais funesto que o produzido sob a influência da moda guerrilheira passada. Aquela indicava desespero para alcançar os objetivos, *esta os abandona*. É que não se pode atacar um dos pilares do marxismo – neste caso, a concepção da ditadura revolucionária – sem que o edifício todo venha abaixo.

O artigo que defende a resolução do SU continua sem deixar margens a dúvidas: que efeitos estes fenômenos têm sobre novas manifestações, no funcionamento da classe operária? Qual é a dialética da relação atual entre o trabalhador masculino e feminino, do maduro com o jovem, do trabalhador manual com o intelectual, técnico ou científico? Como atuam estes fenômenos na relação da ou das vanguardas trabalhadoras com as massas de conjunto? Que efeitos isto tem em relação aos organismos gerados pelas massas? A relação classe-partido-direção da época de Lenin e Trotsky é a mesma de hoje? É lícito responder que a relação do ou dos partidos de vanguarda de hoje é a mesma que em 1917? Ou a relação do ou dos partidos com o Estado? A estrutura do partido será a de então? O centralismo democrático de hoje será o mesmo de ontem? *Pensamos que não*, já que decididamente nos encontramos nas fileiras dos que sustentam que A não é igual a A.

Esta defesa e o revisionismo da resolução significam o abandono de toda a herança marxista-leninista-trotskista; mãos soltas para a burguesia, nenhum ajuste de contas com os fascistas. E definitivamente e como consequência, concepção distinta da organização do partido revolucionário e das etapas da luta de classes que, ao não haver modificação, levará os partidos trotskistas ao abandono da revolução operária e de sua conclusão, a guerra civil.

A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Por isso consideramos que nossa resposta inicia uma das discussões mais importantes que já se deram nas fileiras da IV Internacional. Nosso documento tem o propósito de fazer ver aos jovens recém-chegados ao marxismo que, para adular-lhes, cedendo às suas ilusões, os novos e velhos dirigentes, formados nas salas das universidades, estão provocando estragos em nossa herança marxista. Trataremos de demonstrar que a atual maioria do SU vai por um mau caminho. Pelo qual passaram Kautsky, Martov, Urbahns, Souvarine e todos os centristas e oportunistas que existiram no mundo, e não pelo de Lenin e Trotsky.

UM PROGRAMA DE “LIBERDADE POLÍTICA ILIMITADA” PARA O XÁ, OU UM PROGRAMA PARA ESMAGÁ-LO SEM MISERICÓRDIA?

Longe de brincarmos com o título, acreditamos que resume as perguntas que se faria um trabalhador iraniano em cujas mãos caísse o documento do SU. Por um lado, não encontraria resposta a nenhuma de suas dúvidas. E, por outro, notará que tudo o que fez é criticado pelo SU. Este trabalhador, que certamente já perdeu vários amigos, companheiros de trabalho e familiares nas ruas de Teerã, e que está convencido de que o xá saiu do Irã graças a suas mobilizações, não se coloca neste momento nenhuma pergunta que não esteja relacionada com a violência: como se armar, como garantir a greve pela força, como enfrentar a polícia e o exército de Bakhtiar, como convencer os policiais a não atirarem contra o povo etc. Se está convencido de alguma coisa, é de que o *terror* sentido agora pelos agentes da Savak, que passam pedindo clemência, está certo; não tem dúvida de que alguns têm que ser fuzilados e aprova sem vacilar os linchamentos espontâneos. Não passa por sua cabeça que está lutando pela “liberdade política ilimitada” de ninguém, nem se preocupa com a imagem das massas perante as pessoas preocupadas com a democracia. Só quer ter certeza de que o xá não voltará, que a guarda imperial e a Savak serão dissolvidas. Este trabalhador, que só conhece do trotskismo o documento do SU, não vai querer jamais virar trotskista, porque opinará, com razão, que se o xá voltar,



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

mesmo que o proletariado esteja no poder, não poderá recorrer ao “conceito de delinquência retroativa” e que, ao contrário, terá que deixar que se organize politicamente em um partido contra-revolucionário. E qualquer um que leia bem, pensará como o trabalhador iraniano. Vejamos por quê.

LIBERDADES TOTAIS E ABSOLUTAS PARA OS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS E SEUS PARTIDOS

O SU reitera insistentemente sua posição de dar “liberdade política ilimitada” aos contra-revolucionários.

A condução de uma luta sem tréguas contra estas ideologias *no terreno da própria ideologia* [sublinhado no original]. Mas tal luta não pode alcançar pleno êxito senão em condições de debate e confrontação abertos, quer dizer, de *liberdade para os defensores de ideologias reacionárias defenderem suas idéias, de pluralismo ideológico-cultural* [...] Quando a classe burguesa estiver desarmada e expropriada, quando seus membros só tiverem acesso aos meios de comunicação de massas em relação ao seu número e não à sua fortuna, não haverá razão para temer um confronto constante, livre e franco entre suas idéias e as nossas [...] Mas somente deverão ser castigados os atos comprovados [sublinhado no original] desta índole e não a propaganda geral *explícita ou implicitamente favorável à restauração do capitalismo*.⁶³

E, como já vimos, isto significa que

...dever-se-á conceder liberdade de organização política a todos os que respeitem nos fatos a constituição do Estado operário, *incluídos elementos pró-burgueses* [sublinhado no original]; quer dizer, que não estejam comprometidos em ações

⁶³ SU, cit., p. 7.



violentas para derrotar o poder dos trabalhadores e a propriedade coletiva dos meios de produção.

Como se pode notar, o SU trata, por todos os meios, de não chamar os fenômenos por seu nome marxista. Fala de “ideologias reacionárias”, da “classe burguesa”, de “propaganda geral explícita ou implicitamente favorável à restauração do capitalismo”, de “elementos pró-burgueses”, sem deixar claro que tudo isto não é nada mais nada menos que “a contra-revolução burguesa”, ainda que, no momento, só defenda sua ideologia e faça propaganda, enquanto se prepara para o levante armado. O SU acredita, por acaso, que possa existir uma “classe burguesa” logicamente favorável à “restauração capitalista” formada por “elementos pró-burgueses”, com “ideologias reacionárias”, que não seja contra-revolucionária, quer dizer, que não esteja pela volta da propriedade privada dos meios de produção, por qualquer meio que seja?

Esta “liberdade política ilimitada” só será restringida quando se levantarem em armas, quando começarem a guerra civil contra a ditadura do proletariado. A razão que dão é uma viagem:

*Nenhuma classe social e nenhum Estado jamais concordou com o pleno gozo dos direitos políticos àqueles que estavam comprometidos em ações violentas para derrubá-los. A ditadura do proletariado não poderá atuar, com respeito a isso, de outra maneira.*⁶⁴

O que quer dizer isto? Que conclusão se deduz destas afirmações? Nós vamos responder. Os companheiros do SU estão convencidos ou tratam de nos convencer que as distintas classes no poder que existiram na história, *sim*, deram “o pleno gozo dos direitos políticos” àqueles que “não estavam comprometidos em ações violentas para derrubá-los”. Mas nós afirmamos que o contrário é o certo: “Nenhuma classe dominante *jamais* conce-

⁶⁴ Idem.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

deu o pleno gozo dos direitos políticos às classes dominadas nem a seus partidos, por mais pacíficos que fossem”. O SU deveria dizer, abertamente, que propicia que a próxima ditadura proletária triunfante vá *contra* essa lei absoluta da história da sociedade de classes, e que inaugurará a primeira ditadura a conceder “o pleno gozo dos direitos políticos” a seus inimigos de classe.

Este programa do SU *para depois* da tomada do poder é a continuação do defendido pelo camarada Novack para os países imperialistas *para antes* da tomada do poder. Ele, com sua costumeira clareza, havia formulado há algum tempo assim: “Isto requer pôr em prática um programa, uma perspectiva e uma estratégia revolucionários. *O eixo de tal programa é... proteger os direitos democráticos e estendê-los*”⁶⁵.

UMA GUERRA CIVIL SUBMETIDA A UM CÓDIGO PENAL RIGOROSO E ULTRALIBERAL

A maioria do SU não é menos democrática e liberal com a contra-revolução quando esta se levanta em armas contra a ditadura do proletariado. Sem dúvida, é para esta etapa que o documento levanta a necessidade de fazer alguns cortes nas “liberdade políticas ilimitadas” de que devem gozar os contra-revolucionários. Mas estes cortes serão cuidadosos, jurídicos, de uma liberalidade assombrosa:

É, pois, necessário insistir sobre o fato de que o emprego de meios repressivos de autodefesa, por parte do proletariado e de seu Estado, *contra as tentativas de derrubar o poder dos trabalhadores mediante a violência, deve circunscrever-se a crimes e atos comprovados, ou seja, estritamente separados do terreno das atividades ideológicas, políticas e culturais*. Isto significa, além disso, que a IV Internacional se pronuncie pela defesa e

⁶⁵ George Novack, *Democracia y revolución*. Barcelona, Fontamara, 1977, p. 230.



extensão das conquistas mais progressistas das revoluções democrático-burguesas no terreno do Código Penal e da justiça e que lute por sua incorporação à Constituição e ao Código Penal socialista. Isto se refere a direitos como: a) *a necessidade da lei escrita e o não recurso ao conceito de delinquência retroativa*. A denúncia deve ser acompanhada da prova do delito, o acusado é considerado inocente até que se apresente tal prova; b) os direitos plenos e completos de todos os indivíduos para determinar sua própria defesa. Imunidade plena e completa aos advogados para qualquer declaração ou tipo de defesa seguida durante um processo; c) *o rechaço a qualquer conceito de responsabilidade coletiva de grupos sociais, de famílias etc.* [...] e) a extensão e generalização dos processos públicos perante jurados; f) A eleição democrática de todos os juízes, com direito à destituição dos eleitos, de acordo com a vontade dos eleitores.⁶⁶

É necessário lembrar que a maioria do SU não está referindo-se ao código ideal soviético, ao da época em que a ditadura do proletariado comece a deixar de ser necessária, mas ao do momento culminante da ditadura revolucionária, quando uma guerra mortal estiver instalada com a contra-revolução. Para este momento crucial exige que se apliquem estritamente essas normas penais ultraliberais.

Como se manifesta neste ponto a armadilha revisionista do SU? O documento faz uma analogia histórica, não só equivocada mas também nebulosa.

Até agora nós, marxistas, sempre havíamos comparado a ditadura do proletariado, principalmente no caso de guerra civil, com as ditaduras de Cromwell e Robespierre, jamais com a etapa de elaboração dos códigos penais burgueses mais progressivos, quer dizer, quando as cabeças já estavam cortadas. A maioria do SU esquece de dizer que esses códigos penais *foram redigidos*

⁶⁶ SU, cit., p. 8.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

muito depois da burguesia conseguir impor sua ditadura, e não durante a guerra civil contra o absolutismo e o feudalismo.

Trotsky dizia há muitos anos:

Se Lenin for comparado com alguém, não é com Bonaparte [...] nem, muito menos com Mussolini, é com Cromwell e Robespierre. Há razão suficiente para ver, em Lenin, o Cromwell proletário do século 20. Esta definição será a apologia mais alta do Cromwell pequeno-burguês do século 17.⁶⁷

Cromwell foi um grande revolucionário de seu tempo e soube defender, *sem deter-se perante nada*, os interesses da nova sociedade burguesa contra a antiga sociedade aristocrática.⁶⁸

As analogias históricas exigem a maior prudência, sobretudo quando se tratar do século 17 e do século 20; contudo, não se pode deixar de surpreender-se ante certos traços de assombrosa semelhança entre os costumes e o caráter do exército de Cromwell e do Exército Vermelho.⁶⁹

Referindo-se aos futuros órgãos representativos da revolução operária inglesa, afirmava: “Muito mais será conseguido, quanto melhor se tiver assimilado as lições da época de Cromwell”.

E resumindo o papel do direito penal e constitucional sob as ditaduras revolucionárias diria que o proletariado inglês:

*...adquirirá a convicção pela experiência da revolução inglesa, do papel subalterno, auxiliar e convencional do direito na mecânica das lutas sociais, sobretudo nas épocas revolucionárias, quando estão em jogo os interesses essenciais das classes fundamentais da sociedade.*⁷⁰

E, de forma explícita, Trotsky comparou os primeiros anos da ditadura de Lenin com a de Robespierre:

⁶⁷ Trotsky, *¿Adónde va Inglaterra?*. Buenos Aires, El Yunque, 1974, p. 123.

⁶⁸ Idem, pp. 121, 122.

⁶⁹ Idem, p. 127.

⁷⁰ Idem, p. 124.



As medidas de terror aplicadas durante o período inicial, conhecido como “jacobino” da revolução, foram impostas pelas férreas necessidades da autodefesa.⁷¹

O TERROR VERMELHO

Praticamente já não é necessário demonstrar que estas concepções implicam um abandono do terror vermelho. O documento do SU não pode dizê-lo abertamente, mas se não, o que é esta brandura, este abandono do conceito de “delinquência retroativa”? O terror vermelho prende reféns e aplica medidas penais aos “grupos familiares e sociais”, ou seja, aos representantes das classes exploradoras, mesmo que não tenham feito nada. Inclusive a seus familiares, como ocorreu com czar, que foi justificado com todos seus familiares, para não deixar nenhuma possibilidade de reivindicação monarquista.

Ninguém [como Lenin] compreendeu com tanta clareza, inclusive antes da tomada [do poder], que *sem represálias contra as classes possuidoras, sem medidas de terror severas, sem comparação na história*, o poder operário, cercado de inimigos por todos os lados, jamais poderia sobreviver. [...] O terror vermelho foi uma arma necessária da revolução. Sem ele, esta teria perecido. Aconteceu mais de uma vez que uma revolução tenha perecido devido à brandura, à indecisão e ao caráter bondoso do povo trabalhador em geral.⁷²

O SU pretende defender o poder do Estado do proletariado revolucionário com seu código liberal, e não, como dizia Trotsky,

⁷¹ Trotsky, “Romain Rolland Executes an Assignment”, In. *Writings of Leon Trotsky (1935-1936 & 1936-1937)* [compilação de ensaios, artigos, cartas etc]. New York, Pathfinder, 2ª ed., 1977, p. 162.

⁷² Trotsky, “Our Differences”, In. *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. New York, Pathfinder, 1975, p. 294.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

...aplicando onde for necessário os métodos ditatoriais duros e implacáveis, sem retroceder perante nenhuma medida decisiva para esmagar a hipocrisia burguesa.⁷³

Mas, uma vez mais, é necessário que vejamos se Lenin e Trotsky, os chefes da primeira ditadura revolucionária triunfante, atuaram durante a guerra civil como nós dizemos ou como regulamenta o documento do SU. E, de passagem, vamos ver se só endureceram a partir de 1921, como diz Mandel. Antecipamos que, se aplicássemos as normas constitucionais e penais do SU, chegaríamos à conclusão de que nossos mestres foram uns burocratas totalitários incorrigíveis, antidemocráticos e repressivos e que se equivocaram completamente muito antes de 1921.

Vamos aos fatos. Tal como documentado cuidadosamente por Carr, Trotsky publicou uma grave advertência quase imediatamente após a Insurreição de Outubro:

Manteremos prisioneiros os cadetes como reféns. Se nossos homens caírem nas mãos do inimigo, *saiba este que para cada operário e cada soldado, exigimos cinco cadetes*. Acreditam que temos que ser passivos, mas demonstraremos que podemos ser implacáveis quando se tratar de defender as conquistas da revolução.

Pouco depois insistia: “Não vamos entrar no reino do socialismo com luvas brancas e sobre um chão encerado”. Quando o partido cadete foi colocado na ilegalidade, disse:

Nos tempos da Revolução Francesa os jacobinos levaram à guilhotina, por se oporem ao povo, homens mais honrados que os cadetes; não justiça para ninguém e não pensamos fazê-lo, mas há momentos em que a fúria do povo é difícil de controlar.

73 Trotsky, “The Fourth World Congress”, In. *The First Five Years of the Communist International*. New York, Monad, 2ª ed., 1972, v. 2, p. 187.



Seguindo esta linha de raciocínio, dizia pouco depois:

Pedir que se renuncie à toda repressão em tempo de guerra civil é pedir que esta seja abandonada. Protestais contra o brande e débil terror que estamos aplicando *contra nossos inimigos de classe*, mas haveis de saber que, antes que transcorra o mês, o terror assumirá formas muito violentas, seguindo o exemplo dos grandes revolucionários franceses. A guilhotina estará pronta para nossos inimigos, não só a prisão.

A ditadura de Lenin e Trotsky deu à Tcheka o poder de castigar de acordo com as “circunstâncias do caso e os ditames da consciência revolucionária” e não sobre a base da lei escrita. E não esqueçamos que muitos anos depois Trotsky considerou a Tcheka o “verdadeiro centro do poder, durante o período mais heróico da ditadura proletária”⁷⁴.

Mas, voltemos ao relato de Carr. Com um critério de classe, poucas semanas depois da Insurreição de Outubro, aplicou-se o trabalho forçado, “enviando homens e mulheres da burguesia para cavar trincheiras para a defesa da capital contra os alemães”, sem que ninguém se importasse se eram culpados de algo, já que foram condenados ao trabalho forçado por serem membros da burguesia. Em 1918, Lenin escreveu um artigo, que não foi publicado então, onde propôs

...meter na prisão dez ricos, uma dúzia de estelionatários e meia dúzia de operários que se encontrassem fora do caminho para o trabalho [e] fuzilar publicamente um em cada dez culpados de vagabundagem.

E mais ainda: “até que não imponhamos o terror *fuzilando publicamente* os especuladores, não conseguiremos nada”.

⁷⁴ Trotsky, “At the fresh grave of Kote Tsuntsadze”, In. *Portraits, Political and Personal*. New York, Pathfinder, 1977, p. 94.

Em seu comunicado de 22 de fevereiro de 1918, no qual declarava a “pátria socialista em perigo” a Tcheka ordenou aos soviets locais que

...buscassem em todas as partes, detivessem e fuzilassem imediatamente [que horror! Sem lei escrita nem advogado defensor] todos os agentes do inimigo, agitadores e especuladores contra-revolucionários.

A partir deste comunicado, a Tcheka realizou execuções, “não se pode determinar quantos – sem *nenhum processo regular ou julgamento público*”. Comentando estes fatos, Sverdlov declarou em julho de 1918: “dezenas de sentenças de morte foram cumpridas por nós em todas as cidades, em Petrogrado, em Moscou e nas províncias”.

Quando em agosto de 1918 houve um levante *kulak* em Pnaja, Lenin ordenou: “Pôr em marcha um terror de massas implacável contra os *kulaki*, sacerdotes e guardas brancos e... confinar os suspeitos em um campo fora das cidades”, recomendando que “se fizessem reféns que responderiam com suas vidas para que as entregas de grãos fossem rápidas e exatas”.

A resolução do governo soviético de 29 de julho de 1918, baseada em discursos prévios de Lenin e Trotsky, diz: “o poder soviético tem que se garantir na retaguarda colocando a burguesia sob vigilância e aplicando contra ela o terror das massas”. Quer dizer, aplicando o “conceito de delinquência retroativa” e de “responsabilidade coletiva de grupos sociais”. Explicando esta doutrina leninista e trotskista, Dzerzhinsky declarou:

A Tcheka não é um tribunal; é a defesa da revolução, como o é o Exército Vermelho; e como na guerra civil o exército não pode parar para se perguntar se irá machucar indivíduos em particular, mas tem que levar em conta uma única coisa – a *vitória da revolução sobre a burguesia* – do mesmo modo a Tcheka tem que defender a revolução e vencer o inimigo ainda que sua espada caia ocasionalmente sobre a cabeça de inocentes.

Após o atentado em que Uritsky foi morto e Lenin ferido, o governo promulgou a seguinte resolução:

Todos os contra-revolucionários *e os que os incitam* serão considerados responsáveis de todos os atentados contra funcionários do governo soviético e os que sustentam os ideais da revolução socialista. Ao terror branco dos inimigos do governo dos operários e camponeses, os operários e camponeses *responderão com um terror vermelho maciço contra a burguesia e seus agentes*.

No segundo semestre de 1918 foram fuzilados quinhentos e doze contra-revolucionários, declarados "reféns", em Petrogrado. E não resta dúvida de que foi aplicado o "conceito de delinquência retroativa", já que se tratava, em muitos casos, de "ministros czaristas e uma grande lista de altos personagens". A Tcheka "não julga, castiga", dizia um de seus membros. Carr, corretamente, diz: "o essencial do terror era *seu caráter de classe*. Seleccionava suas vítimas em razão *não de delitos específicos*, mas por pertencerem às classes proprietárias." Carr o entendeu muito bem, mas não os que redigiram as teses do SU que, descartando o critério de classe, condenarão apenas por "delitos específicos" ou "atos comprovados" durante a guerra civil.

Detivemo-nos tanto nestas citações para demonstrar como, para Lenin, Trotsky e os bolcheviques, não havia a "lei escrita" nem "o não recurso do conceito de delinquência retroativa", nem "emprego de meios repressivos" circunscritos "estritamente a crimes e atos comprovados", nem "rechaço a qualquer conceito de responsabilidade coletiva de grupos sociais, de famílias etc.", nem "prova do delito" necessária para considerar um indivíduo culpado. Quer dizer, nada valia perante a lei, esta sim absoluta, de defender a revolução contra as tentativas armadas da contra-revolução.



QUE FIZERAM OS LÍDERES DAS OUTRAS GRANDES REVOLUÇÕES?

Por que Lenin e Trotsky atuaram assim? Foram os primeiros na história? Evidentemente que não; todas as grandes revoluções triunfantes fizeram o mesmo.

Como se puderam impor ideais como a “igualdade civil”, a “declaração dos direitos humanos”, tão caros aos democratas? Parece que o SU tem certeza de que foi com um código penal humanitário, mas Robespierre, ao contrário, se perguntava: “deve-se julgar as precauções exigidas pela saúde pública em tempos de crise, provocada pela própria impotência das leis, com o código penal nas mãos?”. E esclarecia:

Se o atributo do governo popular em épocas de paz é a virtude, seus atributos em tempos de revolução são a virtude e o terror: a virtude sem a qual o terror é nefasto; o terror sem o qual a virtude é impotente. O terror não é senão a justiça rápida, severa, inflexível; é portanto a emanção da virtude.

A propósito da Revolução Francesa, o mesmo Lenin dizia ao comunista Frossard em 1920: “Um francês não tem que rejeitar nada na Revolução Russa pois esta remete ao começo da Revolução Francesa”. E nossos patriotas, os que libertaram a América do jugo da coroa espanhola ou inglesa, nossos “libertadores”, os heróis da “independência” e da democracia, como atuaram?

Bolívar sustentava que se devia fuzilar o espanhol que não apoiasse a revolução.

Todo espanhol que não conspire contra a tirania em favor da justa causa, pelos meios mais ativos e eficazes, será tido como inimigo e castigado como traidor da pátria e, conseqüentemente, será irremediavelmente passado pelas armas. No sentido contrário, é concedido um indulto geral e absoluto aos que passem para nosso exército com suas armas ou sem elas; aos que prestem seus auxílios aos bons cidadãos que estão se esforçando para acabar com o jugo da tirania. Os oficiais de guerra



ficarão em seus empregos e destinos, e magistrados civis que proclamem o governo da Venezuela, e se unam a nós; em uma palavra, os espanhóis que façam os serviços assinalados pelo Estado serão reputados e tratados como americanos. [...] Espanhóis e canarianos, contem com a morte, ainda que sejam indiferentes, se não trabalhais ativamente a serviço da liberdade da América. Americanos, contem com a vida, ainda que sejam culpados.⁷⁵

Um discípulo atual e conseqüente de Bolívar soltaria um decreto dizendo que “todo grande burguês que não entre no exército proletário e o apóie com toda sua força será fuzilado”. E Jefferson, durante a revolução estadunidense, disse:

Na luta, que era necessária, muitas pessoas culpadas caíram sem as formalidades do julgamento e, com elas, algumas inocentes. Lamento mais que ninguém e chorarei por alguns deles até o dia de minha morte, mas faria o mesmo se caíssem no campo de batalha. Foi necessário usar a coragem do povo, um mecanismo que não é tão cego como as balas e as bombas, mas que o é em certa medida.

De acordo com esta forma correta de fazer as analogias, para os marxistas sempre houve cinco leis históricas de toda ditadura do proletariado, que são:

1. A burguesia, quando fez sua revolução contra o feudalismo e o absolutismo, impôs as grandes ditaduras revolucionárias de Cromwell e Robespierre, as quais não deram nenhum tipo de liberdades a seus inimigos contra-revolucionários (recordemos que não por casualidade a guilhotina foi o símbolo dos melhores anos da grande Revolução Francesa de 1789).

2. O proletariado, como já o mostrou claramente a ditadura revolucionária de Lenin e Trotsky, não atuou nem atuará de

⁷⁵ Simón Bolívar, “Decreto de guerra a muerte”, *In. Ideas políticas y militares (1812-1830)*. Buenos Aires, Jackson, 3ª ed., 1957, pp. 22, 23.

outra maneira senão como atuaram Cromwell e Robespierre, ainda que, é claro, com um caráter de classe distinto, proletário e não burguês ou pequeno-burguês.

3. Devem-se distinguir as situações revolucionárias e de guerra civil das de estabilização de uma ditadura. Quando há estabilidade pode haver democracia, jurisprudência, normas relativamente estáveis; mas quando se entrar em um período revolucionário de imposição ou sobrevivência da ditadura, como de guerra civil, tudo é resolvido com as forças em luta e nada com as normas. Mais precisamente, estas são destruídas pelas classes e seus partidos em guerra mortal.

4. Nos momentos críticos, a contra-revolução recorre à mais feroz repressão e todo revolucionário que se preze deve recorrer ao terror revolucionário. Cada classe em luta pela sua sobrevivência recorre, então, à ditadura mais violenta e implacável para triunfar ou sobreviver. A ditadura revolucionária do proletariado é a aplicação científica consciente destas leis absolutas da história das revoluções, da luta de classes e da imposição de toda ditadura revolucionária.

5. Há outra lei que complementa as anteriores: cada vez que as classes exploradas, por não aplicar essas leis inexoráveis das revoluções e ditaduras revolucionárias, foram “magnânimas”, “humanas”, “respeitosas”, “normativas”, “jurídicas”, “democráticas” com a contra-revolução, esta sempre triunfou.

Estas são as leis que o SU ignora. É a primeira vez que alguém que se diz trotskista queira submeter a revolução e a guerra civil a um código penal. Trotsky cansou-se de afirmar o contrário.

O SU SERÁ CONSEQUENTE? LUTARÁ A FAVOR DA “LIBERDADE POLÍTICA ILIMITADA” PARA O XÁ, PINOCHET E SOMOZA?

Toda posição tem sua lógica de ferro, cujas consequências práticas às vezes não são previstas por seus autores. A posição

de James Burnham, de que a URSS não era um Estado operário transformou-se, ao longo dos anos, em um apoio político conseqüente ao imperialismo estadunidense. Algo parecido ocorrerá com os autores de “Democracia socialista e ditadura do proletariado” se não retomarem a defesa da posição marxista. Suas conseqüências políticas práticas ainda não são evidentes. Mas aí estão as premissas teóricas que levam inexoravelmente a posições políticas diretamente contra-revolucionárias.

Suponhamos que amanhã triunfe a revolução operária no Irã, Espanha, Portugal, Nicarágua ou Chile. O movimento de massas irá querer fazer justiça com suas próprias mãos e tratará de se vingar do xá, Somoza, Pinochet ou dos torturadores de Franco e Salazar. Qual será a política do SU frente a esta alternativa?

Se fossem conseqüentes com sua resolução, não haveria espaço para dúvidas: se o xá, Pinochet ou os torturadores de Somoza fossem presos, lutariam nas ruas por sua liberdade e para evitar que sejam julgados. Por quê? Porque querem que “...a IV Internacional se pronuncie... pela necessidade da lei escrita e o não recurso ao conceito de delinquência retroativa” para julgar os contra-revolucionários. Quando o poder operário baixar uma lei, ela não poderá julgar nenhum delito anterior à data de sua promulgação. Como esta lei será promulgada sob a ditadura operária, que será sempre posterior ao governo do xá, Somoza ou Pinochet, não há como dar o troco; a ditadura operária do SU estará de mãos atadas pelas normas invioláveis de sua resolução e não poderá julgar os mais sangrentos ditadores desta época. Deverá lutar por sua imediata libertação e para que não sejam julgados. O mesmo ocorrerá com os membros das organizações terroristas de extrema direita ou com os fura-greves profissionais: não poderão ser julgados porque as leis da ditadura do SU não têm efeito retroativo. A justiça de classe e revolucionária — que dá corda solta à iniciativa e ao ódio das massas expressos em assembléias soberanas que julgam os fascistas, torturadores,

assassinos, fura-greves e dedos-duros pelo que fizeram e fazem, sem levar em conta as leis preexistentes ou escritas — haverá terminado.

No lugar dela começará a justiça do SU, pequeno-burguesa, normativa, que quer impor normas estritas, invioláveis, ao justo ódio das massas mobilizadas. A resolução parece querer nos dizer: “cuidado, não mexa num fio de cabelo do xá, da PIDE, de Franco ou Pinochet quando não houver lei penal escrita prévia ao seu delito”. Não faltava mais nada! Como podem pretender os incultos trabalhadores fazer justiça com suas próprias mãos, sem conhecer a história do direito penal e sem aceitar a defesa e extensão das conquistas mais progressivas das revoluções democráticas burguesas no terreno do Código Penal e da justiça, querendo retroagir à época selvagem e iletrada da justiça direta, democrática, das mãos levantadas, do comunismo primitivo?

Esta não é uma discussão acadêmica. Se o SU for conseqüente, isto significará a ruptura da IV Internacional e um enfrentamento físico nas ruas, em trincheiras opostas, entre os partidários do SU e os nossos. Se a revolução operária triunfar no Irã ou se o xá cair, os partidários de nosso documento lutarão nas ruas pelo julgamento do sinistro monarca e de todos seus torturadores e colaboradores, haja ou não lei que justifique formalmente seu julgamento. Dito de outra maneira: sem levar em conta o código penal iraniano e o “não conceito de delinquência retroativa”, apoiando-nos no justo ódio do movimento de massas contra o xá e seus seguidores, como também nas necessidades políticas dos trabalhadores, levantaremos e lutaremos pela consigna de “julgamento do xá e seus capangas assassinos”; e o SU se manifestará nas ruas de Teerã, junto com xá, com sua irmã e seus torturadores, em uma coluna contrária à nossa, sob a consigna de “pelo não recurso ao conceito de delinquência retroativa”, “pelo não julgamento do xá e seus capangas se não houvesse lei penal preexistente”.

Mas isso não é tudo. Depois de ter lutado pela libertação incondicional do xá e seus assassinos do cárcere da ditadura do proletariado, se fosse conseqüente até o fim, o SU lutaria nas ruas para que esses “indivíduos” com seu “grupo” tenham “liberdade política ilimitada”, “gozem de completa liberdade de ação, propaganda e agitação e de acesso pleno aos meios de comunicação em relação ao seu número”. Esta é a política futura do SU, se não for detido a tempo. Esperamos que esta imagem seja suficientemente repugnante para que os seguidores do SU voltem atrás e votem conosco para que os contra-revolucionários, de antes e depois da ditadura revolucionária, sejam julgados democraticamente pelo movimento de massas, sem a lei escrita ou o código penal prévio e sem a proibição de aplicar a “delinquência retroativa”.

UM EXEMPLO QUE ESCLARECE TUDO

Qualquer operário que tenha participado de uma greve mais ou menos combativa poderá compreender perfeitamente bem estas diferenças sobre a ditadura do proletariado e a guerra civil e entender como a posição da maioria do SU é humanitária, democratista, libertária. Em resumo, um anarquismo intelectual de novo tipo. Suponhamos que estamos às vésperas de uma greve e a maioria do SU nos envie uma resolução na qual nos diz que “uma vez iniciada a greve, todos os integrantes da fábrica (presidente e membros da direção, gerentes, capatazes, trabalhadores do escritório e operários) terão ‘liberdade política ilimitada’ e que aqueles que se oponham à greve com as armas serão julgados por um código penal muito liberal, com tribunal operário, acusação pública e seu respectivo advogado de defesa”.

Suponhamos que, na manhã seguinte, a greve seja aprovada e que alguns fura-greves chamem a trabalhar, mas não entrem

ainda e nem ataquem fisicamente os grevistas. Que fazemos? Nos ajustamos ao que acaba de nos dizer o SU, ou lutamos ferozmente contra os que fazem o chamado a romper a greve, deixando que prime sobre todas as outras considerações o interesse supremo de ganhar esta luta? Todo operário classista e combativo sabe que nesses momentos deve-se apelar a qualquer meio útil para esmagar os propagandistas do patronado. Qualquer meio é bom quando aterrorizar os possíveis fura-greves, debilitar os empresários e fortalecer a greve, e é ruim quando não conseguir estes objetivos. Ainda que pareça absurdo, temos que voltar a perguntar aos companheiros da maioria do SU qual é seu programa para a greve. Dar liberdade total a todos os membros da fábrica, desde o patrão burguês até os operários vendidos? Chegar até o grau de deixar o partido político do patrão fazer propaganda na assembléia operária, se um só operário pedir, para defender no debate público seu ponto de vista a favor do patronado e contra a greve? Emprestaremos o mimeógrafo do sindicato para que o patrão, junto com os operários que sejam seus agentes, edite um boletim contra a greve? Ainda que pareça desatinado, esse é o programa do SU. A opção é dura: fazemos a greve dando uma completa liberdade de expressão a todos os integrantes da fábrica – os grevistas, os patrões e os operários vendidos – ou a fazemos com um programa trotskista ortodoxo, o de Lenin e Trotsky e que continua sendo o nosso: repúdio e repressão sem piedade aos fura-greves, sem dar-lhes nenhuma liberdade para sua propaganda pró-patronal. Nosso objetivo é que a greve triunfe, e a isto se subordina tudo o que façamos. O mesmo ocorre com a revolução operária e a ditadura do proletariado. Não a fazemos para que haja liberdade imediata para todo mundo, mas para que a revolução continue avançando e para esmagar todos o que se oponham a ela, os contra-revolucionários e seus agentes. O mesmo devemos fazer com os que se lançam a fazer propaganda a favor dos patrões para romper a greve, ainda que não entrem para trabalhar num primeiro momento e não repri-

mam fisicamente os grevistas. Pois uma greve não é nada comparada com as primeiras etapas de uma ditadura revolucionária do proletariado; parece brincadeira de criança a seu lado.

É triste ter de dizer verdades tão elementares a companheiros como os que atualmente integram a maioria do SU e que escreveram a resolução; a companheiros que conseguiram manter-se no trotskismo apesar de tantos anos de pressão stalinista. Assim como em uma greve não há democracia para todos, mas apenas para os que lutam por ela, para os grevistas, e assim como os fura-greves são tratados a patadas, nas primeiras fases da ditadura operária revolucionária haverá democracia somente para os revolucionários, para os que estejam empenhados em uma luta mortal contra a restauração burguesa e imperialista, já que necessitam desta liberdade de maneira imprescindível para encontrar os caminhos mais adequados que permitam continuar desenvolvendo a revolução e conseguir a derrota definitiva dos contra-revolucionários.

MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA CONTRA A REAÇÃO CAPITALISTA: UMA CONTRADIÇÃO INSOLÚVEL PARA A "DITADURA" DO SU

Quebracho, um dos fundadores do trotskismo argentino, cunhou uma frase que faria história. Lançou a palavra de ordem contra o frente-populismo stalinista que se negava a organizar comitês de defesa para enfrentar os fascistas: "O fascismo não se discute, se destrói!". Com ela, não fazia mais que seguir Trotsky, que havia insistido na necessidade de utilizar a força física da vanguarda operária, apoiada no conjunto da classe para atacar, e se possível, varrer definitivamente todo grupo fascista.

Nunca se disse que, se o fascismo utilizasse só métodos propagandísticos e ideológicos em determinado momento, deveria ser combatido exclusivamente neste terreno. Quando e como atacá-lo dependia da relação de forças e só disso, como em qual-

quer outra luta total entre classes e entre partidos revolucionários e contra-revolucionários. Por isto nunca nenhum trotskista teve dúvidas em atacar uma reunião fascista, ainda que o objetivo da mesma fosse só estudar *Minha luta* de Hitler. Se a vanguarda armada, apoiada no proletariado estivesse disposta a tomar a iniciativa contra este grupo de estudo nazista, todo o trotskismo a teria aplaudido, consciente de que o estudo de *Minha luta* levaria, inexoravelmente, ao assassinato de operários de esquerda, possivelmente de companheiros nossos. Estes exemplos mostram como as lutas propagandística, ideológica, política e física, estão intimamente ligadas entre si, e que não há barreiras fixas e, menos ainda, determinadas pelo inimigo. Jamais esperamos que este mude de uma luta a outra para fazer o mesmo. Tudo depende das conveniências. Podemos dar o exemplo do grupo de estudo a partir do lado oposto. Se tivermos força para isto, do estudo dos escritos de Trotsky sobre o fascismo, nosso grupo de estudo passará ao ataque físico contra os bandos fascistas.

Esperamos que a maioria do SU não tenha mudado esta posição marxista clássica para os momentos prévios à tomada do poder. Quer dizer, acreditamos que continuarão defendendo a combinação das distintas formas de luta para quando os encontros da classe operária e dos grupos contra-revolucionários se tornarem violentos, com características de guerra civil. Porque para o resto das situações mudaram sua concepção.

Suponhamos que depois do triunfo da insurreição a classe operária queira seguir atuando da mesma forma que fazia antes e durante a tomada do poder; quer dizer, que esteja disposta a seguir mobilizando-se fisicamente contra os contra-revolucionários. O SU opina, então, que devemos enfrentar a contra-revolução com a luta ideológica e propagandística, mas jamais restringindo sua “liberdade política ilimitada” e menos ainda atacando-a fisicamente:

...o *único* meio pelo qual a classe operária pode educar-se ideologicamente e pode libertar-se com êxito da influência das

idéias burguesas e pequeno-burguesas é a confrontação ideológica”, “a condução de uma luta sem tréguas contra essas ideologias *no terreno da própria ideologia*.”⁷⁶

O proletariado vitorioso, segundo o SU, em vez de fazer as mais poderosas mobilizações e atacar com toda sua força os contrarrevolucionários, deverá enviar um telegrama gentil a cada grupo inimigo que não tenha pegado em armas contra o poder operário. Se for o caso do Irã, deverá enviar um telegrama ao xá – se ainda não se levantou em armas contra o poder operário – informando-lhe que será feito um referendo para saber quantos seguidores tem e então lhe conceder seus respectivos espaços nos meios de comunicação de massas. Qualquer dia a TV ou o rádio serão ligados, se a ditadura do SU triunfar no Irã, e daremos de cara com o xá e seus seguidores falando em cadeia nacional e em seguida o companheiro Mandel ou algum de seus partidários iranianos responderá aos operários explicando-lhes que não se deve atacar estes sujeitos como antes da tomada do poder, mas só se deve combatê-los ideologicamente. O mesmo ocorrerá na Nicarágua com Somoza, por exemplo. Franco e Salazar não teriam espaço para falar, não por decisão do SU, mas porque estão mortos. Por mais esforços que façamos, não entendemos porque tem que ser assim.

Para a maioria do SU, o proletariado no poder atuará contra a burguesia e a contra-revolução imperialista como, segundo Hollywood, atuavam os cavaleiros da Idade Média com seus pares: não atacariam fisicamente se não o tivessem atacado previamente, e utilizariam as armas do adversário. Isto pode parecer exagero polêmico, mas se ajusta estritamente ao que diz o documento da maioria do SU. Ele insiste que se deveria responder ideologicamente à burguesia, aos partidos reacionários e contrarrevolucionários se estes empregassem armas ideológicas, e para permitir o “duelo” lhes darão direitos absolutos de orga-

⁷⁶ SU, cit., p. 7.

nização e propaganda; e só e exclusivamente quando eles utilizarem armas de fogo receberão a mesma resposta e seus direitos democráticos serão restringidos. Tudo fica reduzido ao suposto código de honra dos cavaleiros medievais e não às férreas leis da luta de classes.

As afirmações do SU coincidem com as idéias do Iluminismo e do racionalismo francês, com sua superestimação da força das idéias no processo histórico, e vão diretamente contra tudo o que o marxismo disse a respeito. Nós acreditamos que enquanto a economia mundial continuar desenvolvendo formas capitalistas de produção e provocando o surgimento de setores burgueses, pequeno-burgueses e a aristocracia operária, não há absolutamente nenhuma possibilidade de que a influência das idéias burguesas e pequeno-burguesas desapareça, ainda que passemos mil anos lutando ideologicamente contra elas. E, ao contrário, afirmamos que se implantássemos uma forte ditadura revolucionária que consiga extirpar toda perspectiva econômica de surgimento de setores econômicos privilegiados, ao alcançar uma economia mundial socialista, não haveria então a menor possibilidade de florescer nem um milímetro dessas idéias. Isto não quer dizer que neguemos a grande importância da luta ideológica, mas exigimos que seja colocada em seu verdadeiro lugar: é muito importante, mas não o “único meio” ou o privilegiado para extirpar a ideologia burguesa. Sua função é ser uma poderosa base para a mobilização permanente dos trabalhadores que leve à extinção do sistema capitalista. Quer dizer, “o único meio” que a humanidade tem para superar a ideologia burguesa é conseguir um novo sistema de produção e não a luta ideológica contra ela.

Em seu afã de justificar que a contra-revolução só deve ser combatida no terreno que esta escolher, sem que o partido revolucionário nunca possa tomar a iniciativa de atacar como melhor lhe convenha, o SU utiliza outro argumento, complementar, mas de tipo negativo: toda medida administrativa contra os partidos

contra-revolucionários, exceto no momento em que se levantam em armas contra o poder operário, no final acaba indo contra os revolucionários. Isto não é mais que outro fetiche, mas negativo: as medidas administrativas ou punitivas são sempre ruins. Nós negamos tanto este como os outros fetiches jurídicos, normativos e institucionais da maioria do SU.

A repressão pode ter resultados magníficos se aplicada contra uma classe que abandona a cena; a ditadura revolucionária de 1917-1923 o demonstrou plenamente...⁷⁷

A concepção do SU é defensiva. E também metafísica, de lutas separadas em compartimentos estanques, sem nenhuma relação entre si e sem passar de uma a outra enquanto o inimigo não faça o mesmo previamente. Assim sendo, elimina-se a possibilidade de que um Estado operário tome a iniciativa de iniciar uma guerra revolucionária contra um Estado burguês. Esta possibilidade foi levada em conta por Lenin e Trotsky em várias oportunidades. É uma variante que não devemos descartar para o futuro. Mas se fôssemos conseqüentes com o raciocínio do SU, jamais um Estado operário deveria iniciar uma guerra revolucionária e teria que se limitar a combater a propaganda do Estado burguês inimigo só com sua própria propaganda. Nós não pensamos assim. Não acreditamos que a longo prazo as medidas administrativas e físicas sejam ruins, que as penas sejam inúteis se não forem aplicadas com advogado de defesa e lei escrita; que reprimir uma luta ideológica com métodos violentos seja negativo porque à luta ideológica só se deve opor uma igual. Como tampouco acreditamos que teria sido um erro declarar guerra à Alemanha de Hitler em 1933. Este é um critério pequeno-burguês com complexo de culpa, que precisa dizer que foi a burguesia que atirou a primeira pedra. Para nós, atirar a primeira pedra é um orgulho, um dever. O outro critério capitula frente à opinião

⁷⁷ Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p. 236.

pública pequeno-burguesa dos países ocidentais, não tem nada a ver com marxismo. Este opina que a luta de classes é uma luta total, na qual todos os métodos e armas para derrotar o inimigo de classe são utilizados: administrativos, penais, propagandísticos, ideológicos, teóricos, econômicos e principalmente físicos e políticos, e se escolhem os mais adequados para derrotá-lo, sem considerar se ele o tenha utilizado ou não. Isto não quer dizer que cada tipo de luta não tenha suas regras específicas; sim, as tem, mas dentro de uma unidade de conjunto. Dessas lutas, a mais importante é a que destrói física e politicamente a contra-revolução. É o que Trotsky nos disse com sua clareza costumeira: “A violência revolucionária foi o método fundamental empregado na luta contra os latifundiários e os capitalistas”, no lugar dos chamados chorosos do SU de combatê-los ideologicamente enquanto não se levantem em armas. E na mesma página insistia: “Não é possível ganhar os exploradores para o socialismo; sua resistência devia ser quebrada a qualquer custo”⁷⁸.

A resolução do SU nos dá um esquema quase completo para depois da tomada do poder, a ponto de nos indicar como fazer as chamadas telefônicas para nos informar. A “única” coisa que não está contemplada é o que fará a ditadura do SU frente a uma mobilização operária que ataque fisicamente os propagandistas da contra-revolução burguesa, como aconselhávamos que se fizesse antes da tomada do poder. As normas do SU a proibirão? A encorajarão ou, pelo menos, a deixarão acontecer? Os operários poderão tomar a iniciativa de agredir fisicamente os militantes dos partidos e os editores dos periódicos contra-revolucionários? Serão punidos pelo código penal do SU se o fizessem?

Para nós, a perspectiva não oferece dúvidas: a contra-revolução imperialista (ainda que sob o nome envergonhado que a

78 Trotsky, “La degeneración de la teoría y la teoría de la degeneración”, *In. Escritos* [compilação de ensaios, artigos, cartas etc]. Bogotá, Pluma, 1976-1977, t. IV, v. 2, p. 325.

maioria do SU a chama, de “reação”) deve ser combatida como a classe operária considerar mais conveniente e necessário para derrotá-la, sem se ater e comprometer-se com nenhuma norma fixa. Por isso, na frente do arco do triunfo da ditadura revolucionária do proletariado, parafrasearemos, em letras enormes, a famosa frase de Quebracho: *“Sob a ditadura do proletariado não se discute a contra-revolução imperialista, se destrói!”*.



MESSIANISMO EUROCÊNTRICO: A CONTRA-REVOLUÇÃO SE DISSIPA

SÓ VANTAGENS PARA A EUROPA

Como um Moisés moderno, Mandel acredita que seus “países europeus” sejam os “eleitos” para avançar ao socialismo. No lugar de um Messias, virá em sua ajuda uma série de condições excepcionais que os “salvarão” da contra-revolução imperialista com todas suas conseqüências.

O messianismo, expressão típica da pequena-burguesia impressionista, não entende de matizes e nem de contradições. Sempre oscila entre o pessimismo mais absoluto, como o da inevitabilidade da guerra mundial num prazo fixo, e o otimismo total, como o da ignorância das dificuldades ou o reino das vantagens absolutas. Mas a realidade não é absolutamente negativa nem positiva. Nela, os elementos favoráveis ou desfavoráveis a nossos objetivos sempre estão combinados em alguma proporção, o que faz com que em cada momento determinado haja mais ou menos facilidades para a revolução ou a contra-revolução.

No caso do SU, seu messianismo é descoberto pelo silêncio, pela falta de inconvenientes que vê para a revolução socialista e para a ditadura do proletariado defendida por seu documento. Isto está explícito no caso de Mandel. Na entrevista que concedeu a Weber em maio de 1976, explica porque considera que os povos da Europa ocidental deverão percorrer um caminho

distinto ao que o resto da humanidade percorreu neste século para chegar à revolução.

A primeira vantagem é a possibilidade remota de uma intervenção contra-revolucionária imperialista. Vejamos:

Não observei em Portugal a entrada em ação dos exércitos regulares da França, Alemanha ou EUA e não creio que uma revolução vitoriosa na Espanha, França ou Itália deva enfrentar-se com eles nos primeiros três ou seis meses. O mundo hoje é muito diferente ao de 1917.⁷⁹

E mais adiante, referindo-se às possibilidades da permanência de um governo frente-populista europeu, como se deu no Chile, agrega:

No Chile durou três anos com uma classe operária infinitamente mais débil que a da Europa ocidental e com a possibilidade de intervenção direta do imperialismo estadunidense, que, apesar de tudo, é mais reduzida na Europa ocidental que no Chile.⁸⁰

Estas afirmações de Mandel são totalmente irresponsáveis. Em Portugal não houve nenhuma revolução triunfante que obrigasse a intervenção militar da contra-revolução estrangeira. Como demonstraram os fatos posteriores, a revolução portuguesa foi estritamente controlada pelo imperialismo. Só quem acreditava, com os ultra-esquerdistas de todo tipo, que sob o governo de Vasco Gonçalves a revolução operária seria levada a cabo pode, hoje em dia, supor a necessidade de intervenção militar do imperialismo. Por que Mandel está tão seguro de que uma revolução triunfante no sul da Europa não será atacada mi-

79 Mandel, “Sur quelques problèmes de la stratégie révolutionnaire en Europe occidentale” Entrevista realizada por Henri Weber. *Critique communiste*, n° esp., 1976, p. 137. Existe também versão em espanhol publicada por *Comunismo*, n° 1, dez. 1997/jan. 1978.

80 Idem, p. 171.

litarmente pelos exércitos burgueses desse sub-continente nos primeiros três ou seis meses? Não será aos nove? Por que essa diferença com 1917 em relação à guerra civil e aos enfrentamentos armados? Só um irresponsável pode descartar de maneira tão categórica essa eventualidade. Vejamos o que indicam os próprios fatos da realidade européia. As duas únicas revoluções com conselhos em vias de triunfar, a húngara de 1956 e a tchecoslovaca de 1968, foram atacadas de forma imediata, antes que se desenvolvessem, pelo exército russo com a anuência do imperialismo. Não houve outras experiências nem outras possibilidades de triunfo de uma revolução com conselhos operários na Europa nos últimos 25 anos. E estes fatos nos indicam que não há nenhuma razão para acreditar que a revolução européia será muito mais pacífica que as outras, ou que não será atacada por exércitos burocráticos ou imperialistas.

A segunda vantagem para Europa é que seu “grau de autonomia” [...] “é infinitamente maior que o de um país como o Chile”⁸¹. Isto é total e absolutamente falso, já que quanto mais adiantado um país menor é sua autonomia. Trotsky cansou-se de destacar isso e dizia [já em 1928!] que acreditar que um país adiantado possa construir o socialismo dentro de suas fronteiras é “esquecer a lei do desenvolvimento desigual quando mais se necessita dela”. Usando o exemplo das forças produtivas da “Inglaterra”, disse que, devido a seu “desenvolvimento exagerado [...] tem a necessidade de quase o mundo todo para abastecer-se de matérias primas e vender seus produtos”⁸².

No entanto, se abordássemos os problemas da construção do socialismo só com este critério [o de Mandel, agregaríamos nós] *abstraindo as riquezas naturais do país*, as relações que existem em seu interior entre a indústria e a agricultura, o lugar que

⁸¹ Idem, p. 172.

⁸² Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas (La III Internacional después de Lenin)*. Buenos Aires, El Yunque, 1974, p. 129.

ocupa no sistema mundial da economia, cairíamos em novos erros não menos grosseiros. Falemos da Inglaterra. Sendo indiscutivelmente um capitalismo superior, e *precisamente por isto* [sublinhado no original], não tem nenhuma probabilidade de organizar com êxito o socialismo no marco de suas fronteiras insulares. *A Inglaterra bloqueada se afogaria em poucos meses.*⁸³

Isto que Trotsky dizia em 1928 está cada dia mais certo. Como no caso do Japão ou dos EUA, a autonomia de qualquer país da Europa ocidental é praticamente nula. Pensemos na Alemanha com seus 110 bilhões de dólares de comércio exterior ou na França com seus mais de 60 bilhões, para vermos que sua economia depende infinitamente mais da economia e do mercado mundial que o Paraguai, Angola ou Índia. Quanto mais atrasado é um país, maior é seu grau de autonomia, e isto constitui uma das vantagens do atraso. Até agora têm sido as correntes reformistas e nacionalistas do movimento operário que sustentam o contrário.

A terceira suposta vantagem é a estrutura social dos países europeus. Sua fundamentação é economicista. Referindo-se à composição das forças armadas européias em relação às chilenas disse:

Creio que neste terreno também estaremos em condições de evitar estes erros e de obter melhores resultados. A experiência do movimento de soldados destes últimos anos, sobretudo em Portugal, mas também na França e Itália, mostra que partimos de um patamar melhor que os chilenos, e que nos países altamente industrializados (onde se pode afirmar que inclusive no exército a maioria absoluta dos recrutas reflita a estrutura social do país), acredito que seja pouco provável a existência de um ascenso revolucionário de importância que não se traduza em enfrentamentos no interior do exército. Temos, portanto, melhores possibilidades que no caso do Chile...⁸⁴

⁸³ Idem, p. 130.

⁸⁴ Mandel, cit., p. 173.

Isto quer dizer que o fato de haver maior desenvolvimento industrial e o proletariado europeu ocupar um lugar muito mais importante na sociedade que nos países atrasados beneficia de maneira absoluta a classe operária européia e debilita os exércitos burgueses. Mecânica simples de um silogismo formal, sem contradições, e portanto, falso: para maior desenvolvimento industrial, maior número de trabalhadores; para maior número de trabalhadores, maior composição operária dos exércitos; para maior composição operária dos exércitos, menor caráter contra-revolucionário dos mesmos.

Com isto, Mandel quer dizer que no Chile há menos recrutas (composição operária) que na Europa. O que não diz é que dessa proporção menor de filhos do proletariado, oitenta por cento eram politicamente antiimperialistas, refletindo-se na crise colossal das forças armadas chilenas, o que Mandel parece ignorar. Tampouco vê que, ao contrário, na Europa existe uma aristocracia operária que se formou como consequência da exploração das colônias e semicolônias, que tem uma vida relativamente privilegiada em relação aos setores operários marginais, sobretudo aos das nacionalidades oprimidas, e por isso é pró-imperialista e/ou reformista. Gostemos ou não, a classe operária está totalmente dividida por razões econômico-sociais, entre os que fazem parte desse setor privilegiado e os que sofrem mais a exploração. E, como se fosse pouco, a isto se agrega o fato de que nos países adiantados existe uma poderosa classe média que também é pró-imperialista. Por isso, não podemos acreditar que da existência de uns oitenta por cento de população operária derivem necessariamente todo tipo de facilidades para o processo revolucionário. Este dado estatístico não esclarece muito; as relações são muito mais complexas do que pretendem os silogismos de Mandel. A posição que esses setores privilegiados irão tomar dependerá da luta política. Por exemplo, a crise econômica pode fazer com que importantes setores se transformem em correia de transmissão da contra-revolução imperialista ou se

passem para a revolução. Portanto, os revolucionários dos países adiantados têm uma tarefa suplementar: conseguir ganhar para a revolução estes setores privilegiados, já que, ao não fazê-lo, eles serão os principais colaboradores da contra-revolução imperialista ou burocrática, através de seus partidos reformistas ou de bandos fascistas.

Essa concepção messiânica do camarada Mandel é concretizada na resolução do SU pela total ignorância do imperialismo e da contra-revolução imperialista. Só fala do imperialismo, como veremos, duas vezes e como referência histórica. Nem uma só outra menção em todo o documento. O mesmo com a contra-revolução imperialista.

Esta caracterização do SU é novidade. Há poucos anos sustentava exatamente o contrário – em poucos anos se dariam batalhas decisivas com a contra-revolução imperialista. Recordemos:

Sem a construção de uma nova direção no prazo de que se dispõe [que era de quatro ou cinco anos em 1972] o proletariado europeu conhecerá novas e terríveis derrotas de magnitude histórica ao final de uma série de lutas das massas, algumas das quais terão a extensão que tiveram as de maio de 1968 na França.⁸⁵

No mesmo documento afirmava-se que: “na maioria dos casos, transcorrerá um período de quatro a cinco anos antes que comecem as batalhas decisivas”⁸⁶.

Estas batalhas não aconteceram. Nós perguntamos ao SU: não pensam em explicar porquê? Postergaram-se por um ou dois anos? Por dez? Desapareceu esta possibilidade por uma etapa? Por

85 Tendencia Mayoritaria Internacional (TMI), “La construcción de los partidos revolucionarios en Europa capitalista”, projeto para o X Congresso da IV Internacional, *Boletín de Informaciones Internacionales*, nº 4, jun. 1973, publicado pelo PST (argentino), p. 16.

86 Idem, p. 9.

quê? Mas, principalmente, camaradas, por que não falam mais destas batalhas para as quais se devia preparar com urgência?

Aparentemente, sem explicação, esse perigo de luta imediata e mortal com a contra-revolução imperialista já não existe, apesar de que estejamos a quilômetros de conseguir “a construção de uma nova direção no prazo de que se dispõe”.

É possível que o SU acredite estar confeccionando um documento para ganhar os setores que estão cheios de ilusões democráticas. Portanto, não pode falar de ataques imperialistas porque seu programa super-democrático desabaria. No entanto, não vamos ganhar estes trabalhadores elaborando um programa na medida de suas ilusões, mas através da ação revolucionária. O triunfo de uma ditadura revolucionária na Europa terá que se opor a uma frente única contra-revolucionária do imperialismo, burocratas dos Estados operários, em especial a URSS, àqueles setores privilegiados do movimento operário e à classe média que seguem os partidos reformistas, democráticos-burgueses ou fascistas. E o programa que levantaremos deve servir para armar todos os que vamos ganhando para a revolução contra esta frente única.

DA LUTA ARMADA, EM TODOS OS TEMPOS E LUGARES, A UM SEMIPACIFISMO

A estratégia de poder do SU deu agora um giro conseqüente. Já que o perigo de contra-revolução imperialista não existe e que as massas européias – as “eleitas” – preferem agora os métodos pacíficos, estes são os escolhidos pelo SU. A luta armada foi descartada completamente.

É necessário recordar as posições anteriores, tão recentes, para chamar a atenção sobre o significado deste vai-e-vem. A maioria do SU pregou durante anos a religião da luta armada em todos os tempos e lugares. Seus documentos eram atravessados

pelo fantasma de uma sangrenta contra-revolução imperialista na Europa, no prazo de seis anos, e era necessário estar preparado para ela. Na América Latina, autoconvertidos em vanguarda, ignoraram os processos pelos quais a massas participavam das eleições e consideraram reformistas os que não eram a favor da guerrilha. Eram também reformistas os que não estavam com a violência minoritária na Europa. Levados por esta orientação, nossos companheiros franceses e ingleses começaram a enfrentar, porrete nas mãos, grupelhos fascistas. E um destacado dirigente francês chegou a desenvolver a hipótese de que se devia apoiar nos camponeses deste país para fazer uma guerrilha no estilo castrista. Certamente, era a única forma, segundo ele, de enfrentar a contra-revolução. Não vamos dizer em que consistiu a polêmica que sustentávamos a respeito, porque todos a conhecem.

Mas, como agora, segundo se deduz da resolução, já não se deve fazer a luta armada quase nunca, surgem várias perguntas.

A primeira é onde ficou, para o SU, a contra-revolução imperialista, ou quando e como desapareceu este perigo que antes o aterrorizava.

Um documento que não fala dos inevitáveis enfrentamentos armados que se darão nas próximas décadas não serve, nem para entender as revoluções vitoriosas, nem as atuais, nem as futuras.

Na resolução não há uma só linha dedicada a explicar a inevitabilidade desses enfrentamentos. Existe um capítulo para depois da tomada do poder que contempla os enfrentamentos armados, mas para também terminar dizendo que essas ações deverão ser regidas por um código penal humanitário. O documento não delimita os momentos da guerra civil, mas

...não há nenhuma classe histórica que passe da situação de subordinada à de dominante de forma súbita, da noite para o dia, ainda que essa noite seja a da revolução.

Sempre há um imediatamente antes e um imediatamente depois.

O antes, o período prévio, significou trinta anos de guerra civil no Vietnã e vinte anos na China, enquanto durou nove meses na Rússia. O momento do assalto ao poder é um enfrentamento decisivo, violento, cheio de incertezas, no qual se resolve a situação a favor de um lado ou de outro.

É concebível que tamanho acontecimento deva depender de um intervalo de vinte e quatro horas? Claro que sim. Quando se trata da insurreição armada, não se medem os acontecimentos pelo quilômetro da política mas pelo metro da guerra. Deixar passar algumas semanas, alguns dias, às vezes um dia só, sem mais, equivale, em certas condições, à rendição da revolução, à capitulação.⁸⁷

É uma “arte”, dizia Lenin, um momento essencialmente militar, que exige

...organizar um Estado-maior... lançar os regimentos fiéis nos pontos mais importantes... enviar contra os cadetes militares e a divisão selvagem destacamentos prontos a sacrificar-se até o último homem antes de deixar o inimigo penetrar nos pontos centrais da cidade... convocá-los à batalha final... ocupar... o telégrafo e a telefônica...⁸⁸

Assim resumia Trotsky as exigências de Lenin para a revolução menos sangrenta da história! Para a Europa, Trotsky pensava ser verossímil o enfrentamento

...com uma resistência muito mais séria, muito mais encarniçada... das classes dominantes o que “nos obrigaria” a considerar uma arte a insurreição armada e a guerra civil em geral.⁸⁹

⁸⁷ Trotsky, *Lecciones de Octubre*. Ciudad de México, Juan Pablos, 1974, p. 57.

⁸⁸ Idem, p. 55.

⁸⁹ Idem, p. 66.

O que ocorre posteriormente, não é mais que a continuação da guerra civil. “A tomada do poder não põe fim à guerra civil, só muda seu caráter”⁹⁰, porque se trata de defender o Estado operário surgido recentemente das desesperadas tentativas da contra-revolução para voltar à situação anterior.

Estes períodos terão uma duração e uma dinâmica que não pode ser determinada *a priori*, mas toda a experiência demonstra que serão inevitáveis, e cada vez maiores. Sem armas nas mãos, sem guerra civil, não haverá revoluções operárias e ditaduras revolucionárias vitoriosas. Para a maioria do SU isto não é assim. No máximo, acreditam que poderia haver luta armada em casos excepcionais, uma vez consolidado o poder operário. Por isso o pequeno capítulo dedicado à autodefesa do Estado operário.

Mandel agregou alguns conceitos na entrevista que concedeu a Weber em maio de 1976.

Para que exista verdadeiramente uma crise revolucionária é necessária uma dimensão ideológica moral suplementar, que dizer, um início de rejeição da legitimidade das instituições do Estado burguês por parte das massas. E isto só pode ser o resultado de uma luta profunda, um enfrentamento muito profundo – *não necessariamente violento* – entre as aspirações revolucionárias imediatas das massas e ditas instituições.⁹¹

Esta conclusão do companheiro Mandel, referindo-se ao futuro dos países capitalista europeus, é muito cuidadosa, mas muito profunda. Até agora os enfrentamentos revolucionários têm sido necessariamente “violentos e sangrentos”, como os do Irã e muitos outros. Mas para Mandel, os “eleitos” europeus têm outro caminho: o pacífico, o democrático, já que é possível que não haja “enfrentamentos violentos”.

⁹⁰ Trotsky, “Problems of the Civil War”, In. *The Challenge of the Left Opposition*, cit., p. 181.

⁹¹ Mandel, cit., p. 140.

As posições mudam, mas o impressionismo estudantil e professoral que as alimentam, permanecem os mesmos.

Ontem, quando haviam escolhido a juventude européia impressionada com castrismo, o método era a guerrilha, e o lugar, a América Latina. Hoje, quando escolhem as massas ocidentais cheias de ilusões democráticas burguesas, é a “liberdade política ilimitada” e na Europa.

A aparente base objetiva destas posições é o momento particular da luta de classes na Europa. Os trabalhadores, em sua maioria, continuam acreditando que tudo se resolverá com eleições que levem os partidos operários ao governo. Mas nós não podemos tirar conclusões mês a mês, correndo atrás das massas e dos partidos colaboracionistas. A história deste século mostra que todos os triunfos do pós-II Guerra (1939-1945) foram produto de tremendas guerras civis, nas quais o imperialismo interveio de uma forma ou outra; que a guerra civil é parte da realidade contemporânea em grau decisivo. Assim ocorreu na Rússia, Iugoslávia, China, Coreia do Norte, Vietnã e Cuba. As guerras civis foram mostrando um crescimento da violência em relação à russa. A cubana foi a menos violenta, mas isto se deveu a um erro do imperialismo que a tolerou e deixou que um setor seu a apoiasse. De todo modo houve uma intervenção posterior do imperialismo, com uma invasão e um bloqueio, que dura até hoje. A única exceção, o Leste europeu, é relativa, porque nesses países a revolução se apoiou, direta ou indiretamente, na guerra sustentada pelo Exército Vermelho contra o exército imperialista alemão e que custou dezenas de milhões de mortos.

Ao ignorar isto, ao eliminar a dimensão militar da revolução operária – a insurreição – a resolução do SU deixa as massas desarmadas. Nas próximas décadas, os operários que sigam o SU terão que enfrentar os exércitos imperialistas com idéias.

UMA ESCOLHA INFELIZ DE MANDEL: O EXEMPLO CHILENO

Quando explica porque a eleita Europa se salvará quase certamente dos enfrentamentos armados, Mandel tem a pretensão de que o exemplo chileno lhe sirva. Mas a realidade o desmente, e se vê obrigado a reconhecer, em uma frase, que as coisas possivelmente não sejam tão pacíficas:

A subida ao poder de um governo de esquerda será acompanhada inevitavelmente de uma agudização da luta de classes, de uma fuga de capitais, de greve do capital (ou seja, dos investimentos), de uma sabotagem da produção, de *conspirações permanentes da extrema direita* contra estes governos, com o apoio do aparato do Estado, do terrorismo da extrema direita como se viu em Portugal no ano passado, na Espanha em 1936, no Chile em 1970 e como se verá amanhã na Itália, Espanha ou França.⁹²

Nós concordamos com esta perspectiva assinalada por Mandel nesta frase única e isolada. Todo movimento trotskista mundial deve preparar-se para ela e elaborar teses sobre a ditadura do proletariado, girando ao redor dos inevitáveis ataques armados da contra-revolução. Soma-se a isto que, se o proletariado tomar o poder, esta luta acirrar-se-á até se transformar em um grave problema para a sobrevivência da primeira ditadura triunfante na Europa.

Parece que depois deste prognóstico deveria ser perguntado: se a burguesia está disposta a fazer isto contra um governo burguês de esquerda como o de Allende, o que não faria contra a ditadura revolucionária do proletariado? A pergunta se responde por si. Mas, que programa propõe Mandel — e de fato a resolução — para enfrentar a inevitável situação? Referindo-se aos governos reformistas diz que se deve exigir

⁹² Idem, p. 170.

...palavras de ordem de depuração radical, de eliminação de todo aparato repressivo da burguesia, da dissolução dos corpos repressivos, dos juízes permanentes, de tudo que está escrito na mente das massas depois das experiências da Espanha de 1936 e do Chile. A isto se agregam todas as reivindicações econômicas das massas que, expressando a lógica da dualidade de poder, giram em torno da nacionalização sob controle operário. Tudo isto constitui a primeira pauta de reivindicações dirigida a este governo.⁹³

Aqui está sintetizada toda a capitulação revisionista, reformista, dos membros do SU, expressa por seu aparentemente melhor porta-voz, o camarada Mandel. Se as perspectivas são “as conspirações permanentes da extrema direita, com todo o apoio do Estado, o terrorismo da extrema direita”, como se pode dizer que a solução seja exigir destes governos reformistas e colaboracionistas de classe “o saneamento radical, a eliminação radical de todo o aparato repressivo, dos juízes permanentes”? Nem uma palavra mais, nem uma palavra menos: confiarão no governo, farão pressão sobre ele, não como um método pedagógico para desmascará-lo perante as massas, mas como única saída! Do contrário, por que nem a resolução nem Mandel dizem uma só palavra sobre a necessidade da mobilização armada do proletariado? Simplesmente por considerarem que esses governos social-democratas ou frente-populistas desmantelarão seu aparato repressivo por causa dos pedidos do movimento operário? Portanto, porque derramar sangue? No entanto, os enfrentamentos armados serão não só a única forma efetiva para enfrentar a direita reacionária, mas a única base possível para o chamado a uma frente única com os operários social-democratas e stalinistas: realizemos ações comuns contra a extrema direita.

A segunda pauta é a resposta a todas as medidas burguesas de sabotagem e de desarticulação econômica que inevitavelmente

⁹³ Idem, p. 175.

serão adotadas. É a política de resposta do olho por olho, das ocupações de fábrica, confisco de fábricas e dos bens de sua direção, da elaboração de um plano operário de reconversão e de novo auge da economia, da extensão e generalização do controle operário rumo à autogestão, de tomar nas suas mãos toda uma série de aspectos da vida social pelos próprios interessados (transporte coletivo, mercados populares, delegacias, universidades, agricultura etc). E neste *debate* sobre este tipo de questões, no quadro da democracia operária, através das experiências que as massas realizem, *na defesa mais intransigente da liberdade de ação e mobilização das massas* – inclusive quando paralisarem os projetos do governo, ou forem na contracorrente dos planos reformistas – na ilustração, na consolidação, na centralização das distintas experiências de auto-organização, sem excessos sectários, sem insultos do tipo “social-fascista”, levando em conta a sensibilidade particular dos setores que ainda tenham confiança, ainda que decrescente nos reformistas e que, cada vez em maior número mudarão de referências, do reformismo ao centrismo de esquerda e ao marxismo revolucionário. Nesse sentido, há uma unidade e uma articulação coerentes entre a política de conquista das massas pela frente única e a política de afirmação, de extensão e de generalização da dualidade do poder e a consolidação do poder operário pela insurreição.⁹⁴

A mesma coisa com a segunda pauta! Todas têm o objetivo de enfrentar economicamente a contra-revolução, de reorganizar a economia sobre bases operárias, para convencer lenta e pacificamente os trabalhadores da bondade do poder operário. Nem uma só palavra sobre o enfrentamento armado nas ruas com a contra-revolução. É inacreditável que Mandel cite “a Espanha de 1936 e o Chile” como exemplos, sendo que nesses países a chave da derrota teve a ver com o enfrentamento armado ao golpe contra-revolucionário.

94 Idem.

Esta é a grande experiência do Chile. As massas aplicaram milimetricamente a política de Mandel. Levantaram a primeira pauta, ou seja, aborreceram-se de exigir que Allende reprimisse a extrema direita. Ao mesmo tempo, desenvolveram a segunda pauta: ocuparam fábricas e dominaram os cordões industriais. O resultado é visível: triunfou o golpe de Pinochet. A lição do Chile, Espanha e Bolívia em 1971 é que a grande tarefa nessa etapa de governos reformistas é o armamento do proletariado e a frente única com os operários reformistas para enfrentar, armas na mão, a contra-revolução, e não a política de duas pautas de Mandel: exigências ao governo e ocupação de fábricas para demonstrar aos operários oportunistas que somos mais democráticos e melhores administradores da economia que a burguesia. O que deve ser demonstrado aos trabalhadores reformistas é como enfrentar e derrotar fisicamente a burguesia e a contra-revolução imperialista.

CUBA DESMENTE O OTIMISMO IRRESPONSÁVEL DO SU

O SU não pode deixar de advertir que haverá alguns obstáculos para os países eleitos. Enfrentamentos armados, seguramente não, mas propaganda contra-revolucionária sim. No entanto esta não oferece maiores perigos. “Não há razão para temê-la”, está derrotada de antemão.

Quando a classe burguesa estiver desarmada e expropriada, quando seus membros só tiverem acesso aos meios de comunicação de massa em proporção ao seu número e não sua fortuna, *não há razão para temer um confronto constante*, livre e franco entre suas idéias e as nossas. [Bastará] lutar sem trégua contra estas ideologias *no terreno da própria ideologia*.⁹⁵

⁹⁵ SU, cit., p. 7.

O que é “uma confrontação constante” entre a revolução e a contra-revolução? Um passatempo? Se a contra-revolução faz propaganda é porque pode e tem algo a ganhar com ela. Não há nenhum exemplo histórico que demonstre o contrário. Os contra-revolucionários aproveitarão sempre as tremendas dificuldades de algumas ditaduras operárias para se fortalecer e, quando conseguirem, irão inevitavelmente à guerra civil. As teses do SU nunca levam em conta esta possibilidade.

Vejamos Cuba. Aqui, como dissemos, a violência prévia à tomada do poder foi muito menor que no resto dos países que alcançaram a ditadura do proletariado. Mas, neste caso, o mais grave veio depois.

Cuba é parte do mundo ocidental e sofreu um colossal bloqueio econômico que provocou uma crise permanente da economia. Este bloqueio foi acompanhado pelo êxodo para os EUA de meio milhão de “gusanos”, agentes da contra-revolução imperialista.

Se Fidel tivesse atuado de acordo com as normas do SU, nem bem chegado de Sierra Maestra deveria ter feito um discurso pedindo aos quinhentos mil “gusanos” que não se fossem e dando-lhes todas as garantias individuais. Teria que ter permitido que eles fizessem uma fantástica propaganda de acordo com seu número, organizar-se em partido político e ceder-lhes locais garantidos pelas milícias. Com certeza, teria que ter impedido o julgamento dos torturadores porque só podiam se basear no proibido “recurso ao conceito de delinquência retroativa”. E Batista também teria ficado.

Suponhamos agora que Fidel vá mais além. Não só lhes dá a “liberdade política ilimitada” do SU, senão que, também, aconselhado por Mandel, aplica o voto universal e chama eleições gerais. E suponhamos também que a contra-revolução não se aproveite dessas condições, não use essas liberdades para derrotar Fidel pela força e recuperar os bens expropriados. Em síntese, que tenhamos uma contra-revolução honesta, que se comporte

pacificamente e se dedique a fazer sua campanha eleitoral e a desenvolver uma luta puramente ideológica. Tendo a seu favor a crise econômica promovida pelo bloqueio estadunidense, o apoio do imperialismo, o atraso dos camponeses, a divisão da esquerda e a férrea determinação dos quinhentos mil “gusanos”, a burguesia poderia ter obtido a maioria eleitoral sem derramar uma gota de sangue, como quer o SU: o que aconteceria neste caso? Um sucessor de Batista voltaria ao poder, as empresas expropriadas voltariam às mãos dos capitalistas?

Os eurocomunistas disseram que sim, que se eles estivessem no poder o devolveriam à contra-revolução caso esta ganhe as eleições. *Nós queremos saber o que fariam o SU e o companheiro Mandel em um caso similar. Exigimos que o SU se pronuncie categoricamente sobre este problema.* Realizarão eleições livres e entregarão o poder a quem ganhar, se estivessem no poder, mesmo que seja a contra-revolução? Se nos respondem que não, queremos saber o que farão então perante a lógica exigência da reação de que lhes entregue o poder: lutarão contra ela com as armas nas mãos para conservá-lo? E se as massas trabalhadoras passarem por cima e saírem às ruas para destruir as urnas? Lutarão contra elas? Qualquer coisa que façam, que não seja entregar o poder à contra-revolução, será transformada em repressão armada preventiva à contra-revolução; será deixar de lado a luta eleitoral. Todo o documento vem abaixo. Mas o SU, irresponsavelmente, descarta esta possibilidade de vitória eleitoral da contra-revolução imperialista.

Claro que poderiam dizer-nos que o exemplo cubano não serve porque seu programa refere-se a uma ditadura revolucionária. Nesse caso, o programa do SU seria infinitamente mais criminoso. Se em Cuba tivesse surgido uma ditadura marxista revolucionária, apoiada nos conselhos operários, o bloqueio teria sido não só dos EUA, mas também da URSS. Neste caso, a ditadura do proletariado aconselhada pela maioria do SU não teria durado nem sequer seis meses. Esse meio milhão de contra-



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

revolucionários, apoiados em semelhante crise econômica que se produziria, teria desenvolvido uma campanha que lhes seria permitido contar com todas as possibilidades de vitória. Por que o bloqueio que Cuba sofreu não se repetirá contra os países europeus onde triunfe a revolução socialista? Nós não só opinamos que essa será a tendência mais provável, mas, além disso, voltamos a afirmar: as primeiras ditaduras revolucionárias do proletariado, encabeçadas ou influenciadas pelo trotskismo, sofrerão as mais atrozes e tremendas guerras civis como jamais visto em todo o século.

A CONTRA-REVOLUÇÃO IMPERIALISTA E O PERIGO DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

As vantagens que os operários europeus gozam para a tomada do poder continuarão existindo, segundo a resolução, para as próximas ditaduras, e já existem para os atuais Estados operários.

...é necessário insistir sobre o fato de que o problema principal que se coloca hoje na URSS, na República Popular da China, e nos Estados operários do Leste europeu, não é o perigo da restauração capitalista, em situações de guerra ou de guerra civil. O problema principal que a classe operária enfrenta nesses países é o controle ditatorial da vida econômica e social por uma casta burocrática privilegiada.⁹⁶

Se a resolução quer dizer o “principal problema de hoje”, e só de hoje, estamos completamente de acordo com ela. As massas dos países operários burocráticos necessitam, antes de mais nada, fazer sua revolução política. Não vamos insistir nisto que não só não abandonamos, mas que é a razão de ser do trotskis-

⁹⁶ Idem, p. 8.



mo. Mas o eixo da citação não é definir qual a situação atual, mas que o tema é o perigo da restauração capitalista, e tudo isto com prazo de validade quase eterno, como toda resolução. O SU responde que perante esse problema há outro pior: o controle ditatorial da casta burocrática. Nós perguntamos então: há perigo de restauração amanhã, em dez ou vinte anos? O raciocínio se detém neste parágrafo. No entanto, o tema volta a aparecer em outra parte:

Não há razão para que os trabalhadores considerem como um perigo mortal a propaganda que os “incite” a devolver as fábricas e os bancos aos proprietários privados. Há pouco risco de que, em sua maioria, sejam convencidos por uma propaganda deste tipo.⁹⁷

Acreditamos que isto esclarece tudo. Para o SU, as futuras e atuais ditaduras operárias não terão que enfrentar nenhum inimigo importante, nem o imperialismo, nem a restauração capitalista. Os principais perigos virão dos restos da ideologia, dos costumes da classe burguesa, a qual, “uma vez expropriada”, não poderá fazer muito.

Para os autores da resolução, como vemos, a contra-revolução burguesa tornou-se idiota e honesta até a cartada final: mostrarão aos operários seus verdadeiros objetivos, “que lhes devolvam as fábricas”. O SU parece acreditar que a burguesia aceitará suas regras do jogo e em sua propaganda vai falar claro e sem subterfúgios, devolvendo ao camarada Mandel as atenções recebidas. Infelizmente nunca foi assim, nem será. A burguesia restauracionista jamais pedirá que devolvam as fábricas a seus antigos donos. Será, como no levante de Kronstadt, a campeã das liberdades, dos soviets livres e independentes do partido revolucionário no governo, e a grande “defensora” dos operários e camponeses em cada fábrica ou fazenda coletiva. Porque essa

⁹⁷ Idem, p. 9.

burguesia restauracionista não será a velha burguesia, mas a ampla maioria dos tecnocratas, a burocracia, a aristocracia operária e camponesa. Estes setores aspirantes a burgueses defenderão, muito possivelmente, que as fábricas deixem de ser do “Estado totalitário e que passem para as mãos dos operários” como propriedade de cooperativas de trabalhadores. A mesma coisa com as cooperativas agrícolas. O ataque restauracionista será contra a propriedade da indústria, da terra e do comércio exterior por parte do Estado e o plano quinquenal. Com o objetivo de destruir estes pilares encontrarão todo tipo de bandeiras democráticas. Nos detivemos tanto em explicar estas verdades porque há coisas que não se pode deixar passar, como a de acreditar na falta de habilidade da burguesia. Mas isto não é nada; o pior é que o SU crê que as futuras e atuais ditaduras operárias não terão que enfrentar nenhum inimigo importante; o imperialismo, não se sabe por que; e a restauração capitalista tampouco.

O perigo da contra-revolução não depende dos sentimentos restauracionistas, mas do domínio da economia mundial por parte do imperialismo. Pensar o contrário é acreditar na coexistência permanente do socialismo e do capitalismo. Deve-se ter um medo terrível do grave perigo que as tremendas tendências de direita representam e que, nessas condições, são originadas pelo desenvolvimento econômico sob a ditadura do proletariado. Este é um processo inevitável, de contradições crescentes, devido à existência das fronteiras nacionais dos Estados operários burocratizados, à superioridade imperialista na economia mundial e, até agora, ao atraso relativo dos Estados operários. Por isso, o desenvolvimento econômico origina fortes tendências de tipo capitalista, em primeiro lugar, na distribuição e repartição da produção. A função do Estado burocrático é justamente garantir esta repartição burguesa. Uma distribuição desigual é inevitável, e se acentua na medida em que a produção aumente. Pois esta, ao ser de qualquer maneira insuficiente, gera uma luta encarniçada para ver quem se apropria dessa margem crescente.

Este aparato burguês e seu colossal desenvolvimento acompanham o desenvolvimento das forças produtivas do Estado operário, cercado pelo imperialismo e por suas próprias fronteiras nacionais. Por isso Trotsky sempre alertou que o desenvolvimento econômico acelera as contradições existentes e faz surgir outras novas, assim como novas tendências pró-burguesas perigosamente restauracionistas. Só o desenvolvimento da revolução até a derrota do imperialismo pode evitar estas contradições a longo prazo. Mais ainda, todo Estado operário que fique isolado por muito tempo se burocratiza como consequência destas inevitáveis contradições.

Contra esta posição trotskista poderia ser argumentado que durante estes sessenta anos não houve nenhuma situação concreta de perigo imediato de contra-revolução burguesa nos Estados operários. No entanto, esta afirmação não seria válida. Estas contradições existem e são cada vez mais agudas. Se não chegou ao ponto de estourar, deveu-se a várias razões. A primeira é que o imperialismo mundial, até 1939, enfrentou-se entre si, sem fazer uma frente única para atacar a URSS. A segunda, que no imediato pós-II Guerra esteve muito ocupado em recuperar-se dos desastres provocados pela guerra, e que, posteriormente, o *boom* econômico alcançado não levou à necessidade imediata de recuperar os mercados dos Estados operários. E a razão principal e fundamental é que todos os Estados operários deformados tiveram um desenvolvimento quase autônomo, como consequência das razões anteriores e do atraso herdado. Isto provocou um intercâmbio comercial raquítico entre o imperialismo e os Estados operários. Por isso as tendências restauracionistas capitalistas não puderam progredir, já que estas não podem ser mais que um apêndice do imperialismo mundial.

Mas faz mais de dez anos que este processo começou a se reverter, e o intercâmbio comercial e financeiro entre os Estados operários e o imperialismo vem aumentando. Isto foi agravado pela divisão cada vez mais profunda entre as burocracias chinesa

e soviética e o fenômeno eurocomunista. Enquanto as primeiras competem entre si para chegar primeiro a um pacto com o imperialismo e negociam de forma bilateral com os estadunidenses, Europa e Japão, nas melhores condições para estes, o eurocomunismo apóia as burguesias imperialistas européias contra o “totalitarismo” de Moscou, coincidindo com o plano Carter⁹⁸ e criando as condições ideológicas que podem, mais tarde, justificar um ataque interno ou externo aos Estados operários.

Por isso, o prognóstico de Trotsky permanece válido, ainda que até agora se tenha manifestado de forma discreta. Este processo irá adquirindo uma dinâmica cada vez mais escancarada à medida que a influência comercial e financeira imperialista sobre os Estados operários seja intensificada, o que colocaria de imediato o perigo da contra-revolução burguesa. Quer dizer, as contradições nos Estados operários nacionais são cada vez mais agudas e o grande inimigo é o imperialismo, enquanto continuar dominando a economia mundial, não as velhas classes dominantes.

E o plano Carter é a política do imperialismo a serviço da restauração. Seus planos econômico, político e militar se apóiam na demagógica campanha pelos direitos humanos que, ao coincidir no tempo com as afirmações democratistas do SU, podem dar lugar a funestas confusões. Esta propaganda democratista do imperialismo se assenta no justo movimento democrático que está acontecendo nos Estados operários, como consequência do caráter totalitário e reacionário de seus atuais governos. Acreditamos que avançará ainda mais, até chegar a um ponto crítico no

98 Jimmy Carter, na presidência norte-americana de 1977 a 1981, intensificou a campanha pelos “direitos humanos”, denunciando tanto a URSS como Pinochet etc. Enquanto reconhecia pela primeira vez a República Popular da China, permitindo assim as relações comerciais e diplomáticas (ainda que Taiwan mantivesse seu direito de comércio), endurecia com a União Soviética, encerrando os acordos de venda de trigo e proclamando a doutrina Carter, de inviolabilidade do Golfo Pérsico com a intervenção soviética no Afeganistão, acreditava-se que a Rússia pretendia obter um porto no oriente médio. [N. E.]

qual tratará de utilizar a inevitabilidade da revolução política e as mobilizações pela democracia nos Estados operários, altamente progressivas, para desviá-las para uma política de livre comércio e de restauração capitalista. A omissão do plano Carter é um erro muito grave da resolução, ainda mais neste momento, quando os programas de ambos parecem ter pontos em comum, ainda que na realidade sejam diametralmente opostos. Deve sair imediatamente na defesa do nosso, atacando e denunciando o programa imperialista. *Nenhum documento deveria deixar de fazê-lo.*

Trotsky estabeleceu a seguinte lei: à medida que a economia se desenvolve, maior será o perigo restauracionista. Por meio do comércio, dos investimentos e do mercado negro, o imperialismo tratará de recuperar os Estados operários para sua órbita. O plano Carter já o está fazendo. E continuará fazendo até gerar fortes lutas, inclusive armadas, no interior dos Estados operários.

O trotskismo tem a obrigação de esclarecer as massas, assinalando as profundas diferenças entre seus planos democráticos e os do plano Carter; de denunciar a nova estratégia contrarrevolucionária do imperialismo e alertar sobre o conseqüente perigo de restauração capitalista nos Estados operários.



DEMOCRACIA BURGUESA OU DEMOCRACIA OPERÁRIA

DOIS CONCEITOS DA DEMOCRACIA E LIBERDADES OPERÁRIAS

As liberdades democráticas que, segundo o SU, serão ampliadas *ad infinitum* quando a ditadura do proletariado triunfar são, na verdade, as liberdades formais, políticas individuais; as democráticas burguesas correspondentes ao livre comércio capitalista. Este era o sistema que deveria imperar em uma suposta sociedade que a burguesia descrevia como formada por indivíduos, vendedores de mercadorias, que teriam uma série de direitos e algumas obrigações; entre elas, a de respeitar a propriedade privada dos meios de produção. Daí surgia para todos a liberdade de expressão por meio da imprensa, de reunião, de fazer propaganda e de organizar-se politicamente.

O marxismo sempre criticou esta concepção de liberdade. Assinalava que, de fato, esta era só para os burgueses, os únicos que podiam ter gráficas, papel, edifícios para se reunirem, meios publicitários e possibilidades de organizarem-se para a disputa política. Quer dizer, liberdade para os ricos, da mesma maneira que a democracia antiga tinha sido para os senhores de escravos. Baixando mais à terra, isto é sabido por qualquer operário que não tem a liberdade de deixar de trabalhar oito horas; que tem a “permissão” de descansar no domingo, mas não nos outros dias da semana; que não pode mandar seus filhos à universidade,

ainda que nenhuma lei o proíba. Ou por qualquer membro da classe média, como por exemplo um profissional que tem que “se assalariar” para comer, ainda que tenha uma profissão que o habilita a trabalhar “livremente”. Pelo estudante que escolhe uma carreira e não encontra vaga em uma universidade. E por fim, por todos os desempregados que querem trabalhar e não conseguem emprego.

Por isto a crítica marxista à ideologia burguesa neste ponto resumia-se na frase: “a verdadeira liberdade que se dá aos trabalhadores é a de morrer de fome”.

Mas o marxismo não parava por aí, já que também dá a única explicação teórica verdadeira sobre este assunto. Enquanto a ideologia burguesa sustenta que a sociedade é formada por indivíduos, o marxismo demonstra que é formada essencialmente por classes.

Os indivíduos relacionam-se com a sociedade por meio das classes; estão mediados por elas. Nem todos os indivíduos têm as mesmas possibilidades. Do fato fundamental de que um é burguês e o outro proletário, surge a margem de suas possibilidades, de seu desenvolvimento e de sua liberdade. Por isso, enquanto os ideólogos burgueses se perguntam pela margem de liberdade dos indivíduos em uma sociedade determinada, os marxistas começam perguntando-se pela margem de liberdade alcançada nela pela classe operária.

Quando falamos de liberdades operárias, distinguimos dois níveis: um, o da classe operária em seu conjunto *dentro* da sociedade; outro, o dos operários como indivíduos dentro de sua classe. Estes dois níveis não podem ser confundidos, já que sua relação é dialética e muitas vezes entram em contradição. Por exemplo, quando um sindicato compra ou expropria uma gráfica, há um avanço na liberdade de expressão do proletariado. O mesmo ocorreria se essa organização comprasse ou expropriasse edifícios em distintas cidades: o direito de reunião para esse sindicato se expandiria por todo o país. Se os sindicatos conse-

guem sua legalidade, depois de viverem na clandestinidade, a expansão da democracia – comparada com a situação anterior – dá um salto importante. Aumenta a liberdade da classe *dentro da sociedade*.

Se este mesmo sindicato determina que os operários podem fazer assembléias de fábrica para eleger seus delegados livremente ou se há reuniões sindicais mensais onde todo trabalhador possa falar livremente, aumenta a liberdade dos operários *como indivíduos dentro de sua classe*. Neste caso, os interesses de classe e os individuais não entram em contradição.

Suponhamos agora que estes sindicatos se burocratizem e neguem a seus filiados e aos distintos setores da base o direito de defender democraticamente suas idéias ou a questionar a direção sindical. Neste caso, o que foi obtido como classe se contrapõe ao obtido individualmente. Mas este fato, muito grave e que repudiamos, não deve fazer com que esqueçamos a conquista que significou conseguir os sindicatos legalizados e, portanto, não pode levar-nos à posição equivocada de não lhes dar importância ou vê-los, somente, como aqueles que restringem a liberdade de expressão dos operários.

E mais. Pode ocorrer que em algum momento aprovemos o fato de que se restrinja uma liberdade individual. Suponhamos que uma fábrica reunida em assembléia decida entrar em greve. Se esta medida fosse aprovada por maioria, nenhum operário teria o direito individual de ir trabalhar, nem sequer de fazer propaganda contra a greve; se o fizesse seria reprimido até fisicamente. Esta repressão é para nós a máxima expressão da democracia operária: é a classe operária exercendo seus direitos contra a burguesia e sobre os indivíduos da própria classe que respondam àquela. E quando conseguirmos conter os fura-greves e fazer com que a greve triunfe, o consideramos uma vitória da democracia operária, porque as conquistas democráticas mais importantes *são as que o conjunto da classe operária arranca da burguesia*.

Enquanto existirem classes, esta concepção marxista da democracia e das liberdades valerá não só para a democracia operária, mas para todo o regime. A democracia sempre foi interna; uma forma de funcionamento de uma ditadura de classe. Nunca foi mais que isso: ditadura para os oprimidos, democracia para os setores ou classes opressores. Jamais existiu democracia e “liberdade política ilimitada” para todos os indivíduos numa sociedade de classes, como sustenta a ideologia burguesa, nem poderão existir para as futuras ditaduras operárias, como pretende o SU.

Dentre as liberdades, os verdadeiros marxistas sempre reivindicaram, em primeiro lugar, as que têm a ver com as relações econômicas e o trabalho; ou seja com os nervos e os músculos dos trabalhadores. Estas são, por exemplo, a “liberdade de ter trabalho garantido, de receber um salário que permita a subsistência mínima do trabalhador e sua família, de trabalhar menos horas para diminuir o embrutecimento que as longas jornadas impõem, e de ter tempo para intervir na política”. Marx reivindicou o fator econômico, o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção e a luta de classes como os fatores decisivos no processo histórico, contra as concepções racionalistas, ideológicas e individualistas burguesas que tornavam decisivos outros, como as idéias, os indivíduos e as instituições. O mesmo temos que fazer com as liberdades democráticas: considerar fundamentalmente as que têm a ver com as horas de trabalho e o nível de vida do trabalhador.

Quando se quer conhecer o grau de democracia operária em um país determinado, perguntas-chaves devem ser formuladas: que conquistas democráticas a classe operária, como classe dentro de seu país, conseguiu? Que direitos individuais ou setoriais, que *mecanismos internos, de funcionamento*, existem para utilizar estas conquistas, para dirigir essas instituições de classe?

Precisamente na expressão “interno” está a diferença entre a concepção burguesa e a operária das liberdades democráticas. A primeira levanta a bandeira das liberdades individuais e setoriais



DEMOCRACIA BURGUESA OU DEMOCRACIA OPERÁRIA

não subordinadas a nenhum controle de classe, porque esse controle, na sociedade burguesa, é indireto e automático por meio do respeito à propriedade privada dos meios de produção. Salvo raras exceções que confirmam a regra, só os ricos podem ter gráficas, papel, espaços no rádio e na TV. A classe operária não tem – nem poderá ter imediatamente após a tomada do poder – um mecanismo automático capaz de garantir que as liberdades por ela concedidas fortifiquem a ditadura e debilitem os seus adversários. Este mecanismo não pode ser outro que o da mais estrita disciplina de classe para enfrentar a burguesia, para lutar contra ela, e só dentro desta disciplina, interna a ela, as mais amplas liberdades democráticas devem e podem ser concedidas.

A CHINA DE JIANG JIESH E A DE MAO: IGUAIS EM DEMOCRACIA PROLETÁRIA?

Estas duas concepções irreconciliáveis das liberdades democráticas levaram, como era lógico, a duas interpretações opostas pelo vértice das grandes revoluções operárias. É o caso da chinesa e da vietnamita. Para o SU,

...é certo que em alguns países semicoloniais, a debilidade das antigas classes dominantes conduziu a relações de forças sociais tão favoráveis que se pôde levar a cabo a derrubada do capitalismo *sem que tenha havido uma expansão da democracia proletária (China e Vietnã são os dois principais exemplos sobre o particular).*⁹⁹

Como vemos, o padrão de medida usado é o das liberdades democráticas burguesas. Com ele, o resultado é que o regime de Mao é igual ou pior que o de Jiang quanto à “democracia proletária”.

⁹⁹ SU, cit., p. 5.



Que diferença há entre esta concepção e a dos democratas liberais e os social-democratas? Para estes últimos, o que iguala ambos os regimes é que nenhum dos dois deu liberdades democráticas. Para a maioria do SU “a derrubada do capitalismo pôde ser levada a cabo sem que tenha havido uma expansão da democracia proletária”.

Ainda que os primeiros falem de democracia em geral e o SU de democracia proletária, ambos – palavras mais, palavras menos – dizem o mesmo. O critério do SU é tão formal e burguês que considera que, como não houve nem há liberdade de imprensa nem de organizar partidos burgueses e operários, nem democracia sindical para os trabalhadores chineses como indivíduos, a China operária é igual à outra quanto à “democracia proletária”. O SU se detém nesta parte de seu raciocínio; se seguisse desenvolvendo-o deveria dizer que “como na Venezuela, Colômbia e Costa Rica há muito mais liberdades democráticas individuais que sob a China de Jiang ou Mao, portanto há muito mais democracia operária naqueles países capitalistas”. De fato, isto é o que dizem em outra parte do documento quando, falando do controle do partido único, assinalam que “significa de fato *limitar e não estender* [sublinhado no original] os direitos democráticos do proletariado *comparados com o que gozavam na democracia burguesa*”¹⁰⁰.

Trotsky, ao contrário, pensava que

...para os operários, a redução da jornada de trabalho é a pedra fundamental da democracia, porque é a única forma possível de ter participação real na vida social do país.¹⁰¹

O ponto de vista de Trotsky era o das necessidades do proletariado e o avanço de sua consciência; o do SU, o das liberdades acadêmicas individuais das universidades ocidentais, onde

¹⁰⁰ Idem, p. 4.

¹⁰¹ Trotsky, “Sobre la declaración de los opositores indochinos”, *In. Escritos*, cit., t. II, v. 1, p. 43.

esperam ser escutados e aplaudidos. Neste ponto cedem à pior das ilusões libertárias européias, já que nem sequer escutam os trabalhadores desse continente que, na China e Vietnã, têm um instinto de classe mais certo.

Na China, o proletariado está organizado em sindicatos e os camponeses em comunas, que são legais e abarcam dezenas de milhões de trabalhadores. Este fato por si só marca uma diferença abismal em relação ao regime de Jiang Jieshi, onde os sindicatos e comunas eram praticamente inexistentes ou perseguidos ferozmente. O mesmo ocorre em relação ao papel, às rotativas, às rádios, às salas de reunião. Antes estavam nas mãos da burguesia e do imperialismo; agora estão nas mãos da classe operária e do campesinato, ainda que controlados pela burocracia. Portanto, a revolução operária chinesa, ainda que dirigida pela burocracia, significou uma colossal expansão da “democracia proletária” em relação não só ao regime de Jiang, mas também às democracias burguesas mais avançadas, que se baseiam na exploração totalitária, bárbara, das nacionalidades oprimidas e dos povos coloniais.

Mas a máxima expressão da democracia operária e camponesa está em que, enquanto na China de Jiang existia fome endêmica, na de Mao conseguiu-se o milagre de que todos os trabalhadores tenham sua comida assegurada. Compreendemos que um professor ou um estudante ocidental, que se deleitaram lendo Rabelais, não entendam o que isto tenha a ver com a democracia.

De todo modo, a conquista destas liberdades não nos faz ignorar que as massas chinesas e vietnamitas necessitem outras, também essenciais, como a democracia interna nas comunas camponesas, sindicatos e comitês de fábrica, e a legalização dos partidos revolucionários.

O proletariado chinês necessita também conquistar as liberdades formais de imprensa, opinião e reunião. A luta por sua obtenção é fundamental para continuar estendendo a democracia



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

operária e camponesa, já que corre o risco de retroceder, de perder conquistas, e como consequência disto, de que haja a restauração burguesa imperialista. Sabemos que para continuar avançando e conseguir estas novas liberdades se requer uma nova revolução, uma revolução política contra os amos burocráticos. Mas nenhuma destas verdades deve nos levar a ignorar que as grandes revoluções chinesa e indochinesa conseguiram uma expansão da democracia proletária e camponesa jamais vista nos regimes burgueses anteriores, tanto no chinês como nos imperialistas.

UMA DITADURA SEM OBRIGAÇÕES E SEM UMA FÉRREA DISCIPLINA?

Para a maioria do SU, as “liberdades políticas” só devem ser “limitadas” àqueles que “se levantam em armas contra o poder da ditadura do proletariado”. Mas, o que fazemos contra aqueles que desacatam ou façam propaganda para que se desobedeçam as resoluções do poder revolucionário? O documento da maioria do SU concede as garantias e direitos mais amplos à contra-revolução, mas se esquece de precisar que a ditadura proletária imporá, como em toda luta operária, a disciplina de classe mais estrita, porque em um processo de revolução permanente, de luta encarniçada contra o imperialismo e a burguesia, deve haver, como em qualquer outra luta, uma disciplina quase militar. E usará para isto a força do Estado que vai ter à sua disposição. Todo “operário que tenha participado, ainda que uma única vez, de uma greve, sabe que nenhuma luta é possível sem disciplina e uma direção firme”, principalmente em “nossa época” que “está imbuída do espírito do centralismo”, dizia Trotsky¹⁰²; e entende muito melhor o que é a ditadura do proletariado do que os auto-

102 Trotsky, “Manifiesto de la IV Internacional sobre la guerra imperialista y la revolución proletaria mundial”, *In. Escritos*, cit., t. XI, v. 2, pp. 294, 295.



res da resolução, nós agregamos. Sabe que para a vitória de uma greve deve haver uma disciplina de ferro; compreende que tem que combater por todos os meios os fura-greves, classificando também entre estes os que *só fazem propaganda* para acabar com a greve. Aos que querem entrar, impede-se que entrem; aos que fazem propaganda contrária, impede-se que a distribua.

E, sob a nova ditadura, isto será assim com mais razão. As medidas que se adotem através da democracia proletária revolucionária deverão ser acatadas. Quer dizer, serão impostos deveres a toda população, muito mais à não proletária. Se for votado que todo trabalhador deve trabalhar por uma necessidade urgente da revolução, não é lícito que os que não vão ou façam propaganda nesse sentido sejam castigados? Lenin estava certo quando dizia que se devia fuzilar um a cada dez vagabundos? Para o chefe da única ditadura revolucionária que existiu, devia ser fuzilado, não apenas o que se levante em armas contra a ditadura proletária, mas o que falte ao trabalho. Se medidas punitivas não pudessem ser adotadas, como poderíamos impor a disciplina de classe?

Para a maioria do SU, a ditadura revolucionária do proletariado vai atuar de forma diretamente oposta ao funcionamento do movimento operário sob o sistema capitalista. Os autores do documento parecem ignorar que não só o partido marxista revolucionário e os partidos trotskistas em geral caracterizam-se pelo funcionamento do centralismo-democrático, pela mais ampla democracia na discussão prévia e a disciplina mais absoluta uma vez votada a ação ou resolução, mas que este funcionamento é característico de toda luta operária e de massas. Será mais ainda quando se imponha a ditadura revolucionária do proletariado: será feita toda discussão para adotar medidas e quem fizer propaganda para que não se acate ou não as cumpra deverá ser reprimido mesmo que não chegue a levantar-se em armas. As medidas penais, administrativas ou de qualquer tipo, inclusive as que a base militante revolucionária adote espontaneamente sem nenhuma norma prévia para reprimir os que

A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

desacatam ou façam propaganda a favor da contra-revolução, não só são positivas, mas imprescindíveis. O documento jamais assinala que a ditadura revolucionária do proletariado significa a mais feroz disciplina e que “...a garantia mais elementar de êxito reside na contraposição do centralismo revolucionário ao centralismo da reação”¹⁰³.

Foram os anarquistas que, dentro do movimento operário, difundiram que haveria uma liberdade absoluta para todos a partir da revolução operária. Em troca, o marxismo “autoritário” se caracterizou sempre por destacar a necessidade do Estado para impor disciplina e centralização no processo revolucionário e no começo da construção socialista. Lenin insistiu, antes da revolução russa, que a educação produziria automaticamente a disciplina social. Mas, como ele mesmo reconheceu, a experiência mostrou que era impossível conseguir isto nas primeiras etapas da ditadura do proletariado.

Quando está em jogo o destino da revolução não há costume ou moral que sejam por si só suficientes para garantir a derrota da contra-revolução. A centralização e disciplina requeridas podem ser burocráticas ou revolucionárias, mas sem elas não existe a ditadura do proletariado. Justamente, a democracia revolucionária é a que se baseia na disciplina revolucionária; quer dizer, é uma democracia para os que apóiam e impulsionam a revolução.

TROTSKY REFERE-SE AOS SINDICATOS INGLESES

Trotsky expressou-se muito claramente sobre isto em um texto praticamente esquecido pelo SU. Foi a propósito de uma lei de 1913 que autorizava os sindicatos ingleses a estabelecer cotizações políticas a seus filiados para o *Labour Party*. Esta lei

¹⁰³ Idem, p. 295.

reconhecia o direito de negar-se a pagar, proibindo a direção do sindicato de excluir ou punir quem o fizesse. No *Aonde vai a Inglaterra?*, Trotsky cita um artigo do *Times* de 6 de março de 1925, segundo o qual dez por cento dos operários sindicalizados faziam uso deste direito. Os sindicatos conseguiram aprovar em assembléia a obrigação de fazer esta cotização política, o que provocou uma grande discussão no parlamento e na vida política inglesa. Os sindicatos defenderam o direito de impor cotizações políticas obrigatórias, a Câmara dos Lordes votou a proibição das mesmas e a Câmara dos Comuns arbitrou, autorizando os sindicatos fixar cotizações políticas para o *Labour Party*, mas sem caráter obrigatório.

Trotsky acusou duramente a direção trabalhista por conciliar com a resolução da Câmara dos Comuns e assinalou que essas posições eram um exemplo surpreendente de como “apreciar as tarefas fundamentais do movimento operário e fixar seus limites do ponto de vista formal e, no fundo, puramente jurídico da democracia”, exigindo, por seu lado, que os sindicatos e o *Labour Party* levassem ao extremo as medidas coercitivas e ditatoriais contra esses dez por cento do proletariado britânico que se negavam a cotizar para o partido operário.

Usou esta posição como o melhor exemplo de como atuaria a ditadura do proletariado. Em sua argumentação, Trotsky dizia:

Os gastos com a eleição de um deputado representam ao sindicato um gasto tão legítimo, necessário e obrigatório, como os gastos da manutenção de um secretário. Sem dúvida, o membro liberal ou conservador de um sindicato pode dizer: “Eu pago com regularidade minha cotização de filiado sindical, mas me nego a pagar a do *Labour Party*, pois minhas convicções políticas me obrigam a votar num liberal (ou num conservador)”. Ao qual poderia responder o representante do sindicato: “Quando lutamos pela melhoria de nossas condições de trabalho – e tal é o objetivo de nossa organização – ne-

cessitamos de um partido operário, de sua imprensa, de seus deputados; veja bem, o partido em que tu votas (liberal ou conservador) faz de tudo contra nós neste caso, esforça-se por nos submeter, em semear a discórdia entre nós ou em organizar contra nós os fura-greves; *não temos nenhuma necessidade de membros que sustentem os fura-greves*". De modo que o que do ponto de vista da democracia capitalista é liberdade individual, do ponto de vista da democracia proletária se manifesta como liberdade política de furar greves. Essa quebra de dez por cento conseguida pela burguesia não é inocente. Significa que, no efetivo dos sindicatos, um em cada dez homens é um inimigo político, quer dizer, um inimigo de classe. Sem dúvida será possível conquistar uma parte desta minoria. Mas o resto, em caso de luta, pode constituir, nas mãos da burguesia, uma arma preciosa contra os operários. A luta para fechar essa brecha aberta nos sindicatos pela resolução do parlamento de 1913 é, portanto, absolutamente inevitável no futuro.

Em geral, os marxistas sustentamos a opinião de que todo operário honrado pode estar sindicalizado, sejam quais forem suas opiniões políticas, religiosas e outras. Consideramos os sindicatos, por um lado, como organizações econômicas de combate; de outro lado, como escolas de educação política. Preconizando, como regra geral, a admissão no sindicato dos operários atrasados e inconscientes, não nos inspiramos no princípio abstrato de liberdade de opinião ou da liberdade de consciência, mas em considerações de finalidade revolucionária, as quais nos dizem, por analogia, que, na Inglaterra, onde noventa por cento dos operários sindicalizados pagam cotização política, uns conscientemente, outros por espírito de solidariedade, e somente dez por cento se atrevem a desafiar abertamente o *Labour Party*, é necessário empreender contra esses dez por cento uma ação sistemática. Há que levá-los a compreender que são uns apóstatas; deve ser assegurado aos sindicatos o direito de excluí-los, como aos fura-greves. Para terminar: se um cidadão abstrato tem o direito de votar em

qualquer partido, as organizações operárias também têm o direito de não admitir em seu meio os cidadãos cuja conduta política é hostil aos interesses da classe operária. A luta dos sindicatos encaminhada a fechar as portas das fábricas aos não sindicalizados é considerada há muito tempo uma manifestação de terrorismo operário, ou como se diz hoje, de bolchevismo. Precisamente na Inglaterra estes métodos de ação podem e devem ser aplicados ao *Labour Party*, que se desenvolveu como a continuação direta dos sindicatos.¹⁰⁴

E, descrevendo as diferenças entre os setores operários pequeno-burgueses que estavam nas indústrias pequenas e atrasadas e os verdadeiramente classistas que estavam nas “indústrias novas mais modernas”, dizia que nestas “reina a solidariedade de classe e a disciplina proletária; que aos capitalistas e seus servidores, traidores da classe operária, lhes parece uma espécie de terror”¹⁰⁵, e justamente ali – não é necessário esclarecer – era onde se impunha a todos os operários a cotização ao *Labour Party*.

Trotsky aceitava a denúncia de um reacionário de que essa ditadura sindical era igual à bolchevique. Dizia que

Cobden declarou em outra ocasião que teria preferido viver sob o poder do ditador da Argélia que sob o dos sindicatos. Cobden expressava deste modo sua indignação liberal contra a tirania “bolchevique”, cujos germes se encontram na própria natureza dos sindicatos. Cobden – à sua maneira – tinha razão.¹⁰⁶

Em *Aonde vai a Inglaterra?*, Trotsky cita extensamente Lafargue, definindo-o como um dos autores marxistas que melhor entendeu, durante a época de Marx, o caráter da ditadura do proletariado depois da Comuna de Paris. Uma citação de Lafar-

¹⁰⁴ Trotsky, *¿Adónde va Inglaterra?*, cit., pp. 141, 142.

¹⁰⁵ Idem, pp. 138, 139.

¹⁰⁶ Idem, pp. 137, 138.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

gue, aprovada por Trotsky, tem a ver com a política da ditadura do proletariado em relação aos partidos reacionários. É suficientemente explícita:

Uma vez estabelecidas as instituições revolucionárias locais, estas deverão organizar, pela via de delegação, um poder central incumbido do dever de tomar as medidas gerais exigidas pelo interesse da revolução e o de *opor-se à formação de um partido reacionário*.¹⁰⁷

Trotsky encerra seu comentário sobre Lafargue dizendo que “não foi Lafargue o único partidário da ditadura de classe oposta à democracia”¹⁰⁸. E pensar que a maioria do SU declara-se trotskista e levanta como programa fundamental da ditadura do proletariado a mais absoluta liberdade para os reacionários e seus partidos!



UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO-BURGUÊS



Todo aquele marxista que, como o SU, levantar um programa de “liberdades políticas ilimitadas” para os indivíduos e setores, sem subordiná-los estritamente aos organismos e à disciplina de classe, estará defendendo a democracia burguesa. Às vezes não é ruim defender a democracia burguesa e a expansão destas liberdades, por exemplo quando se enfrenta o Estado capitalista. Tal seria o caso se os operários quisessem se sindicalizar e este direito lhes fosse negado. Então nós diríamos: que os operários individuais tenham o direito de se sindicalizar quando quiserem! Mas quando estes sindicatos são fortes e legais, nos parece correto impor à burguesia e aos operários a sindicalização como requisito para trabalhar. Neste momento começa

¹⁰⁷ Idem, p. 119, 120.

¹⁰⁸ Idem.



a ditadura e democracia sindicais, que vão contra a liberdade burguesa de “sindicalizar-se ou não se sindicalizar”. Uma vez conseguidos sindicatos fortes e legais, dizemos: Abaixo o direito de cada operário individual fazer sua vontade em relação à sindicalização! Acabou a democracia burguesa, *começou a ditadura e democracia sindicais, quer dizer, a democracia interna* a essa ditadura dos sindicatos. Ditadura, coerção e fome para os não sindicalizados! Democracia e trabalho para os sindicalizados! O que aconteceu? Acabou-se com a liberdade burguesa. Tudo que seja para fortalecer o sindicato frente à burguesia e dentro do movimento operário é impor a ditadura sindical e, portanto, expandir a democracia operária dentro do país, ainda que seja à custa de debilitar as liberdades individuais dos próprios operários, que lhes permitem escolher se querem se sindicalizar ou não. A única democracia e liberdades que aceitamos são as dos sindicalizados.

Mas com o nome de “democracia operária” o SU levanta, para sua ditadura do proletariado, um programa que é o das liberdades democráticas burguesas individuais: a liberdade e o direito absoluto por parte dos operários e todos os habitantes como indivíduos de organizar-se em tendências e partidos, e de expressar-se de acordo com o número de “aderentes” individuais e que tenham como a única condição “não levantar-se em armas”.

Perante nossa crítica, os autores poderão argumentar que eles levantam seu programa democrático dentro da ditadura do proletariado e, ainda mais, dentro dos soviets; que portanto, não fazem mais que dizer o mesmo que nós quando falamos de democratizar um sindicato ou a ditadura proletária russa ou chinesa. Não é assim: a maioria do SU exige a mais absoluta e total liberdade para todos os indivíduos, setores e partidos, *incluídos os reacionários*. E aqui está nossa denúncia de que têm um programa democrático burguês, ainda que seja um programa para os soviets. É a mesma posição que teve Urbahns para a Rússia em 1929, e sobre a qual Trotsky não deixou espaço para dúvidas:



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

“Deve-se rechaçar e repudiar o programa de luta pela ‘liberdade de organização’ e todas as demais ‘liberdades’ na URSS, porque é o programa da democracia burguesa”.¹⁰⁹

Se um suposto marxista sustentasse que num sindicato todo operário filiado tem direito a organizar tendências para defender os patrões e os fura-greves e que isso seria “democracia operária” e “ditadura sindical” porque ele defende seu programa dentro do sindicato, estaria nos enganando. O que este suposto marxista está defendendo é o programa da burguesia para os sindicatos: todo operário filiado deve e pode fazer o que queira, o sindicato não pode limitar sua liberdade nem lhe impor nada contra sua vontade. Um sindicato será digno de tal nome quando seus filiados, por ampla maioria, expulsarem sistematicamente de seu meio todos os agentes do patronado, todos os fura-greves. Um sindicato deve defender-se dos inimigos infiltrados reprimindo-os e não lhes dando todos os direitos. A ditadura do proletariado não deve atuar de forma distinta de qualquer sindicato classista ou revolucionário. Isto não quer dizer que sempre se devem expulsar os agentes do inimigo das organizações operárias. Se estes agentes têm importante implantação na base, devemos contentar-nos com uma polemica ideológica, mas uma vez que tenhamos conseguido convencer a maioria dos operários, fazemos uma mobilização para expulsá-los e reprimi-los. Essa sempre foi a política revolucionária nos organismos de massas.

NOSSA POSIÇÃO: CONCEDER AQUELAS LIBERDADES QUE AJUDEM A CONSOLIDAR E DESENVOLVER A REVOLUÇÃO SOCIALISTA E A DITADURA REVOLUCIONÁRIA

Todos sabemos que o stalinismo no poder dos Estados operários defende que os partidos opositores, não só os contra-revo-

¹⁰⁹ Trotsky, “Defensa de la República Soviética y de la Oposición”, *In. Escritos*, cit., t. I, v. 2, p. 419.



lucionários, devem ser sistematicamente perseguidos e obrigados a atuar na clandestinidade. O SU, bem como os eurocomunistas, efetuaram uma justa crítica a esta política do stalinismo. Mas a ela contrapõe seu programa de “liberdade política ilimitada”. Nós dizemos que nem a norma stalinista burocrática totalitária de perseguição sistemática aos opositores, nem a democratista de “liberdade política ilimitada” da maioria do SU são corretas, já que “...não fazemos um fetiche das formas democráticas. A proteção da ditadura está acima de qualquer consideração”¹¹⁰. E esta se ajustará a apenas uma norma: derrotar a contra-revolução imperialista e burguesa e terminar de impor o poder dos operários no mundo. Sem descartar nenhum método, sem atar as mãos a nenhuma norma, o proletariado, dirigido pelo partido marxista e mobilizado revolucionariamente, utilizará todos os meios ao seu alcance para acabar com a contra-revolução e impulsionar a revolução. A cada momento deverá decidir, de acordo com as necessidades do processo, quais liberdades se dão e quais se tiram. Dito de outra forma: haverá “liberdades políticas ilimitadas” às necessidades da ditadura revolucionária do proletariado. Isto significa que a ditadura revolucionária do proletariado *pode*, muitas vezes, *lhe convir* e então *deve-se* conceder liberdades democráticas aos partidos contra-revolucionários ou opositores. E em outras oportunidades *pode*, ao mesmo tempo *lhe é imprescindível*, e portanto *deve* suprimir radicalmente os partidos contra-revolucionários, atuando de maneira brutalmente implacável contra eles. Só as massas revolucionárias podem resolver esta questão, com seu partido trotskista à frente, de acordo com a avaliação da situação do momento, e não há nenhuma norma escrita ou teses que possam fixá-la de antemão.

Dentro desta posição de princípio, devemos assinalar que nem todas as liberdades são iguais. Durante a ditadura do proletariado há entre elas uma relação desigual. As liberdades científica

110 Trotsky, “Sobre el voto secreto”, In. *Escritos*, cit., t. I, p. 75.

e artística, por exemplo, não podem mais que trazer benefícios à ditadura operária, que progredirá como consequência de todo avanço nestes terrenos. A liberdade de imprensa e opinião de acordo com o número de aderentes é muito útil à ditadura do proletariado e, como tal, todo governo autenticamente marxista revolucionário deverá tender a implementá-la o mais urgentemente que possa. Tem um papel semelhante ao que a moeda e estatísticas verídicas têm na economia de transição, mas no terreno muito mais geral da sociedade em seu conjunto (econômico, social, cultural e principalmente político). Esta quase absoluta liberdade de imprensa e de opinião, que a ditadura do proletariado deve propiciar, serve para precisar a força das distintas correntes de opinião e para que a ditadura se informe objetivamente dos problemas existentes, mas está condicionada pelo mais absoluto monopólio político do poder por parte da classe operária industrial e das massas revolucionárias. Isto quer dizer que a liberdade de imprensa, e sobretudo a artística ou científica, não implicam automaticamente a liberdade de organização e atividade para todos os partidos contra-revolucionários. Para a economia do Estado operário tampouco é o mesmo ter uma moeda estável, que significa a aplicação da lei do valor a serviço dessa economia de transição, que a autorização da mais completa liberdade de jogo desta lei, o que significaria a autorização do ressurgimento da burguesia. Justamente deixamos que a lei do valor funcione livremente, *dentro de certo limite*, para melhor dominar suas tendências e continuar desenvolvendo a economia operária rumo ao socialismo, impedindo o ressurgimento da burguesia pela defesa intransigente do plano econômico, da indústria nacionalizada e do monopólio do comércio exterior. O mesmo ocorre em relação às liberdades: estas não podem ser obrigatórias e automáticas em todas as esferas da vida político-social.

São os democratas burgueses e os reformistas que consideram que devem ser concedidas todas as liberdades ao mesmo

tempo sob a ditadura operária. Porque seu programa ou finalidade não é a defesa, o fortalecimento e desenvolvimento do novo regime, mas um sistema de liberdades totais para os indivíduos e setores, porque este — expressão política do livre mercado, do individualismo pequeno-burguês e burguês — permitirá no longo prazo o ressurgimento capitalista e a penetração imperialista.

O que estamos dizendo não significa que defendamos que as liberdades devam ser dadas ou tiradas arbitrariamente, dependendo da vontade subjetiva do partido que dirija a ditadura. Ao contrário, obedecem a uma férrea lei de caráter objetivo e algébrico, que expressa a relação entre a revolução e a contra-revolução. A margem de liberdades que toda ditadura revolucionária concede a seus inimigos será diretamente proporcional à força e progresso da revolução nacional e internacional e inversamente proporcional à força e dinâmica da contra-revolução.

Trotsky destacou este caráter relativo, “limitado” das liberdades sob a ditadura do proletariado em toda sua vida. Ele usa uma fórmula que é praticamente idêntica à nossa, mas de sinal distinto, já que a sua se refere ao grau de coerção e não ao de liberdade:

A imposição exercida pelas massas no Estado operário está em proporção direta às forças tendentes à exploração ou à restauração capitalista, e em proporção inversa à solidariedade social e à devoção comum rumo ao novo regime.¹¹¹

TROTSKY SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

Partidários do documento do SU consideram que o conhecido artigo de Trotsky “Liberdade de imprensa e a classe operária” de 1938 lhes dá razão. Não é casual que só possam citar este trabalho, já que em toda a obra de Trotsky não poderão encon-

¹¹¹ Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p.95.

trar um só raciocínio que os apóie. Mas inclusive este artigo não faz mais que confirmar o que temos dito sobre a desigualdade e relatividade das liberdades que a ditadura do proletariado deve conceder.

Os stalinistas e Lombardo Toledano apoiavam o direito do Estado burguês mexicano de controlar e expropriar a imprensa amarela pró-imperialista. Uma das analogias que efetuavam para justificar tamanho despropósito era comparar o governo mexicano com o soviético. Perante esta colocação, Trotsky responde com dois argumentos.

Um, que assinala de passagem, é a citação que os simpatizantes das posições da maioria do SU usam:

As verdadeiras tarefas do Estado operário residem não em pôr uma mordça policiaesca sobre a opinião pública, mas liberá-la do jugo do capital. Isto só pode ser feito colocando os meios de produção, incluída a produção da informação pública, nas mãos de toda a sociedade. Uma vez que se tenha dado este passo socialista fundamental, *todas as correntes da opinião pública que não peguem em armas contra a ditadura do proletariado devem ter a oportunidade de se expressar livremente. O dever do Estado operário é tornar acessíveis a eles, na proporção de seu número, todos os meios técnicos que requeiram, como gráfica, papel e transporte.* Uma das principais causas da degeneração do aparato do Estado é a monopolização da imprensa por parte da burocracia stalinista, que ameaça reduzir todas as conquistas da Revolução de Outubro à ruína total.¹¹²

Mas esta citação deve ser colocada nos marcos do raciocínio que predomina no artigo: sob a ditadura do proletariado pode-se, em determinados momentos, suprimir a liberdade de

¹¹² Trotsky, “Libertad de prensa y la clase obrera”, In. *Escritos*, cit., t. IX, v. 2, p. 605.



DEMOCRACIA BURGUESA OU DEMOCRACIA OPERÁRIA

imprensa, o que não se deve transformar em norma programática. O erro stalinista se reduz a tratar de identificar um Estado operário com um Estado burguês.

Ainda que o México seja um país semicolonial, também é um Estado burguês e de maneira nenhuma um Estado operário. No entanto, ainda do ponto de vista dos interesses da ditadura do proletariado, proscrever os jornais burgueses ou censurá-los não constitui de forma alguma um “programa” ou um “princípio” ou um ideal estabelecido. Medidas desta natureza só podem ser *um mal temporário e inevitável*. [...] Toledano e seus companheiros de doutrina tratam essencialmente de introduzir no sistema democrático burguês *meios e métodos que, em certas condições temporais, podem ser inevitáveis sob a ditadura do proletariado*.¹¹³

O característico da colocação de Trotsky é que fala de “correntes de opinião pública”, não de partidos políticos. Há uma razão profunda: não quer comprometer-se em conceder liberdade de imprensa aos partidos russos, como os cadetes e mencheviques, senão teria dito isto no lugar da expressão que usa. Esta ambigüidade, como a de “liberdade aos partidos soviéticos” sem mencionar os mencheviques ou cadetes é devido a Trotsky deixar a porta aberta, tanto num caso como no outro, para que a ditadura do proletariado corte a liberdade de imprensa ou dos partidos políticos quando considerar necessário.

TROTSKY LIQUIDA A DISCUSSÃO

Trotsky deu a última opinião sobre este tema no ano de seu assassinato. O *St. Louis Post-Dispatch*, um jornal burguês, entrevistou-o e entre outras perguntas lhe faz a seguinte:

¹¹³ Idem, p. 604, 606.





A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

A ditadura do proletariado significa, necessariamente, a supressão dos direitos civis tal como o reconhece a *Bill of Rights* dos EUA, incluindo, é claro, a liberdade de palavra, imprensa, reunião e religião?

O que teria respondido algum dos autores da resolução? Sem duvidar um minuto, teria dito:

...desde o momento da instauração da ditadura do proletariado nossa norma programática é clara: “liberdade política ilimitada”. Vamos dar muito mais liberdades que as outorgadas pela *Bill of Rights*.

Isto é o que já dizem alguns dos dirigentes do *Socialist Workers Party* (SWP) em suas intervenções.¹¹⁴ Trotsky, que não por acaso era um revolucionário e não um professor universitário, respondeu assim:

Seria um grande erro supor que a revolução socialista na Europa ou América do Norte seguirá o modelo da atrasada Rússia. As tendências fundamentais serão, é claro, similares. Mas as formas, os métodos, o clima da luta revestem características próprias em cada país. Antecipadamente pode-se estabelecer a seguinte lei: quanto mais numerosos sejam os países em que o sistema capitalista seja destruído, mais débil será a resistência que as classes dominantes das demais nações oporão, menos violento o caráter que a revolução socialista e a ditadura do proletariado assumirão, menor o lapso de tempo para o ressurgimento da sociedade sobre a base de uma democracia nova, mais plena, mais perfeita e humana. Em

114 “Dissemos que os artigos progressivos da *Bill of Rights* serão inseridos na constituição da república operária e os ampliaremos ao máximo. Dissemos isto aos operários estadunidenses e falamos sério. Se não acreditam que falamos sério, provavelmente jamais haverá uma revolução proletária neste país” (Jack Barnes em “The Portuguese Revolution and building the Fourth International”. Report and summary adopted August 21, 1975 by the National Convention of the SWP, *International Internal Discussion Bulletin*, v. XII, nº 6, oct. 1975).





DEMOCRACIA BURGUESA OU DEMOCRACIA OPERÁRIA

todo caso, nenhuma revolução pode atentar tanto contra a *Bill of Rights* quanto a guerra imperialista e o fascismo que ela engendrará”.¹¹⁵

Mais claro impossível: **1.** Trotsky não se compromete com nada preciso. “Em todo caso, nenhuma revolução pode atentar tanto contra a *Bill of Rights* quanto a guerra imperialista e o fascismo que ela engendrará”. **2.** A revolução socialista nos EUA vai atentar contra a *Bill of Rights*, ainda que “não tanto quanto a guerra imperialista”. **3.** Tudo depende da situação objetiva da “resistência que as classes dominantes oporão”. **4.** À “menor resistência” será “menos violento o caráter que a revolução socialista e a ditadura do proletariado assumirão”. **5.** A revolução socialista e a ditadura do proletariado significam um desaparecimento das liberdades e da democracia. Já que, se há “pouca resistência” será “menor o lapso de tempo para o ressurgimento da sociedade sobre a base de uma democracia nova, mais plena, mais perfeita e humana”. Se algo “ressurge” é porque tinha desaparecido.

Esse é o verdadeiro Trotsky, o que tem o compromisso imediato de fazer a revolução e não o de ampliar em seguida o *Bill of Rights*. É o Trotsky que queremos resgatar de seus falsificadores.

DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA OPERÁRIA NA REVOLUÇÃO EUROPÉIA

A falsa identificação estabelecida pela maioria do SU entre a ditadura do proletariado e a democracia mais absoluta determina as características muito particulares que sua ditadura terá. Por outro lado, determina também que o autor principal des-

115 Trotsky, “La situación mundial y sus perspectivas”, In. *Escritos*, cit., t. XI, v. 1, pp. 210, 213.



sa resolução esboce uma concepção do processo revolucionário que não tem nada a ver com o trotskismo e sim muito com o ultra-esquerdismo, como a outra cara de seu revisionismo. Para começar, supõe-se que o processo revolucionário, no mínimo na Europa, é uma luta propagandística ou um “debate” entre a democracia burguesa e a democracia operária. A sorte da revolução depende de quem o ganhar.

A *prática* da democracia proletária transbordando os limites da democracia burguesa deve chegar a ser uma prática vivida por milhares e milhares de trabalhadores, por setores suficientes da classe operária. Isto nos leva outra vez à questão da *duração* do período de dualidade de poder. À luz da experiência histórica, o que aconteceu na Rússia deve ser considerado como excepcional. *Um período de seis ou sete meses é muito curto para um proletariado como o da Europa ocidental poder desprender-se progressivamente dessa legitimidade da democracia burguesa, para assimilar a nova legitimidade, superior, a da democracia operária.* Presumivelmente, teremos necessidade de um período mais longo de dualidade de poder, *da ordem de vários anos* e, possivelmente, não será contínuo, não será linear, mas parcial. [...]

...os problemas da democracia, seja burguesa ou proletária, quer dizer, o problema do Estado... [...]

Dessa forma, os trabalhadores que fazem seu aprendizado deste gênero de controle operário, com o qual enfrentam a cada passo a autoridade do Estado burguês, e o caráter restritivo e repressivo do Estado burguês democrático, inclusive quando é “governado” por partidos operários, *esses trabalhadores podem adquirir a experiência dos limites, e conseqüentemente do declínio da legitimidade desta democracia burguesa.*¹¹⁶

¹¹⁶ Mandel, cit., p. 151, 152.

E, para concluir, eis como Mandel vê o futuro revolucionário na Europa:

Numa situação revolucionária é necessário fazer os trabalhadores compreenderem que o debate real não é um debate entre a democracia e a ditadura, mas *entre o caráter limitado e repressivo da democracia burguesa e a extensão de liberdades democráticas pela iniciativa e a autoridade das massas. Uma vez ganho este debate*, a ruptura das massas com as instituições burguesas já não será uma questão tão difícil e tão irrealizável como parece à primeira vista.¹¹⁷

Nós, arqueotrotskistas, acreditamos que a realidade objetiva liquidará todas as esperanças democrático-burguesas das massas e enquanto a realidade objetiva não destruir essas esperanças não há resultado de demonstração que valha. Enquanto não haja uma brutal crise econômica para os trabalhadores europeus, desemprego, inflação de 100 ou 150% ao ano, surgimento de bandos fascistas, golpes de Estado bonapartistas e fascistas, as ilusões democráticas burguesas não serão rompidas. Ninguém, nem nada, poderá destruí-las. Não acreditamos, portanto, na sobrevivência do poder dual durante um longo período, nem num debate de anos entre a democracia burguesa e proletária, mas todo o contrário. Nem longos períodos de poder dual, mas muito curtos, já que a sociedade burguesa não pode sobreviver assim, nem, tampouco, “transbordamento” da democracia burguesa. Continuamos acreditando que em toda situação revolucionária a democracia burguesa tem um curto-circuito. Nessas situações a alternativa é a ditadura direta contra-revolucionária da burguesia, ou a ditadura, não a democracia, revolucionária da classe operária. E essas duas ditaduras enfrentar-se-ão com as armas em punho antes, durante e imediatamente depois da revolução operária.

¹¹⁷ Idem, p. 152.

Por isso é esquemática a afirmação que o SU faz, de que a situação revolucionária abrirá a possibilidade de uma luta entre a democracia operária e a democracia burguesa para ver quem convence, quem ganha mais as massas em torno do “debate” sobre qual das duas “democracias” é mais legítima. Acreditamos que aqui também estamos ante um acesso de normatização e institucionalização. Este consiste em sustentar que o processo revolucionário acontecerá como uma disputa propagandística entre dois tipos de instituições ou de mecanismos democráticos, sem ver a ligação das duas instituições, sem ver que podem se dar combinadas no processo revolucionário. Por exemplo, se é verdade que o grande perigo antes da tomada do poder vai ser a contra-revolução imperialista, o ataque de bandos armados e as possibilidades de golpes militares ou semifascistas, os revolucionários não poderão ter como eixo de sua atividade o desenvolvimento de uma polêmica a respeito de qual das duas democracias é a melhor. Estarão ocupados, fundamentalmente, na defesa da democracia burguesa, enquanto as massas levadas pelo stalinismo e a social-democracia continuarem acreditando nela, mas de forma dinâmica, revolucionária. Não existe essa separação entre as duas instituições do ponto de vista da mobilização operária. É muito possível que, por todo um período do processo revolucionária, a defesa da democracia burguesa, justamente por conta das ilusões democrático-burguesas das massas européias, e se a contra-revolução imperialista se tornar o perigo mais imediato, seja uma grande bandeira de transição.

Também pode não ser assim. Tudo depende da realidade objetiva. É muito possível que o enfrentamento à contra-revolução imperialista, aos golpes de Estado e aos bandos fascista possam ser feitos em nome da ditadura do proletariado e dos órgãos operários dominantes nos Estados europeus. Mas, por causa da extrema debilidade de nossas forças e da fortaleza dos stalinistas e social-democratas, não acreditamos que nas primeiras revoluções européias se dê esta última situação. Seria ridículo, em

nosso ponto de vista, continuar esta polêmica sobre democracia operária e democracia burguesa em lugar de propor uma frente única para defender o que as massas querem, mas armadas e por meio da mobilização operária. Então, a democracia operária e a democracia burguesa podem se combinar perfeitamente e não viver em um permanente debate. O verdadeiro debate entre os reformistas e revolucionários não será sobre as virtudes de ambas democracias em abstrato; mas, muito possivelmente, sobre se para defender as crenças democrático-burguesas da ampla maioria da classe operária utilizamos a mobilização e o armamento do proletariado ou utilizamos métodos de colaboração de classes. A verdadeira polêmica com a social-democracia e as burocracias oportunistas será em relação aos métodos. Isto é muito importante, porque, se atuássemos assim, correríamos o perigo de transformar o processo vivo da luta de classes em uma discussão acadêmica sobre esquemas democráticos.

DEMOCRACIA IMPERIALISTA E DEMOCRACIA COLONIAL

Para o SU há mais democracia operária nos regimes burgueses que nos atuais Estados operários. É assim que nos dizem, recordemos de novo, que o controle por parte do partido único “...significa de fato *limitar e não estender* [sublinhado no original] os direitos democráticos do proletariado, comparados com os que gozavam na democracia burguesa”¹¹⁸. Mas, a que democracia burguesa se refere o SU? Se for a do século 19, esta não dava o direito de voto aos trabalhadores e às mulheres, nem permitia a existência de sindicatos legais. Se se refere a este século, se esquece de dizer que é uma democracia imperialista. Não é casual que isto ocorra. Os ideólogos da burguesia sempre falam de democracia em geral para contrapô-la à ditadura em geral.

¹¹⁸ SU, cit., p. 4.

Acompanham sua argumentação com uma afirmação idêntica ao do SU: levam em consideração o regime interno democrático do país imperialista e o relacionam com os regimes dos Estados operários ou dos países atrasados. Foi o que ocorreu na polêmica entre reformistas e revolucionários sobre Abd el-Krim. Os primeiros sustentavam que o regime francês era democrático e civilizado e o do dirigente marroquino era feudal e bárbaro, comparando o regime interno francês e o do árabe nacionalista. Os ideólogos estadunidenses fizeram o mesmo com relação ao peronismo: EUA era a democracia, o peronismo, o fascismo.

Este raciocínio é falso, pró-imperialista em sua origem. Não se pode, nem se deve tomar como ponto de partida a comparação de regimes nacionais, porque justamente o imperialismo é um regime internacional e não nacional. Não se pode definir o imperialismo estadunidense pelo regime interno (o existente nos EUA), mas pelo regime de conjunto, mundial, de domínio, do qual o regime interno estadunidense é só sua parte privilegiada. Parte do regime imperialista estadunidense são os regimes de Pinochet, Somoza ou do xá do Irã. Analisando o regime imperialista estadunidense em seu conjunto, com todos os xás que o integram, qualquer Estado operário, por mais burocrático ou totalitário que seja, significa uma colossal expansão e não limitação “dos direitos democráticos do proletariado comparados com os que gozam na democracia burguesa” imperialista. Porque a maior parte dos operários e camponeses desse regime democrático imperialista, as centenas de milhões de trabalhadores iranianos, brasileiros, chilenos, filipinos não têm, na prática, nenhuma liberdade democrática para sua classe, diferentemente do proletariado russo ou chinês.

Com relação às liberdades democráticas do próprio proletariado metropolitano, também há muito para dizer e discutir. Que o digam os operários portugueses ou argelinos na França, os mexicanos sem documentos dos EUA, os turcos da Alemanha, os desempregados, os idosos aposentados ou sem aposentadoria,

o baixo nível de sindicalização e de organização, as minorias etc.

Ao negar-se a definir a democracia burguesa como imperialista, seguindo nisto os ideólogos burgueses, o SU não a denuncia como possuidora do mesmo conteúdo que a dos escravistas; neste caso, democracia para uns poucos países que exploram muitos outros, todo o mundo colonial e semicolonial. Isto impede o SU, quando resolver combater a democracia burguesa, de dar-nos um programa eficaz e revolucionário para enfrentá-la.

Dizemos isto porque o documento jamais fala da luta antiimperialista que começa por desmascarar o imperialismo do próprio país, pondo às claras o caráter colonial de cada democracia burguesa. Essa batalha não será vencida tratando de determinar quem dá mais democracia, como diz o SU, mas combatendo o imperialismo no ponto em que demonstra seu caráter totalitário e repressor; quer dizer, lutando na defesa das semicolônias e das nacionalidades oprimidas dentro do próprio país imperialista. Esta é justamente a forma mais efetiva de lutar pela erradicação das ilusões democrático-burguesas e de combater a social-democracia, os eurocomunistas e as burocracias reformistas.

Esta via, prática, mobilizadora, é a que defendemos contra a de Mandel, meramente polêmica. Uma das formas mais contundentes de desmascarar a democracia imperialista perante as massas é levantar as consignas mais avançadas da democracia burguesa que o imperialismo não pode conceder. Deve-se defender sistematicamente o direito à autodeterminação nacional dos povos subjugados por ele e as nacionalidades oprimidas dentro dos países imperialistas, com todas as conseqüências táticas transicionais que estas grandes consignas possuam.

Por outro lado, a ditadura revolucionária do proletariado nos países atrasados, coloniais e semicoloniais poderá adquirir características soviéticas, ou não, mas só chegará ao triunfo quando a bandeira da libertação nacional for levantada, e nos mais atrasados a da revolução agrária, quer dizer, quando se tomarem as reivindicações do povo em seu conjunto. Não

é uma questão da forma soviética da ditadura, mas do conteúdo das tarefas desta ditadura revolucionária do proletariado. A resolução trata de demonstrar que esta terá praticamente a mesma forma e conteúdo na maior parte dos países adiantados e atrasados, sem assinalar as profundas diferenças de conteúdo destas duas ditaduras revolucionárias. A primeira ditadura revolucionária do proletariado que triunfe nos países adiantados terá que estar baseada numa mobilização antiimperialista permanente, de desmascaramento de seu próprio imperialismo e de luta pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas pelo seu imperialismo. Por outro lado, a ditadura revolucionária do proletariado nos países atrasados terá que ter como eixo a luta contra o imperialismo opressor. Dizemos tudo isto porque as teses escondem a sete chaves esta linha mestra e fundamental do trotskismo. É imprescindível impedir que se repita o grave erro do SWP dos EUA. Este levou, com o *La Gauche*, o jornal da seção belga, uma feroz e sistemática campanha contra o governo de Salvador Allende, dizendo que era a melhor variante do imperialismo e fazendo disso o centro principal de seus ataques, em vez de atacar centralmente o imperialismo estadunidense, assinalando que este tinha contradições com Allende e que nós tínhamos que defender o Chile da agressão e do golpe que a CIA preparava. Esta história vergonhosa, esta mancha na trajetória de nossa Internacional, não deve ser repetida nunca mais. Mas tanto as resoluções que criticamos como as declarações do tipo das do companheiro Mandel, preparam novos desastres em relação a esta política de preparação da ditadura revolucionária do proletariado. A denúncia deve ser em primeiro lugar contra o próprio imperialismo, como a melhor forma de combater as ilusões democrático-burguesas.

QUEM TOMA O PODER E PARA QUÊ?

NORMAS E INSTITUIÇÕES VERSUS MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

Uma das revisões mais importantes feitas à teoria da *revolução permanente*, pertencente à resolução que hoje criticamos, é a tentativa de canalizar a mobilização revolucionária por meio das instituições e normas. A mania normativa dos autores chega ao cumulo do delírio legalista quando pretendem que, durante a guerra civil, a ditadura se submeta a um código penal estrito, inviolável e ultraliberal para com a burguesia e os contra-revolucionários.

Com relação ao funcionamento governamental, o SU raciocina da mesma forma ao dizer que, como a burguesia governa com uma instituição – o parlamento – o proletariado deve governar opondo-lhe outra instituição – o soviete super-democrático. Por isso conclui que a ditadura do proletariado só pode ser exercida

...no marco das instituições estatais de um tipo diferente das do Estado burguês, quer dizer, instituições baseadas em conselhos dos trabalhadores (sovietes) soberanos e democraticamente eleitos e centralizados.¹¹⁹

Transformar o eixo de nosso programa na oposição de uma instituição a outra, é um procedimento equivocado baseado

¹¹⁹ SU, cit., p. 1.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

em um raciocínio análogo falso. “O sistema soviético não é simplesmente uma forma de governo que se possa comparar no abstrato com a forma parlamentar”¹²⁰. Não se pode colocar os soviets no mesmo nível do parlamento burguês. Todos concordamos que aqueles são a ferramenta mais adequada para fazer a revolução operária e exercer o poder, enquanto o parlamento é uma ferramenta de dominação burguesa. Mas os soviets por si só não são nenhuma garantia.

É importante ter presente todas estas eventualidades para não cair no fetichismo organizativo nem transformar os soviets, de forma flexível e vital de luta, no princípio de organização introduzido de fora do movimento e entorpecendo seu desenvolvimento natural.¹²¹

Para os revolucionários, a única garantia de que seu avanço não se deterá é opor a mobilização permanente da classe operária e do povo trabalhador às instituições burguesas — inclusive às operárias em certa medida. Por isso apoiaremos os soviets, só quando servirem para mantê-la e aprofundá-la; mas se a freasse ou se institucionalizassem, diríamos: “abaixo os soviets”.

O SU ficou preso ao pensamento institucionalista burguês. São a burguesia e todos os setores privilegiados que sempre existem, os que depois de suas revoluções trataram de “santificar” as instituições e normas para frear a mobilização revolucionária. Assim o fizeram depois da grande Revolução Inglesa com o *rei* e o *parlamento*, duas instituições que se transformaram em “sagradas”. O mesmo ocorreu com o surgimento do cartismo, que foi conduzido à via morta do *voto*, que tudo abarcava e solucionava. E a grande Revolução Francesa desembocou na glorificação e subordinação ao império burguês *bonapartista* ou na *república*.

¹²⁰ Trotsky, “¿Puede reemplazar la democracia parlamentaria a los soviets?”, *In. Escritos*, cit., t. I, v. 1, p. 69.

¹²¹ Trotsky, *Lecciones de Octubre*, cit., pp. 69, 70.



Devido àquelas diferenças com as revoluções anteriores que dizem respeito à sua definição (eliminação das fronteiras, das classes e das instituições) a revolução e a ditadura do proletariado não podem congelar nenhuma instituição.

As revoluções burguesas triunfantes, que não tinham como objetivo liquidar as classes ou seguir desenvolvendo a revolução, sacralizaram instituições uma vez que seu movimento triunfou. Mas toda revolução dirigida por autênticos marxistas revolucionários terá uma dinâmica oposta às demais conhecidas até agora: viverá mudando, criando, destruindo, construindo e combinando todo tipo de instituições e normas, declarando guerra a todas aquelas que pretendam eternizar-se ou conter a mobilização. Neste processo, toda norma ou instituição passará a ter um caráter relativo; o único absoluto e constante será a mobilização revolucionária.

Segundo a teoria da revolução permanente, toda norma ou instituição serve – e por isso deve ser reforçada – quando ajudar à continuidade da mobilização; do contrário, deve ser destruída quando a frear. Por outro lado, nenhuma delas, tem por si só garantido seu papel progressivo em cada etapa da luta, o que obriga a que precisemos a cada momento: a instituição que hoje foi revolucionária, amanhã pode transformar-se em reacionária. Então, como o objetivo dos trotskistas é que a revolução não se detenha nunca, consideramos que o único que não deixa de ser progressivo, quer dizer, que não muda de caráter, é a mobilização dos explorados contra os exploradores.

Em relação a esta lei não pode haver exceções. As mesmas ditaduras proletárias nacionais deverão ser superadas para conseguir ditaduras regionais, continentais e, por último, a ditadura internacional. Historicamente, o trotskismo no poder tenderá para o desaparecimento das classes, do partido revolucionário e do Estado. A mobilização permanente arrasará e modificará tudo. Se não fosse assim, significaria que Marx e Trotsky também foram socialistas utópicos e que a teoria da revolução permanente seria equivocada.

Isto significa que os anarquistas tinham razão quando pretendiam ignorar as instituições e as normas no processo revolucionário? De maneira nenhuma, entre a mobilização revolucionária e as normas e instituições se estabelece uma relação que obedece às leis estabelecidas pela lógica dialética entre conteúdo e forma.

Esta relação contraditória está presente em toda atividade humana. Vejamos, por exemplo, o que acontece com a linguagem. Os anarquistas da linguagem sustentam que a língua falada e escrita é tudo e que as leis da gramática, as academias e os dicionários de línguas, nada. Os formalistas acreditam que a gramática e a academia são tudo e que a língua deve se submeter sem questionar suas normas. Um verdadeiro marxista começa reivindicando como um fator fundamental desta dinâmica a língua falada ou escrita, essa “mobilização permanente da linguagem”, mas, ao mesmo tempo, assinala a importância decisiva das normas gramaticais, das academias e dos dicionários, porque são eles que organizam, conservam e incorporam organicamente as conquistas desta língua viva. Ao mesmo tempo defende que a língua falada seja a única que enriqueça e em base à qual se deve modificar e então normatizar.

Estendendo isto às conquistas sociais, dizemos que elas se evaporariam se não existissem as instituições e as normas. Por exemplo, a mobilização que obteve a jornada de oito horas deve ser transformada em lei, ou acordo com o patronado, para não correr o risco de perder-se rapidamente. Os sindicatos são a cristalização dessa e todas as outras mobilizações econômicas dos operários. Se não existissem sob o capitalismo, o que se conquistou hoje em uma greve ou ocupação de fábrica seria perdido amanhã. E se a vanguarda não tem um partido, com um programa que sintetize as experiências históricas da classe operária e estabeleça objetivos a alcançar na luta revolucionária, o proletariado teria de começar do zero em cada nova etapa.

As normas e instituições são o lado conservador da mobilização, mas em dois sentidos: um, altamente positivo, que sig-

nifica conservação do conquistado, preservação da experiência, projeção de novas conquistas. O outro é negativo porque freia a espontaneidade e a mobilização dos trabalhadores, que é a única maneira de conseguir novas conquistas.

O ESTADO: INSTITUIÇÃO DE INSTITUIÇÕES

Aqueles que, como os anarquistas, negam a necessidade das instituições operárias, negam, conseqüentemente, a necessidade de conquistar o Estado. Não percebem esta dialética pela qual poderíamos dizer que o Estado burguês governa por meio de instituições e que as instituições burguesas governam por meio do Estado. O Estado apóia-se nelas e usa-as, mas sua conquista pela classe operária não pode significar nunca um “golpe de Estado” no estilo das revoluções burguesas, mas significará um fim e um começo. Quando a classe operária apoderar-se do aparato de Estado, é porque as instituições burguesas que o sustentavam, já podres, caíram, e as instituições operárias serão as que começam a dominar.

Os anarquistas negam a necessidade de todas as instituições ou organizações que nos levarão à conquista do Estado, como o Exército Vermelho, os sindicatos, os soviets e, fundamentalmente, o partido. Para eles a revolução tem um só objetivo: destruir todas as normas e instituições para retornar à sociedade, dissolver-se nela e conseguir assim que cada indivíduo possa fazer o que queira. Nesse esquema idealista, qualquer norma ou instituição é vista como reacionária.

Tudo bem, suponhamos por um instante que as coisas pudessem ser assim, que uma vez tomado o poder, cada indivíduo fora absolutamente livre para fazer o que quisesse. Que fariam com essa liberdade todos os que foram expropriados, os grandes industriais, banqueiros, latifundiários, comerciantes? Que fariam com essa liberdade os pequeno-burgueses acomodados quando

tiverem que começar a compartilhar as necessidades de todo o povo e incorporar-se ao trabalho produtivo? Que fariam as famílias e adeptos dos torturadores do regime anterior que foram justificados pelas massas? Nem é preciso pensar na resposta: usarão essa liberdade absoluta para organizar-se e armar-se com o fim de restaurar o velho regime de privilégios, para o qual contarão com o apoio incondicional do imperialismo mundial. Todas instituições burguesas serão reorganizadas. Como se trata de uma luta, é evidente que os revolucionários e os contra-revolucionários procurarão organizar-se de algum modo. Haverá pelo menos dois bandos, quer dizer, dois exércitos que se armarão, necessitarão de uma organização e disciplina internas, ainda que não vistam farda. Estes exércitos serão instituições ainda que existam normas proibindo. Para que continuar?

A única coisa que os anarquistas possam fazer é o que fizeram na Espanha quando tinham o poder ao alcance das mãos: dirão que cada um faça o que achar melhor. Então, se suas palavras chegassem a ter eco nas massas, a contra-revolução arrasaria como naquele país. A única diferença é que em vez de custar um milhão de mortos, desta vez o saldo trágico será multiplicado muitas vezes. Que outra coisa pode acontecer quando indivíduos sujeitos somente ao seu livre-arbítrio enfrentam o exército imperialista?

Resumindo: os indivíduos isolados não podem enfrentar as instituições; devem se organizar para isso. Também para mobilizarmos, precisamos de instituições que fixem objetivos e responsabilidades individuais. Uma vez alcançado o triunfo, grandes ou pequenos, estes devem transformar-se em instituições; o avanço tem que se refletir no Estado. E finalmente, uma vez conquistado o poder, os trabalhadores devem contar com normas e instituições mil vezes mais sólidas que as anteriores, porque a contra-revolução internacional estará mobilizada até quando a destruímos. Isto devemos aprender com a burguesia.

O trotskismo enfrenta, então, a mais grave contradição da realidade: para acabar com as instituições tem que criar insti-

tuições. Mas a resolve com seu programa de mobilização permanente, que irá liquidando, na segunda etapa da ditadura do proletariado, as mesmas instituições que criou. O partido revolucionário criará, dirigirá e fará permanente a mobilização das massas, que irá liquidando organizações na medida em que se tornem desnecessárias, e finalizará sua obra extinguindo o Estado e dissolvendo-se a si próprio na sociedade. O partido, “instrumento fundamental da revolução proletária”, cederá seu lugar a uma mobilização constante de toda a população, num nível desconhecido até então; cederá seu lugar a uma nova sociedade sem classes.

Como é evidente, não podemos estabelecer desde já uma lista de todas as instituições que o proletariado criará durante a ditadura, nem podemos precisar seus papéis específicos. Por isso, muito mais que combater a concepção anarquista – pelo menos mobilizadora – atacamos o pensamento normativo institucionalista defendido pela resolução do SU, que trata de colocar normas fixas para o processo revolucionário. Criticamos o pedantismo de imaginar que somos capazes de elaborar um programa para todo tempo e lugar e não reconhecer que com ele se deixa de lado toda a essência, a teoria e o método da revolução permanente.

RELAÇÃO ENTRE O PARTIDO E AS OUTRAS INSTITUIÇÕES

Podemos resumir o anterior dizendo que a mobilização permanente não serve por si só e que, necessariamente, deve estar ligada a instituições. O problema é saber qual é a instituição determinante. A maioria do SU defende sem dúvida alguma que é a soviética; que os soviets são os que tomam o poder junto a misteriosos partidos soviéticos que, aparentemente, são todos os do país, incluídos os contra-revolucionários.

Na primeira tese da resolução, no subponto “e”, precisa com clareza que

...os marxistas revolucionários também deduzem dele que a classe operária *só pode exercer o poder de Estado no marco de instituições estatais de um tipo diferente do Estado burguês, ou seja, instituições baseadas em conselhos dos trabalhadores (soviets) soberanos e democraticamente eleitos e centralizados*, com as características fundamentais descritas por Lenin em *O Estado e a revolução*: eleição de todos os funcionários etc.¹²²

E continuam detalhando os distintos métodos de eleição, de rodízio de funcionários, forma de pagamento etc.

Nestas indicações, que parecem elaboradas por um advogado, são considerados praticamente todos os aspectos de uma organização estatal. Mas em nenhuma parte diz qual é o *papel do partido marxista revolucionário na revolução, na tomada do poder e na ditadura do proletariado*. E, portanto, não aponta quais relações o mesmo terá com outras organizações, como por exemplo, os soviets.

Para fazer seu código, não é casual que escolheram *O Estado e a revolução* de Lenin entre os livros marxistas, e não os que este e Trotsky escreveram depois da Revolução Russa, quando suas teorizações baseavam-se nas mudanças impostas pela realidade. O SU não leva em conta em nenhum momento o enriquecimento da teoria marxista do Estado e da revolução produzido pela Revolução de Outubro. Depois que tomaram o poder, os chefes da revolução perceberam que o partido era a instituição mais importante para desenvolver e consolidar a ditadura do proletariado; que o poder tinha que estar nas mãos do partido, apoiado nos soviets. Lenin começou a insistir que o fator decisivo da ditadura do proletariado era o monopólio estatal pelo PC. Trotsky, em 1924, pronunciou-se contra a frente única com os outros partidos soviéticos para tomar o poder, ressaltando e aprovando a monopolização do poder pelo PC em sua relação com os soviets e os outros partidos.

¹²² SU, cit., p. 1.

Porque enquanto os soviets não forem dirigidos por esse partido, não conformam uma ditadura revolucionária, mas algo completamente instável; são soviets que com o tempo podem terminar apontando rumo à contra-revolução. Recordemos as palavras de Trotsky referindo-se aos soviets kerenskistas:

A instabilidade dos soviets conciliadores residia no caráter democrático de tal coalizão de operários, camponeses e soldados, que exerciam um semipoder. Restava-lhes a alternativa de ver diminuir seu papel até a extinção ou assumir o poder de fato. *Mas não podiam assumi-lo como coalizão de operários e camponeses representados por diferentes partidos, mas como ditadura do proletariado dirigida por um partido único que atraia as massas camponesas, começando pelos semiproletários.*¹²³

E já sob a ditadura stalinista, em 1930, precisava:

Qual é a base do regime da URSS? Recapitulemos os elementos essenciais: a) o sistema soviético como forma estatal; b) a ditadura do proletariado como conteúdo de classe de dita forma estatal; c) o papel dirigente do partido, *em cujas mãos se concentram todos os elementos da ditadura*; d) o conteúdo econômico da ditadura proletária: nacionalização da terra, dos bancos, das fábricas, dos sistemas de transporte etc., e o monopólio do comércio exterior; e) o braço militar da ditadura: o Exército Vermelho.

Todos esses elementos estão vinculados muito estreitamente entre si e a eliminação de qualquer um deles pode provocar a derrubada de todo o sistema. Hoje, o elo mais débil da cadeia é sem dúvida *o partido, pedra fundamental do sistema.*¹²⁴

Quer dizer, o PC era o elemento essencial da ditadura do proletariado na URSS para Trotsky e Lenin. Em nenhuma parte

¹²³ Trotsky, *Lecciones de Octubre*, cit., p. 20.

¹²⁴ Trotsky, “A los camaradas búlgaros”, *In. Escritos*, cit., t. II, v. 1, p. 63.

colocam como fundamental os soviets. Só assinalam que é a forma estatal mas que, na combinação de instituições e relações de produção que caracterizam o regime da ditadura do proletariado, o ponto chave é o PC.

As duas categorias fundamentais e permanentes de todo processo revolucionário (seja já a ditadura do proletariado ou sob o domínio burguês) são, por um lado, a classe operária com seus aliados e suas mobilizações; por outro, o *partido marxista revolucionário*. Que existam permanentemente não quer dizer que seu grau de desenvolvimento seja sempre ótimo; pode haver uma grande mobilização com um partido ainda incapaz de dirigi-la, por exemplo. Mas são as únicas categorias constantes. Em troca, os sindicatos, comitês de fábrica, comissões operárias, soviets etc., aparecem e desaparecem segundo os países e etapas da luta de classes. Os elementos fundamentais, partido e mobilização, estabelecem mediações através de distintas organizações. A famosa analogia que Trotsky fez das engrenagens, das rodas dentadas, não serve só para antes da tomada do poder mas também para depois. Nela dizia que entre o *partido* revolucionário e as massas não se estabelece uma relação direta, mas através de organizações distintas ao partido, mais amplas, massivas e intermediárias (como o soviete, o comitê de fábrica ou o sindicato). E a forma soviética, apesar de suas imensas vantagens, apesar de ser a forma organizativa mais dinâmica e ampla do movimento de massas em luta, muito superior ao comitê de fábrica e ao sindicato, não é mais que uma engrenagem privilegiada, mas engrenagem apenas.

Os conselhos representam uma *forma organizativa*, tão-somente uma *forma*... [sublinhado no original], enquanto acontece o contrário com o partido revolucionário,... não é, de modo algum, uma forma.¹²⁵

¹²⁵ Trotsky, “The ILP and the Fourth International”, In. *Writings*, cit., p. 147.

Dito de outra maneira, são os trabalhadores mobilizados revolucionariamente com suas organizações de massas que fazem a revolução, mas é o partido revolucionário que tem o poder e a direção. Uma vez no poder, o partido utiliza as engrenagens organizativas mais adequadas para cada etapa da luta de classes, sem fazer um fetiche de nenhuma delas, sejam soviets, comitês de fábrica, comitês de operários sem partido, exércitos vermelhos, sindicatos, tal como o fizeram Lenin e Trotsky nos primeiros anos da Revolução de Outubro para facilitar e organizar a mobilização permanente das massas russas.

PAPEL DO PARTIDO NA REVOLUÇÃO E DITADURA OPERÁRIA

Afirmamos que o SU minimiza a importância do fator subjetivo. Trotsky escreveu extensamente sobre este tema e nos ensinou que é algo que distingue todas as correntes oportunistas.

O oportunismo, que vive consciente ou inconscientemente com as idéias do passado, inclina-se sempre a menosprezar o papel do fator subjetivo, ou seja, a importância do partido revolucionário e de sua direção. Isto é percebido nas discussões travadas a respeito das lições do Outubro alemão, do comitê anglo-russo e da revolução chinesa. Em todas essas ocasiões, como em outras menos importantes, a tendência oportunista seguiu uma linha política que contava diretamente com as “massas” e, conseqüentemente, esquecia os problemas da direção revolucionária. Esta maneira de abordar a questão, em geral falsa do ponto de vista teórico, é particularmente funesta durante a época imperialista.¹²⁶

¹²⁶ Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas*, cit., p. 153.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Também o considerou um traço essencial do anarquismo:

A incoerência e, em última instância, o caráter reacionário de todo tipo de anarquistas e anarcossindicalistas consiste, precisamente, em que não entendam a importância decisiva do partido revolucionário, especialmente na etapa superior da luta de classes, na época da ditadura proletária.¹²⁷

Efetivamente, o SU cai no oportunismo, no revisionismo, no anarquismo e no ultra-esquerdismo neste ponto. Só não cai no trotskismo. Nossa “religião”, se é que temos alguma, é a do papel fundamental que o partido joga na etapa de transição, antes e depois da tomada do poder. O SU a trocou agora pela dos soviets. Mas “se o partido se separasse (ficasse excluído) do sistema soviético, este não tardaria em cair”¹²⁸. Como é que o SU não diz, ainda que de passagem, que quem dirige a revolução é o partido? Um próximo documento deve dizer claramente se abandonou ou não sua fervorosa convicção de que esta explicação de Trotsky é válida para todo tempo e lugar:

Uma caldeira a vapor, ainda que seja mal utilizada, pode render durante muito tempo. Já um manômetro é um instrumento muito delicado que se arruína rapidamente a qualquer impacto. Com um manômetro que não funcione, a melhor caldeira pode explodir. Assim, se o partido é um manômetro ou uma bússola num barco, seu mau funcionamento acarretaria grandes dificuldades. *Porém, é mais que isso, o partido é a parte mais importante do mecanismo governamental.* A caldeira soviética posta em funcionamento pela Revolução de Outubro é capaz de realizar um trabalho gigantesco ainda que com maus

¹²⁷ Trotsky, “Problemas del desarrollo de la URSS”, *In. Escritos*, cit., t. II, v. 2, pp. 306, 307.

¹²⁸ Trotsky, “A los camaradas búlgaros”, *In. Escritos*, cit., p. 64.



mecânicos. Mas, o mau funcionamento do manômetro coloca constantemente o perigo de explosão de toda máquina.¹²⁹

Por razões objetivas e portanto alheias à vontade dos marxistas, a classe operária em sua totalidade não pode fazer a revolução e exercer o poder imediatamente depois de o ter tomado. Trotsky é totalmente claro a respeito:

Uma revolução é “feita” diretamente por uma *minoría* [sublinhado no original]. O êxito de uma revolução é possível, no entanto, somente quando essa minoria encontra certo apoio, ou pelo menos a neutralidade amistosa de parte da maioria. A mudança nas diferentes etapas da revolução, como a transição da revolução à contra-revolução, é determinada diretamente pelas relações políticas variáveis entre a minoria e a maioria, entre a vanguarda e a classe.¹³⁰

Podemos lamentar-nos o quanto queiramos, mas a realidade da luta de classes contemporânea faz com que seja assim. Esta é diferença mais importante que há entre as revoluções e ditaduras burguesas e as proletárias.

Quando a burguesia chegou ao poder era, de fato, a classe dominante econômica e culturalmente. Por isso, não necessitou de partidos políticos para alcançar o poder, pois se apoiou no parlamento, na universidade e em sua capacidade de controlar a economia. Mais ainda, conseguiu que setores religiosos e nobres passassem para seu lado, e conseguiu utilizar a mobilização das massas plebéias a seu favor, aburguesando setores da mesma. Tudo apontava para consolidar seu domínio econômico e cultural e transferi-lo para o plano do Estado e da política.

Durante séculos, este fortalecimento evolutivo foi um processo paralelo ao debilitamento de seu inimigo, o feudalismo. Assim, esta classe adquiriu homogeneidade, força e consciência

129 Trotsky, “Problemas del desarrollo de la URSS”, *In. Escritos*, cit., p. 309.

130 Trotsky, “Alarma por Kronstad”, *In. Escritos*, cit., t. IX, v. 1, pp. 202, 203.

de seus interesses. Com a classe operária ocorre o contrário. À medida que passam os anos, não aumenta seu domínio econômico e cultural. O sistema monopolista e imperialista, penetrando nos poros da classe operária, a corrompe, a aristocratiza e a incorpora, junto com suas direções tradicionais, às instituições burguesas. Este veneno penetra pela educação, imprensa escrita, rádio e televisão.

Aquilo que a burguesia conseguiu – poder efetivo antes do governo – é inacessível para a classe operária. O capitalismo impede que ela seja cada vez mais revolucionária, consciente de si mesma e de seu papel na sociedade. O imperialismo consegue impedir o desenvolvimento desta consciência.

Logicamente este é um processo altamente contraditório, no qual o capitalismo não consegue tudo o que quer, porque do outro lado está a classe operária com suas mobilizações e o partido tratando de desenvolver a consciência revolucionária. Se não fosse assim, não haveria possibilidades de revolução operária. As contradições capitalistas e imperialistas em nível mundial fazem com que os trabalhadores se mobilizem revolucionariamente contra os exploradores em determinados momentos e países.

De qualquer modo, o surgimento de uma situação revolucionária em um país não deixa de ser excepcional. Quando acontece, é porque houve necessidades objetivas implacáveis e não um processo de maturação evolutiva da consciência e da organização da classe. Contra a visão gorteriana da realidade que “... pinta a situação como se o momento de início da revolução dependesse exclusivamente do grau de esclarecimento do proletariado e não de toda a uma série de fatores: nacionais, internacionais, econômicos e políticos e, particularmente, do efeito das privações sobre os setores mais empobrecidos das massas”, nos permitimos parafrasear Trotsky dizendo “...com sua permissão” dos camaradas da maioria do SU “as privações das massas perma-

necem o mais poderoso motor da revolução proletária”¹³¹. Apesar dessas crises, a classe operária segue sendo muito inferior à burguesia quanto a seu nível cultural e, principalmente, quanto à sua consciência. Nada o reflete melhor do que a existência de multitudinários partidos reformistas e o apoio do proletariado ao partido democrata estadunidense. Esse processo contraditório manifesta-se nas relações entre os partidos revolucionários, reformistas e burgueses.

Por todo o anterior, o proletariado não pode tomar o poder só através de organizações ou instituições que o abarcam de conjunto, o que seria o mesmo que dizer *todo* o proletariado. É uma classe que está dividida e que continuará dividida em setores antagônicos durante a tomada do poder e também sob a ditadura do proletariado. Haverá uma minoria consciente do projeto revolucionário, outros que serão neutros e também os que seguirão prisioneiros da ideologia burguesa ou reformista e, portanto, serão contra-revolucionários.

Aquela unidade, poderio e domínio que a burguesia tinha antes de tomar o poder, a classe operária irá conseguir, mas depois de chegar a ele. Quando estivermos perto do momento da revolução operária, da tomada do poder e sua ditadura, a classe proletária e seus partidos estarão dilacerados por tremendas contradições e divisões político-organizativas, como consequência do enorme peso da ideologia burguesa que impera em suas fileiras.

O partido que consiga acaudilhar a classe operária é o único que pode superar esses graves empecilhos. Todas as desvantagens do proletariado frente à burguesia são compensadas quando surge uma minoria consciente, ferreamente organizada em seu partido que dirija o processo, combatendo os setores operários que estão contra a revolução e ganhando o apoio ou a neutralidade da maioria. A classe operária pode compensar as desvantagens que

131 Trotsky, “On the policy of the KAPD”, In. *The First Five Years of the Communist International*, cit., v. 1, p. 150.

tem frente à burguesia ao conseguir um grande desenvolvimento do fator consciente, subjetivo, ou seja, quando sua vanguarda construir um forte e sólido partido marxista revolucionário. Porque “o partido é a arma política suprema” que corporificará “as potencialidades e o futuro da revolução”¹³².

Todas as ditaduras e revoluções proletárias triunfantes que se deram neste século têm sido revoluções e ditaduras de um partido; jamais dos sindicatos, dos sovietes, dos comitês de fábrica ou de camponeses. Ou seja, jamais foram ditaduras de todos os operários e trabalhadores; sempre foram de uma minoria ferreamente organizada que tem o apoio ou a neutralidade — mais ou menos ativa da maioria.

Assim o explica magistralmente Trotsky:

Nas revoluções burguesas a consciência, a preparação e o método desempenharam um papel muito menor que o que estão chamados a desempenhar e desempenharam já na revolução do proletariado. A força motriz da revolução burguesa era também a massa; mas muito menos consciente e organizada que agora. Sua direção estava nas mãos das diferentes frações da burguesia, que dispunha da riqueza, da instrução e da organização (municípios, universidades, imprensa etc). A monarquia burocrática se defendia empiricamente, agia ao acaso. A burguesia escolhia o momento propício para jogar todo o seu peso social no prato da balança e apoderar-se do poder, explorando o movimento das massas populares.

Mas na revolução proletária não só o proletariado implica a principal força combativa, mas também a força dirigente com a personalidade de sua vanguarda. Seu partido é o único que pode desempenhar na revolução proletária o papel que na revolução burguesa a força da burguesia desempenhava, sua instrução, seus municípios e suas universidades. Este papel é tanto

132 Trotsky, “Carta abierta al Partido Comunista de la URSS”, *In. Escritos*, cit., t. I, v. 3, p. 787.

mais importante quanto mais cresce de maneira formidável a consciência de classe de seu inimigo.¹³³

UM MODELO NEO-REFORMISTA

Se algo caracteriza precisamente o reformismo é que tem um modelo de etapa de transição idêntico ao das revoluções burguesas. Todo reformista acredita que a classe operária chegará ao poder como a burguesia, ou seja como resultado de seu poder econômico que vinha de há muito tempo.

Daí a mania reformista pelas cooperativas, as empresas estatais dentro do sistema capitalista, os sindicatos poderosos cheios de privilégios econômicos, a universidade e educação operárias, o que permitiria esse avanço evolutivo e sem sobressaltos do proletariado até a tomada do poder. É o

...objetivismo pseudo-marxista que pressupõe uma preparação puramente objetiva e automática da revolução, com o que a posterga para um futuro indeterminado. Este automatismo nos é alheio.¹³⁴

O companheiro Mandel, com sua inteligência e talento costumeiros, construiu um modelo semelhante ao reformista, ainda que muito mais sofisticado, para justificar e dar coerência à resolução do SU. Como um bom jogador de xadrez, moveu suas peças para atacar o marxismo revolucionário, montando uma estrutura coerente e cheia de sutilezas estratégicas. A mania do camarada Mandel por períodos longos, longuíssimos de poder dual, pela prática constante do controle da produção e por uma longa luta para impor a legitimidade da democracia operária entre os trabalhadores – em contraposição à legitimidade da democracia burguesa – é o método evolutivo e reformista aplicado

133 Trotsky, *Lecciones de Octubre*, cit., pp. 70, 71.

134 Trotsky, “Report on the Fourth World Congress”, In. *The First Five Years of the Communist International*, cit., v. 2, p. 308.

a esta época, quando um quarto da humanidade vive sob ditaduras proletárias e revoluções operárias triunfantes. Esta jogada efetuada em nome (não faltava mais nada!) da revolução operária e da ditadura do proletariado é engenhosa: deve-se dar tempo ao proletariado de conjunto para que todo mundo unido, em suas próprias organizações soviéticas e com o controle operário, chegue a ser mais forte que a burguesia e assim, sem fissuras, com o convencimento e a atividade entusiasmada de todos os trabalhadores, tome o poder com suas organizações, com o voto universal, e com os sovietes amplos e sem contradições nem lutas agudas, com o apoio de todos os partidos operários e quem sabe de todos os partidos do país. Graças ao controle operário, o proletariado, todo o proletariado, antes da tomada do poder, será muito mais forte economicamente que a burguesia e saberá conduzir a produção muito melhor que ela. Graças ao triunfo da legitimidade da democracia operária sobre a burguesa, não haverá setores do povo que obedeçam aos capitalistas, já que toda a classe operária ou sua ampla maioria estará contra os órgãos burgueses e pelos sovietes populares. Isto permitirá governar com o voto universal do qual o companheiro Mandel é “partidário intransigente”, “antes, durante e depois da tomada do poder pelos trabalhadores”, como disse ao *El País* nas declarações já citadas. E deve-se dar tempo para que os órgãos de poder operário, os sovietes, demonstrem a todos os trabalhadores – não só os operários – que a sua é a forma mais democrática de governo.

Mandel iria muito bem se realmente fosse uma partida de xadrez; mas o que vai ocorrer é que vai aparecer o bandido do filme (a contra-revolução) que jogará o tabuleiro pelos ares.

A luta de classes e a contra-revolução nunca darão o tempo, como não deram aos reformistas, para que os trabalhadores e toda a classe operária, sejam convencidos da legitimidade de seu poder democrático, para que consigam ser dominantes na economia e incorporem sem fissuras o conjunto do povo aos órgãos de poder operário. Antes de chegar a esse éden, a minoria contra-

revolucionária desse país entrará em uma luta de morte contra a minoria revolucionária para ver quem sai vitorioso, neutralizando e ganhando a maioria da população por meio da força. E só quando a minoria revolucionária conseguir o apoio ou a neutralidade da maioria dos trabalhadores e conseguir derrotar fisicamente a contra-revolução, poderá haver revolução operária e poder dos trabalhadores. No esquema do camarada Mandel, não entram os Pinochet, Franco e Mussolini, nem as traições de Stalin, Ebert ou Allende.

DITADURA REVOLUCIONÁRIA E MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

Se algo está ausente nas teses é o objetivo central da ditadura revolucionária: aprofundar a revolução permanente e a revolução socialista internacional. Considera suficiente assinalar que deve existir a democracia mais absoluta, inclusive para os contra-revolucionários. É possível que os autores do documento nos digam que com essa democracia absoluta está garantida a revolução permanente internacional e que, portanto, não seja necessário indicá-la de forma explícita. Este fetichismo das formas jurídicas democráticas, e, na democracia, da votação — inclusive dos métodos tipicamente burgueses do voto universal e do referendo — é característico do documento do SU. Em lugar de apontar, de acordo com o mais estrito reconhecimento dos ensinamentos marxistas, que jamais um processo revolucionário se define por algum tipo de votação, mas somente pela relação de forças e a luta entre os combatentes, os autores estão às voltas com um único eixo: as virtudes absolutas da democracia.

Para nós, o objetivo fundamental da ditadura revolucionária do proletariado continua sendo o de continuar a revolução e a mobilização permanente dos trabalhadores contra todo tipo de exploração em escala nacional e internacional; o que por outro lado é a única maneira que tem uma ditadura revolucionária

de sobreviver e desenvolver-se, já que se ficasse restrita às suas fronteiras nacionais, seu desenvolvimento econômico provocaria contradições cada vez mais agudas e irreconciliáveis.

A mobilização e revolução permanente do proletariado e seus aliados trabalhadores, antes, e mais ainda, depois da tomada do poder, só muda de forma, mas responde às mesmas leis. Antes da tomada do poder tratamos de conseguir que se produza uma mobilização permanente, da classe operária e seus aliados, contra o imperialismo, o capitalismo e os exploradores para derrotá-los e tomar o poder. Levantamos distintas tarefas e bandeiras políticas e econômicas – que são acompanhadas de distintas propostas organizativas – para que sejam tomadas pelos trabalhadores e se mobilizem e lutem permanentemente em torno a elas.

Depois da tomada do poder, este processo de mobilização permanente não pára; intensifica-se. Adquire uma magnitude desconhecida até então com o surgimento de uma forma de organização muito mais poderosa, uma alavanca organizativa institucional de magnitudes incalculáveis: é o Estado nacional dominado pelo proletariado. Porém, esta nova organização do proletariado internacional, o Estado operário nacional, não é mais que um novo e muito mais poderoso instrumento no processo da revolução socialista internacional, ou seja, no processo de mobilização e revolução permanentes. Depois da tomada do poder, abre-se ao partido revolucionário a possibilidade de conseguir, pela primeira vez na história, uma mobilização ininterrupta dos trabalhadores, coisa impossível sob o capitalismo por razões óbvias. Para conseguir-lo, o partido deve utilizar as mesmas técnicas da época em que os exploradores dominam um país: levantar as palavras de ordem necessárias para a mobilização do conjunto dos trabalhadores, encadeando umas às outras, de acordo com as etapas e necessidades das massas trabalhadoras. Isto é muito importante pois não há mobilização dos trabalhadores em abstrato ou meramente por formas organizativas. O organizativo é flexível, sempre muda, de acordo com as tarefas ou políticas pelas quais se devem

mobilizar os explorados. Antes do triunfo da Revolução Russa mobilizou-se por “todo poder aos soviets” e por “paz e terra”; posteriormente, na guerra civil, a grande bandeira era a derrota dos guardas brancos e das intervenções imperialistas, e para isso a organização mais importante das massas foi o Exército Vermelho e não os soviets. Em seguida veio a luta pelos transportes, contra a fome, o tifo e os piolhos. Depois da vitória na guerra civil, a batalha foi pela reconstrução econômica e esta nova mobilização deu relevância aos sindicatos e aos operários sem partido, abandonando-se em certa medida os soviets como forma organizativa privilegiada do movimento operário e de massas russo. O que queremos demonstrar é como, depois da tomada do poder, abriram-se distintas etapas nas quais o eixo de mobilização mudava conforme as circunstâncias, como também ocorre em um país dominado pelo capitalismo. Este mecanismo de mobilização dos trabalhadores depois da tomada do poder, através das palavras de ordem que expressem suas necessidades mais prementes a cada momento da luta de classes, nunca poderá ser resolvido automaticamente, por meio do mero mecanismo de votações nos soviets. Dependerá, como sempre, do papel e da influência do partido revolucionário, que é quem deve continuar lançando as bandeiras mobilizadoras, como antes da tomada do poder.

Esse é o verdadeiro motor, o verdadeiro conteúdo da ditadura revolucionária do proletariado. Esta não se faz para ter democracia absoluta no país, nem para inaugurar soviets. *Faz-se com o objetivo de conseguir que os trabalhadores continuem mobilizados de forma cada vez mais intensa*, e para isso não há nada melhor que a democracia para os mobilizados, para os que entram na luta. Dizemos isto porque, em última instância, a explicação da degeneração da URSS ou do caráter burocrático de todos os Estados operários é que não houve mobilização contínua dos trabalhadores. O proletariado russo não conseguiu porque se fatigou, cansou-se e deixou de se mobilizar. Em todos os outros Estados operários burocratizados deram-se mobilizações



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

controladas pelo aparato burocrático; não foram permanentes, e sim esporádicas, e depois da tomada do poder foram enquadradas pelos interesses da burocracia. Não existe nenhuma forma organizativa que possa evitar que a mobilização das massas trabalhadoras se detenha. A única forma de superá-la é lançando palavras de ordem de mobilização. Isto é, depois da tomada do poder continuará existindo a necessidade de que o partido revolucionário lance as políticas transicionais necessárias para que a luta dos trabalhadores não pare nunca mais. Esse é o mais profundo significado da ditadura revolucionária do proletariado.

FUTURO DOS SOVIETES E DOS PARTIDOS

Para os companheiros do SU, não há a menor dúvida de que tão logo o proletariado tome o poder, serão produzidos três fenômenos intimamente ligados: “a ditadura do proletariado começa a debilitar-se quase desde o seu nascimento”, a transformação dos soviets em movimentos populares multitudinários onde toda a população intervém, e, por último,

...pode-se predizer, *com certeza*, que sob uma verdadeira democracia operária, os partidos políticos adquirirão um conteúdo muito mais rico e mais amplo e conduzirão lutas ideológicas das massas de uma amplitude e com uma participação de massas infinitamente superiores a tudo o que vimos sob a forma mais avançada da democracia burguesa.¹³⁵

Quer dizer, que para a maioria do SU existirá um processo de conjunto que incluirá o debilitamento do Estado proletário, o desenvolvimento espetacular dos soviets populares e dos partidos políticos. Ainda que pareça estranho, esta concepção tem um certo parentesco com a stalinista, criticada por Trotsky, e

¹³⁵ SU, cit., p. 3.



não é casual que seja assim. Era Stalin que dizia que o regime soviético e o socialismo se desenvolviam no mesmo sentido, e era Trotsky que insistia que, se o sistema soviético fosse desenvolvido, o socialismo não poderia desenvolver-se e vice-versa. E dava uma explicação simples: com o desenvolvimento do socialismo, as classes começam a desaparecer e, quando as classes desaparecerem, o Estado começará a extinguir-se, e quando este se extinguir, o mesmo ocorrerá com essa forma estatal que é o regime soviético. Se fossem os soviéticos a se fortalecer e se desenvolver, seguramente teríamos um tipo de Estado, distinto do burguês, mas Estado que se fortalece afinal.

O mesmo ocorre com os partidos políticos: se forem cada vez mais fortes é porque cada vez há maior luta econômica, política, para controlar o poder e repartir o sobreproduto.

A III Internacional votou uma resolução que vai explicitamente contra a opinião atual do SU a respeito do fortalecimento dos partidos políticos e dos soviéticos, na qual explicava como, na medida em que as classes e o Estado fossem desaparecendo, desapareceriam não só os partidos políticos mas todas as organizações operárias:

A necessidade de um partido político do proletariado só desaparecerá com as classes sociais. Na marcha do comunismo rumo à vitória definitiva é possível que a relação específica existente entre as três formas essenciais da organização proletária contemporânea (partidos, soviéticos e sindicatos da indústria), seja modificada e *que um tipo único, sintético, de organização operária se cristalize pouco a pouco*. Mas o PC só se dissolverá completamente no seio da classe operária quando o comunismo deixar de ser o eixo da luta social, quando toda a classe operária for comunista.¹³⁶

136 “Resolución sobre el papel del partido comunista en la revolución proletaria”, *In. Los Cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1973, 1ª parte, p. 137.

Por isso, a afirmação de que “com certeza” os partidos políticos adquirirão um conteúdo muito mais rico e mais amplo sob uma “ditadura do proletariado [que] começa a debilitar-se” é, do ponto de vista marxista, absurda. Na medida em que o Estado for desaparecendo – e o SU diz que isso ocorrerá logo após a tomada do poder pelo proletariado – desaparecerão os partidos políticos, porque deixará de existir sua razão de ser, a posse do Estado. O SU confunde a existência de correntes ideológicas culturais mais ou menos organizadas com os partidos políticos. Por isso escreve que “os partidos políticos conduzirão... lutas ideológicas de massas”. Mas uma luta ideológica, para que seja levada por um partido político, tem que estar subordinada à luta política pelo poder do Estado; se não for assim, não é uma luta política ideológica, mas uma luta ideológica cultural.

O desaparecimento da política, que será consequência do desaparecimento da exploração, da miséria, da fome, das guerras etc. enriquecerá a vida e as discussões dentro da sociedade. Haverá polêmicas com a participação massiva dos cidadãos socialistas como nunca visto antes, sobre questões pedagógicas, científicas, desportivas, artísticas, sociais, ou seja, como dizem os companheiros do SU, “ideológicas”, mas não políticas. Os homens agrupar-se-ão para defender melhor suas idéias e como serão muito mais lúcidos que os autores da resolução dirão: “que bom que não há mais partidos políticos, podemos organizar-nos livremente para discutir tudo isto. Se os partidos políticos e o Estado existissem, todos estaríamos constrangidos por esse monstro da sociedade de classes, a política, ou seja, a administração dos homens por meio da violência”.

Algo parecido acontece com as relações entre a democracia direta e indireta. Para os companheiros da maioria do SU, o colossal florescimento dos partidos políticos não é contraditório com o desenvolvimento da democracia direta. Nada mais alheio à realidade. O crescimento dos partidos políticos é um fenômeno contrário à democracia direta, ainda que na ditadu-

ra revolucionária do proletariado esses dois pólos antagônicos e contraditórios possam desenvolver-se em conjunto até um certo ponto crítico, a partir do qual o desenvolvimento de um tem que começar a questionar o do outro. Isto é assim porque os partidos políticos são a máxima expressão da democracia indireta. A existência dos partidos implica que a iniciativa das massas é mediada por estes, que têm uma disciplina própria, que freiam, canalizam e distorcem a atividade imediata e autodeterminante do movimento operário e de massas. A democracia direta implica em fazer a cada momento o que se resolve entre todos, sem delegar tarefas a nenhum organismo e menos ainda a partidos. O surgimento do Estado é a negação mais absoluta dessa democracia direta, já que todos ficam constrangidos a atuar por meio do Estado, inclusive a própria classe dominante, que usa a burocracia estatal como intermediária para atingir seus fins. A existência dos partidos não é mais que consequência da existência do Estado e por isso os partidos são centralistas.

A democracia direta poderá ser dominante na medida em que for desaparecendo o Estado, e se não fosse assim, poderia desenvolver-se junto ao fortalecimento da ditadura do proletariado e dos partidos operários, mas como um pólo antagônico, contraditório. Serão dois pólos que serão desenvolvidos, estabelecerão vínculos, mas que em determinado momento terão que entrar em contradição. Na etapa de transição do capitalismo ao socialismo apenas se pode começar o desenvolvimento da democracia direta, mas combinada com o desenvolvimento e florescimento da democracia indireta, o regime soviético, os sindicatos e os partidos. A democracia direta irá dominando na medida em que as classes, o imperialismo, o Estado, os partidos e os soviets comecem a desaparecer e que os produtores e consumidores socialistas possam inclusive fazer experiências antagônicas, contraditórias, sem necessidade de submeter-se a nenhuma disciplina, nem sequer a da votação majoritária; cada grupo social poderá fazer o que queira graças à enorme riqueza

existente. Por isso podemos apontar somente uma lei absoluta: quanto mais a democracia direta desenvolve-se, mais irão desaparecendo os partidos políticos.

É necessário dizer que os companheiros do SU têm razão em um sentido: nas primeiras etapas da ditadura revolucionária do proletariado haverá um florescimento dos soviets e da democracia revolucionária, e também surgirão outras formas organizativas de massas (inclusive distintos partidos soviéticos que refletirão os distintos setores da classe operária e das massas mobilizadas). Isto será consequência de que a ditadura revolucionária apelará para a mobilização permanente dos trabalhadores para se fortalecer e poder enfrentar o imperialismo à escala mundial e suas influências à escala nacional, gerando uma luta que poderá desenvolver e ampliar a democracia revolucionária a escalas jamais vistas. Quer dizer, deve-se fortalecer a revolução e, para isso, deve-se mobilizar as massas para fortalecer a ditadura revolucionária do Estado operário e, por fim, a democracia revolucionária. Esta é justamente a dialética que os companheiros do SU não compreendem, porque não compreendem esta etapa da ditadura do proletariado que estamos vivendo. Devido à existência do imperialismo, tão logo o proletariado tome o poder, terá que fortalecer sua ditadura revolucionária estendendo e aprofundando a revolução e, para isso, terá que fortalecer seu Estado, ou seja, os soviets e a democracia revolucionária, como também todas as formas de organização cuja orientação siga o rumo do desenvolvimento da revolução e o fortalecimento da ditadura revolucionária. Esta perspectiva está certa para o futuro imediato, tão logo comecem a surgir as ditaduras revolucionárias do proletariado. Mas, pelo momento, só é poesia futurista. Estes serão futuros partidos que estarão unidos por um vínculo comum, a defesa da revolução socialista, ainda que expressem pontos de vista e interesses diferentes. Antes de desaparecer, os partidos crescerão mais que nunca, assim como o Estado.

Mas o que nos interessa são as relações dos soviets e da ditadura revolucionária do proletariado com os partidos operários de hoje – stalinistas, social-democratas – agentes do imperialismo e com o único partido mundial revolucionário consequente, a IV Internacional, e seus partidos trotskistas.

E temos que dizer claramente que não vemos a possibilidade de que esses partidos operários oportunistas, os atuais, dêem um salto tão espetacular e se tornem revolucionários.

Infelizmente, continuarão oportunistas e contra-revolucionários e, como tal, inimigos mortais dos partidos trotskistas, dos soviets e da ditadura revolucionária do proletariado.



FETICHISMO SOVIÉTICO

SOVIETES: UM “PRINCÍPIO” ORGANIZATIVO?

A insistente supervalorização das formas organizativas soviéticas feita pelo SU, praticamente deixando de lado o papel fundamental do partido revolucionário e da mobilização das massas, é um fenômeno previsto pelo marxismo. Tanto a Revolução Russa quanto a Alemã fizeram nossos mestres refletirem muito a respeito desse desvio que chamaram de “fetichismo organizativo” (falando especificamente do fetichismo soviético) e sobre cujos perigos alertaram.

Em *Lições de Outubro*, Trotsky diz:

Porém, os jovens partidos europeus que aceitaram mais ou menos os soviets como “doutrina”, como “princípio”, estarão sempre expostos ao perigo de um conceito fetichista dos mesmos, no sentido de considerá-los fatores autônomos da revolução. Pois, apesar da imensa vantagem que oferecem como organismo de luta pelo poder, é perfeitamente possível que a insurreição se desenvolva sobre a base de outra forma orgânica (comitês de fábrica, sindicatos) e que não surjam soviets como órgãos de poder senão no momento da insurreição ou mesmo depois da vitória.

Deste ponto de vista é muito instrutiva a luta que Lenin empreendeu contra o fetichismo sovieta depois das jornadas de julho. Como em julho os soviets, dirigidos pelos socialistas revolucionários [SR] e mencheviques, tornaram-se organis-

mos que impulsionavam francamente os soldados à ofensiva e à perseguição aos bolcheviques, o movimento revolucionário das massas operárias podia e devia procurar outros caminhos. Lenin indicava os comitês de fábrica como organismos da luta pelo poder.¹³⁷

Mandel disse que é possível que os partidos oportunistas se integrem aos sovietes e, nesse sentido, são corretas suas críticas à ultra-esquerda, que afirma o contrário. Nós também pensamos que, justamente por serem oportunistas, é possível que tratem de ingressar nessas organizações tão logo comprovem que adquiram um caráter massivo. Porém, Mandel fica na metade do caminho. O que farão os oportunistas no soviete? Evidentemente, irão lá para tentar transformá-los em oportunistas e contra-revolucionários. Não há outra possibilidade. E Mandel não pode continuar porque, para impedir isso, deveria transformar seus sovietes em revolucionários, com o que deixariam de ser de toda a população.

Por isso, repetimos com Trotsky, que é necessário “evitar cair no fetichismo organizativo”, que não devemos transformar os sovietes em “um princípio” e que “o mero reconhecimento do sistema soviético não esclarece nada”, porque “a forma soviética de organização não possui poderes milagrosos”. Estamos a favor dos sovietes, porém, para transformá-los em sovietes revolucionários. Isto é o que ele quis dizer e também Lenin quando propuseram ficar independentes dos sovietes dirigidos pelos mencheviques e social-revolucionários e atacá-los sem dó para tomar o poder, porque tinham começado a atuar como correia de transmissão da política contra-revolucionária de Kerensky.

Nós lutamos para que as organizações de massas (quaisquer que sejam) sejam revolucionárias. Não caímos na política ultra-esquerdista de ignorá-las por não concordarem conosco, nem no oportunismo de segui-las sempre. Não forjamos nenhum fetiche e recordamos que os sovietes, assim como os sindicatos, podem

¹³⁷ Trotsky, *Lecciones de Octubre*, cit., p. 67.

ser dirigidos hoje pelos oportunistas e amanhã pelos contra-revolucionários. Os prognósticos de Trotsky para o futuro da Áustria podem ser válidos para outro país:

...existe a possibilidade, não só de que a palavra de ordem de soviets possa não coincidir com a ditadura do proletariado, senão, inclusive, de que se contraponham, quer dizer, que os soviets cheguem a se transformar num baluarte contra a ditadura do proletariado.¹³⁸

Com essas palavras, Trotsky faz também um chamado de alerta para depois da tomada do poder.

O QUE DEVEM SER OS SOVIETES?

Parece bom para vocês, camaradas do SU, que para responder a esta pergunta recorramos a Trotsky? Suponhamos que sim, e vamos citar nada menos que *O Programa de transição da IV Internacional*.

Como serão harmonizadas todas essas demandas distintas e todas estas formas de luta, ainda que seja só nos limites de uma cidade? A história já respondeu a esta questão: através dos soviets, que reunirão os representantes de todos os grupos em luta... através de suas portas, passam representantes de todos os estratos levados na torrente geral da luta... os soviets, atuando como um pivô ao redor do qual milhões de trabalhadores se unem em sua luta contra os exploradores...¹³⁹

138 Trotsky, “La crisis austriaca y el comunismo”, *In. Escritos*, cit., t. I, v. 2, p. 547.

139 Trotsky, *Programa de transición*, cit., p.36.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Nada originais, cremos que *os soviets são organismos de luta e dos que lutam*, que só podem surgir “quando o movimento de massas entra numa etapa abertamente revolucionária”¹⁴⁰.

Porém, quem são os que lutam? Não é todo o povo.

Porque no seio de todo o povo, que sofre permanentemente e da maneira mais cruel a brutalidade dos Avramov, há seres covardes fisicamente, atemorizados; seres moralmente intimidados, por exemplo, pela teoria de não resistir ao mal mediante a violência ou simplesmente pelas ilusões, pelo costume, pela rotina, seres indiferentes, aqueles que são chamados pequeno-burgueses ou filisteus, que preferem distanciar-se da luta intensa, ficar de lado e até se esconder (tomara que não me sobre nada!). *É por essa razão que não é o povo todo que exerce a ditadura, mas só o povo revolucionário.*¹⁴¹



Devemos nos desculpar desde já por usar uma citação atrás de outra, porém, é que, falando de soviets, acreditamos que Lenin e Trotsky tenham alguma autoridade.

A pergunta que surge agora é: Quem é o povo revolucionário? Basicamente, o proletariado industrial, o mais avançado dele. Por isso, na única ditadura revolucionária de que temos notícias, o proletariado tinha delegação mais numerosa e a forma de votação não era secreta, mas com a mão levantada. Este método típico das assembleias operárias, coercitivo, foi usado para impedir que os operários ou os trabalhadores contrarrevolucionários se aproximassem. Isto foi feito para assegurar que os soviets fossem dos lutadores e não de todo o povo, porém, para isso os chefes da Revolução de Outubro tinham a mesma mania que nós: confiar basicamente só no proletariado.



¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Lenin, “Para la historia del problema de la dictadura”, In. *Obras completas*, cit., pp. 51, 52.



O poder revolucionário está dentro do próprio proletariado. É necessário que este se levante para tomar o poder: então, e só então, a organização soviética revela suas qualidades como o instrumento insubstituível nas mãos do proletariado.¹⁴²

Se Lenin e Trotsky colocavam tanto empenho em manter a maioria operária dentro dos sovietes, se acreditavam que estes só podiam surgir em épocas revolucionárias e só deviam admitir os que lutavam, ainda que pareça inacreditável para o SU, devemos chegar à seguinte conclusão: quando os sovietes são necessários, *é porque há luta*. E isto quer dizer que há dois bandos, o da revolução e... o da contra-revolução (mesmo que este último esteja composto pelos agentes diretos da burguesia e o imperialismo, ou indiretos, como a burocracia e a aristocracia operária).

Isto pode ser comparado a dois exércitos que se enfrentam, ou a dois piquetes em uma greve (o dos fura-greves e o dos grevistas). Como é possível que os inimigos entrem em nosso bando, como quer o SU, quando disse que todos podem entrar no soviete? Como os grevistas admitirão em seu piquete armado os fura-greves armados, se nos organizamos justamente para ver quem esmaga quem? Mistérios do revisionismo.

Nossos camaradas do SU não necessitam de sovietes que lutem contra a contra-revolução imperialista, *simplesmente porque esta não entra em seus cálculos*. Seus novos sovietes terão como tarefa prioritária a “construção socialista”. Como se trata de uma tarefa construtiva, não é ruim que os contra-revolucionários colaborem. Considerar a “construção” como objetivo fundamental e negar a necessidade de desenvolver a luta de classes à escala mundial e nacional é, diga-se de passagem, uma capitulação à teoria do socialismo em um só país.

Esclarecido o que são os sovietes (depois que fizeram triunfar a única ditadura revolucionária e depois de serem estudados

¹⁴² Trotsky, “Manifesto of the Second World Congress”, In. *The First Five Years of the Communist International*, cit., v. I, p. 130.

durante mais de sessenta anos!), vejamos o que diz o documento do SU. Simplesmente, parece que já não estão de acordo com a concepção leninista. Primeiro, *em seu sentido político, não devem ser organismos para a luta nem dos que lutam: não, devem ser revolucionários*. Referindo-se à função dos futuros soviets, são concebidos como organismos tão democráticos como nunca visto, com liberdades totais para tendências, grupos e partidos políticos, incluídos os contra-revolucionários. Ou seja, que cada indivíduo terá liberdades plenas pelo fato de ser trabalhador? Isso é a mesma coisa que dizer que um delegado eleito por uma assembléia sindical, e que seja agente do patronado, tem a liberdade de fazer propaganda contra uma greve.

O segundo aspecto da definição leninista-trotskista é o *sociológico*: “o povo revolucionário” era, para a direção de Outubro, essencialmente o proletariado industrial. Para o SU, *os soviets não devem ser essencialmente do proletariado industrial, neles deve estar todo o povo*.

Finalmente, a participação de milhões de pessoas no processo de construção de uma sociedade sem classes, não só mediante o voto mais ou menos passivo, senão também na gestão real, em diversos níveis, *não pode ficar limitada de maneira obreirista unicamente aos trabalhadores comprometidos na produção*. Lenin precisou que, no Estado operário, a imensa maioria da população deveria participar diretamente na administração do Estado. Isso significa que os conselhos dos trabalhadores nos quais se baseará a ditadura do proletariado não serão comitês de fábrica, senão órgãos de auto-organização das massas em todas as esferas da vida econômica e social, incluídos, evidentemente, as fábricas, as unidades de distribuição, os hospitais, as escolas, os centros de telecomunicações e transportes e os bairros.¹⁴³

¹⁴³ SU, cit., p. 3.

Esta concepção é popular e territorial. Lenin diz que

...a constituição soviética leva também o aparato do Estado para mais próximo das massas pelo fato de não ser o distrito territorial, mas a unidade de produção (fábrica ou empresa), a que forma a unidade eleitoral e a célula básica do Estado.¹⁴⁴

Trotsky afirmou a mesma coisa quando disse que essa célula básica está baseada “nos grupos de classe e de produção”¹⁴⁵.

Esta discussão sobre os soviets e a ditadura revolucionária não é nova no marxismo. Os antecessores do SU são todas as correntes pequeno-burguesas, que sempre quiseram tirar o monopólio do poder do proletariado industrial para dá-lo ao povo. Um trotskista não pode dizer “povo”, porque povo quer dizer todos, qualquer um, basta que seja trabalhador. Nesse saco entram os pequeno-burgueses, os trabalhadores reformistas ou contra-revolucionários, e o SU os faz entrar para que intervejam na condução do Estado!

Isto é uma consequência direta do fetichismo organizativo em que caem ao tentar opor ao parlamento burguês, uma forma de soviets ideal e abstrata que não é... outra coisa que uma nova forma parlamentar. Este sempre foi o objetivo do reformismo e não há nada que possa fazê-lo entrar num programa trotskista.

Trotsky disse:

O sistema soviético não é um princípio abstrato que os comunistas opõem ao princípio do parlamentarismo. O sistema soviético é um aparato de classe cujo objetivo é *liquidar o parlamentarismo e substituí-lo durante a luta e como resultado da luta.*¹⁴⁶

144 *The Trotsky Papers* [cartas de 1917-1922 compiladas por Jan M. Meijer]. The Hague/Paris, Mouton, 1971, t. 1, p. 287.

145 Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p. 214.

146 Trotsky, “Manifesto of the Second World Congress”, In. *The First Five Years of the Communist International*, cit., p. 131.

Se no parlamento burguês pode haver alguma representação dos que estão contra o sistema que este constrói e desenvolve, é porque a burguesia encarregou-se previamente – com a valorosa ajuda do reformismo – de que tal organismo seja um freio para a luta operária e popular. E quando houver o perigo de que seja coadjuvante no combate dos explorados, o patronado não vacila em liquidá-lo até que possa voltar a montar as garantias que permitam o restabelecimento de suas funções tradicionais. É exatamente o contrário do soviete que, quando deixa de lutar, perde sua razão de ser.

Porém, a revisão do SU com relação aos sovietes vai mais além e tem conseqüências funestas. Ao negar seu verdadeiro caráter e tratar de convertê-los em parlamentos democráticos, coloca-os ante o perigo de que sejam arrastados pelas inúmeras tarefas administrativas que surgirão. E com isso fomenta que os sovietes acabem convertidos em baluartes da burocracia, que é o mesmo que dizer, em freios institucionalizados do combate permanente das massas.

E acabam fazendo uma grande concessão a Kautsky, ainda que de forma oposta. Kautsky dizia que os sovietes não podiam ser órgãos estatais por serem de luta (se são órgãos de luta devem seguir lutando, inclusive contra o próprio Estado e o partido governante, senão perdem seu caráter). O SU contesta “são estatais, não de luta”. Ambos concordam: “estatais” e “de luta” são opostos.

Nós respondemos *órgãos de luta do Estado operário*, porque falamos de uma ditadura *revolucionária* do proletariado e acreditamos que uma das tarefas fundamentais do partido revolucionário é evitar que deixem de lutar, porque os necessita para vincular-se ao movimento revolucionário permanente das massas e dirigi-lo. Para isso, “não se pode conceber uma forma melhor” que o soviete. Se fossem burocratizados ou se tornassem inimigos da mobilização, buscaríamos novas formas organizativas. No melhor dos casos, deixarão de existir na medida em que as classes se extingam e com elas o Estado.

Nossa Internacional é o único partido capaz de cumprir, de imediato, o objetivo histórico do proletariado. E continuará na medida em que deixe de produzir bases teóricas para destruir os soviets revolucionários.

TROTSKY E O FUTURO DOS SOVIETS NA URSS

Durante seus últimos anos, e fundamentalmente no *Programa de transição* e nos artigos elaborados em torno de sua discussão, Trotsky não fez mais que reafirmar esta definição dos soviets, não só para antes da tomada do poder como também para depois. Isto se torna particularmente claro quando nos fala de qual deve ser o futuro dos soviets na URSS para voltar à ditadura revolucionária dos primeiros anos e acabar com a degeneração burocrática.

Assim como antes da tomada do poder, a constituição dos soviets estará sujeita à existência de uma situação claramente revolucionária — “o regime soviético” poderá “renascer” na URSS “unicamente” à medida que exista “um levante revolucionário vitorioso das massas oprimidas”¹⁴⁷.

E como deverão ser esses soviets? Como serão constituídos?

É necessário devolver aos soviets não só sua liberdade democrática formal, senão também seu conteúdo de classe. Da mesma maneira que antes a burguesia e *os kulaki não eram admitidos nos soviets*, agora *a burocracia e a nova aristocracia devem ser expulsas deles*. [sublinhado no original] Nos soviets não há lugar para mais do que os representantes dos operários, dos colcosianos de base, dos camponeses e dos soldados vermelhos [que, como afirmou antes, estão “na luta”].¹⁴⁸

¹⁴⁷ Trotsky, *Programa de transición*, cit., p. 48.

¹⁴⁸ Idem, p. 47.

Trotsky viu-se obrigado a sustentar, sobre esta questão, numerosas discussões com camaradas do movimento. Uma delas determinou que escrevesse um artigo ampliando e enfatizando seu ponto de vista sobre a luta pela expulsão da burocracia e da aristocracia operária dos soviets. Um camarada contestava sua posição quase nos mesmos termos em que hoje faz o SU:

Não parece haver nenhuma razão politicamente válida para estabelecer uma privação de direitos políticos *a priori* de todo um grupo social da atual sociedade russa. A privação de direitos deveria basear-se *em atos políticos de violência de grupos ou indivíduos contra o novo poder soviético*.

Como vemos, parece uma frase extraída da resolução que hoje criticamos. Só podem ser coibidas as liberdades democráticas mais absolutas daqueles que embarquem em atos violentos comprovados contra o poder soviético. Nessa ocasião, Trotsky criticou que seu polemista:

...expressara-lhe uma atitude formal, jurídica, puramente constitucional sobre uma questão que deve ser encarada do ponto de vista político revolucionário. Não se trata de ver de quem os novos soviets tirarão o poder, uma vez que estejam definitivamente estabelecidos. Podemos tranquilamente deixar a elaboração da nova constituição soviética para o futuro. A questão é como expulsar a burocracia soviética. [...]

Verdadeiros soviets de operários e camponeses só podem constituir-se no curso do levante contra a burocracia. [...]

Não é questão de uma *determinação “constitucional”*, que é aplicada em base a qualificações jurídicas fixas, mas *da real autodeterminação dos campos em luta* [sublinhado no original]. *Os soviets podem surgir somente no curso de uma luta decisiva. Eles serão criados por aqueles setores dos trabalhadores que sejam arrastados ao movimento*. A importância dos

soviets consiste precisamente no fato de que sua composição é determinada não por critérios formais mas pela dinâmica da luta de classes.¹⁴⁹

Não poderia ser mais claro. 1) Os soviets “tirarão os direitos” de setores sociais da população russa, inclusive de setores do movimento operário, e terão o direito de fazê-lo. 2) No futuro, também “tirarão os direitos” de setores da população, ainda que devamos “deixar tranqüilamente a elaboração da nova constituição soviética para o futuro”. 3) “Não é questão de uma determinação constitucional” fixar quem intervenha nos soviets, já que deles não tomam parte todos os trabalhadores, mas “aqueles setores de trabalhadores que sejam arrastados pelo movimento” e serão esses setores, e só esses, os que decidirão quais partidos e setores sociais legalizam e quais ilegalizam. Esta posição é igual à que defendemos: não há princípio marxista algum que obrigue a dar a mais absoluta legalidade a todos os setores e partidos; menos ainda aos contra-revolucionários. Trotsky defendia a ilegalidade dos partidos que defendem essa burocracia e aristocracia operárias, não pela legalidade para todos os partidos e todos os habitantes. O contrário é cair no fetichismo organizativo em relação aos soviets; é uma concepção formalista e jurídica. É ver o soviete não como um organismo para a luta e dos lutadores, mas como um aparato da administração estatal, para o qual a luta revolucionária foi encerrada, e um tumor onde a burocracia que tanto se diz combater se desenvolverá à vontade.

SOVIETES E COMUNA DE PARIS SEGUNDO TROTSKY

A maioria do SU atribui a *seus* soviets e à *sua* ditadura do proletariado – não aos verdadeiros – as características superde-

149 Trotsky, “It is necessary to drive the bureaucracy and aristocracy out of the soviets”, In. *The Transitional Program for Socialist Revolution*. New York, Pathfinder, 1973, pp. 148-149.

mocráticas da Comuna de Paris. No entanto, é muito estranho que autores que conheçam tanto Trotsky não tenham assinalado, ainda que seja só para criticá-lo, a revisão que este fez da análise clássica de Lenin da Comuna de Paris. Essa ausência é ainda mais notória pelo fato de que os autores colocam como características essenciais da ditadura do proletariado a codificação praticada pela Comuna de Paris e o que Lenin escreveu posteriormente a respeito, em *O Estado e a revolução*, sem assinalar que Trotsky modificou essa interpretação da Comuna para destacar, desde então, como suas características essenciais, os traços ditatoriais e de luta e não os democráticos populares. E criticou, como seu defeito mais grave, a não existência de um partido revolucionário disciplinado que acaudilhasse o processo.

Essa modificação começou no início dos anos 1920. Na resolução que escreveu sobre o PCF, em 1922, para o Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), começava essa revisão:

A página mais gloriosa da história do proletariado francês – a Comuna de Paris – não foi outra coisa que um bloco entre todas as organizações e matizes dentro da classe operária francesa, unidas contra a burguesia. Se, apesar da constituição da frente única, a Comuna foi rapidamente esmagada, a explicação disto deve ser encontrada sobretudo no fato de que a frente única não teve em seu flanco *esquerdo uma organização genuinamente revolucionária, disciplinada e resoluta, capaz de ganhar rapidamente a direção no calor dos acontecimentos*.¹⁵⁰

Trotsky não toma como elemento essencial da Comuna nem o voto, nem a revogabilidade, nem o salário médio, mas a unidade de ação dos partidos operários que tomaram o governo, e como sua carência essencial, a ausência de uma “organização

150 Trotsky, “Resolution of the enlarged plenum of the ECCI”. In. *The First Five Years of the Communist International*, cit., v. 2, p. 147.

genuinamente revolucionária, disciplinada e resoluta” que a dirigisse. E, na mesma época, também em nome do CEIC, em uma carta à Federação do Sena do PCF, dizia que

...as razões mais importantes para a derrota da Comuna foram *os princípios federativos, pequeno-burgueses e democráticos, a ausência de uma mão forte que guiasse a revolução, que a unificasse, a disciplinasse e a centralizasse.*¹⁵¹

Estas citações poderiam não ter tido importância se Trotsky, no decorrer dos anos, não tivesse refletido sobre este problema e não tivesse chegado a fazer uma revisão completa da concepção clássica da Comuna.

Na década de 1930, polemizando com a tendência trotskista francesa que editava o jornal *La Commune*, ele negou pela primeira vez a Comuna como ditadura do proletariado e a definiu como uma instituição burguesa. Contra a concepção aceita, de que o extraordinário na Comuna, o verdadeiramente revolucionário, era o funcionamento democrático, o voto, a revogabilidade, o salário operário para os funcionários, contra tudo o que se tinha escrito e que Kautsky havia reivindicado tanto (ainda que Lenin já tivesse assinalado que o voto universal era só para os que ficaram em Paris, quer dizer, para os trabalhadores), Trotsky assinala que a ditadura do proletariado estava em outra organização, na *Guarda Nacional, no órgão de luta*. Contra o fetichismo ultrademocrático, disse que este não é o elemento fundamental para definir a ditadura do proletariado e os verdadeiros soviets. A ditadura operária foi a organização dos que lutavam e não a de todos os trabalhadores de Paris. A Comuna, a organização de todos os trabalhadores, com mecanismos superdemocráticos, foi uma organização burguesa, não a ditadura revolucionária do proletariado; em compensação, a organização dos que lutavam, essa sim, foi

¹⁵¹ Idem, p. 158.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

“soviete” e ditadura do proletariado. Nós acolhemos completamente esta concepção revisionista e revolucionária da Comuna de Paris feita por Trotsky, porém, não enganamos ninguém e dizemos claramente que é uma revisão da análise tradicional leninista. Ainda que seja um pouco extenso, citemos Trotsky nestes parágrafos aparentemente desconhecidos pelos autores da resolução:

Quando nós dizemos “Viva a Comuna”, referimo-nos à *heróica insurreição, não à instituição da Comuna, isto é, à municipalidade democrática*. Inclusive sua eleição foi uma estupidez (veja-se Marx) e inclusive esta estupidez só foi possível *depois* [sublinhado no original] da conquista do poder pelo Comitê Central da Guarda Nacional, que era o “comitê de ação” ou o soviete deste momento.¹⁵²

No mesmo parágrafo, vocês dizem, entre parênteses: Comuna de Paris, sovietes... *Em toda uma série de cartas, insisti no fato de que é ilícito, quando se fala da forma organizativa de governo, identificar a Comuna com os sovietes. A Comuna foi a municipalidade democrática. É então necessário escolher entre a Comuna e os sovietes*. Os revolucionários de 1871 quiseram *combinar* [sublinhado no original] seu “soviete” de ontem (o comitê central da Guarda Nacional) e a Comuna (a municipalidade democrática). Com essa combinação, só fizeram uma miscelânea. Em 1917, em Petrogrado, depois da conquista do poder, nós tivemos o soviete e a municipalidade democrática. Apesar do fato de que o partido bolchevique dominava de maneira absoluta a comuna, nós a dissolvemos em favor do soviete. É *La Commune* quem fala de um governo baseado nas comunas locais. *Esta formulação de um federalismo democrático-municipal está mais de acordo com os bakuninistas ou com os*

¹⁵² Trotsky, “Critical Remarks of Revolution”, In, *The Crisis in the French Section (1935-1936)*. New York, Pathfinder, 1977, p. 111.



*proudhonistas. Não tem nada em comum com a ditadura do proletariado e os sovietes como seu instrumento.*¹⁵³

Os sovietes do SU são as comunas municipais pequeno-burguesas dos proudhonistas e não os sovietes pelos quais lutam os verdadeiros trotskistas.

153 Trotsky, “The Appeal ‘To Revolutionary Organizations and Groups’”, Idem, pp. 129, 130.



PAPEL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E DA IV INTERNACIONAL

O QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS REPRESENTAM?

Com este título, a maioria do SU encabeça uma das teses mais importantes de sua resolução. E seu distanciamento da realidade é tal que nela não se menciona uma só vez a IV Internacional. Como tampouco diz uma palavra sobre a social-democracia e o stalinismo e ignoram, conseqüentemente, as relações desses partidos de carne e osso com o trotskismo e com a ditadura revolucionária do proletariado.

Do ponto de vista marxista, escrever um capítulo sobre os partidos políticos sem mencionar os existentes, principalmente os operários, é o mesmo que fazer um caldo de galinha com um par de meias velhas.

A tese começa assinalando que os partidos

...apareceram com a emergência de formas de governos nas quais um número relativamente elevado de *pessoas* (oposto às pequenas comunidades do povo ou assembléias tribais) participava de uma maneira ou outra no exercício do poder político (por exemplo, na democracia da antigüidade).¹⁵⁴

154 SU, cit., p. 3.

Ou seja, para a maioria do SU o primeiro motivo do surgimento dos partidos é que de poucas *pessoas* se passou a muitas *pessoas*. Sublinhamos *pessoa* para destacar que, se trocássemos essa palavra por indivíduos, surgiria claramente a concepção democrático-burguesa de uma sociedade formada por pessoas ou indivíduos e não por classes. Esta definição se completa assim:

De fato, tão logo as decisões políticas superem um pequeno número de problemas rotineiros que possam ser discutidos e resolvidos por um pequeno *grupo de pessoas*, qualquer forma de democracia implica a necessidade de *opções estruturadas e coerentes sobre uma grande quantidade de problemas ligados uns aos outros* [sublinhado no original]; *quer dizer, uma escolha entre linhas políticas e programas de mudança. É isso que os partidos representam.*¹⁵⁵

Esta é uma definição demográfica! Quando há muitas pessoas, surge um partido! E intelectual: quando há muitas pessoas são indispensáveis “opções estruturadas e coerentes”, quer dizer, partidos.

Que fenômenos ocorreram na passagem da tribo primitiva às cidades que impediram as propostas individuais? A chave não está no maior número de pessoas, mas no surgimento das cidades, das classes e do Estado. Eles apareceram quando essas pessoas se agruparam em classes e setores antagônicos que tiveram que disputar, para impor seus interesses, uma nova instituição que surgiu no processo histórico: o Estado.

Os partidos políticos são organizações de classe e de seus diferentes setores na luta pelo poder do Estado. Isto significa que, sem classes e sem setores de classe, por mais *pessoas* que existam, não existiriam nem o Estado nem os partidos políticos, porque não haveria lutas para ganhar o poder político. Em

¹⁵⁵ Idem.

poucas palavras: sem classes não há Estado, sem Estado não há política e sem política não há partidos políticos.

Os partidos políticos não dão respostas estruturadas para satisfazer uma necessidade intelectual, porque é imperioso apresentar um todo coerente de propostas estruturadas em um sistema, como uma teoria ou uma escola científica, perante “muitas pessoas”. Fazem-no porque é necessário dar resposta a cada problema político, econômico ou social, do ponto de vista dos interesses gerais político-econômicos de setores de classe. O que lhes dá coerência e os torna um todo estruturado são precisamente esses interesses comuns.

Foram as grandes revoluções democrático-burguesas que deram origem aos partidos. Sua história é distinta da defesa política dos interesses setoriais de classes, isto é, da política. Primeiro surgiu a política e muitos séculos depois, desde as grandes revoluções inglesa e francesa, os verdadeiros partidos políticos. Devemos distinguir entre uma luta política entre senadores romanos ou uma guerra política civil entre seitas religiosas durante a Idade Média, por um lado, e a luta entre os partidos políticos modernos, por outro. A luta de classes teve que se desenvolver plenamente, alcançar seu pico na sociedade burguesa, para vir a se expressar de forma superestrutural na formação de partidos políticos.

O SU não só ignora o método marxista para definir os partidos políticos, mas chega a sustentar que não serve para ele.

Se dizemos que só os partidos e organizações que não têm programa ou ideologia burgueses [e pequeno-burgueses?] ou que não estão “comprometidos com a propaganda e/ou a agitação anti-socialista e anti-soviética” possam ser legalizados, por onde vamos traçar a linha de demarcação? Serão proibidos os partidos que tenham uma maioria de seus membros de extração operária, porém que ao mesmo tempo tenham uma ideologia burguesa? Como se pode conciliar tal posição com o conceito de eleições livres nos conselhos de trabalhadores? *Qual é a linha de demarcação entre o “programa burguês” e a*



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

“ideologia reformista”? Então também devem ser proibidos os partidos reformistas? A social-democracia será suprimida?¹⁵⁶

A maioria do SU se pergunta onde se deve traçar “a linha de demarcação”. Para ela, não há maneira de estabelecer uma distinção estrita entre os partidos. E não pode ser de outra maneira, dado que recorrem aos métodos demográficos e intelectuais para fazê-lo, renunciando ao marxismo. No entanto, o marxismo conta com todas as ferramentas conceituais necessárias para distinguir com clareza os partidos burgueses dos operários. E, com os aportes de Lenin e Trotsky, podemos diferenciar os partidos operários em dois tipos antagônicos; aos quais deverá ser agregado um novo parâmetro decisivo quando chegarmos à revolução e à ditadura: a favor ou contra a revolução?

DOIS TIPOS DE PARTIDOS OPERÁRIOS

Lenin e Trotsky insistiram que existem dois tipos de partidos operários claramente delimitados, tão díspares entre si como o reino animal e o vegetal.

Ao lado dos partidos operários revolucionários estão os partidos operários reformistas ou burocráticos, que, ademais, podem chegar a ser contra-revolucionários. Estes refletem politicamente a aristocracia e a burocracia operárias, principalmente dos países metropolitanos e dos Estados operários, onde os primeiros setores privilegiados se alimentam das migalhas que recebem da exploração imperialista e os outros da administração do Estado. São, portanto, a expressão superestrutural de um enorme setor da classe operária e da moderna classe média, que também podemos incluir, com muito cuidado, dentro da classe operária. Estes partidos são a social-democracia e o stalinismo. Eles continuam reformistas e, em geral, contra-revolucionários,

¹⁵⁶ SU, cit., p. 2.



agentes do imperialismo, diretos ou indiretos, mesmo que tomem o poder à frente de uma revolução operária, já que seu papel será impedir que esta se estenda internacionalmente. A existência destes partidos obrigou a fundação da III Internacional e, posteriormente, ao acontecer sua burocratização, a fundar a IV Internacional.

A importância de se fazer esta distinção está em que ela é a única que nos dá uma explicação válida ao fato de que nenhuma ditadura revolucionária, depois da de Lenin e Trotsky, tenha triunfado. Como o caráter do Estado operário depende do partido que dirija a revolução e tome o poder, o Estado poderá ser revolucionário ou burocrático. Quer dizer, não vimos mais ditaduras revolucionárias porque nenhuma revolução foi dirigida por um partido trotskista.

Porém, em vez de elaborar uma definição categórica, seguindo o exemplo de Lenin e Trotsky, o SU nos diz que não se pode negar:

...que diferentes partidos, com orientações e métodos diferentes para encarar a luta de classes entre o capital e o trabalho e as relações entre os fins imediatos e os fins históricos do movimento operário, possam surgir e surgiram no interior da classe operária e representem realmente setores da classe operária (mesmo não sendo mais que interesses puramente setoriais, pressões ideológicas de classes adversas etc).¹⁵⁷

Quer dizer, deixam na indefinição, sem analisar, a divisão existente entre os partidos operários contemporâneos e se negam a definir os partidos socialistas e stalinistas como agentes do imperialismo dentro do movimento operário, por serem, justamente, representantes da aristocracia e da burocracia operárias. Em sua tese sobre os partidos políticos não encontraremos

157 SU, cit., p. 6.

uma só palavra referente à influência do imperialismo e das camadas aristocráticas operárias na definição dos partidos.

Em seu afã de se esquivar desta definição, o SU utiliza outro argumento, estabelecendo uma apreciação abusiva do raciocínio feito por Trotsky para atacar Stalin, quando este sustentava que cada classe tem seu partido e que a classe operária tem um só, o stalinista.

Em *A Revolução traída*, Trotsky assinala:

Na realidade, as classes são heterogêneas, marcadas por antagonismos internos, e só chegam a seus fins comuns pela luta das tendências, dos grupos e dos partidos. Pode-se conceber com algumas reservas que um partido seja uma “fração de classe”. Porém, como uma classe é composta de numerosas frações — umas olham adiante e outras para trás —, uma única classe pode formar vários partidos. Pela mesma razão, um partido pode apoiar-se sobre frações de diversas classes. Não se encontrará em toda a história política um só partido representante de uma classe única, a menos que se consinta em tomar por realidade uma ficção policial.

O proletariado é a classe menos heterogênea da sociedade capitalista. A existência de camadas sociais, como a aristocracia operária e a burocracia, basta, no entanto, para explicar-nos os partidos oportunistas que se transformam, pelo curso natural das coisas, num dos meios da dominação burguesa. Que a diferença entre a aristocracia operária e a massa proletária, seja, do ponto de vista da sociologia stalinista, “radical” ou “superficial”, pouco importa; em todo caso, dessa diferença nasceu, em sua época, a necessidade de romper com a social-democracia e de fundar a III Internacional.¹⁵⁸

Em sua interpretação abusiva, o SU diz:

¹⁵⁸ Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p. 219.

...a idéia de uma classe operária homogênea, exclusivamente representada por um só partido, está em contradição com toda experiência histórica e com toda análise marxista, materialista, do crescimento e do desenvolvimento concreto do proletariado contemporâneo, tanto sob o capitalismo como depois de sua derrubada. No máximo, pode ser defendida a tese segundo a qual o partido revolucionário de vanguarda represente *no plano programático os interesses históricos a longo prazo do proletariado*.¹⁵⁹ [sublinhado no original]

Para o SU, os partidos stalinista e social-democrata representam o quê, se não são “os interesses históricos a longo prazo do proletariado”? Representam os setores privilegiados, agentes diretos ou indiretos da burguesia dentro do movimento operário, como sustentava Trotsky? Se for assim, porque não dizem? E a IV Internacional, representa o quê? É um partido político? Pertence a esses misteriosíssimos “partidos revolucionários de vanguarda”? Onde militam tais partidos e que ideologia têm? São marxistas? Por acaso trotskistas?

E como o documento define a nossa Internacional? Explicitamente não o faz. Mas em compensação, aparentemente, nos dá uma definição implícita:

No máximo, pode ser defendida a tese de que o partido revolucionário de vanguarda represente *no plano programático os interesses históricos a longo prazo do proletariado*.

Esta é a definição ótima de nossa Internacional, já que, “no máximo” é isso. O mínimo que podemos dizer é que essa definição é parente, tanto por sua forma como por seu conteúdo, da bukharinista-stalinista que Trotsky tanto criticou, por exemplo, quando se referiu ao programa stalinista:

O projeto limita-se a dar uma definição do partido do ponto de vista da forma (vanguarda, teoria do marxismo, encarnação

159 SU, cit., p. 5, 6.

da experiência etc.) que não produziria nenhuma dissonância no programa da social-democracia de esquerda anterior à guerra. Atualmente, tudo isso é absolutamente insuficiente.¹⁶⁰

Nossa Internacional é exatamente (não “no máximo”, nem no mínimo) a única Internacional existente e seus partidos são os únicos que lutam pela revolução permanente; isto é, por um programa de transição para a sociedade socialista; por uma revolução operária que imponha uma ditadura revolucionária do proletariado que continue lutando para desenvolver a revolução internacional. Se os outros partidos operários existentes (social-democrata e stalinista) tomassem o poder obrigados pelas circunstâncias objetivas imporiam uma ditadura burocrática, nacionalista, reformista em escala mundial, já que seu programa é e será o da construção do socialismo em um só país. Nossa Internacional não reflete apenas e, portanto, “no máximo”, os “interesses a longo prazo” do proletariado, mas as necessidades imediatas, principalmente dos setores mais combativos e conseqüentes na luta contra a exploração, que são geralmente os mais miseráveis e atrasados, assim como também os mais modernos e concentrados.

Isto se manifesta no fato de que seja o único partido mundial que luta pela revolução socialista internacional.

Esta definição ultrageral, porém imprescindível, dos partidos operários não significa negar a existência de formações centristas, intermediárias, que vão de um pólo a outro; que de revolucionárias passam a reformistas e burocráticas, e vice-versa. Assim ocorreu, por exemplo, com o PCUS, que passou de revolucionário, sob Lenin e Trotsky, a reformista e burocrático sob Stalin ou com a esquerda do Partido Social-Revolucionário na Rússia que, de pequeno-burguesa reformista passou a revolucionária quando pactuou com os bolcheviques para fazer a Revolução Russa, e depois voltou ao campo da contra-revolu-

¹⁶⁰ Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas*, cit., p. 151.

ção. Também temos o exemplo da fração centrista do Partido Socialista Independente na Alemanha, que se integrou ao PC. Porém, estes fenômenos, híbridos entre as duas grandes categorias de partidos operários existentes no mundo, é definida por sua dinâmica em relação a eles. Seu centrismo os leva ao trotskismo, ou ao contrário, ao oportunismo, nacionalismo e reformismo? Essa diversidade de possibilidades poderá explicar o dia de amanhã em que um partido que ainda não se defina como trotskista devido, possivelmente, à debilidade de nossa Internacional, tome o poder e instaure uma ditadura revolucionária. Será uma etapa fundamental em sua transformação de partido centrista em trotskista. Também explica, como veremos, a possibilidade de que partidos soviéticos e revolucionários unam-se ao partido trotskista – sem que eles o sejam – na ação para defender a revolução e a ditadura revolucionária.

UNIPARTIDARISMO OU PLURIPARTIDARISMO SOVIÉTICO: UMA VEZ MAIS O PAPEL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Dois capítulos atrás, esclarecemos, em grande parte, o papel que joga o partido revolucionário na luta pelo poder e pela ditadura do proletariado. Porém, nós o fizemos em torno ao problema de qual a instituição fundamental nesse processo: o soviete ou o partido. No entanto, torna-se necessário insistir sobre esse ponto capital; agora em torno de outro dos principais temas do documento do SU: partido único ou pluripartidarismo?

A maioria do SU defende às ultimas conseqüências o “pluripartidarismo soviético”; porém, em sua boca esse “pluripartidarismo soviético” não significa legalidade para os partidos autorizados pelo soviete revolucionário, mas legalidade para todos os partidos políticos existentes no país, inclusive os contra-revolucionários. Nesse sentido, o documento é explícito:



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

...os conselhos de trabalhadores realmente representativos e democraticamente eleitos só podem existir quando as massas *tiverem o direito de eleger neles todos os que elas escolham, sem distinções nem condições prévias restritivas em relação às convicções ideológicas e políticas dos delegados eleitos.*¹⁶¹

E continua:

Os conselhos de trabalhadores só podem funcionar democraticamente quando *todos os delegados eleitos* [independentemente de suas convicções ideológicas e políticas] *gozarem do direito de poder constituir grupos, tendências ou partidos, quando tiverem acesso aos meios de comunicação de massas...*¹⁶²

E, se ficou alguma dúvida, um pouco mais adiante, nos diz que

...a democracia operária [só é possível na medida em que exista] o direito das massas elegerem todos os que escolham e a *liberdade de organização política para quem foi eleito (incluídas as pessoas com ideologias ou um programa burguês ou pequeno-burguês).*¹⁶³

Aqui, mais uma vez, encontramos a armadilha de ter um programa individualista, democrático-burguês disfarçado de marxismo. O SU é pela “liberdade política ilimitada” para to-

¹⁶¹ SU, cit., p. 2

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem. Mandel revela a idéia de que o SU tenta dissimular quando diz abertamente que é a favor da liberdade de todos os partidos. Conseqüente até o final, como é seu costume, não se preocupa nem um pouco com o problema de serem os indivíduos, enquanto indivíduos ou enquanto delegados dentro do soviete, aqueles que têm as “liberdades políticas ilimitadas” para construir qualquer tipo de partido que automaticamente deveriam ser legalizados. Diz: “Coerentes consigo mesmos, os trotskistas reivindicaram, desde o Congresso de Fundação da IV Internacional, a pluralidade dos partidos políticos na URSS” (em resposta a Shirley Williams, ministra da Educação de Callaghan, publicado em *Inprecor*, 16/02/77, p. 12) coisa que, como demonstraremos mais adiante, é absolutamente falsa.



dos os partidos. Em vez de dizer abertamente, cuja argumentação seria digna de Lincoln ou de Bernstein, escondem-se atrás dos “delegados eleitos”. Não são os soviets, não é a classe como classe a que resolve, mas indivíduos, os delegados, de forma completamente independente do que a classe e o soviets, democraticamente, resolvam por maioria. Isto significa que, se isso fosse aplicado neste momento no Irã, o partido do xá seria completamente legal nos soviets, já que é impossível que haja um país onde não seja eleito, como mínimo, um delegado partidário da contra-revolução. Na Rússia, houve organizações sindicais de massas que resolveram lutar democraticamente a favor dos exércitos brancos contra o Exército Vermelho.

O soviets é uma frente única de massas para a ação revolucionária e só podem estar nele aqueles partidos que estão de acordo com essa frente única.

Pode haver operários e delegados confusos, que ideologicamente sigam apoiando partidos contra-revolucionários. Porém, como partidos, só podem estar os que concordam com a frente única revolucionária que o soviets significa. Ocorre a mesma coisa que num sindicato: só podem estar aqueles partidos e filiados que, de fato, concordem na necessidade de defender-se da exploração capitalista no terreno econômico. Em linhas gerais e históricas, o trotskismo defende o pluripartidarismo soviético, porém, sempre que seja entendido como o direito de reconhecer, por parte do soviets, os partidos que considere conveniente.

Isto é o contrário do que afirma o SU em sua resolução. O pluripartidarismo soviético não é uma norma absoluta, mas relativa. Por isso, dialeticamente, o pluripartidarismo soviético pode transformar-se, em determinadas circunstâncias, em seu contrário: unipartidarismo soviético. Como são os soviets revolucionários os que resolvem a cada momento que partidos são legais, isto pode levar a que, em determinadas circunstâncias, um só deles o seja, ou apenas dois ou três. E, para resolvê-lo,

deve-se considerar concretamente se os partidos são revolucionários ou contra-revolucionários. Por princípio não estamos obrigados a dar legalidade a partidos contra-revolucionários, mas sim aos revolucionários.

Esta é a verdadeira concepção trotskista. Lenin, em um momento da revolução, assinalava com toda clareza que

...quando nos acusam de ter estabelecido a ditadura de um só partido e, como vocês já terão ouvido, nos propõem uma frente unida socialista, nós respondemos: “Sim, é uma ditadura de um só partido! Isto é o que defendemos e não nos distanciaremos desta posição”.¹⁶⁴

Isto não é mais que outro exemplo de que, para os trotskistas, não há normas fixas. Estamos completamente contra a norma stalinista que estabelece que sob a ditadura do proletariado só seja legal o partido que exercer a ditadura; assim como nos opomos ao princípio eurotrotskista, que coloca o pluripartidarismo para todos os casos, sem exceção. Nós afirmamos que essa decisão depende do processo da luta de classes e das necessidades da revolução, assim como do tipo de relações que se estabeleçam entre os partidos nos primeiros anos da ditadura revolucionária. Não podemos dizer quais serão as normas que, nesta primeira etapa, regulamentarão as relações entre os partidos oportunistas burocráticos e os partidos revolucionários do movimento operário, porque isto dependerá das relações que se imponham pela força, e não por mecanismos constitucionais, entre os dois setores principais do movimento operário e suas superestruturas políticas. Se há mobilização permanente dos trabalhadores, os partidos revolucionários serão predominantes e, inclusive, surgirão novos partidos revolucionários. Se há passividade e tranquilidade, serão os setores burocráticos, a aristocracia operária.

164 Lenin, “A los trabajadores de la educación y la cultura”, *In. Obras completas*, cit., t. XXXI, p. 405.

E desta lei geral surgirão as distintas possibilidades de relações entre a ditadura do proletariado e os partidos operários.

Por isso, insistimos que o fundamental não é a disjuntiva uni ou pluripartidarismo. Nenhuma norma pode substituir o processo vivo da mobilização permanente e o papel que nela o partido revolucionário desempenha. Esses dois fatores estão ausentes nas teses do SU. Colocar as coisas nos termos que a resolução faz é colocar a carroça na frente dos bois. Que o soviete seja uni ou pluripartidarista dependerá, em última instância, do grau de mobilização dos trabalhadores e da existência ou não de um partido capaz de dar caráter permanente a essa mobilização; o inverso não pode ser jamais.

Quando a situação não for crítica e a força da contra-revolução não for grande, se os partidos da aristocracia e burocráticos aceitassem, mesmo que de má vontade, o curso revolucionário do proletariado, é possível que sejam totalmente legais ou tenham certa margem de legalidade. Porém, quando não for assim; quando a contra-revolução for, ainda, muito poderosa, é muito possível que devamos ilegalizá-los relativa ou totalmente. A mesma coisa pode ocorrer com relação aos partidos oportunistas que consigam dominar o poder operário e que, sentindo-se muito seguros, em uma situação de relativa estabilidade, dêem certa legalidade ao partido revolucionário. Ainda que o mais provável seja que, devido, ao ascenso, se vejam obrigados a fazer concessões democráticas. Não descartamos que em determinada etapa do processo revolucionário se dê esta possibilidade, apesar de acreditarmos que a tendência firme da burocracia – seja num sindicato, num partido ou no Estado operário – se oriente ao domínio burocrático total e, portanto, ao unipartidarismo.

Tudo mudará à medida que se desenvolva a revolução socialista mundial. É muito possível que a debilidade dos partidos oportunistas origine o surgimento de partidos ou grandes frações revolucionários, que estarão incondicionalmente com a revolu-

ção, porém, refletirão diferentes setores operários ou políticos. Logicamente, estes partidos deverão ser completamente legais.

UMA REVISÃO DO PROGRAMA TROTSKISTA PARA A URSS

Ao não compreender a dialética estabelecida entre a mobilização das massas, os partidos revolucionários e os oportunistas nos soviets, nem o caráter destes, a maioria do SU modifica todo o programa da IV Internacional para a URSS e os outros Estados operários deformados. O programa trotskista para esses Estados não compreende a total e absoluta liberdade para todos os partidos. O *Programa de transição* diz categoricamente:

A democratização dos soviets é inconcebível sem a *legalização dos partidos soviéticos* [sublinhado no original]. *Os próprios operários e camponeses decidirão por meio de seu livre sufrágio quais partidos reconhecem como partidos soviéticos.*¹⁶⁵

Quer dizer que, para Trotsky, nenhum partido deve ser legalizado de forma automática porque alguns delegados soviéticos resolveram construir esse partido, mas que os operários e camponeses resolverão, através do mecanismo democrático e centralista do voto majoritário nos soviets, quais são legais, soviéticos, e quais não. Mais ainda:

Da mesma maneira que antes a burguesia e os *kulaki* não eram admitidos nos soviets, também agora a *burocracia* e a *nova aristocracia* devem ser expulsas deles. [sublinhado no original] Nos soviets não há lugar senão para os representantes dos operários, dos kolkhosianos de base, dos camponeses e dos soldados vermelhos que estão “na luta” e são eles que resolverão quais são os partidos legais e não alguma norma preestabelecida...¹⁶⁶

¹⁶⁵ Trotsky, *Programa de transición*, cit., p. 47.

¹⁶⁶ Idem, p. 47.

Não nos estranharia se os redatores das teses tentassem fazer uma defesa formal de suas posições dizendo que o eixo de seu programa para as ditaduras proletárias é o mesmo de Trotsky: “que a democratização dos soviets é impossível sem a mais absoluta liberdade a qualquer delegado de organizar o partido que queira”.

Precisamente aqui está a armadilha do SU. Aparentemente dizem o mesmo que Trotsky, quando na realidade estão dizendo o oposto. Em que consiste esta armadilha? No conteúdo democrático-burguês individualista que dão à expressão “legalização dos partidos soviéticos”. E isto em dois sentidos. Um deles tem a ver com a substituição do direito de classe pelo direito individual. Enquanto para a maioria do SU a legalidade de qualquer “partido soviético” depende automaticamente do direito individual que cada delegado do soviete tem de constituir seu partido ou tendência, para Trotsky, essa legalidade está sujeita ao que decidam as massas em luta com seu voto majoritário, quer dizer, o direito da classe com seus soviets revolucionários de decidir por maioria.

O outro tem a ver com a dinâmica da revolução, não com uma ampliação da democracia burguesa. A posição de Trotsky sobre a URSS e todas as futuras revoluções operárias só pode ser compreendida totalmente na medida em que tenhamos presente que o ascenso revolucionário originará, entre outras mudanças radicais, também a dos próprios partidos políticos. Quando Trotsky fala de “partidos soviéticos” refere-se a novos, hipotéticos partidos, que surgirão no calor da luta, e não a todos os partidos existentes, como diz o SU. Por isso, não menciona esses partidos. Jamais disse “legalidade ao partido menchevique, social-democrata ou cadete” ou “pelo direito de seus dirigentes no exílio voltarem e se colocarem à cabeça de seu partido”. Tampouco faz referência alguma à necessidade de que haja liberdade de organização e propaganda para o partido cadete, que sejam dados a ele espaço no rádio correspondente ao seu número de filiados ou ao de delegados que poderiam ter no soviete. Tra-

tando-se de uma pessoa tão meticulosa na definição de suas posições e um polemista que não deixa de precisar todos os detalhes, por que não disse nada disso? Se sua posição fosse a mesma que a atual do SU, não teria deixado de explicitá-la, fundamentalmente quando se trata de palavras de ordem para a ação. Trotsky não disse nada disso porque, simplesmente, tem uma posição oposta à do SU. Quando diz “soviéticos”, pensa naqueles partidos que estarão pela revolução contra a burocracia e, por isso, não menciona os mencheviques – que, chegado o momento, possivelmente estarão com a burocracia – nem os cadetes, por serem abertamente contra-revolucionários.

Para Trotsky, o fato de devolver aos soviets “sua liberdade democrática” está indissolivelmente ligado a devolver seu “conteúdo de classe”. Por isso, a luta pela democracia soviética não começa pela legalização dos mencheviques e cadetes, mas por expulsar dos soviets nada menos que os setores da própria classe operária, a “burocracia e a aristocracia operárias”, da mesma maneira que antes a burguesia e os *kulaki* não eram admitidos nos soviets. Por isso, a bandeira que Trotsky elabora é condicional e hipotética a ser preenchida pelo processo de luta das massas, que dirá que correntes ou tendências de velhos ou novos partidos inclinam-se pela revolução, como ocorreu com os SR de esquerda. Este processo foi abortado na URSS como consequência do retrocesso revolucionário e da guerra civil. Se isto não tivesse ocorrido, estamos certos de que as tendências ou partidos revolucionários, ou que se inclinavam pela revolução, teriam florescido.

Isto coloca outro problema mais geral. Nós acreditamos que, formalmente, estas revoluções políticas seguirão as mesmas etapas que a Revolução Russa. É muito possível que aconteçam duas grandes revoluções ou duas grandes etapas na revolução política, sucessivas ou, em certa medida, contínuas. A primeira será de luta popular, geral, que terá como eixo central o enfrentamento ao totalitarismo burocrático. Inclusive, é muito possível

que entre esses setores haja alguns enganados pela igreja ou pela própria propaganda imperialista a favor das liberdades democráticas. Porém, todos poderão intervir na luta geral contra a burocracia. Esta etapa de luta geral, popular, será seguida por outra, em que será imposta a necessidade de ganhar o poder para estes novos soviets e de combater o perigo da restauração capitalista. Dito de outra forma, a queda ou a debilidade da burocracia bonapartista de todos os Estados operários deformados agudizará as contradições entre a ala revolucionária do movimento operário e de massas e a ala restauracionista da burocracia, que até poderá arrastar alguns setores de trabalhadores agrupados em torno das bandeiras democráticas. Uma revolução de Outubro terá que se impor.

O FUTURO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E A LUTA CONTRA SUA BUROCRATIZAÇÃO

Para os companheiros que redigiram o documento em questão, o pluripartidarismo é sinônimo de democracia, enquanto o unipartidarismo é de burocracia. Este raciocínio infantil é mais uma expressão da capitulação da maioria do SU ao pensamento liberal burguês. E, no fundo, é produto direto da maneira idealista e institucionalista com que contrapõe *seus* soviets ao parlamento burguês, sem levar em conta o processo da luta de classes. Esse é um mecanicismo simplista: um só partido, igual a domínio burocrático; vários partidos, igual a império da democracia mais absoluta. Poderia ocorrer até o contrário: que se produzisse um controle revolucionário unipartidário, em uma determinada etapa da ditadura revolucionária do proletariado, que permitisse um desenvolvimento maior da democracia direta e revolucionária do que um regime pluralista. Que a ditadura operária seja burocrática ou revolucionária dependerá, fundamentalmente, não de haver um ou vários partidos no soviete,

mas que a mobilização das massas não pare ou continue com uma dinâmica permanente, e do partido que as dirija. Por isso, evitar a todo o momento a burocratização do partido revolucionário converte-se numa tarefa de importância vital.

A luta contra a cristalização de seus quadros nos postos dirigentes do partido e, posteriormente, nas novas instituições do Estado operário coloca-se como uma exigência imprescindível, pois queremos que o objetivo número um do partido seja, a todo o momento, a mobilização permanente dos trabalhadores. Para isso, será necessário que o partido revolucionário seja cada vez mais operário, um verdadeiro partido de massas cuja classe operária não só tenha o peso específico da organização, mas que tenha também sua direção.

Sabemos que, no processo da construção do partido, principalmente em seus primeiros passos, os intelectuais, os funcionários, os operários privilegiados possam cumprir um papel de primeira importância. Porém, se o partido não se proletarizar, se a imensa maioria de seus militantes não for de operários em atividade, se sua direção não for tomada pelos membros mais capazes da classe, dificilmente poderá postular com êxito a direção do processo revolucionário que leve os trabalhadores ao poder, e muito mais difícil ainda será dirigir revolucionariamente a ditadura proletária. Todos aqueles que ocupam postos de direção sem vir da classe operária ou sem terem se provado como dirigentes de suas lutas, deverão retirar-se dos mesmos e abrir caminho para que os operários industriais tenham o timão do partido e o dominem por seu número e orientação.

Pois são eles os mais organizados, os mais concentrados, os mais ricos em experiência de luta e sobre quem recairá o maior peso das grandes transformações econômicas e do enfrentamento impiedoso com a contra-revolução imperialista que acontecerá no novo Estado. No entanto, isto não seria suficiente.

Uma vez tomado o poder, o partido revolucionário deverá enfrentar a necessidade de dispor de dezenas e dezenas de seus

quadros dirigentes – os de maior confiança e capacidade – para os postos chaves do governo, tal como aconteceu com o partido bolchevique durante a Revolução Russa. Isto encerra um grande perigo, talvez o maior, uma vez instalada a ditadura revolucionária do proletariado. Sua solução é um desafio para os partidos trotskistas que dirijam os próximos processos revolucionários, como se conclui da burocratização do maior partido da história, o de Lenin e Trotsky. No entanto, para evitar outro processo de “stalinização”, o partido revolucionário não poderá fugir da responsabilidade de assumir as funções que o novo Estado operário demande sem trair a própria revolução, como tampouco fugiram Lenin e Trotsky. Será necessário, então, que o partido tome a direção do processo tanto a partir do aparato do Estado, como a partir dos próprios centros de produção através dos organismos que a classe trabalhadora se dê para exercer seu poder. Isto só será possível na medida em que seus quadros não deixem de ser operários, não se desliguem do resto dos trabalhadores como tais. Por isso, deverão combinar a todo o momento suas tarefas de governo com o trabalho diretamente produtivo, do qual poderão obter, entre outras coisas, seu próprio sustento, evitando, na medida do possível, que suas funções estatais sejam remuneradas. A proporção em que deverão combinar seus trabalhos nas instituições do novo Estado operário e nos centros de produção, dependerá a cada momento das circunstâncias concretas, porém, podemos dizer que, historicamente, ver-se-ão facilitadas pela redução da jornada de trabalho, que lhes deixarão cada vez mais tempo livre. E será precisamente essa combinação de tarefas que manterá o partido com seus ouvidos colados às massas trabalhadoras, sem nunca ignorar quais são suas verdadeiras necessidades, nutrindo-se constantemente de suas experiências e à cabeça de sua mobilização permanente.

Desta forma, o próprio partido revolucionário irá preparando seu desaparecimento, “como contrapartida ao desaparecimento dos antagonismos de classe, da política, de todas as formas

de burocratismo e, fundamentalmente, da redução das medidas coercitivas nas relações sociais”. Seus militantes serão incorporados cada vez mais plenamente nas tarefas da produção, de onde exercerão diretamente seu poder como qualquer outro produtor socialista até dissolver-se por completo na sociedade comunista, onde não se diferenciarão dos demais homens e mulheres mais do que por suas qualidades livremente desenvolvidas.

PAPEL DA IV INTERNACIONAL

A resolução não se detém a analisar e definir o papel fundamental que a IV Internacional deve jogar na imposição da ditadura revolucionária do proletariado e no desenvolvimento dos soviets. Tampouco leva em conta a relação dos partidos oportunistas com os mesmos fenômenos. Não se trata de excluir sectariamente a possibilidade de que os partidos oportunistas, em determinado momento, liguem-se aos soviets para desviá-los de sua dinâmica de ir contra o poder estatal burguês. Porém, o fato contundente que os últimos sessenta anos de história contemporânea demonstram é que, em linhas gerais, os partidos oportunistas negam-se a desenvolver formas soviéticas ou outras formas amplas do movimento de massas, porque aprenderam com a experiência do movimento soviético russo e alemão do pós-I Guerra (1914-1918) que, por seu próprio caráter, estas formas organizativas facilitam o processo revolucionário.

Isto tem implicações de enorme transcendência para a IV Internacional: nosso partido mundial é o único com o objetivo programático fundamental de desenvolver estas organizações para impulsionar a revolução socialista. Quer dizer, em nenhum país do mundo há possibilidade de desenvolvimento soviético e de destruição do aparato estatal burguês por estas formas se um partido trotskista revolucionário de massas não se desenvolve paralelamente e se fecunda mutuamente na atualidade.

*Enquanto os conselhos só podem surgir com a condição de que exista uma fermentação revolucionária entre as massas multitudinárias, a Internacional é necessária sempre...*¹⁶⁷

Quer dizer, entre os soviets, como soviets revolucionários, e o partido trotskista, deve-se estabelecer um vínculo, uma relação dialética muito estreita. Só o desenvolvimento de fortes partidos trotskistas de massas pode garantir o surgimento e desenvolvimento multitudinário de soviets que lutem pela revolução operária.

Porém, este papel fundamental da IV Internacional tem outros dois aspectos de igual ou maior importância. Um é a luta contra as correntes ultra-esquerdistas, que fazem um fetiche dos soviets. E o outro, decisivo, é a luta implacável contra os partidos oportunistas, para desenvolver os soviets e ganhar sua direção ou de qualquer outra organização do movimento de massas.

Isto significa que a IV Internacional, sem deixar de lutar pelos soviets, compreende que o processo histórico, ao ter fortalecido os grandes partidos oportunistas de massas, faz com que as perspectivas próximas de surgimento de grandes organizações soviéticas “típicas” sejam muito difíceis de se concretizar. E, mesmo neste caso, é muito difícil que tenham uma rápida dinâmica para a revolução operária. O mais provável é que, pela influência dos partidos oportunistas, definham e desapareçam, tal como assinala corretamente o SU.

A consequência disto é que a IV Internacional deve lutar contra as correntes ultra-esquerdistas, descobrindo na realidade da luta de classes aqueles organismos construídos pelo movimento operário muito mais embrionários, primários e tradicionais que os soviets, os quais, devido a estas circunstâncias, podem cumprir o papel de organismos mobilizadores revolucionários do proletariado e dos trabalhadores na luta pelo poder. Nesse aspecto, consideramos que as organizações sindicais, os

167 Trotsky, “The ILP and the Fourth International”, *In. Writings*, cit., p. 147.

comitês de fábrica e os piquetes ou comitês de defesa dos trabalhadores podem desenvolver uma atividade muito importante, principalmente os organismos de frente única para enfrentar a contra-revolução imperialista antes da tomada do poder. Com isto, queremos dizer que a IV Internacional deve esforçar-se para descobrir organismos deste tipo, como em seu momento o foram as milícias armadas da *Central Obrera Boliviana* (COB), em 1952; a *Asamblea Popular* em 1971 ou os sindicatos peronistas em 1956-57; e como puderam ser as *Comisiones Obreras* na Espanha. Seria um crime que, pelo fetichismo soviético do SU, a IV Internacional, por causa da tradição de cada país e a funesta influência dos partidos oportunistas de massas, em vez de impulsionar estes organismos colocados pela realidade da luta de classes, tente substituí-los por soviets irreais. É muito possível que, em muitos países, só depois da tomada do poder pelo partido revolucionário desenvolvam-se organismos soviéticos e que, como demonstramos, mesmo estes organismos soviéticos estejam submetidos aos fluxos e refluxos do processo revolucionário posterior à tomada do poder.

Expusemos todas estas considerações para chegar à conclusão mais importante de nosso documento: a forma organizativa em que se expressa a ditadura revolucionária do proletariado tem enorme importância, porém não é decisiva. O decisivo é que não haverá ditadura do proletariado em nenhum país do mundo se não for dirigida por uma organização trotskista ou trotskizante. Quer dizer, a ditadura revolucionária do proletariado, nas próximas décadas, será sinônimo, não de organizações soviéticas, mas de ditadura revolucionária dos partidos trotskistas ou trotskizantes.

UMA SUPOSTA AUTOCRÍTICA DE TROTSKY

MANDEL INTERPRETA TROTSKY

Para justificar seus postulados revisionistas, Mandel diz que as posições de Trotsky em seus últimos anos eram autocríticas:

Dado que Trotsky escreveu, em 1921, que a democracia soviética não é um fetiche e que o partido pode exercer o poder não somente em nome da classe operária, mas também contra a maioria da classe operária em certas circunstâncias, então nós devemos ser infinitamente mais prudentes antes de retomar fórmulas deste gênero porque a experiência nos ensina que, em tal situação, é mais propriamente uma burocracia que uma minoria revolucionária que exerce o poder contra a maioria da classe, coisas que os próprios Lenin e Trotsky compreenderam um ano depois. O ano de 1921, creio, é o pior ano do ponto de vista da elaboração teórica na história dos bolcheviques e os próprios Lenin e Trotsky cometeram inúmeros erros.

É suficiente ler os escritos posteriores para compreender que, com o passar do tempo, Trotsky tomou consciência desses erros. Quando Trotsky diz no final de sua vida que não quer discutir para saber se a proibição de frações era ou não inevitável, porém não pode deixar de constatar que ela ajudou o estabelecimento do regime stalinista e da ditadura da burocracia na URSS, trata-se de uma autocrítica de fato. E quando, no *Programa de transição*, Trotsky diz que é a favor de um sistema de liberdade de múltiplos partidos soviéticos, é indubi-



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

tável que tirou a conclusão de que, visto que não há na Constituição o direito de constituir muitos partidos, será utilizado o argumento que “representa um partido em potencial” contra qualquer fração, e que “é uma fração em potencial” contra qualquer corrente ou tendência... Desta maneira sufoca-se, não só a democracia socialista, mas também a democracia dentro do partido. Há uma lógica interna nesta questão, que o Trotsky de 1936-1938 assume plenamente. Nós devemos continuar essa reflexão sem deixar-nos limitar por considerações de defesa a qualquer custo de cada uma das decisões tomadas sob a direção de Lenin e Trotsky. Acredito, enfim, que na fórmula de “liberdade aos partidos soviéticos”, há uma autocritica muito mais séria por parte de Trotsky.¹⁶⁸

Como vemos, Mandel interpreta que Trotsky efetuou uma autocritica quase completa, em três oportunidades de sua vida. Em 1922, junto com Lenin, sobre o papel do partido e o fetichismo democrático soviético; ao “final de sua vida”, “uma autocritica de fato” sobre a proibição das “frações no partido bolchevique”; e no *Programa de transição*, quando “disse que é a favor de um sistema de liberdade de múltiplos partidos soviéticos”, “há uma autocritica muito mais séria por parte de Trotsky”.

A estas supostas autocriticas, Mandel agrega uma conclusão que extrai por sua própria conta: foi um erro a política bolchevique, de 1921 a 1923, de proibir os “partidos mencheviques, as organizações anarquistas e a pluralidade de listas nas eleições soviéticas”. Com muita discricção e delicadeza, Mandel está nos dizendo que a política de Lenin e Trotsky, desde a morte de Lenin até 1934, sobre estas questões fundamentais do Estado soviético, foi completamente equivocada. E com a mesma discricção afirma que, durante esses quinze anos, os mencheviques

168 Mandel, cit., pp. 163-164. Esta parte não figura na tradução da revista trotskista espanhola *Comunismo*. Talvez, por vergonha, os editores resolveram retirá-la.



e os ultra-esquerdistas tiveram razão contra Lenin e Trotsky. Impõe-se ver o que há de correto nesta revisão completa da história do trotskismo.

OS MENCHEVIQUES TINHAM RAZÃO?

É uma lástima que o companheiro Mandel não parta do ano de 1919, quando os mencheviques de esquerda, encabeçados por Martov, levantaram seu programa para a Rússia soviética. É o mesmo programa que o SU defende hoje em dia e que, segundo Mandel, os bolcheviques deveriam ter aplicado e o que supostamente Trotsky acabou defendendo com sua autocrítica.

No congresso dos soviets de toda a Rússia, em 1919, Martov

...atacou as violações cometidas contra a Constituição do Soviete... e, ato contínuo, leu uma declaração pedindo uma restauração do funcionamento da Constituição... *liberdade de imprensa, de associação e de reunião... inviolabilidade das pessoas... abolição das execuções sem julgamento prévio, das detenções administrativas e do terror oficial.*¹⁶⁹

Lenin respondeu violentamente a Martov, acusando-o de sustentar uma posição burguesa e fazendo uma defesa incondicional do Terror Vermelho e da Tcheka.

...se se tira a capa de frases democráticas gerais e de expressões parlamentares [...] e vamos à raiz do assunto, então toda a declaração [de Martov] diz: voltemos à democracia burguesa, e nada mais. [E, agrega Lenin:] Nós dizemos: sim, o terror e a Tcheka são absolutamente indispensáveis.¹⁷⁰

169 Lenin, “VII Congreso de toda Rusia de soviets”, *In. Obras completas*, cit., t. XXXII, p. 223, 231.

170 Idem.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

E continua mais adiante:

Vocês não observam a Constituição: porém, nós, sim, o fazemos quando reconhecemos liberdade e igualdade só para aqueles que ajudam o proletariado a vencer a burguesia.¹⁷¹

No fundo, esta polêmica entre Martov e Lenin é metodológica: parte da famosa discussão de Kautsky com Lenin e Trotsky. Kautsky foi o primeiro que quis, de todas as formas, impor ao processo revolucionário, antes da tomada do poder, determinadas normas invioláveis: o respeito ao sufrágio universal e à Assembleia Constituinte. Martov foi, nesse sentido, um “kautskista” conseqüente, com a diferença de ter se esforçado para impor normas democráticas absolutas à ditadura operária, em lugar das normas democráticas burguesas de seu mestre Kautsky ao movimento de massas sob o capitalismo. Porém, o método normativo de ambos é o mesmo. Esta metodologia é adotada também pelos ultra-esquerdistas, inclusive Rosa Luxemburgo que, no *Programa do Partido Comunista Alemão*, colocou uma cláusula contra o terror vermelho. Esta tem sido a discussão permanente entre a ala revolucionária – que constantemente defendeu as necessidades objetivas da revolução e todos os métodos para satisfazê-las, enquanto são úteis – contra a ala pequeno-burguesa, normativa, e seus esquemas jurídicos, organizativos ou políticos, característico dos centristas e ultra-esquerdistas. Os intelectuais pequeno-burgueses tentam abstrair a realidade da luta de classes mais implacável, apelando a termos mediados, a normas imperativas que a codifiquem e regulamentem. Tentativa intelectual vã de codificar o incodificável! Infelizmente, os atuais membros do SU que escreveram a resolução passarão à história como representantes dos picos mais altos a que chegou o pensamento normativo pequeno-burguês.

¹⁷¹ Idem.



O FATÍDICO ANO DE 1921

Revisemos a temerária afirmação de Mandel e de todos os ultra-esquerdistas do mundo: “1921 é o pior ano do ponto de vista da elaboração teórica na história dos bolcheviques, e Lenin e Trotsky cometeram inúmeros erros”. Limitar-nos-emos a assinalar que esse ano é o do III Congresso da Internacional Comunista, que elaborou a análise, o programa e a teoria para ganhar as massas oportunistas para o PC e a revolução operária; é o Congresso que definiu a linha de frente única operária, um dos achados mais importantes do marxismo revolucionário. E a elaboração dessa tática foi possível porque havia uma unidade de compreensão em relação às grandes dificuldades colocadas, ao desenvolvimento da revolução, pela existência dos partidos oportunistas de massas nos países capitalistas e o reflexo do mesmo fenômeno dentro de uma URSS isolada. É uma unidade contraditória que leva, nos países capitalistas, a um chamado persistente à frente única, e, na URSS, à ilegalidade e repressão a esses partidos. Um formalista poderia ver unicamente a contradição, isto é, a oposição entre a tática implementada nos países capitalistas e na URSS para com esses partidos oportunistas. E daí poderia chegar à falsa conclusão de que essa oposição é produto de uma contradição na análise dos mesmos e da elaboração teórica, quando se tratava realmente de uma contradição da realidade.

Nos países capitalistas, estes partidos oportunistas de massas se converteram no bloqueio subjetivo da revolução e só à medida que as massas fizessem sua experiência com essas direções poderiam fortalecer os PCs e a revolução poderia seguir sua marcha triunfante, acabando com o isolamento econômico da URSS. Porém, a ofensiva econômica que o capitalismo aplicou a partir de 1920 submeteu as massas de seus próprios países aos níveis mais brutais de miséria. A única forma que as direções oportunistas tinham de manter seu controle sobre os tra-

balhadores e de não ficar isolados era defender os trabalhadores e enfrentar esses governos, colocando-se à frente da mobilização contra a ofensiva capitalista, a miséria e a crise. Havia, então, uma clara margem para tentar ou propor a frente única contra os capitalistas e seus governos. Por isso, a tática dos comunistas de chamar as massas reformistas para lutarem unidas contra o inimigo comum, não só era possível, mas a única maneira de frear a ofensiva burguesa e das massas fazerem a experiência com suas direções oportunistas. Porém, essa ofensiva capitalista contra os trabalhadores de seus próprios países tinha sua expressão na Rússia com o cerco imperialista e com a ofensiva capitalista que exacerbou a miséria, obrigou a implementar a NEP e intensificou os conflitos sociais. E a única tática possível de frente única para os comunistas dentro da URSS era a defesa da ditadura do proletariado contra a ofensiva do capitalismo mundial e nacional. Porém, os partidos oportunistas e reformistas que se viam obrigados a lutar contra os governos burgueses nas metrópoles capitalistas, na URSS estavam numa frente única com a burguesia contra a ditadura revolucionária. Em outras palavras, não havia margem para uma tática de frente única na URSS porque o inimigo das direções oportunistas e reformistas não eram o imperialismo ou os capitalistas, mas o governo operário e seu partido, o partido de Lenin e Trotsky, a quem acusavam de responsáveis pelas mazelas econômicas e sociais pelas quais as massas acaudilhadas por eles atravessavam. Enquanto nos países capitalistas era possível, pelo menos, chamá-los a lutar juntos; na Rússia, os reformistas enfrentavam os bolcheviques, em Kronstadt, com armas nas mãos.

...a insurreição de Kronstadt não foi mais que uma reação armada da pequena-burguesia contra as penalidades da revolução social e a severidade da ditadura do proletariado.¹⁷²

172 Trotsky, “Alarma por Kronstad”, *In. Escritos*, cit., p. 210.

Na qual participaram os SR e os anarquistas (os mencheviques não o fizeram porque não tinham nenhuma força, mas a apoiaram em sua imprensa). Aqui, a única política possível para os oportunistas era colocá-los na ilegalidade e reprimi-los.

O ano de 1921 foi extraordinário para a elaboração teórica bolchevique precisamente porque, levando em conta o comportamento distinto destes partidos oportunistas, foi resgatada a unidade de análise que os torna parte do mesmo fenômeno: a ofensiva capitalista e imperialista. E mais ainda: ao contrário do que faria qualquer formalista – extrair uma tática universal, uma política única para todos esses partidos em quaisquer circunstâncias – nossos mestres souberam compreender que a tática dentro dos países capitalistas era diferente da que devia ser aplicada na URSS para esses partidos e a reação capitalista.

POSIÇÃO DE TROTSKY NO COMEÇO DA LUTA CONTRA O STALINISMO

Em 1924, Trotsky escreveu *Lições de Outubro*, onde analisa exaustivamente o papel do partido na revolução socialista; a tomada do poder e a ditadura revolucionária:

A revolução proletária não pode triunfar sem o partido, fora do partido ou por um sucedâneo do partido, tal é a principal lição dos últimos dez anos.

Os sindicatos ingleses podem, na verdade, tornar-se uma alavanca poderosa da revolução proletária e substituir os próprios soviets operários, por exemplo, em certas condições e durante certo tempo. Porém, não conseguirão sem o apoio de um PC e menos ainda contra ele, e estarão impossibilitados de desempenhar esta missão enquanto não predominar, em seu interior, a influência comunista. Pagamos demasiado caro esta lição a respeito do papel e da importância do partido na revolu-

ção proletária para renunciar tão ligeiramente a ela ou mesmo para menosprezar seu significado.¹⁷³

Estas conclusões de Trotsky levantaram tantas polêmicas que, dois meses depois, em novembro do mesmo ano, viu-se obrigado a publicar um extenso ensaio com o objetivo de reafirmar suas posições, a que deu o título de *Nossas diferenças*. Nele, não se refere apenas à tomada do poder, como poderiam nos objetar:

Dizem-me que o partido é necessário não só para a tomada do poder, mas para mantê-lo, para construir o socialismo, para manobrar nos negócios internacionais. Por acaso eu não sei realmente?¹⁷⁴ [...]

Eu enfatizo duplamente no meu prefácio, [quer dizer, em *Lições de Outubro*]: o fato de que a burguesia, ao tomar o poder, goza de toda uma série de vantagens como classe, enquanto o proletariado só pode compensar a carência de ditas vantagens tendo um partido revolucionário. [...] Assim, as condições revolucionárias mais favoráveis podem não produzir a vitória para o proletariado se não for dirigido por um partido revolucionário genuíno, capaz de assegurar a vitória.¹⁷⁵ [...]

...o proletariado não pode aproveitar nem sequer a situação revolucionária mais favorável, se no *período prévio, preparatório, a vanguarda revolucionária do proletariado não se organizou num partido autenticamente revolucionário, vale dizer, bolchevique*. Esta é a lição central de Outubro. Todas as demais estão subordinadas a ela.¹⁷⁶

E depois de citar e citar o papel fundamental do PC, disse: “Esta é a idéia central do leninismo”¹⁷⁷.

¹⁷³ Trotsky, *Lecciones de Octubre*, cit., pp. 70, 71.

¹⁷⁴ Trotsky, “Our Differences”, In. *The Challenge of the Left Opposition*, cit., p. 272.

¹⁷⁵ Idem, p. 269.

¹⁷⁶ Idem, p. 273.

¹⁷⁷ Idem, p. 274.

TROTSKY CONTINUA DEFENDENDO SUAS POSIÇÕES

Depois de constituída a Oposição de Esquerda em plena ofensiva da reação stalinista, Trotsky continua defendendo a mesma posição. Nas teses da *Revolução permanente* (1928), volta a insistir, já com caráter de princípio e como uma das teses fundamentais:

Sejam quais forem as primeiras etapas episódicas da revolução nos distintos países, a realização da aliança revolucionária do proletariado com as massas camponesas *só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada em PC*. Isto significa, por sua vez, que a revolução democrática só pode triunfar por meio da ditadura do proletariado, apoiada na aliança com os camponeses e encaminhada no primeiro momento a realizar os objetivos da revolução democrática.¹⁷⁸

Nem sequer menciona os soviets, menos ainda a pluralidade de partidos! A tese é categórica: a ditadura do proletariado é a ditadura do PC e, “só” na medida em que seja e continue assim, poderá garantir a aliança revolucionária operário-camponesa. E não há exceções, porque assim deverá ser, independentemente das particularidades de cada revolução e de cada país.

No mesmo ano, depois do IV Congresso da III Internacional, nos diz:

...um país no qual os camponeses são uma maioria absoluta e que está cercado pelos capitalistas, *a ditadura do proletariado não admite a liberdade dos partidos. Em si, esta tese é absolutamente justa.*¹⁷⁹

Continua afirmando depois que ela “exige uma política justa e um regime apropriado no Partido”; e, diferenciando-se cla-

¹⁷⁸ Trotsky, *La Revolución permanente*. Barcelona, Fontamara, 1976, p. 216.

¹⁷⁹ Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas*, cit., p. 215.

ramente do stalinismo, no momento em que este mais abusa do unipartidarismo, Trotsky insiste na impossibilidade da liberdade para todos os partidos. Mesmo ao custo de que seus próprios trabalhos, sobre este e outros temas, “tenham passado de mão em mão” em manuscritos, por causa da censura stalinista, e que sua divulgação fosse “castigada com o desterro nos rincões mais perdidos da Sibéria e, inclusive, nestes últimos tempos, com a reclusão no presídio de Tobolsk”, como escreve no prólogo de *Stalin, o grande organizador de derrotas*, em 1929¹⁸⁰.

Depois de cinco meses de desterro, em setembro de 1929, em sua controvérsia com o famoso ultra-esquerdista alemão Urbanhs, continua sustentando os mesmos argumentos. Urbanhs discutia que “a classe operária russa necessita reconquistar *todas as liberdades*” [sublinhado no original] em sua luta contra o regime stalinista. Trotsky, criticando o fato de Urbanhs concretizar apenas uma dessas liberdades, “a de organização” dizia que

...estamos numa situação em que o próprio Urbanhs “não vai longe o suficiente”. Levantar a liberdade de organização como bandeira isolada é uma política caricaturesca. A liberdade de organização é inconcebível sem a liberdade de reunião, a liberdade de imprensa e todas as demais “liberdades” às quais a resolução da conferência de fevereiro do *Leninbund* se refere vagamente e sem comentários. E estas liberdades são inconcebíveis fora do regime da democracia, quer dizer fora do capitalismo. Deve-se aprender a pensar as coisas até suas últimas conseqüências.¹⁸¹

Aproximadamente um ano depois, desenvolveu outra discussão em relação a este mesmo problema. Os camaradas trotskistas indochineses elaboraram um programa em que di-

¹⁸⁰. Idem, p. 5.

¹⁸¹ Trotsky, “Defensa de la República Soviética y de la Oposición”, *In. Escritos*, cit., p. 401, 404.

ziam que se devia lutar pela “conquista das liberdades democráticas mediante a ditadura do proletariado”. Exatamente a mesma coisa que diz hoje em dia a maioria do SU. A esta colocação Trotsky respondeu com veemência, dizendo que

...esta formulação é, no melhor dos casos, imprecisa. *Para os democratas vulgares, o conceito de liberdades democráticas significa a liberdade da palavra e de imprensa, liberdade de reunião, eleições livres etc. A ditadura do proletariado não põe nas mãos do proletariado estas liberdades abstratas, mas os meios materiais e as ferramentas de sua própria emancipação* (em particular as impressoras, salas de reunião etc).¹⁸²

Recordemos as datas: 1929 e 1930.

Trotsky criticava como charlatanismo a defesa democrática do programa de Souvarine para a URSS, rindo do mesmo e falando de um comunismo democrático. Se vivesse hoje, falaria de um trotskismo democrático.

SUPOSTA AUTOCRÍTICA DE TROTSKY

O que resta do comentário de Mandel? É verdade que Trotsky, ao elaborar o programa da revolução política na URSS, coloca um ponto programático que significa uma autocrítica (“liberdade para os partidos soviéticos”)?

Nós afirmamos o contrário. Essa consigna não só *não significa uma autocrítica de Trotsky*, mas também vai contra tudo o que Mandel e a resolução do SU dizem.

Antes de mais nada, Mandel parece não perceber que Trotsky lança essa palavra de ordem a partir do momento em que considera necessária uma revolução política na URSS. *Nunca antes.*

¹⁸² Trotsky, “Sobre la declaración de los opositores indochinos”, *In. Escritos*, cit., t. II, v. 1, p. 43.

Isto não é casual, já que essa bandeira faz parte de uma nova política geral: a de levar a cabo uma revolução violenta contra a burocracia governante. Essa nova política exigirá novas palavras de ordem, uma delas, a de “liberdade para os partidos soviéticos”.

Não sabemos porque Mandel a isola da nova análise e da nova política de revolução na URSS como Estado operário degenerado, acreditando que tem validade histórica para qualquer tempo, por exemplo, para o começo da Revolução Russa. Se fosse assim, por que – voltamos a perguntar – Trotsky não defendeu, em momento algum, a legalidade para o partido menchevique, o retorno de todos os exilados, a liberdade de propaganda e organização para o partido cadete, uma divisão igualitária dos espaços de acordo com o número de filiados de cada partido? Por que não fez nada disso? Por que se esqueceu? A memória é política e este princípio vale ainda mais para um gênio do calibre de Trotsky.

Porém, Mandel continua com sua tentativa de isolar essa palavra de ordem do contexto político-social que a originou. E, não conformado em isolá-la e transladá-la ao passado, crê que Trotsky, ao lançá-la, estava autocriticando-se por não a ter defendido entre 1921-23. Voltamos a perguntar: se fez autocrítica por não ter dado legalidade aos mencheviques, o que lhe impedia de levantar a bandeira de liberdade aos partidos do passado, como o menchevique e o cadete, em 1936 ou 1938, quando escreveu o *Programa de transição* e reivindicou a “liberdade dos partidos soviéticos”? E por que, quando a formula no *Programa de transição*, estabelece como condição a expulsão de setores dos trabalhadores, a aristocracia e a burocracia operárias, do soviete? Por quatro razões bem simples: 1) porque, até que concebeu a necessidade da revolução política, sempre esteve a favor do monopólio unipartidário na ditadura concreta da URSS; 2) porque nunca esteve, nem sequer em 1938, a favor da liberdade para os mencheviques e cadetes – senão teria dito –; 3) porque a bandeira de “liberdade para os partidos soviéticos” significa, como já assinalamos, liberdade para todos os partidos que estão

a favor da revolução, os novos partidos e tendências que surjam como consequência da mobilização revolucionária que enfrentará a burocracia e a aristocracia, e não para os contra-revolucionários; 4) porque essa palavra de ordem localiza-se num contexto completamente diferente: quando a URSS converteu-se num Estado operário degenerado e o PC transformou-se no partido da burocracia.

Entre os anos de 1936-1938, Trotsky defendeu explicitamente, mais de uma vez, sua velha posição de proibir os partidos na URSS. Polemizando contra os “ultras” que o criticavam por essa proibição, defende-a explicando suas razões:

Em relação à *supressão* dos demais partidos soviéticos, não deriva de nenhuma “teoria” bolchevique, mas foi uma medida de defesa da ditadura num país *atrasado*, esgotado e rodeado de inimigos. Os próprios bolcheviques compreenderam, desde o começo, que esta medida, completada com a supressão das frações no interior do próprio partido dirigente, encerrava um grave perigo. No entanto, a fonte do perigo *não estava na doutrina ou na tática, mas na debilidade material da ditadura, nas dificuldades das situações interna e externa*. Se a revolução tivesse triunfado também na Alemanha, a necessidade de proibir os outros partidos soviéticos teria desaparecido. É absolutamente indiscutível que a dominação de um só partido serviu juridicamente de ponto de partida para o regime totalitário stalinista. Porém, a causa de tal evolução não está no bolchevismo, nem tampouco na interdição dos outros partidos, como medida militar temporária, mas na série de derrotas que o proletariado da Europa e Ásia que sofreu.¹⁸³

Mais claro impossível. A proibição dos demais partidos foi uma “medida de defesa” por ser a Rússia um país “atrasado, esgotado e rodeado de inimigos”, o que explica que “a fonte do

183 Trotsky, *Bolchevismo y stalinismo*. Buenos Aires, El Yunque, 1975, p. 24.

perigo não estava... na tática”, que o ponto de partida do regime totalitário stalinista não está “...na interdição dos outros partidos”.

POSIÇÃO TEÓRICA DE TROTSKY

Trotsky fez sua análise teórica mais exaustiva sobre o tema nada menos que no ano de 1937, data em que, segundo Mandel, teria feito autocrítica.

Reafirmando o papel fundamental do partido revolucionário, tanto no processo revolucionário e conquista do poder quanto na ditadura do proletariado, disse-nos:

O proletariado só pode chegar ao poder por intermédio de sua vanguarda. A própria necessidade de um poder estatal deriva do nível cultural insuficiente das massas e de sua heterogeneidade. A tendência das massas pela sua liberação cristaliza-se na vanguarda revolucionária organizada em partido. Sem a confiança da classe em sua vanguarda e sem o apoio desta por aquela, nem sequer se pode colocar a tomada do poder. É nesse sentido que a revolução proletária e a ditadura constituem o objetivo de toda classe, porém, somente sob a direção de sua vanguarda. Os soviets são a forma organizada da aliança da vanguarda com a classe. O conteúdo revolucionário desta aliança não pode ser dado mais que pelo partido. Isto está demonstrado pela experiência positiva da Revolução de Outubro e pela experiência negativa de outros países (Alemanha, Áustria e, ultimamente, Espanha).

Ninguém explicou na prática, nem sequer tratou de explicar de forma precisa teoricamente, como o proletariado pode apoderar-se do poder sem a direção política de um partido que sabe o que quer. Se este partido submetesse os soviets à sua direção política, este fato mudaria tanto o sistema soviético

quanto uma maioria conservadora mudaria o sistema parlamentar britânico.¹⁸⁴

Ou seja, só sob a direção do partido revolucionário é possível pensar na conquista do poder pela classe operária, e dependerá do tipo de partido que se ponha à cabeça deste processo e dos soviets, para que a mobilização tenha um conteúdo reformista ou revolucionário. Esta é a lição, tanto do triunfo russo quanto dos processos austríaco, alemão e espanhol.

Dois meses depois precisava, desta maneira, sua interpretação da ditadura revolucionária:

A ditadura revolucionária de um partido proletário não é, para mim, uma coisa que alguém possa aceitar ou rechaçar livremente: é uma necessidade objetiva imposta a nós pelas realidades sociais da luta de classes, a heterogeneidade da classe revolucionária, a necessidade de uma vanguarda revolucionária selecionada com o objetivo de assegurar a vitória. A ditadura de um partido pertence à pré-história bárbara como o próprio Estado, porém não podemos pular este capítulo, que pode abrir (não com um salto) a verdadeira história da humanidade. [...]

*O partido revolucionário (vanguarda) que renuncia à sua própria ditadura entrega as massas à contra-revolução. Esta é a lição de toda a história moderna. Em termos abstratos, seria muito bom se a ditadura do partido pudesse ser substituída pela ditadura de todo o povo trabalhador sem nenhum partido, porém, isto pressupõe um nível tão alto de desenvolvimento político entre as massas que nunca pôde ser alcançado sob as condições do capitalismo. A necessidade da revolução vem da circunstância de que o capitalismo não permite o desenvolvimento material e moral das massas.*¹⁸⁵

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Trotsky, "Dictatorship and Revolution", In. *Writings*, cit., pp. 513, 514.

A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

A ditadura revolucionária *de um* partido proletário — não do pluripartidarismo soviético nem dos sovietes — é uma necessidade objetiva imposta pela realidade social: a existência de distintos setores operários e trabalhadores, bem como o baixo nível político e cultural da maior parte destes setores. Por isso, é impossível a ditadura de “todo o povo trabalhador”.

O QUE É A DITADURA DO PROLETARIADO?

UMA DEFINIÇÃO NORMATIVA E ANTEDILUVIANA

A definição da ditadura do proletariado, segundo os autores do documento, não deixa margem para dúvidas:

...a classe operária *só pode exercer o poder de Estado no marco de instituições estatais de um tipo diferente às do Estado burguês*, quer dizer, *instituições fundadas em conselhos de trabalhadores* (soviets) *soberanos e democraticamente eleitos e centralizados*, com as características fundamentais precisadas por Lenin em *O Estado e a revolução*: eleição de todos os funcionários, juizes, dirigentes das milícias operárias (ou operárias e camponesas) e de todos os delegados representantes dos trabalhadores nas instituições de Estado; rodízio regular dos eleitos; limitação de seus salários aos de um operário especializado; revogabilidade de todos os eleitos segundo a vontade dos eleitores; exercício conjunto dos poderes legislativo e executivo por instituições de tipo soviético; redução radical do número de funcionários permanentes e transferência progressiva das funções administrativas a órgãos diretamente constituídos pelos trabalhadores.¹⁸⁶

186 SU, cit., p. 1.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

E, resumindo, dizem: “A ditadura do proletariado, portanto, não é outra coisa que a democracia operária”.¹⁸⁷

Esta definição categórica é tirada dos escritos de Lenin imediatamente anteriores ou posteriores ao triunfo da Revolução Russa, em outubro de 1917, e das primeiras resoluções da III Internacional. As primeiras expectativas de Lenin e Trotsky indicavam que o processo da revolução socialista seria equilibrado, harmonioso, ascendente; que se daria através de etapas similares às vividas na Rússia e que, em menos de dez anos, triunfaria a revolução socialista em toda a Europa. O surgimento e o desenvolvimento dessa nova forma institucional estatal russa – os soviets eleitos democraticamente – os localizaria como eixo do processo europeu, permitiriam tanto a destruição e a substituição do aparato burocrático estatal (superestrutural) da ditadura burguesa e imperialista, como a realização da revolução socialista na estrutura econômica. No entanto, as coisas não aconteceram assim e tanto Lenin quanto Trotsky (especialmente este) mudaram a definição. Porém, os autores das teses preferiram dar um salto desde *O Estado e a revolução* (escrito nos meses de agosto e setembro de 1917) aos telefones cibernéticos do futuro antes de se deterem no estudo da realidade dos últimos sessenta anos e das modificações que esta impôs à teoria e à definição da ditadura do proletariado.

URSS E CHINA SÃO DITADURAS PROLETÁRIAS?

Em várias partes do documento, fala-se dos Estados operários burocratizados. Porém, se nos ativessemos de maneira estrita à clara definição que acabamos de citar, chegaríamos a uma conclusão insólita: *nenhum destes países são ditaduras proletárias*. Não custa muito ver que as formas de governo existentes

¹⁸⁷ Idem.



na URSS, China, Cuba etc., não cumprem um só dos requisitos que a maioria do SU exige das ditaduras proletárias. Esta conclusão inesperada ganha asas se recordarmos que o SU afirma que a China maoísta ou o Vietnã não ampliaram a democracia proletária depois da revolução.

Esta “lacuna” (ignorar as ditaduras do proletariado existentes) é suficiente para catalogar todas as teses como fora da realidade e do marxismo. Qualquer operário ou jovem estudante que as leia, certamente se fará esta pergunta elementar: nesses países existem ou não ditaduras proletárias? Se aplicar a definição, responderá que não. E se este leitor tiver algum conhecimento da análise tradicional de Trotsky, ficará ante um dilema insolúvel: de todo o documento se deduz que não existe hoje em dia uma só ditadura do proletariado; mas da análise tradicional de Trotsky e do trotskismo (por exemplo, em numerosos trabalhos de alguns dos autores da resolução), depreende-se que sim, há numerosas ditaduras proletárias, ainda que burocráticas, degeneradas e deformadas.

Quem tem razão?

Suponhamos que, com o mesmo método, a maioria do SU tenha escrito um documento sobre os sindicatos contemporâneos. Poderia iniciar por uma primeira tese com o título “O que são os sindicatos?”, na qual diria: “são aqueles organismos compostos por operários que querem defender seu salário e seu nível de vida, nos quais todos os delegados e dirigentes são eleitos pelas suas bases, são obrigados a fazer rodízio em seus postos, ganham o mesmo que um operário especializado e são revogáveis de maneira imediata quando assim quiserem os operários eleitores...” E resumiriam: “os sindicatos, portanto, *não são outra coisa que a democracia sindical*”. Esta definição tem várias vantagens; por exemplo, precisa com clareza o que nós, trotskistas, queremos que sejam os sindicatos e, certamente, soa muito bem aos ouvidos dos operários sindicalizados. Porém, muito mais importante é sua desvantagem: não define noventa e



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

nove por cento dos sindicatos existentes e, portanto, não pode armar ninguém com uma política para atuar neles. Em síntese: não serve para coisa alguma.

Como marxistas e políticos revolucionários, não temos outro caminho que dizer que os sindicatos são as organizações de defesa econômica dos operários, ainda que hoje em dia sejam dirigidos, em sua amplíssima maioria, por burocracias corruptas e contra-revolucionárias e que nós lutamos contra elas e pela democracia sindical. Algo parecido ocorre com a definição da ditadura do proletariado. Uma coisa é que lutemos com todas nossas forças para revolucionar as atuais, que são burocráticas, e outra é substituir a realidade por nossos desejos. Quer dizer, devemos começar por definir as existentes, e não usar nossa fórmula ideal e menos ainda repetir mecanicamente o que disseram Lenin e Trotsky antes de 1917.



A ÚNICA DEFINIÇÃO CORRETA: SUPERESTRUTURA ESTATAL DE UMA ECONOMIA DE TRANSIÇÃO OU DOS ESTADOS OPERÁRIOS



O fracasso da revolução européia, o isolamento da Revolução Russa, a necessidade de reconstruir a economia destruída pelas guerras imperialista e civil, modificaram substancialmente o caráter da primeira ditadura proletária, do Estado operário russo. Contra a opinião de Lenin e Trotsky, que viam os soviets avançando e conquistando os países europeus ou, na sua falta, a contra-revolução imperialista derrotando-os na própria Rússia e liquidando o primeiro Estado operário triunfante, não ocorreu nem uma coisa nem outra. A revolução européia não triunfou, porém o Estado operário, isolado, subsistiu e começou a entronizar um Estado burguês sem burguesia, uma burocracia governamental e tecnocrática que impôs um aparato estatal muito parecido ao dos exploradores, ainda que assentado nas novas bases econômicas inauguradas pela Revolução Russa.



A suposta harmonia revolucionária entre a superestrutura e a estrutura, entre a revolução política dos soviets democráticos e revolucionários e a revolução social nas relações de produção, ficou em pedaços e se transformou numa contradição aguda e permanente do primeiro Estado operário. A revolução política dos soviets não teve continuidade, nem foi destruído o aparato estatal burguês na Alemanha e Europa, impondo-se a eles e começando a liquidação do Estado. Tampouco a revolução social nas relações de produção chegou a abrir uma passagem definitiva à reorganização socialista da economia. No lugar dos soviets democráticos e revolucionários que dirigiriam o Estado, apareceu uma burocracia totalitária e onipotente, reformista, nacionalista e privilegiada, que dirigia uma economia sem exploradores e sem proprietários, uma economia de transição ao socialismo e não ao comunismo, como veremos detidamente mais adiante. A analogia com o processo dos sindicatos e dos partidos operários social-imperialistas se impôs: todos eles eram organizações operárias, mas com uma burocracia parasitária e contra-revolucionária à sua frente.

Trotsky teve a oportunidade de modificar explicitamente a definição que ele e Lenin haviam defendido até um tempo depois do triunfo de Outubro de 1917. Obrigado a adaptar a resposta teórica aos fatos ocorridos, separou, dando-lhes uma grande autonomia relativa, essas duas categorias fundamentais que não se tinham combinado de forma harmônica: a superestrutura política e a estrutura econômica, dando a esta última uma importância decisiva.

Esta operação teórica foi uma volta às fontes do pensamento e à teoria marxista, ao materialismo histórico, que define a superestrutura política levando em conta essencialmente a estrutura econômica da sociedade, quer dizer, a base social de classe do Estado (“A política é economia concentrada”), ainda que essa superestrutura tenha uma relação dialética com a estrutura e possa ter uma autonomia muito grande. Foi assim que Trotsky inver-

teu, ou melhor, culminou a inversão que Lenin já havia começado a fazer, enquanto estava vivo, no que diz respeito à relação entre superestrutura e estrutura, para definir a ditadura do proletariado. A partir da experiência concreta, abandonou a primitiva *definição superestrutural do Estado baseado em soviets revolucionários e democráticos*, para usar como parâmetro fundamental o social e não o político e defini-la como a *superestrutura estatal* de relações de produção de transição, não capitalistas. Dito de outra forma, a superestrutura dos Estados operários.

Dizia Trotsky:

A dificuldade terminológica surge de que, às vezes, utiliza-se a palavra ditadura no sentido restrito, político, e outras com um sentido sociológico, mais profundo. Falamos da “ditadura de Mussolini” e, ao mesmo tempo, declaramos que o fascismo não é mais que o instrumento do capital financeiro. Quando estamos certos? Em ambas as ocasiões, contudo, em planos diferentes. É indiscutível que Mussolini concentra em suas mãos a totalidade do poder executivo, mas não é menos certo que o que determina o conteúdo real da atividade estatal são os interesses do capital financeiro. A dominação *social* de uma classe (sua ditadura) pode ser expressada através de formas *políticas* sumamente diversas. Assim o atesta toda a história da burguesia, desde a Idade Média até o dia de hoje.

A experiência da URSS permite estender esta mesma lei sociológica, *com todas as mudanças necessárias*, à ditadura do proletariado. No lapso que se estende desde a conquista do poder até a dissolução do Estado operário na sociedade socialista, as formas e os métodos do governo proletário podem sofrer mudanças marcantes, determinadas pelo curso interno e externo da luta de classes.¹⁸⁸ [sublinhado no original]

¹⁸⁸ Trotsky, “El estado obrero, termidor y bonapartismo”, *In. Escritos*, cit., t. VI, v. 1, p. 266.

**AS DUAS DITADURAS PROLETÁRIAS:
A BUROCRÁTICA REFORMISTA E A REVOLUCIONÁRIA**

A dialética nega, de um modo relativo, as leis da lógica formal; utiliza-as e as põe em movimento, superando-as e assinalando suas contradições e limitações. Isto foi o que fez Trotsky, por exemplo, com uma das aplicações da lógica formal, a de definição por gênero próximo e diferença específica. A operação teórica que realizou quando modificou a definição clássica de Lenin foi uma aplicação dialética genial desta lei aristotélica, já que buscou os pontos comuns das ditaduras de Lenin e de Stalin, quer dizer, seu gênero próximo. E verificou que só tinham um aspecto em comum: ambas se assentavam na expropriação econômica dos capitalistas, numa economia de transição; em todo o resto eram radicalmente diferentes. Ao assinalar isto, conseguiu a única definição marxista de ditadura do proletariado: o poder estatal naqueles países onde foi expropriado o capitalismo, quer dizer, nos Estados operários.

Porém, Trotsky assinalou também que este ponto comum nas relações de produção não eliminava as diferenças específicas entre as duas ditaduras e precisou que as maiores diferenças de funcionamento (ideológicas, programáticas, de política interna e externa) eram a expressão superestrutural das diferenças entre os distintos setores do proletariado que ambas representavam.

A de Lenin foi a expressão dos setores mais explorados dos operários, de sua vanguarda internacionalista, revolucionária e da mobilização permanente das massas. A de Stalin, a dos setores privilegiados, a burocracia e aristocracia operárias e da passividade das massas. Daí surgem as definições de ambos Estados ou países: *operário* ou *operário revolucionário*, de Lenin; *operário degenerado*, de Stalin; operário por sua estrutura econômica, degenerado por sua superestrutura estatal.

Esta definição de Trotsky, que permite diferenciar qualitativamente a URSS leninista da stalinista, pode simetricamente ser transladada à ditadura do proletariado como o conteúdo de classe do Estado operário. Sob Lenin temos uma ditadura revolucionária do proletariado, voltando mais uma vez à definição de Marx e, sob Stalin, outra degenerada, reformista ou, como preferimos defini-la, burocrática.

Se Trotsky tivesse se contentado somente em fazer essa nova definição do Estado stalinista, não teria sido dialético. Entretanto, dedicou todos os seus últimos anos a assinalar os efeitos que a superestrutura política contra-revolucionária stalinista tinha sobre a estrutura econômica, suas contradições cada vez mais agudas, sua provável dinâmica e os perigos que encerrava; foi o único que explicou que o governo stalinista debilitava sistematicamente a ditadura do proletariado, ao minar sua economia e o apoio do movimento operário.

Estas definições de Trotsky e o método que as sustentam fundamentam a razão de ser do trotskismo. Toda tentativa de definir a ditadura do proletariado a partir da superestrutura, e não da estrutura, como faz a maioria do SU, ainda que se apóie em citações de Lenin e Trotsky dos primeiros anos da revolução, tem conseqüências funestas para a política revolucionária: capitular, pela ultra-esquerda ou pelo oportunismo, à opinião pública imperialista e aos partidos social-democratas.

Por outro lado, o esquecimento das diferenças específicas, superestruturais, leva a capitular ao stalinismo. Assim como a definição genérica estrutural é indispensável para defender incondicionalmente esses Estados operários burocratizados de todo ataque do imperialismo ou de toda tentativa contra-revolucionária burguesa dentro do próprio país, a precisão específica dos traços burgueses e burocráticos da superestrutura é essencial para impulsionar a revolução política.

NOVOS ESTADOS OPERÁRIOS BUROCRATIZADOS

No pós-II Guerra, quase todas as revoluções triunfantes (Iugoslávia, Leste europeu, China, Coréia, Vietnã) geraram Estados operários semelhantes à URSS e não ao de Lenin: monopólio unipartidário do poder de caráter reacionário, influência determinante da burocracia e tecnocracia, totalitarismo, falta total de liberdades e repressão implacável aos opositores e aos setores mais explorados do proletariado e do campesinato. Este novo problema teórico só foi resolvido satisfatoriamente por nosso movimento mundial.

No *Programa de transição*, ao se referir à palavra de ordem de “governo operário e camponês”, Trotsky dizia:

De abril a setembro de 1917, os bolcheviques reivindicaram dos social-revolucionários e mencheviques que rompessem com a burguesia liberal e tomassem o poder em suas mãos. Com esta condição, os bolcheviques prometiam aos mencheviques e social-revolucionários, representantes pequeno-burgueses dos operários e camponeses, sua ajuda revolucionária contra a burguesia; renunciando categoricamente, no entanto, tanto a entrar no governo dos mencheviques e social-revolucionários, bem como a assumir qualquer responsabilidade política sobre sua atividade. Se os mencheviques e os social-revolucionários tivessem rompido realmente com os cadetes (liberais) e com o imperialismo estrangeiro, o “governo operário e camponês” criado por eles, ao menos, teria facilitado e acelerado a instauração da ditadura do proletariado. Porém, foi precisamente por isto que os líderes da democracia pequeno-burguesa se opuseram com todas suas forças à instauração de seu próprio governo. A experiência da Rússia demonstrou e a experiência da Espanha e da França confirma-o, novamente, que, mesmo sob as condições mais favoráveis, os partidos da democracia pequeno-burguesa (social-revolucionários, social-democratas, stalinistas, anarquistas) são incapazes de criar um governo

operário-camponês, quer dizer, um governo independente da burguesia. [...]

A palavra de ordem de “governo operário e camponês” só é aceitável para nós no sentido que tinha em 1917 na boca dos bolcheviques, quer dizer, como uma palavra de ordem anti-burguesa e anticapitalista, mas em nenhum caso no sentido “democrático” que, posteriormente, lhe deram os epígonos, transformando-a de ponte para a revolução socialista na principal barreira em seu caminho.

Exigimos de todos os partidos e organizações que se apóiam nos operários e camponeses e falam em seu nome que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo dos operários e camponeses. [...]

É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais? As experiências anteriores nos mostram, como já vimos, que é, pelo menos, altamente improvável. No entanto, é impossível negar categoricamente por antecipação a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação completamente excepcional de circunstâncias (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluindo os stalinistas, possam ir mais longe do que queiram no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: inclusive se esta variante altamente improvável se realizasse em alguma parte e em algum momento, e “um governo operário e camponês” no sentido indicado anteriormente se estabelecesse de fato, *não representaria mais que um curto episódio em direção à verdadeira ditadura do proletariado.*¹⁸⁹

Esta variante, “altamente improvável” segundo Trotsky é a única que vimos nos últimos trinta e cinco anos. Todas as revoluções operárias triunfantes se deram através de “governos operários e camponeses”. Dito de outra forma: partidos pequeno-

189 Trotsky, *Programa de transición*, cit., p. 33 e seguintes.

burgueses e burocrático-stalinistas, como os de Mao, Tito, Enver Hoxa e Ho Chi Minh, ou democratas nacionalistas, como o de Fidel Castro e Che Guevara, foram os que romperam politicamente com a burguesia e o imperialismo, tomaram o poder e chegaram à expropriação de todos os exploradores.

A partir do ano de 1949, Pablo, Hansen e Moreno aprofundaram e ampliaram essa hipótese “altamente improvável” de Trotsky de governo operário e camponês que se transforma em ditadura do proletariado e a combinaram com a muito elaborada para a URSS stalinista de “Estado operário degenerado”, para começar a elaborar a nova categoria de “Estado operário deformado”. É um mérito sem precedentes de nossa Internacional que tenha aceitado esta nova categoria sem maiores sobressaltos.

Ocorrido isto, o país ou Estado, tornou-se operário e sua superestrutura estatal, ditadura do proletariado. A IV Internacional definiu os novos Estados ou países operários como deformados, porque seu caráter burocrático não era consequência de uma expropriação política do proletariado pela burocracia, como o processo de degeneração da Revolução de Outubro, mas porque desde o próprio triunfo revolucionário, a burocracia e os setores privilegiados dos trabalhadores foram dominantes. Contudo, a analogia era evidente: um governo operário e camponês que dava origem, sem solução de continuidade, a um Estado operário burocratizado como o da URSS.

GOVERNOS OPERÁRIOS E CAMPONESES

Voltemos aos governos operários e camponeses. Sob essa denominação ocultam-se vários fenômenos e conceitos. É uma tática e palavra de ordem dirigida aos trabalhadores reformistas para educá-los chamando os partidos que os dirigem para que rompam com a burguesia e tomem o poder contra ela (se não o fazem, ficam desmascarados ante as massas que os seguem).

Define um tipo de governo: o dos partidos pequeno-burgueses, que rompem com a burguesia e são chamados assim, e não de ditadura do proletariado, para sublinhar que social e economicamente a burguesia segue dominando, quer dizer, a base econômica da sociedade — a propriedade e as relações de produção — continua sendo burguesa. Caracteriza uma etapa da luta de classes, um curto período altamente contraditório, que vai desde a ruptura com a burguesia e a tomada do poder pelos partidos reformistas, até sua transformação em ditadura do proletariado, quando é expropriada a burguesia. Esse período se caracteriza por ter um governo anticapitalista, operário-camponês, sobre uma base econômica capitalista. É exatamente o contrário do Estado operário deformado, que tem um aparato governamental parecido ao da burguesia com uma base econômica operária, transicional, assentado na expropriação da burguesia.

Este curto período, que vai desde a ruptura política com a burguesia pelos partidos reformistas até sua expropriação econômica também aconteceu na Revolução Russa.

Não é mais feliz a referência à primeira época da Revolução de Outubro. Não só até a Paz de Brest-Litovsk, mas até o outono de 1918, o conteúdo social da revolução limitava-se a uma mudança agrária pequeno-burguesa e ao controle operário da produção. Isto significa que, na prática, a revolução não havia superado os limites da sociedade burguesa. Durante esta primeira etapa, os soviets de soldados governaram ombro a ombro com os soviets operários e freqüentemente os deixaram de lado. Somente no outono de 1918 a maré elementar dos soldados e camponeses retrocedeu um pouco para seus limites naturais e os operários tomaram a frente com a nacionalização dos meios de produção. *Só se pode falar de uma verdadeira ditadura do proletariado a partir desse momento.*¹⁹⁰

¹⁹⁰ Trotsky, “La naturaleza de clase del estado soviético”, *In. Escritos*, cit., t. V, v. 1, p. 162.

Como chamar esse período da Revolução Russa? Ditadura do proletariado formal ou governamental, para distingui-la da “verdadeira ditadura” – a partir da expropriação da burguesia – de que nos fala Trotsky? Este é um problema teórico sério. Se durante esse período tivesse triunfado uma contra-revolução burguesa, teria que atuar essencialmente sobre a superestrutura política e não sobre as relações de produção e de propriedade, já que as fábricas continuavam sendo propriedades da burguesia russa.

Visto como etapa, há um fato que chama a atenção: todos os Estados operários, desde o de Lenin até o de Mao, viveram, passaram por uma etapa similar. Em todos os países em que triunfou, a revolução operária ou socialista passou por dois momentos diferentes: o primeiro, político, de tomada do poder e rompimento com a burguesia e o imperialismo sobre a base econômica e social de subsistência do sistema burguês; outro, mais distante, de expropriação econômica da burguesia e liquidação de seu sistema.

Devemos definir esta etapa, de maneira generalizada, como de governos operários e camponeses? Nós acreditamos que é possível ou que, em sua falta, devemos dar outro nome específico, já que essa etapa existe e define um fenômeno histórico comprovado. Também é certo que, durante essa etapa comum aos governos de Lenin ou Mao, encontraremos as mesmas diferenças específicas que encontramos na definição de ditadura do proletariado: o de Lenin é internacionalista e revolucionário e o de Mao é nacionalista e reformista. Como conseguir uma definição a mais exata possível? Fazendo o mesmo que fizemos com a definição de ditadura do proletariado, porém empregando o termo governo no lugar de ditadura: um seria governo operário ou operário-camponês revolucionário e o outro oportunista, burocrático.

Podem objetar-nos aqui que entre o período leninista e o maoísta não existiam só diferenças no caráter do partido que acaudilhava o governo operário e camponês – marxista revolu-



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

cionário, o de Lenin; reformista nacionalista, o de Mao – mas também na instituição ou forma organizativa em que ambos se apoiavam: os soviets democráticos revolucionários, no primeiro; o controle burocrático do movimento de massas, no segundo. Mesmo sendo correto historicamente, não o é em relação à possibilidade teórica. A categoria de “governo operário e camponês” foi criada para impulsionar o governo dos partidos pequeno-burgueses, mencheviques e social-revolucionários, assentados nos soviets. Se os social-revolucionários e os mencheviques tivessem tomado o poder e rompido com a burguesia, como os bolcheviques propunham, teríamos o fato de que “todo o poder passaria aos soviets”, e Lenin e Trotsky teriam chamado esse governo soviético de “operário e camponês”.

É certo que, para precisar todas essas categorias, devemos apelar aos dois pólos mais extremos da realidade social: a estrutura econômica, por um lado, e os governos e partidos políticos – as mais superestruturais das instituições –, por outro.



A DEFESA DAS DITADURAS PROLETÁRIAS EXISTENTES

É curioso ver como alguns dos máximos dirigentes de nossa Internacional passaram da posição da guerra mundial inevitável ao abandono da defesa dos Estados operários. As teses da maioria do SU fazem a defesa de um Estado operário – de uma ditadura – da contra-revolução interna, sem assinalar a possibilidade de uma guerra imperialista. Isto é verdadeiramente curioso, porque tanto o companheiro Mandel como Pierre Frank, a partir de 1951, desenvolveram a tese que dividiu o movimento trotskista mundial, da inevitabilidade (em seis meses, para o companheiro Mandel e em uns anos mais, para Frank e Pablo) da guerra do imperialismo contra a URSS e os outros Estados operários. Naquele momento, faziam eco à moda que indicava que a Guerra Fria se transformaria, inevitavelmente, em “guerra quente”. Nós



sempre combatemos esta concepção de guerras ou guerrilhas inevitáveis em meses ou anos. Porém, hoje em dia, encontramos uma concepção diametralmente oposta à anterior. Fala-se da autodefesa dos Estados do futuro e não diz uma só palavra sobre a possibilidade de guerras dos países imperialistas contra os atuais Estados operários (degenerados) nas próximas décadas. O documento não diz uma só palavra sobre a obrigação número um do proletariado mundial, que é a de ter o patriotismo de classe mais conseqüente em relação a essas ditaduras proletárias, educando-o sobre a necessidade de defendê-las. O documento nunca assinala os atuais Estados operários burocratizados como as máximas conquistas do proletariado de nosso século, nem levanta a bandeira de sua defesa intransigente. Ao contrário, alimenta todas as ilusões democrático-burguesas dos trabalhadores contra essas ditaduras proletárias. E para ignorar a necessidade deste patriotismo, o fato de que a burocracia, com sua política, afaste as massas ocidentais não pode ser uma justificativa. Tampouco pode ser com um pretexto de que essas ilusões democrático-burguesas dos trabalhadores europeus e estadunidenses tenham aspectos positivos que vão objetivamente contra o totalitarismo burocrático. No entanto, essas ilusões fazem com que essas massas sejam manipuladas pelas burocracias sindicais e pelos partidos social-democratas, a favor do imperialismo e contra as ditaduras proletárias existentes. É uma situação muito parecida com a dos operários que resistem a sindicalizar-se, obedecendo à campanha burguesa de que os sindicatos estão a serviço dos burocratas e não dos operários. Com este argumento, que se baseia num fato verdadeiro – os imensos privilégios da burocracia sindical –, os operários que odeiam o sindicato transformam-se em agentes do capitalismo dentro do movimento operário. A posição marxista frente a estes operários já é tradicional: somos os mais ardorosos defensores da organização sindical massiva dos trabalhadores; defendemos a sindicalização de todos operários e denunciemos a campanha burguesa desenvolvida para despresti-

giar os sindicatos, apoiada na corrupção de seus chefes. A partir dessa defesa apaixonada fazemos a crítica mais intransigente à burocracia.

Em relação aos sindicatos, como a toda outra organização operária, praticamos o mais conseqüente patriotismo de classe. Se o lema de todo burguês que se preze é “equivocada ou não, estou incondicionalmente com minha pátria burguesa”, o de todo operário consciente, nem digamos marxista revolucionário, continua sendo “equivocado ou não, estou com meu sindicato, com meu Estado operário”. Este patriotismo proletário, de classe, de defesa até o fim das organizações operárias existentes em nível internacional, concretiza-se na defesa intransigente das ditaduras proletárias existentes, contra a campanha de desprestígio do imperialismo e, quando chegar o momento, contra o ataque militar do próprio imperialismo.

Se algo campeia em toda a resolução do SU é justamente esta falta de patriotismo de classe, de defesa das ditaduras proletárias existentes da nefasta campanha da social-democracia e do imperialismo mundial. Não insiste nunca, não assinala jamais que estas ditaduras proletárias são um milhão de vezes superiores à democracia burguesa existente nos países imperialistas. Toda a resolução foi feita para demonstrar que não é assim, que nos Estados operários deformados há menos democracia operária que nos países capitalistas. Se a China de Mao tem os mesmos “direitos democráticos” que a de Jiang Jiesh isso quer dizer que tem muito menos democracia operária que na Venezuela ou nos EUA. Portanto, o documento do SU prepara a consciência dos operários ocidentais para defender a democracia imperialista contra o totalitarismo dos Estados operários burocratizados, ainda que explicitamente não seja assim.

Contudo, não deve ser assim. Uma das tarefas mais importantes do trotskismo é justamente a de educar a classe operária mundial no reconhecimento das ditaduras proletárias existentes, em demonstrar que são muito mais democráticas para os

trabalhadores que qualquer democracia imperialista, no caráter inevitável das guerras contra-revolucionárias dos países capitalistas e imperialistas contra os Estados operários e na defesa dos mesmos.

QUAL DEVE SER NOSSA POSIÇÃO ANTE POSSÍVEIS GUERRAS ENTRE ESTADOS OPERÁRIOS?

As teses são tão estratosféricas, estão tão distantes das inevitáveis lutas militares do futuro, que nem sequer reparam num dos fatos mais espetaculares das últimas décadas em relação às ditaduras proletárias existentes: a invasão de uma ditadura proletária por outra, da URSS à Hungria e Tchecoslováquia. Isto colocou um fato novo que, a julgar pelo silêncio da resolução, parece que nunca mais voltará a acontecer.

Nós acreditamos que, infelizmente, esta é uma perspectiva real e que entramos nas décadas nas quais, muito possivelmente, guerras entre ditaduras proletárias, entre Estados operários, tornem a se repetir.

Estas possíveis guerras entre Estados operários ou ocupações de uns por outros adquirirão uma nova dimensão tão logo surja a próxima ditadura revolucionária do proletariado. Até agora, vimos duas invasões de Estados operários pela URSS, provocadas pelo temor da casta burocrática soviética de que estes Estados se transformem em revolucionários, como consequência do começo da revolução política e do surgimento de formas embrionárias soviéticas de conselhos. Para nós é muito lícito pensar que estas burocracias operárias entrarão em Estado de desespero crônico quando virem surgir ditaduras revolucionárias do proletariado, que anunciam sua liquidação como casta privilegiada.

Porém, tampouco está descartado que, devido a interesses econômicos nacionalistas, estourem guerras parecidas com a que começou agora entre o Camboja e o Vietnã. Sem entrar na dis-

cussão se são ou não ditaduras proletárias, coloca-se o fato novo da possibilidade de guerras entre Estados operários sem que um dos que guerreiam se assente numa ditadura revolucionária. Por outro lado, a campanha que há anos a China faz contra o “social imperialismo russo” é a preparação ideológica de uma possível guerra entre estes dois super-Estados operários burocratizados.

Este grave problema teórico da possibilidade de guerras entre Estados operários burocráticos, ou entre um Estado operário burocrático e um Estado operário revolucionário, tem importância capital e nos obriga a começar a discutir para nos armarmos com uma via de ação marxista ante estas possibilidades. Sem querer esgotar o tema, consideramos que é muito mais importante que a influência dos telefones cibernéticos na futura ditadura proletária.

Uma variante desta possibilidade é o inevitável levante armado das nacionalidades oprimidas por estas ditaduras burocráticas, que nós apoiaremos incondicionalmente.

Se a guerra acontecer entre um dos Estados operários gigantes e um pequeno, achamos a princípio que se estabelece uma luta que ataca o direito à autodeterminação das pequenas nações proletárias e que essa guerra é provocada pelo afã hegemônico de tipo nacionalista da grande nação contra a pequena nação operária. Nesse caso, acreditamos que se deve lutar contra o grão-chauvinismo russo ou chinês, pelo direito à autodeterminação nacional do pequeno Estado operário.

Suponhamos o contrário, o caso de uma guerra entre dois Estados burocráticos de forças relativamente semelhantes. Digamos, por exemplo, Camboja e Vietnã, supondo que sejam Estados operários. Nossa política mais geral será de fraternidade entre todos os Estados operários e pelo acerto pacífico e democrático da disputa. Esta posição deve ser acompanhada por uma campanha permanente pela federação democrática das repúblicas operárias existentes. Esta bandeira é decisiva e deveria ser a mais importante de nossa Internacional a partir daquela data. Em vez

dos telefones cibernéticos, esta campanha aponta a necessidade programática mais importante para o proletariado mundial e dos Estados operários na atualidade. Tende a superar o atraso atual do desenvolvimento das forças produtivas dos Estados operários e dar o golpe mais fantástico no imperialismo. Serve também para impedir que este manobre sobre as diferenças entre os Estados operários, opondo-lhe uma férrea unidade. Ao mesmo tempo, evitará a exploração econômica dos Estados operários menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos por meio do intercâmbio comercial. Esta palavra de ordem de Federação dos Estados Operários existentes tem muito mais importância que a que em seu momento Trotsky lançou, de Federação das Repúblicas Socialistas Européias. Assim como essa palavra de ordem, é propagandista porém fundamental. Também aponta para a revolução política, porque os atuais governos burocráticos jamais aceitarão essa Federação, já que vai contra a fonte de seus privilégios, os Estados operários atuais com suas fronteiras.

Contudo, esta linha é essencialmente propagandista e não podemos ficar apenas nisso, no caso concreto de uma guerra, de choques militares. Em princípio, estudando cuidadosamente se algum dos Estados tem ambições de hegemonia sobre o outro, teremos uma política de defesa do Estado operário, que foi agredido, e contra o responsável por ter começado a agressão. Quando a guerra se der entre um Estado operário burocratizado e um revolucionário, os trotskistas apoiaremos incondicionalmente o revolucionário, seja ou não o agressor.



CONSTRUÇÃO SOCIALISTA NUM SÓ PAÍS OU REVOLUÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL

STALINISMO CONSEQÜENTE

A tese central do documento do SU é simples: até a tomada do poder, a tarefa essencial é fazer a revolução, entretanto, quando o proletariado apoderar-se do governo, a tarefa essencial passará a ser a construção socialista. E acabou a revolução. Desta tese surgem outras duas: primeira, que depois da tomada do poder a luta revolucionária e de classes tende a diminuir; segunda – como conseqüência da anterior – “a ditadura do proletariado começa a debilitar-se quase desde seu surgimento”.

Há inúmeras citações que assim o demonstram. Dizem, por exemplo, que qualquer restrição à democracia

...só leva a impedir a emergência de um consenso majoritário em torno às soluções que seriam mais eficazes e corretas para estes problemas candentes *do ponto de vista da construção do socialismo...* [sublinhado no original].¹⁹¹

E poderíamos continuar: “[e da] construção de uma sociedade sem classes...”¹⁹².

Para sermos mais precisos, são quinze as vezes em que apa-

¹⁹¹ SU, cit., p. 4.

¹⁹² Idem.

recem estas expressões, sem contar as vezes em que falam do tema empregando outras palavras.

Em contraste com esta abundância de afirmações, encontramos silêncios não menos categóricos: jamais se fala que a verdadeira revolução socialista inicia-se logo após a tomada do poder. É evidente que, para o SU, com a ditadura do proletariado fecha-se a revolução social, para entrar em sua etapa de desaparecimento paulatino. Tampouco é uma casualidade que a resolução jamais fale da contra-revolução imperialista. Surge claramente da leitura que a burguesia nacional, uma vez que o proletariado tenha tomado o poder em um país, estará só, em retrocesso, “desarmada e expropriada”, em uma decadência definitiva. Não surgirão nela novas tendências ligadas à contra-revolução imperialista; não haverá nenhuma outra possibilidade, a não ser a nostalgia do “passado burguês”.

O SU falsifica o stalinismo e é interessante deter-se na crítica original que faz: “e) outra hipótese subjacente em toda esta concepção é a intensificação da luta de classes no curso do processo de construção do socialismo...”¹⁹³. Que fazem, camaradas? Além de confundir tudo atribuem ao stalinismo uma posição revolucionária? Trotsky criticou-o sempre pelo contrário; porque o stalinismo sustentava que, depois da tomada do poder, a revolução terminaria e a luta de classes começaria a definhar. Dizia que este tinha

...um sistema de idéias mais concreto: a revolução terminou definitivamente; as contradições sociais terão que se atenuar progressivamente; o campesinato rico será assimilado pouco a pouco pelo socialismo; o conjunto da evolução, independentemente dos acontecimentos exteriores, continuará sendo regular e pacífico.¹⁹⁴

¹⁹³ Idem, p. 5.

¹⁹⁴ Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p. 242.

De passagem, a crítica de Trotsky serve para o SU.

É que, realmente, a atual posição do SU é a mesma até hoje sustentada pelo stalinismo. Só que a usa como premissa para chegar a conclusões diferentes. Ambos dizem que a luta de classes desaparecerá imediatamente. Para lutar contra os mesquinhos restos da ideologia burguesa, o stalinismo sustentou que era necessário fortalecer cada vez mais o Estado. O SU, mais conseqüente, tira uma conclusão pertinente do mesmo falso princípio: se há cada vez menos contradições, pode haver cada vez mais liberdade e, assim, “a ditadura do proletariado começa a debilitar-se quase que desde seu surgimento”.

MESTRES DO MARXISMO E TRANSIÇÃO AO COMUNISMO

É conhecido por todos que os marxistas, a começar por Marx, consideraram que tão logo se fizesse a revolução socialista em um país e o proletariado se apoderasse do poder, abrir-se-ia *uma* etapa de transição do capitalismo ao comunismo. Esta se caracterizaria pelo desaparecimento paulatino do Estado e foi denominada de *socialismo* por alguns autores.

Falavam, portanto, de duas etapas históricas posteriores ao capitalismo: *a transicional ou de construção socialista e a comunista*. Ambas foram definidas por meio de fórmulas muito breves e hipotéticas, sem maiores detalhes que se mantiveram sem modificação desde o nascimento do marxismo até os primeiros anos da Revolução Russa.

Segundo Marx, o comunismo seria uma sociedade que, do ponto de vista econômico-social, caracterizar-se-ia por receber de “cada um segundo sua capacidade” e dar a “cada um de acordo com suas necessidades”; e, do ponto de vista político, pelo desaparecimento do Estado. A fórmula econômica indicava que, na sociedade comunista, ninguém seria obrigado a dar mais do que quisesse, mas que cada indivíduo poderia desenvolver todas

suas potencialidades de acordo com seu livre arbítrio e receberia da sociedade tudo o que necessitasse. Em relação ao desaparecimento do Estado, seria uma consequência do desaparecimento das classes.

Entre o capitalismo e a sociedade futura, sem classes, haveria uma sociedade transicional, caracterizada por estar “emergindo” precisamente da sociedade capitalista e que por isso teria, como disse Marx, “os sinais ou marcas de nascimento de sua procedência”. Como consequência disso, cada um receberia da sociedade “um recibo pela contribuição com tal ou qual quantidade de trabalho (depois da dedução feita dela para o fundo comum) e com este recibo ou vale sacaria do armazém social uma quantidade de meios de consumo que corresponda ao custo da mesma quantidade de trabalho”. Em síntese: na etapa socialista, a cada um, segundo seu trabalho, menos o que é deduzido para o fundo comum. Como se percebe, continua a distribuição burguesa do produzido, já que é feita em base ao trabalho e não à necessidade do trabalhador. Porém, não significa nenhum tipo de exploração ou opressão, porque o que é tirado para o “fundo comum” é também para aumentar a produção social e para o que poderíamos chamar de salários sociais. Do ponto de vista político, esta etapa seria caracterizada pela subsistência do Estado e da ditadura do proletariado; mas este Estado seria de um novo tipo, já que tenderia a desaparecer, pois, ao começar a construção socialista, as classes sociais iriam sendo suprimidas e, portanto, a ditadura do proletariado, uma ditadura de classe. Neste esquema, a revolução socialista termina de fato com a tomada do poder. Esta é a posição atual do SU: primeiro, a revolução e a tomada do poder; imediatamente, depois, a construção do socialismo. Como vemos, mais marxistas que Marx.

Todavia, a concepção de Marx e Engels partia do pressuposto de que a revolução socialista triunfaria nos países capitalistas mais avançados, com um grande desenvolvimento das forças produtivas e uma classe operária majoritária (Inglaterra, França,

Alemanha). O inimigo da classe eram as grandes burguesias nacionais. Marx nunca acreditou na possibilidade de que a revolução socialista poderia triunfar em países agrários atrasados. Portanto, para eles, a etapa transicional seria muito mais avançada que a capitalista, porque combinaria, desde o início, o mais alto nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pelo capitalismo com um regime novo e superior de produção e propriedade. Como consequência disto, a tarefa que o proletariado dominante enfrentaria seria “construir o socialismo” e por essa via iria incorporando, sem maiores sobressaltos, todos os habitantes à produção socialista.

Lenin e Trotsky, antes de 1917, e os marxistas ortodoxos no começo da Revolução de Outubro, defenderam o esquema clássico de Marx com duas modificações: uma, que o inimigo essencial já não era a burguesia nacional senão o imperialismo, fase superior do capitalismo; a outra (modificação genial!), a possibilidade de que a revolução européia e mundial estourasse e começasse pelo elo mais débil da cadeia imperialista, um país atrasado como a Rússia. Porém, isto não fez com que Lenin e Trotsky mudassem a concepção de Marx.

Mantiveram-na porque acreditavam na iminente extensão da revolução socialista aos demais países europeus, fundamentalmente os mais adiantados. Em poucos anos, a Alemanha, a França e a Europa fariam a revolução, a classe operária tomaria o poder, começaria a construção socialista na Europa e a ditadura operária começaria a debilitar-se. O fato da revolução começar na Rússia era só um problema conjuntural, tático, porque imediatamente os países industrialmente mais desenvolvidos a fariam.

Para o Lenin de antes e imediatamente depois da Revolução de Outubro, “a quebra do imperialismo europeu” poderia acontecer a “qualquer dia, inclusive hoje ou amanhã”. “O Estado proletário começaria a extinguir-se imediatamente depois de seu triunfo”; para reprimir os exploradores bastaria “uma máquina muito simples, quase sem máquina, sem aparato especial,



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

pela simples organização das massas armadas”. “Destruir com um golpe a antiga máquina burocrática e começar imediatamente a construir outra” não era então uma “utopia”; e não haveria mais que “derrotar os capitalistas” “para organizar a economia nacional como é feito com o correio” e dar assim o passo para a construção imediata do socialismo. Enfim, o Estado, as classes e as fronteiras nacionais começariam a desaparecer quase que desde o início e haveria um processo de ampliação ilimitada das liberdades para os cidadãos e produtores socialistas, praticamente todos os habitantes do país. Portanto, para Lenin, *a construção socialista e a derrota do imperialismo mundial dar-se-iam juntas, ao mesmo tempo, na mesma etapa histórica* de duas ou três décadas. Ele pensava que, em dez anos ou no máximo vinte, estaria tendo vida a construção do socialismo, na transição ao comunismo.

Deve-se destacar, no entanto, que Lenin e Trotsky tinham um programa de extensão da revolução à Alemanha, aos países mais avançados da Europa e a todo o mundo. Sua atividade abria, efetivamente, a possibilidade de conjugar no presente a revolução mundial, a construção socialista e o início da extinção da ditadura do proletariado. Seu único erro foi de cálculo, não teórico: acreditar que a revolução mundial triunfaria em pouco tempo.

PORÉM AS COISAS ACONTECERAM DE OUTRA MANEIRA

Com todo o grandioso significado que teve e tem para a humanidade, a Revolução de Outubro não significou o triunfo da revolução socialista europeia e internacional, como tinham vaticinado os marxistas. A Rússia proletária ficou isolada e a revolução socialista continuou triunfando em países atrasados a partir da II Guerra Mundial. Por isso, Trotsky dirá, vinte anos depois de Outubro, que



...a URSS não se ajusta às normas de um Estado operário tal como está exposto em nosso programa. [...] Nosso programa contava com um desenvolvimento progressivo do Estado operário e, portanto, com sua gradual extinção. Porém, a história [...] nem sempre atua de acordo com um programa...¹⁹⁵

E “o período que, para Lenin e seus companheiros de armas, devia ser uma curta ‘trégua’, conformou-se em toda uma época da história”¹⁹⁶.

Então, em vez de uma federação de Estados operários altamente industrializados que derrotaram o imperialismo, encontramos na atualidade Estados operários que, isolados, têm que enfrentar um inimigo muito mais poderoso que o capitalismo nacional, o imperialismo. Esses países são superiores ao capitalismo quanto às relações de propriedade e produção (a burguesia expropriada), porém são muito inferiores ao imperialismo no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. Esta aguda contradição, esta combinação inesperada para os marxistas, tem conseqüências muito mais graves que o mero fato de carregar “os sinais ou marcas de nascimento”.

Esse atraso no desenvolvimento das forças produtivas, combinado com a subsistência das fronteiras nacionais, teve como conseqüências que a ditadura do proletariado fosse obrigada a fortalecer-se e a empregar instituições e funcionários burgueses para se defender do imperialismo e seus agentes nacionais. Em vez de “começar a debilitar-se quase desde seu nascimento”, teve que apelar a tudo para se fortalecer.

Por isso, na atualidade, todas as ditaduras proletárias existentes se entrincheiraram em suas fronteiras com exércitos, polícias, burocracias estatais que lembram os piores regimes capitalistas. O fato de que a burocracia e a aristocracia operárias dominem o governo faz com que este processo tenha se degenerado, tenha

¹⁹⁵ Trotsky, “¿Ni un estado obrero ni un estado burgués?”, *In. Escritos*, cit., t. IX, v. 1, p. 94.

¹⁹⁶ Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p. 58.

levado a um regime totalitário, de fortalecimento e de domínio da burocracia, de opressão à base operária e camponesa, em vez de fortalecer o Estado através da mobilização e organização revolucionárias dos trabalhadores. Contudo, ao mesmo tempo, o fato de que em todos esses países vejamos o mesmo fenômeno de um “Estado capitalista sem capitalismo”, deve-nos fazer pensar que há razões objetivas profundas que fazem com que em todos os Estados operários isolados o fortalecimento da ditadura seja uma necessidade. A satisfação dessa necessidade, no entanto, corre por dois caminhos opostos: um, o burocrático, e outro, o revolucionário. O primeiro fortalece cada vez mais o aspecto policial e os setores privilegiados da classe operária. O outro, a mobilização dos setores mais explorados e concentrados do proletariado. Este segundo caminho leva ao desenvolvimento da revolução mundial e ao enfrentamento e à derrota definitiva do imperialismo. Em compensação, o primeiro propicia o isolamento do Estado operário dentro de suas fronteiras e impõe a coexistência com o imperialismo, uma impossibilidade histórica, já que esta coexistência leva novamente a um enfrentamento inevitável. Dito de outra forma: é um fortalecimento momentâneo que, posteriormente, debilita o Estado operário e a ditadura do proletariado.

SOCIALISMO NUM SÓ PAÍS OU REVOLUÇÃO PERMANENTE?

Como já vimos, as colocações do SU e do stalinismo têm várias premissas teóricas comuns: a construção do socialismo em um só país, o debilitamento da luta de classes e revolucionária e o término da revolução socialista a partir da tomada do poder pelo proletariado. Contra essa concepção, Trotsky levantou sua segunda formulação da Teoria da Revolução Permanente. A primeira — anterior à Revolução Russa — gira em torno da combinação das tarefas democráticas e socialistas, da função da ditadura

do proletariado como executora da revolução democrática nos países atrasados. A segunda é para responder à teoria stalinista da construção do socialismo num só país, e às tarefas que se apresentam, não só nos países atrasados, mas em qualquer país depois da tomada do poder. Seu tema é a dinâmica de uma revolução socialista nacional triunfante que se transforma em internacional. Com esta nova teoria, Trotsky mudou definitivamente a concepção que os marxistas tinham até então, a respeito das relações que se estabeleciam entre revolução socialista, a tomada do poder, a construção socialista e o debilitamento da ditadura. Sua nova teoria estabelece outra seqüência, não linear: a revolução socialista nacional e a tomada do poder afirmam a necessidade da revolução socialista internacional, que tem como principal tarefa derrotar o imperialismo e não a construção socialista, o que leva ao fortalecimento da ditadura do proletariado.

O marxismo ensina que toda época revolucionária tem origem no fato de que o desenvolvimento da técnica ou das forças produtivas se choca com as relações de produção e propriedade. Para Trotsky, sob o imperialismo, as forças produtivas se chocam, ademais, com os Estados nacionais. Isto é evidente; elas requerem todo o planeta para continuar desenvolvendo-se. Uma trava tão grande ou até maior que a propriedade burguesa privada são, portanto, os Estados nacionais burgueses. Constitui um freio ao desenvolvimento das forças produtivas em escala histórica e mundial, como, em seu momento, foram-no os feudos.

A revolução socialista mundial é uma necessidade objetiva vigente para adequar toda a Terra ao desenvolvimento das forças produtivas, porque é a única que irá destruir, não só a propriedade privada, mas também as fronteiras nacionais. No imperialismo monopolista, este desenvolvimento está a serviço da conservação dos Estados nacionais (máxima expressão da propriedade burguesa), que é a mesma coisa que dizer que está a serviço do atraso; por isso é o fator contra-revolucionário decisivo.

Os países capitalistas atrasados eram explorados pelo imperialismo de forma direta, através dos investimentos capitalistas. Porém, ocorre que, ao triunfar a revolução operária, não perderam sua condição de atrasados: as forças produtivas do imperialismo continuavam a ter um desenvolvimento superior, o que permitiu continuar sua exploração, mas agora *de forma indireta*, através do mercado e da economia mundial dominante. Por isso, Trotsky disse que o proletariado da URSS é dominante dentro da URSS em um sentido, contudo, ao mesmo tempo, é explorado pelo imperialismo. O que aconteceu com a Revolução Russa e as que a seguiram é – salvo as distâncias – como se a Revolução Francesa tivesse triunfado em Provença, Marselha, mas não no resto da França, e o feudalismo continuasse dominante em Paris e Lyon, onde havia um desenvolvimento maior das forças produtivas. Isto teria deixado a monarquia muito forte, já que a Provença sozinha não poderia derrotá-la e o capitalismo sempre necessita, como mínimo, do mercado nacional para alcançar um desenvolvimento impetuoso das forças produtivas.

A mesma coisa ocorre hoje em dia com os Estados operários em nível mundial: devem ser considerados só como avanços táticos da revolução mundial; pela presença de problemas graves ou de conjunturas muito especiais, o imperialismo não pôde derrotá-los até o momento. Os novos governos operários burocráticos estão isolados, preocupados fundamentalmente com a defesa de suas fronteiras nacionais e a superação de seu atraso econômico. Entretanto, mais cedo ou mais tarde, devido ao escasso desenvolvimento de suas forças produtivas, comparadas com as do capitalismo mundial, serão obrigados a comercializar com o imperialismo, com o que voltarão a ser explorados por este, ainda que agora de forma indireta, por meio do comércio ou empréstimos.

A realidade nos mostra que a revolução mundial tem tido um desenvolvimento “anormal” até esta data, já que não está baseada num desenvolvimento econômico maior que o capita-

lismo, mas em um grande atraso. Ainda que seja, por sua vez, a expressão, à escala mundial, de que esse desenvolvimento das forças produtivas não cabe dentro das fronteiras nacionais. Esta contradição manifesta-se no fato de que as revoluções estouraram nos elos mais débeis do capitalismo.

Enquanto subsistir o imperialismo, todo país que faça sua revolução em suas fronteiras nacionais a partir de um desenvolvimento inferior ao alcançado por aquele, continuará explorado da mesma maneira porque “...o critério fundamental [é] o nível das forças produtivas”¹⁹⁷

Desta análise, tanto Lenin quanto Trotsky chegaram à justa conclusão que, com a tomada do poder, o imperialismo não havia sido liquidado e que, portanto, a luta de classes e revolucionária acelerava-se em todos os níveis até sua derrota definitiva.

Depois de derrotar a burguesia e conquistar o poder político... [deverá esmagar] *a resistência cada vez mais firme dos exploradores. [...]*

As classes exploradoras, os latifundiários e capitalistas, não desapareceram nem podem desaparecer de um só golpe sob a ditadura do proletariado. Os exploradores foram esmagados, porém não destruídos. *Ainda têm uma base internacional, o capital internacional, do qual são parte. [...] A força de sua resistência aumentou cem ou mil vezes porque foram derrotados.* A “arte” de saber dirigir o Estado, o exército e a economia lhes dá uma superioridade muito grande, de modo que sua importância é muitíssimo maior que sua proporção numérica dentro da cifra global da população. *A luta de classes que os exploradores derrotados sustentam contra a vanguarda vitoriosa dos explorados, isto é, contra o proletariado, tornou-se incomparavelmente mais encarniçada.* E não pode ser de outro modo

197 Trotsky, *The Revolution Betrayed*. New York, Pathfinder, 5ª ed., 1974, p. 60. Obs.: tendo constatado na passagem da obra uma pequena diferença entre as traduções espanhola (Andrés Nin) e inglesa (Max Eastman), neste caso nos inclinamos por esta última versão.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

quando se trata de uma revolução, a não ser que este conceito seja substituído (como fazem todos os heróis da II Internacional) por ilusões reformistas.¹⁹⁸

Trotsky, em *A Revolução permanente*, insiste no mesmo sentido:

A contenção da revolução proletária dentro de um território nacional não pode ser mais que um regime transitório, ainda que seja prolongado, como demonstra a experiência da URSS. No entanto, com a existência de uma ditadura proletária isolada, *as contradições internas e externas crescem paralelamente aos êxitos. Ao continuar isolado, o Estado proletário cairá, mais cedo ou mais tarde, vítima de tais contradições. Sua salvação está em fazer com que o proletariado triunfe nos países mais adiantados. Considerado deste ponto de vista, a revolução socialista implantada num país não é um fim em si mesmo, mas unicamente um elo na cadeia internacional...*¹⁹⁹

E, na nona tese, sintetiza tudo isto de maneira magistral, dizendo-nos:

A conquista do poder pelo proletariado não significa o coroamento da revolução, mas simplesmente seu começo. A construção socialista só é concebível sobre a base da luta de classes nos terrenos nacional e internacional. Nas condições de predomínio decisivo do sistema capitalista no âmbito mundial, esta luta deve conduzir inevitavelmente a explosões de guerras interna, ou seja, civil, e externa, revolucionária. Nisto consiste o caráter permanente da revolução socialista como tal, independentemente do fato de que se trate de um país atrasado que tenha realizado ainda ontem sua transformação democráti-

198 Lenin, “Economía y Política en la época de la dictadura del proletariado”, *In. Obras completas*, cit., t. XXXII, p. 95.

199 Trotsky, *La Revolución permanente*, cit., p. 55.





ca ou de um velho país capitalista que tenha passado uma longa época de democracia e parlamentarismo.²⁰⁰

A DITADURA DO PROLETARIADO SE DEBILITA OU SE FORTALECE?

Com o aparecimento da indiscutível necessidade de fortalecer a ditadura do proletariado em toda uma etapa ficou descartada uma das premissas teóricas fundamentais do marxismo. Quanto mais ortodoxo parece ser o SU, por exemplo, ao ignorar esta modificação introduzida pela experiência histórica, mais se distancia do marxismo.

Em compensação, Lenin, que sustentou durante vários anos o esquema clássico, foi o primeiro a retificar-se à medida que a URSS ia ficando isolada. Apenas um ano depois da tomada do poder pelos bolcheviques, dizia:

Não podemos dar um salto ao socialismo de uma vez... Não tenho ilusões em relação ao fato de que não fizemos mais que começar o período de transição ao socialismo". "Os antiautoritários pedem que se destrua pelo caminho o Estado político autoritário... Essa gente viu alguma vez uma revolução? *Uma revolução é, sem dúvida alguma, a coisa mais autoritária que se pode imaginar.*"²⁰¹

Seguindo seus ensinamentos, Trotsky descreveu claramente este fenômeno e nos disse categoricamente:

...o período de transição do capitalismo ao socialismo exige um fortalecimento externo da função do Estado (ditadura do proletariado). Esta dialética histórica do Estado foi muito estudada pela teoria marxista [...] *a idéia do fortalecimento inevitável do poder do Estado na etapa de transição entre o capitalismo e o*

200 Idem, pp. 217, 218.

201 E. H. Carr, *La Revolución Bolchevique (1917-1923)*. Madrid, Alianza, 1973, t. 1, p. 155.





A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

socialismo [é uma] idéia de Marx que Lenin desenvolveu para explicar a necessidade da ditadura proletária...²⁰²

Como vemos, a posição que Trotsky tinha sobre esta questão crucial é oposta à do SU.

Isto significou a restrição de liberdades sob Lenin e Trotsky, o monopólio do poder pelo PC, a fundação do Exército Vermelho, da Tcheka etc. Depois, quando os demais triunfos continuaram a acontecer em países atrasados e com direções oportunistas e burocráticas, este fortalecimento degenerou até transformar-se em um regime totalitário com os crimes que todos conhecemos e dos quais os trotskistas fomos as primeiras vítimas. Que uma direção burocrática o tenha agravado e degenerado, não quer dizer que uma direção revolucionária poderia evitá-lo. E a mesma coisa ocorrerá com os futuros Estados proletários enquanto o imperialismo não for derrotado. Há uma lei que se pode contestar mas não anular: durante a atual etapa da ditadura do proletariado, de enfrentamento mortal com o imperialismo e na qual continuam existindo as fronteiras nacionais, é inevitável o fortalecimento da ditadura operária, do Estado proletário. Nesta conclusão, há uma “coincidência” entre Stalin e Trotsky; porém somente Trotsky, ao analisar as relações existentes entre o imperialismo e o capitalismo mundial com as ditaduras operárias nacionais, dá uma explicação científica sobre essa necessidade, ainda que esta não seja a única diferença: a coincidência entre ambos acaba quando cada um coloca seu programa e esclarece sua concepção do fortalecimento da ditadura.

Ocorre a mesma coisa quando um sindicato obtém uma grande vitória num país capitalista através de uma mobilização intensa. Esse triunfo permite a esse sindicato construir uma poderosa federação e se fortalecer. Contudo, surgem a partir daí três linhas claramente delimitadas e antagônicas: uma é a do SU,

202 Trotsky, “La degeneración de la teoría y la teoría de la degeneración”, *In. Escritos*, cit., pp. 322, 330.



que proclama o debilitamento imediato da federação (a ditadura do proletariado), independentemente de que o resto dos trabalhadores do país continue sofrendo a mais terrível exploração pelos capitalistas e sem levar em conta os próximos e seguros embates pelos quais o patronado de conjunto tentará retirar as conquistas deste sindicato ou federação; outra será a da burocracia, que se esforçará para fortalecer sua federação e apenas sua federação. Colocará todo seu empenho em ter os melhores médicos, edifícios e colônias de férias. Este caminho leva, inevitavelmente, a um regime autoritário dentro do sindicato, já que, ao abandonar a luta, o sindicato se burocratizará. É a posição stalinista que, levada ao nível de um país, significa o fortalecimento burocrático da ditadura operária através da imposição de um regime totalitário que obrigue os trabalhadores a “construir o socialismo num só país”.

Como já dissemos repetidas vezes, este fortalecimento burocrático vai contra os trabalhadores de forma imediata e debilita, a longo prazo, a ditadura do proletariado, acelerando suas contradições internas e externas.

E, por último, estará a linha dos trotskistas que, sem deixar de lado a tentativa de obter todas aquelas melhorias defendidas pela burocracia para o sindicato, colocará a ênfase no desenvolvimento da luta de classes em todo país, tratando de mobilizar todos os sindicatos e todos os trabalhadores. Só assim o sindicato poderá fortalecer-se sem cair na burocratização de seus dirigentes e de si próprio. Este é o correlato do programa que Trotsky propunha para o fortalecimento da ditadura do proletariado: desenvolver, intensificar a mobilização revolucionária, principalmente a revolução socialista internacional. Para ele, tal fortalecimento passava por ampliar a mobilização dos trabalhadores do mundo e do próprio país, construindo organizações revolucionárias multitudinárias do movimento de massas que questionem o imperialismo e a burguesia.

Porém, isto não é só uma questão teórica, mas a saída correta imposta pela realidade. Pois o que acontece se a revolu-



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

ção mundial não avançar ou se avançar objetivamente através de triunfos nacionais que se estanquem e congelem nas fronteiras nacionais, tratando-se de construir o socialismo em cada um desses países? Aconteceria o que nos mostram estes últimos sessenta anos: o imperialismo continua sendo dominante em nível mundial, o proletariado destes Estados operários continua sendo explorado indiretamente por aquele, e a consolidação da ditadura operária, inevitavelmente adquire um caráter burocrático, totalitário, ao tentar aprisionar numa camisa de força as terríveis contradições que essa própria situação provoca. Essas terríveis contradições, que se tornam cada vez mais agudas, minam e debilitam a ditadura operária dominada pela burocracia. Em outro nível, seria a mesma coisa que, depois do triunfo do sindicato de nosso exemplo, não tivessem ocorrido outros, ou tivessem triunfado alguns mais, porém cada um estivesse dedicado exclusivamente a fortalecer seu sindicato sem se importar com a luta de classes no país. Independentemente das conquistas de cada um isoladamente, a burguesia continuaria dominando o conjunto do país, eles continuariam sendo explorados – talvez menos que o resto – e as burocracias tornar-se-iam cada vez mais sólidas e fortes em seus sindicatos, tratando de manter-se em seus postos e negociando permanentemente com o patronado. Assim como para os trabalhadores destes sindicatos e de todo o resto desse país seu inimigo principal já não seria o patronado daquele ramo mas a burguesia em seu conjunto, também para os trabalhadores dos Estados operários e do mundo todo já não são as burguesias nacionais, mas o imperialismo.

A ANÁLISE DE TROTSKY PARA A URSS

Trotsky concretizou todas as suas análises sobre a URSS tomando como referência a existência do imperialismo e o desenvolvimento das forças produtivas.



O proletariado da URSS é a classe dirigente num país *atrasado* onde ainda não são satisfeitas as necessidades mais vitais. O proletariado da URSS só governa um doze avos da humanidade. O imperialismo governa as onze partes restantes. O governo do proletariado, mutilado pela pobreza e pelo atraso do país, é dupla ou triplamente deformado pela pressão do imperialismo. O órgão do governo do proletariado – o Estado – torna-se um órgão de pressão do imperialismo (a diplomacia, o comércio exterior, as idéias e os costumes).²⁰³

E ainda mais:

...a progressão das forças produtivas, ou seja, a *verdadeira progressão socialista*, não começará em nosso país até depois da vitória do proletariado dos países avançados da Europa...

Com estas palavras de Bukharin, que Trotsky reivindica, sintetiza-se uma parte importante do pensamento marxista já enriquecido pelas lições da Revolução Russa. Como o próprio Trotsky assinalou, essa foi

...precisamente a idéia contra a qual [estiveram] dirigidas todas as atas de acusação formuladas contra o “trotskismo” no VII Plenum do CEIC [pelo stalinismo].²⁰⁴

A causa fundamental do surgimento da burocracia que caracteriza todos os Estados operários atuais é precisamente essa inferioridade econômica. No começo,

...o regime soviético teve um caráter indiscutivelmente mais igualitário e menos burocrático que agora, mas essa igualdade foi a da miséria comum. [...] A pobreza dos artigos de consumo [e] a luta de todos contra todos [originada por sua distribuição, são a base da] autoridade burocrática. [...]

203 Trotsky, “¿Ni un estado obrero ni un estado burgués?”, *In. Escritos*, cit., pp. 102, 103.

204 Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas*, cit., p. 112.

Quando há mercadorias suficientes no armazém, os clientes podem chegar a qualquer momento; quando há poucas mercadorias, têm que fazer fila na porta. Tão logo a fila seja muito longa impõe-se a presença de um agente da polícia que mantenha a ordem. Tal é o ponto de partida da burocracia soviética. Sabe a quem deve dar e quem deve esperar.²⁰⁵

E, ainda que à primeira vista parecesse que a melhoria da situação material e cultural dentro de suas próprias fronteiras levaria ao desaparecimento paulatino dessa burocracia, aconteceu o contrário:

O crescimento das forças produtivas foi acompanhado, até agora, de um desenvolvimento extremo de todas as formas de desigualdades e privilégios, assim como da burocracia. [Pois, apesar dos avanços] está ainda muito longe de proporcionar a todos o necessário [mas em melhores condições de fazer importantes concessões a uma minoria e] fazer da desigualdade um aguilhão para a maioria.²⁰⁶

A burocracia “surge primeiramente como órgão burguês da classe operária”, como produto das necessidades da sociedade fechada e cercada pelo imperialismo. Porém,

...ao ultrapassar em muito sua função social necessária, transforma-se num fator autônomo, assim como em fonte de grandes perigos para o organismo social. A pobreza e o estado inculto das massas se materializam... sob as formas ameaçadoras do chefe provido de um poderoso garrote, nas estreitas fronteiras de seus Estados nacionais a burocracia transformou-se, de servidora da sociedade, em sua dona.²⁰⁷

Mas se, ao invés de Stalin triunfar com seu programa do

205 Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., pp. 98, 99.

206 Idem, p. 99.

207 Idem, pp. 99, 100.

socialismo num só país, a oposição encabeçada por Trotsky com sua política de desenvolvimento da revolução permanente tivesse triunfado, ainda assim o fortalecimento da ditadura do proletariado teria justificação plena até ter derrotado o imperialismo, ter liquidado as fronteiras nacionais e permitido a expansão das forças produtivas em nível mundial.

Em termos objetivos: a sociedade soviética atual não pode passar sem o Estado e mesmo – em certa medida – sem a burocracia. [Pois] não são os miseráveis restos do passado, mas as poderosas tendências do presente as que criam esta situação. A justificação do Estado soviético, considerado como mecanismo coercitivo é que o período transitório atual ainda está cheio de contradições sociais na qual o campo do *consumo* – o mais familiar e o mais simples para todo mundo – reveste-se de um caráter extremamente grave, que ameaça continuamente surgir no campo da produção. Portanto, não se pode dizer que a vitória do socialismo seja definitiva nem que esteja assegurada.²⁰⁸ [sublinhado no original]

O PROBLEMA DO IMPERIALISMO

Os camaradas que redigiram as teses desconhecem completamente a realidade destes últimos sessenta anos. Dizem-nos que Marx e Engels “não puderam analisar o fenômeno do imperialismo” e que Lenin não pôde ver “o retrocesso da revolução proletária nos países avançados” nem “a degeneração burocrática do primeiro Estado operário”. Porém, o que não nos dizem é o que impede que eles façam essa análise. Ainda que, segundo afirmam, o marxismo “é um pensamento crítico por excelência” continuam tendo a mesma perspectiva de nossos mestres no final do século 19 e começo deste [20].

²⁰⁸ Idem, p. 98.

Por isso, não fazem outra coisa em seu documento que repetir professoralmente os prognósticos de Marx, Lenin e Trotsky e, em geral, de todos os marxistas ortodoxos até 1917. Não obstante, fazem-no omitindo a concepção fundamental subjacente nestes prognósticos.

Este erro político obedece a uma razão teórica: os autores não dão nenhuma importância à existência do imperialismo. Daí que em seu documento, contra quinze formulações explícitas sobre a “construção socialista”, a palavra “imperialismo” só aparece duas vezes, jamais se nomeia a contra-revolução imperialista como tal e menciona apenas de passagem o perigo da intervenção militar imperialista, mas sempre para relativizar ou minimizar ao máximo sua importância.

E isto é ainda mais grave se levarmos em conta para que o imperialismo é mencionado nestas duas vezes. A primeira, para nos dizer que “Marx e Engels não puderam analisar o fenômeno do imperialismo”. E a segunda, como argumento contra o stalinismo que “abusou sistematicamente de acusações caluniosas de conflito com o imperialismo”.

Para nós, o surgimento do imperialismo, com a exploração dos países atrasados, é um fenômeno global que afetou o curso da revolução mundial e que originou todas as “anormalidades” não previstas pelo marxismo, nem por Lenin nem Trotsky. E é precisamente este fenômeno novo o causador direto e indireto dos outros que o SU assinala: “o retrocesso da revolução proletária nos países avançados” e “a degeneração do primeiro Estado operário”, e de muitos outros que o SU não indica e que são tão decisivos como os anteriores. São eles: a degeneração da II e III Internacionais, o caráter burocrático dos novos Estados operários, assim como seu isolamento. Contudo, suas duas conseqüências mais espetaculares foram, justamente, o aparecimento de uma aristocracia e burocracia operárias por um lado e o triunfo da revolução operária nos países atrasados, pelo outro.

Através da exploração dos países atrasados, o capitalismo em sua fase superior, o imperialismo, conseguiu aristocratizar setores importantes da classe operária e sustentar uma forte classe média nas metrópoles. Dito de outro modo, originou uma divisão da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo em dois setores claramente diferenciados e muitas vezes antagônicos, um privilegiado e o outro, o mais explorado. O capitalismo, por causa de seu fabuloso enriquecimento e por seu domínio sob o imperialismo, retira-se da cena histórica como entrou: ganhando um setor da classe inimiga. Assim fez com relação ao clero e aos senhores feudais, em seu ascenso e luta pelo poder. Assim está fazendo agora com a classe operária. E tem sido esta divisão nas fileiras operárias a causa social de todos os outros fenômenos.

A outra cara desta divisão da classe operária é o que ocorre nos países atrasados. Ali a penetração imperialista destrói as formas arcaicas de produção, provoca o desenvolvimento capitalista e ao mesmo tempo o freia e distorce. Devido a isto, nos últimos trinta e cinco anos produziram-se contradições de uma agudeza insuportável para a quase totalidade dos trabalhadores, o que levou vários países atrasados, ainda que dirigidos pela burocracia, a uma revolução socialista triunfante. O imperialismo necessita explorar mais os operários de uma parte do mundo para poder outorgar as vantagens que dá aos da metrópole, mas, com isto, a revolução, que se distanciou de suas portas, veio pelos fundos.

Todas estas revoluções não são mais que partes da revolução socialista contra o imperialismo em nível mundial, por outro lado, é o próprio imperialismo que as provoca, destruindo as formas arcaicas de produção, acelerando o processo de produção capitalista dos países atrasados e, ao mesmo tempo, freando o desenvolvimento acelerado e constante do próprio desenvolvimento capitalista de conjunto. O imperialismo não só exporta seus capitais e suas mercadorias aos países dependentes, nas também suas crises capitalistas, transformando-as em crises crônicas nos países atrasados.

É por isso que ocorreram as grandes revoluções coloniais do pós-II Guerra que se transformaram em socialistas; entretanto, estas vantagens dos países atrasados, tão logo as ditaduras operárias se impõem, transformam-se em desvantagens. A contradição mais aguda tem a ver com o Estado nacional. A independência e a unificação do Estado nacional de um país atrasado é um grande progresso histórico, um triunfo democrático antiimperialista. Permite a esse país alcançar rapidamente os maiores países capitalistas que há um, dois, três séculos, alcançaram a mesma coisa. Porém, tão logo esse objetivo seja alcançado por meio da revolução operária, começa a ser um empecilho, já que, ainda que o proletariado governe, o Estado nacional não deixa de ser uma instituição burguesa. Progressiva até o século passado, progressiva por um momento em relação ao imperialismo, mas, em última instância, regressiva em relação às necessidades do desenvolvimento mundial das forças produtivas. Esta conquista democrático-burguesa se transforma numa camisa de força imposta pelo sistema capitalista mundial ao proletariado desse país. A grande defensora dessa camisa de força é a aristocracia operária que, por meio do controle do Estado nacional, tende a aumentar seus privilégios. Sendo seu outro grande defensor o imperialismo, que sabe que o Estado nacional atrasado, ainda que operário, lhe permite manobrar e continuar dominando a política e a economia mundiais.

Vejamos um exemplo, a análise da degeneração da URSS, onde ambos os fenômenos se combinam com toda clareza. O que aconteceu com a Revolução Russa? A causa fundamental de sua degeneração foi o retrocesso da revolução mundial, que permitiu que o monopólio do poder caísse nas mãos da aristocracia e burocracia operárias. Devido a isto, as diferenças entre a aristocracia e a base operária nos marcos nacionais da URSS ampliaram-se em relação aos países capitalistas, porque na Rússia esses setores privilegiados utilizavam o domínio estatal para se autoprivilegiar. Daí a posição de Trotsky de reivindicar o poder

só para a base operária, de exigir a expulsão de um setor importante da classe operária, como são a aristocracia e a burocracia, dos sovietes revolucionários. Esta diferenciação do proletariado em dois setores é tão brutal e antagônica que justifica o chamado a uma revolução violenta, política, de um setor operário, o mais miserável, contra outro da mesma classe, o privilegiado. O SU parece não compreender este aspecto da revolução política. Justamente é assim porque não é uma revolução social de uma classe – a operária – contra outra classe – a burguesa –, mas de um setor operário contra outro.

A existência do imperialismo faz com que toda a dinâmica da revolução mundial tenha mudado, já que a derrota de uma burguesia ou sistema capitalista nacional, com toda a importância que tem, não significa sua derrota em nível mundial. Continua subsistindo e dominando, o que significa que continua colocada a tarefa histórica de derrotá-lo como única forma de arrancar pela raiz a principal fonte de exploração de classe no mundo.

NOSSA ANÁLISE:

HÁ DUAS ETAPAS DA DITADURA DO PROLETARIADO

Transcorridos sessenta anos da Revolução Russa, podemos ver que o que se antecipava como uma só etapa durante a ditadura do proletariado – a construção socialista, a extinção das classes e da própria ditadura – se transformou em duas etapas ou tarefas históricas bem delimitadas. *Uma primeira etapa* na qual vivemos há sessenta anos, cuja tarefa essencial é política, de luta implacável contra o imperialismo e que exige o fortalecimento do Estado operário, quer dizer da ditadura de classe (que pode ser burocrática ou revolucionária). E *uma segunda etapa*, posterior à derrota do imperialismo, cuja tarefa fundamental é econômica, cultural, de construção do socialismo e na qual, tal como nossos

mestres previram, o Estado irá se extinguindo, a ditadura do proletariado irá se debilitando e dando lugar ao florescimento mais completo e inimaginável das liberdades.

Nesta primeira etapa, os Estados operários vivem uma contradição aguda; o imperialismo continua sendo dominante, na economia e na política mundiais, e continua explorando de forma indireta a classe operária destes países devido à subsistência das fronteiras nacionais e à superioridade assinalada antes. Como consequência disto, a classe operária sofre também uma opressão por via direta, como custo da necessidade de defender o Estado operário e pelo surgimento de uma burocracia, que fica com um sobreproduto. Essa opressão pode ser coercitiva, para manter e aumentar os privilégios e a vida parasitária dos funcionários, se o regime é burocrático; porém, também pode ser uma entrega voluntária e democrática de um sobreproduto pelo proletariado, um sacrifício para pagar os gastos do enfrentamento com o imperialismo, de desenvolvimento da revolução socialista nacional e internacional e seus funcionários, se o regime é democrático revolucionário. Nesta etapa, a sobrevivência de normas burguesas de distribuição está ligada a uma opressão baseada em razões políticas, funcionais, e não em uma exploração de classe.

Se, segundo Marx, a etapa socialista caracterizava-se por dar a cada qual segundo seu “trabalho”, menos o que iria ao “fundo comum”; na atual etapa – a primeira da ditadura do proletariado – será dado a cada qual segundo seu “salário”, o que lhe sobre de acordo com o grau de opressão ou sacrifício que se imponha. Quer dizer, deve produzir um sobreproduto muito importante que é tirado de seu trabalho e que não volta à classe operária, não vai ao “fundo comum”, portanto sofre uma opressão ou um sacrifício.

Por conseguinte, o governo do proletariado assume um caráter mesquinho, restrito e distorcido. Pode-se dizer com toda razão que o proletariado, *governando* em um país atrasado e

isolado, continua sendo uma classe *oprimida*.²⁰⁹ [sublinhado no original]

Esta situação só poderá mudar com a derrota definitiva do imperialismo.

Desde o triunfo da revolução bolchevique, a etapa histórica que vivemos é a de guerra implacável do proletariado dos países adiantados, das massas coloniais e dos Estados operários contra o imperialismo. A construção da economia transicional, com toda sua importância, está subordinada a esta luta. É, portanto, a etapa de transição ao socialismo, de transição “à transição ao comunismo”. A política nacionalista, reformista e burocrática dos Estados operários e dos partidos de massas no mundo é o que permitiu ao imperialismo transformar suas derrotas em meros retrocessos e ainda reagir e manter seu domínio mundial.

Esta situação estabelece, em nível internacional, uma etapa de guerra civil e poder dual entre os Estados operários e as massas proletárias de todo o mundo e o imperialismo. Esta guerra civil e poder dual são latentes à escala de cada país, já que só saem à luz nos momentos críticos, revolucionários; porém, em nível mundial, existe desde 1917.

“A revolução socialista não só é possível mas é inevitável em cada país. O que eu afirmo é que é impossível construir uma sociedade socialista no marco do mundo capitalista”.²¹⁰

“O imperialismo universal e a marcha triunfal da revolução social não podem coexistir”.²¹¹

A *segunda etapa* histórica da ditadura do proletariado, que será iniciada uma vez derrotado o imperialismo, *será a do começo da construção da sociedade socialista, do começo da extinção do Estado, de transição ao comunismo*. “O socialismo significa a

209 Trotsky, “¿Ni un estado obrero ni un estado burgués?”, *In. Escritos*, cit., p. 134.

210 Trotsky, “En vísperas de la Segunda Guerra Mundial”, *In. Escritos*, cit., t. XI, v. 1, pp. 23, 24.

211 Trotsky, *Stalin, el gran organizador de derrotas*, cit., p. 88.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

igualdade progressiva e a abolição progressiva do Estado”. Esta, sim, terá as características que apontavam Marx e Lenin antes da Revolução de Outubro. Neste período, ainda que cada qual receba de acordo com seu trabalho, ainda que sobrevivam normas de distribuição burguesa e existam muitos resquícios do capitalismo, terá terminado a opressão do Homem e sua principal fonte atual: a exploração da humanidade pelo imperialismo. Esta será uma etapa de enriquecimento sistemático da sociedade e de desenvolvimento das forças produtivas que se iniciará, *agora sim*, a partir de um nível mais elevado do que tinha o capitalismo. Este desenvolvimento superior evitará que haja contradições agudas e lhe dará um caráter reformista e não revolucionário, pois o enfrentamento de distintas posições não será violento.

A construção do socialismo ou a transição ao comunismo estará assentada na mobilização permanente de toda população; e junto com a supressão da exploração irão desaparecendo as classes e o próprio Estado e surgirão os produtores e consumidores socialistas, habitantes com a mesma localização econômica.

Resumindo, então, agora podemos dizer que as duas etapas posteriores ao capitalismo que manejamos desde Marx (transicional e comunista) transformaram-se em três: 1) *a transicional do capitalismo ao socialismo*; 2) *a socialista ou de transição ao comunismo*, e 3) *a comunista*.

TRÊS PROGRAMAS PARA A ETAPA DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

No começo da revolução, Lenin acreditava que a coerção aos contra-revolucionários seria diretamente proporcional à liberação e autodeterminação democrática de toda população trabalhadora; daí partia sua concepção programática inicial. Isto era lógico, já que, seguindo os ensinamentos de Marx, Lenin



acreditava que em poucos anos começaria a construção socialista. Porém, devido à subsistência do imperialismo e ao isolamento da URSS, mesmo sob o regime de Lenin e Trotsky, esses dois aspectos tiveram um desenvolvimento desigual e contraditório. As medidas ditatoriais, coercitivas, revolucionárias, para defender e impor a ditadura operária foram muito mais necessárias que as libertárias, de autodeterminação democrática da população e dos trabalhadores para começar a construção socialista. Entre o imediato – a urgência de impor e defender a ditadura e estender a revolução mundial contra o imperialismo – e os objetivos da construção do socialismo – a ampliação da democracia direta, as liberdades democráticas e a extinção do Estado – houve um hiato, uma brecha, que logo foi se ampliando cada vez mais.

O programa da democracia direta e da extinção imediata do Estado proletário, desde o próprio início da revolução, ficou como a norma a alcançar, como uma tendência, esboçada nos elementos que se combinam com as outras necessidades urgentes da ditadura. É que, enquanto o capitalismo continuar sendo dominante em nível mundial, o que implica o perigo permanente da contra-revolução imperialista, as lições da Revolução Russa nos dizem claramente que as tarefas imediatas de *qualquer* ditadura do proletariado – seja burocrática ou democrática revolucionária – não podem ser outras que a coerção de seus inimigos como a única forma de resistir à contra-revolução imperialista, impor a ditadura e desenvolver a revolução socialista mundial. Só a conquista destes objetivos imediatos nos permitirá, uma vez alcançada a derrota histórica do capitalismo, começar a encarar plenamente as tarefas programáticas de extinção do Estado e de obtenção da democracia e liberdades mais completas para todos os habitantes, que começarão finalmente a construir o socialismo.

Durante estes últimos sessenta anos, podemos ver que, de fato, há três orientações distintas, três programas para esta etapa de transição do capitalismo ao socialismo.

O *stalinismo*, o nacional-comunismo, generalizou e deu características históricas às necessidades imediatas (a supressão das frações no PC, o monopólio do poder, o unipartidarismo e a repressão), transformando-as em normas absolutas e gerais para toda a etapa. Justifica, dessa maneira, a repressão burocrática ao movimento de massas e a opressão da classe operária em benefício de uma casta privilegiada dentro do Estado operário e do próprio imperialismo mundial.

Esse “programa” é a justificativa burocrática para impedir que nos Estados operários se dêem cada vez mais liberdades científicas, artísticas, culturais de todo tipo, de imprensa, de opinião e, por último, políticas, para poder assim controlar, diminuir e frear a opressão sofrida pela classe operária. É o programa da burocracia de coexistência permanente com o imperialismo, de manutenção das fronteiras e de freio ao desenvolvimento da revolução mundial, que, em última instância, vai contra a própria ditadura do proletariado.

A *maioria do SU*, por seu lado, com seu típico enfoque professoral, formal, confunde esta etapa de transição ao socialismo, de guerra à morte com o imperialismo, com a outra, a de construção socialista. O que neste período não pode ser outra coisa que um objetivo, uma tendência, uma norma mediata, o SU a transforma em seu programa, sem levar em conta o concreto, o imediato, no qual os aspectos de repressão, coerção e fortalecimento da ditadura não podem ser deixados de lado. Desta confusão surge um programa máximo de construção do socialismo, de começo da extinção do Estado, de outorga das liberdades mais absolutas para toda a população, inclusive a contra-revolucionária. E, como sempre acontece com os programas superdemocráticos, máximos, libertários, quando há uma luta mortal estabelecida entre classes inimigas, servem aos exploradores.

Como *trotskistas conseqüentes* opinamos que, nesta etapa de transição do capitalismo ao socialismo, o único programa que se pode opor ao burocrático reformista é... um programa de

transição e não o programa máximo do SU. E, conseqüentes com o método de Trotsky, devemos dizer que esse programa não pode ser outro que a *combinação* de todos os elementos socialistas que se possam incorporar às tarefas imediatas exigidas para o fortalecimento da ditadura do proletariado. Uma ditadura revolucionária trotskista tenderá sempre a outorgar mais e mais liberdades e, mesmo nos momentos de maior necessidade do emprego da força e de medidas coercitivas, outorgará amplas liberdades aos cientistas e aos artistas, assim como aos revolucionários.

O programa trotskista é realista e busca chegar o mais rápido possível ao início da verdadeira construção socialista. Por isso, é obrigado a levantar um programa transitório que combine, inclusive contraditoriamente, uma multiplicidade de tarefas. Tão logo a classe operária tome o poder, deve combinar e harmonizar duas tarefas díspares: continuar a luta revolucionária contra o imperialismo mundial e começar a desenvolver os elementos de uma nova economia e uma nova sociedade, superiores ao capitalismo. Por sua vez, estas tarefas exigem uma combinação altamente contraditória de instituições e tarefas. Se for um país atrasado, impõe-se combinar medidas diretamente democrático-burguesas com socialistas. E, seja ou não atrasado, enquanto as fronteiras nacionais forem mantidas e o imperialismo continuar sendo dominante, deve-se combinar leis econômicas e instituições políticas burguesas com transicionais. No terreno econômico, por exemplo, isso significa a combinação de uma distribuição burguesa dos produtos de consumo pelo pagamento de salário (baseado em uma certa opressão sobre os trabalhadores) com a nacionalização da indústria e do comércio exterior e a planificação estatal. Isto é, há uma aplicação da lei do valor na fixação do preço da mercadoria e na manutenção de uma moeda estável, e subsiste um sobreproduto que não vai ao “fundo comum” e que se tira do trabalhador, para fixar os salários, junto com a planificação e as relações de produção não capitalistas. E,

no terreno político-social, certamente será necessário combinar os maiores esforços para fortalecer a ditadura do proletariado industrial e desenvolver a revolução socialista nacional e internacional com possíveis concessões a técnicos burgueses, e inclusive ao imperialismo, e com a imperiosa necessidade de acordos com o campesinato e a classe média urbana. Na questão superestrutural das instituições, aparatos e setores característicos da burguesia, como as burocracias estatais, o exército e a polícia como aparatos especializados, serão combinados com o incentivo e desenvolvimento da intervenção das massas e da classe operária em suas horas livres ou por rodízio na administração do Estado, a fim de ir eliminando a burocracia especializada e seus aparatos. Algo parecido ocorrerá com o desenvolvimento da milícia operária e popular, o armamento dos trabalhadores, que subsistirá junto a um exército revolucionário regular. Isto é, serão combinados órgãos típicos do aparato burguês com os específicos e dominantes do proletariado industrial e seus aliados (os soviets), que apontem, como tendência, à destruição do próprio Estado e daqueles aparatos burocráticos burgueses. Problema parecido se coloca a respeito da relação entre a democracia direta e indireta. Nesta primeira etapa, a ditadura do proletariado tem que levar a cabo uma combinação altamente contraditória entre esses dois tipos de democracia. Porém, de nenhum ponto de vista pode eliminar a democracia indireta. O melhor exemplo disto é que os partidos políticos, a máxima expressão da democracia indireta, continuam existindo.

A ditadura revolucionária do proletariado deverá ter um programa, como o de Lenin e Trotsky, de severos controles operários democráticos revolucionários sobre as tarefas e aparatos burgueses, assim como sobre as medidas coercitivas de “fortalecimento das funções do Estado proletário”; isto é, combinar distintos métodos e tarefas em seu desenvolvimento. Em toda esta primeira etapa, a combinação dessas atividades, tendências, leis e desses aparatos estará determinada pelas necessida-

des revolucionárias, pelo grau de atraso no desenvolvimento das forças produtivas, pelo peso da classe operária, pelo avanço na economia de transição e, principalmente, pelas relações entre a contra-revolução imperialista e a revolução socialista mundial.

O programa de transição adquire uma magnitude muito mais importante no começo da ditadura do proletariado que sob o domínio capitalista. A resolução do SU o abandona para ditar um programa máximo.

Para definir o caráter – burocrático ou revolucionário democrático – de uma ditadura operária se requer, como sempre, definir a tendência, o elemento dominante na dinâmica destas combinações. Rumo à outorga de liberdades crescentes, rumo ao socialismo, rumo à democracia direta, à supressão do Estado e, fundamentalmente, rumo ao desenvolvimento e triunfo da revolução socialista mundial? Rumo a uma nova exploração capitalista imperialista? Rumo à busca de um equilíbrio, instável e burocrático, entre ambas as tendências que, necessariamente, será rompido em benefício de uma delas?



TROTSKISMO E TROTSKISMO VULGAR. RESUMO DE NOSSAS DIFERENÇAS

TROTSKISMO VULGAR (ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E DE MÉTODO)

O método do documento do SU é a negação do marxismo. Seu raciocínio está baseado em vulgaridades unidas retilinearmente por silogismos e o princípio de identidade; apóia-se no senso comum e não na dialética.

No que diz respeito à ditadura, não são assinaladas contradições; nenhuma de suas características ou tendências está relativizada; tudo é absoluto, idêntico a si mesmo; não há exceções nem condicionamentos. Formula um programa que é o mesmo para todos os países, em todos os momentos, desde o seu início. “Liberdade política ilimitada” (e para Mandel com “voto universal”) e pretende que o mesmo código penal, liberal e superdemocrático, sirva para todas as guerras civis.

Sabemos, pelo menos desde Heráclito, que tudo é relativo, “limitado”, mediado, exceto as mudanças e contradições. Para o SU, tudo é absoluto, menos a existência do movimento e suas contradições, por isso, poderá haver “liberdade política ilimitada”, quer dizer, não condicionada por nada nem ninguém. Nem a luta de classes nem as peremptórias necessidades da guerra civil poderão atentar contra o código penal do SU; que afunde a ditadura e se perca a guerra civil se necessário, porém salvem



nosso código penal e nosso programa de “liberdade política ilimitada”! Parece gritar a resolução.

Este predomínio do absoluto e esta ausência de dialética, que acabam ocultando as contradições da realidade, não servem para o SU evitar as sérias contradições – não precisamente dialéticas – em que incorrem nesta resolução. Na verdade, levam-nos a elas. Isto se torna particular e perigosamente claro quando manifesta suas preocupações – por certo dignas de respeito – a respeito de como evitar os abusos e a degeneração burocrática; quem garante que uma pessoa ou tendência acusada de burguesa ou contra-revolucionária o seja. O stalinismo, por acaso, não utilizou as denúncias do perigo da contra-revolução imperialista para justificar sua ditadura repressora do movimento operário e dos trabalhadores? Como combater esta política stalinista? Aqui, é necessário tocar dois aspectos: o primeiro, o mais visível, é que, precisamente, neste ponto, e somente nele, é onde se rompe a seqüência que domina todo o resto da resolução. A única coisa que o SU não pode determinar com certeza é quem são os revolucionários e quem são os contra-revolucionários quando o proletariado tomar o poder. “Se for dito que só os partidos e as organizações que não tenham programa ou ideologia burguesas [e pequeno-burguesas?] ou que não estejam ‘comprometidos com a propaganda e/ou a agitação anti-socialista e anti-soviética’ poderão ser legalizados, *por onde traçar a linha de demarcação?*” [...] “*Qual é a linha de demarcação* entre o ‘programa burguês’ e ‘a ideologia reformista?’” Quando se trata de definir “por onde traçará a linha de demarcação”, tudo são dúvidas para o SU e seu documento abandona o terreno do absoluto para submergir em um relativismo total.

O segundo aspecto do problema: como o SU sai dessa situação? Simplíssimo! Dando às suas preocupações uma solução jurídica, normativa, retornando novamente ao caráter absoluto e abstrato que não tem nada a ver com a luta de classes: “liberdade política ilimitada” para todo mundo e o código penal mais



liberal da história frente à guerra civil. Como vemos, os nossos camaradas que, por um instante, chegaram a duvidar de tudo, a única coisa que não lhes ocorreu, em momento algum, foi questionar se, existindo “liberdades políticas ilimitadas” para todo mundo desde o princípio, será possível manter o poder sempre nas mãos dos trabalhadores.

Estas garantias absolutas de tipo jurídico não servem para nada, nem jamais servirão. Em seu afã de combater a burocracia, as normas absolutas da maioria do SU, da mais absoluta democracia para os partidos capitalistas e reacionários, de códigos penais e constitucionais superdemocráticos para julgar os contra-revolucionários que se levantam em armas contra o poder operário, não servem a ninguém mais que à burguesia e à contra-revolução. A única garantia para os trotskistas está no desenvolvimento da luta de classes e na mobilização permanente dos trabalhadores. Como em qualquer sindicato, somente a mobilização operária pode se opor aos abusos burocráticos, não há estatuto que valha para impedir manobras e abusos burocráticos, que só podem ser só derrotados pela mobilização.

Em toda esta questão há uma série de aspectos teóricos e de método que a maioria do SU parece ignorar. A ditadura revolucionária do proletariado não é alheia a uma série de leis dialéticas, como a relação entre os meios e os fins, entre o todo e as partes, e entre a necessidade e liberdade.

O objetivo da ditadura revolucionária do proletariado não é outorgar “liberdades políticas ilimitadas” aos contra-revolucionários, como se desprende da resolução do SU, ainda que essa colocação se esconda sob o manto das liberdades para todo mundo, mas esmagar os contra-revolucionários e desenvolver a revolução socialista à escala nacional e internacional. As liberdades outorgadas são meios, muito importantes, porém meios para o fim, que estão subordinados ao fim último de impor a revolução e destruir a contra-revolução. Então, entre os fins revolucionários e os meios, a democracia e as liberdades, estabe-

lece-se uma relação muito contraditória, que se deve reconhecer e tentar dominar, porém da qual não se pode fugir. A maioria do SU elimina de seu programa esta contradição; jamais fala que os fins revolucionários obrigam necessariamente a reduzir as liberdades democráticas.

Algo parecido ocorre com a famosa lei que o marxismo herdou de Hegel pela qual “a liberdade é consciência da necessidade”. Como nos ensina Trotsky, esta lei fundamental da dialética explica que a liberdade absoluta não existe; ao contrário, toda liberdade significa a compreensão, aceitação e desenvolvimento das necessidades. Alguém que sabe da necessidade provocada pela sede, bebe conscientemente as bebidas que podem fazer mais bem ao organismo e essa é a única liberdade real e humana. Nenhum homem normal praticaria a liberdade ridícula e absoluta de tomar qualquer tipo de líquido para acalmar a sede, para demonstrar que é livre. Essa seria uma liberdade demente. A ditadura revolucionária do proletariado, como uma greve ou toda luta operária, não ignora ou não deve ignorar essa relação dialética entre liberdade e necessidade. Nenhum marxista que se preze vai levantar “liberdade política ilimitada” para todos, especialmente para os contra-revolucionários, sem levar em conta o outro pólo fundamental da relação: as necessidades urgentes da ditadura revolucionária do proletariado. Outorgam-se aquelas liberdades que levem em conta (sejam conscientes) as necessidades urgentes da ditadura. Toda liberdade que não estabeleça esse vínculo com as necessidades revolucionárias seria como a liberdade do louco que toma urina ou água suja para demonstrar que é livre.

E, por último, a ditadura revolucionária do proletariado está submetida à lei marxista de que o todo subordina e condiciona as partes, sem negar que a parte, em determinados momentos, pode revolucionar ou superar o todo. Isso significa que a ditadura revolucionária operária subordina e condiciona as partes (os operários como indivíduos, os setores da classe etc).

Estas três leis da dialética aplicadas à ditadura operária podem ser combinadas para formular outra, muito mais geral: a utilização dos meios e da liberdade das partes (indivíduos, tendências e setores operários) estão condicionadas a fim de defender e desenvolver a revolução socialista, a necessidade imperiosa de derrotar a contra-revolução burguesa e imperialista e impor a ditadura revolucionária do proletariado. Em síntese: podem aspirar à *democracia e à liberdade* mais gerais somente aqueles setores que aceitem e reconheçam a imperiosa necessidade de defender a ditadura revolucionária e derrotar a contra-revolução.

Porém, o SU prefere não se complicar com a dialética; sua forma de raciocinar é muito simples: pega as categorias – socialismo, democracia e ditadura do proletariado –, põe-lhes atributos similares e as identifica à escala histórica. Socialismo e democracia significam ambos “liberdades ilimitadas” para todos os habitantes e uma nova civilização com um código penal muito superior a todos os conhecidos pelas sociedades bárbaras de classe. Bingo! Falar de socialismo é para nossos camaradas o mesmo que falar de democracia absoluta. Como a “ditadura do proletariado” é condição necessária para o surgimento de uma “democracia socialista”, “Democracia socialista e ditadura do proletariado” – como se chama sua resolução –, são idênticas e é justamente essa identidade que o SU trata de demonstrar em todo o documento.

Mas toda a concepção marxista deste século [20] baseia-se justamente na descoberta teórica de que a “democracia socialista” é uma categoria oposta, contraditória à de “ditadura do proletariado”. São dialeticamente opostas e historicamente relacionadas. A ditadura operária engendrará seu oposto, a “democracia socialista”, como a semente engendra a planta, negando-se a si própria. Porém, que uma categoria engendre sua oposta não quer dizer que sejam idênticas, como sustenta o SU.

O erro de identificar a “democracia socialista” com a “ditadura do proletariado” estende-se à mania de manejar unicamente

o princípio de identidade: “democracia soviética” é “democracia socialista”, com apenas uma diferença de termos.

Nestes, como em outros tantos conceitos, o SU recai no stalinismo. Foi justamente Stalin quem afirmou a mesma coisa em 1936. Ao definir a URSS, disse o seguinte: “a organização social que criamos, chame-se soviética ou socialista, não está completamente terminada, mas no fundo é uma organização socialista da sociedade”. Esta afirmação de Stalin colocava – como o SU – um sinal de igual entre “soviética e socialista” (o SU agrega democracia, porém identifica também os mesmos termos), e foi criticada por Trotsky com os mesmos argumentos que utilizamos para criticar a resolução:

...a organização social é qualificada de “soviética socialista”. Contudo, os soviets representam uma forma de Estado e o socialismo é um sistema social. *Longe de serem idênticos, estes termos, do ponto de vista que nos ocupa, são opostos: os soviets devem desaparecer à medida que a organização social se torne socialista*, assim como os andaimes são retirados ao término de uma construção.²¹²

O SU comete todos estes erros porque é incapaz de compreender que a ditadura do proletariado é uma etapa de transição que combina os velhos métodos bárbaros da sociedade de classes, da opressão classista e revolucionária, com os objetivos da liberação humana. Dito de outra forma, é obrigada a utilizar métodos bárbaros de coerção, repressão a setores da sociedade, aos agrupados política e socialmente na contra-revolução, para abrir caminho para uma sociedade humana, socialista, sem coerção nem repressão.

Os autores da resolução não entenderam Trotsky nem, em geral, o marxismo. Trotsky nos ensinou que o sistema socialista ou comunista futuro com liberdade ilimitada para todos é “outra

²¹² Trotsky, *La Revolución traicionada*, cit., p. 62.



coisa” completamente diferente do “sistema de transição”.

*A ditadura expressa a barbárie passada e não a cultura futura. Impõe, necessariamente, severas restrições a todas as atividades, compreendida a atividade espiritual. O programa da revolução via nisso, desde o começo, um mal necessário, e se propõe a eliminar pouco a pouco, à medida que o novo regime se consolide, todas as restrições à liberdade.*²¹³

A ditadura do proletariado, esse regime bárbaro, não pode dar “liberdade política ilimitada” desde o início, como disse o SU, mas, ao contrário, deverá aplicar “severas restrições a todas as atividades” para “eliminar pouco a pouco... todas as restrições à liberdade”.

RESUMO DE NOSSAS DIFERENÇAS

Não é estranho, então, que semelhante metodologia tão distante do marxismo – e da qual se gaba a maioria do SU em seu documento – seja o suporte de uma revisão sistemática do trotskismo.

Para que não restem dúvidas desta afirmação e, ao mesmo tempo, para que cada militante ou simpatizante saiba a que se ater, é necessário, antes de terminar nosso trabalho, resumir e enumerar as diferenças praticamente totais que temos com os companheiros do SU. Segundo tentamos explicar em nosso documento essas diferenças de princípio são as seguintes:

1. A primeira e principal diferença é nada menos que sobre o método do programa de transição. Esse método se caracteriza por ser uma combinação de tarefas diferentes que respondem às distintas situações concretas pelas quais passa a luta de classes em nível nacional e internacional. Essa é a razão pela qual o pro-

²¹³ Idem, p. 150.



grama transicional jamais gira em torno de uma só palavra de ordem, tarefa ou método, mas sempre é uma combinação dinâmica, mutável, um sistema de tarefas que se modifica de acordo com a situação concreta. É a encarnação da lei do desenvolvimento desigual e combinado; é um programa que se modifica tanto quanto a realidade; é dinâmico e sistemático.

Por isso, o programa de transição, assim como a teoria da revolução permanente ou a lei do desenvolvimento desigual e combinado, são atacados de duas formas: a burocrático-opportunista, que somente luta por tarefas mínimas ou democráticas com métodos de pressão; e a ultra-esquerdista, que só levanta as tarefas máximas como as únicas e imediatas e abandona as outras à sua sorte; preconizando sempre os métodos mais extremos (greve geral, guerrilhas etc).

Assim como historicamente jamais acontecem duas situações concretas iguais, tampouco há dois programas de transição idênticos para duas etapas ou dois países. A unidade dos programas é dada pelo objetivo de desenvolver a mobilização permanente dos trabalhadores, a tomada do poder pelo proletariado dirigido pelos partidos trotskistas por meio de uma revolução operária e o desenvolvimento da revolução socialista nacional e internacional. Fora esses objetivos históricos, que são os da teoria da revolução permanente, os programas mudam de país a país e a cada momento da luta de classes. O SU, em seu documento, ao colocar um programa estrito e idêntico para todos os países do mundo: “liberdades políticas ilimitadas” para os contra-revolucionários, está negando o método do programa de transição tanto quanto o stalinismo ao preconizar o unipartidarismo. Um verdadeiro trotskista não se casa com nenhuma bandeira absoluta, já que possui o método do programa de transição, que o obriga a modificar, sistematizar, mediatizar e relativizar as palavras de ordem de acordo com a situação concreta de cada etapa da luta de classes. Se disséssemos, como o SU, que desde os primeiros dias da ditadura do proletariado não haveria guerra civil e daríamos

as mais amplas liberdades aos partidos contra-revolucionários, estaríamos substituindo o programa de transição por um programa máximo de liberdades democráticas que não sabemos se se ajustará às distintas etapas da luta de classes. De palavras de ordem “episódicas e incidentais” transformam-se em absolutas e permanentes, não relativizadas de acordo com as necessidades da luta de classes e da defesa da ditadura do proletariado.

2. Este atentado ao método do programa de transição obriga a maioria do SU, ainda que não o diga, a questionar a teoria da revolução permanente. Ao fixar para todos os países do mundo exatamente o mesmo programa, pluripartidarismo absoluto, liberdades totais para os partidos contra-revolucionários e aplicação estrita de um código penal liberalíssimo e inviolável quando os contra-revolucionários iniciarem a guerra civil, o SU não só joga fora o método do programa de transição; mas também nega o conceito mais importante da teoria da revolução permanente, que sustenta que não há norma programática, constitucional, penal, nem instituição fixa, imutável e absoluta, à qual a mobilização permanente dos trabalhadores tenha que se subordinar ou se restringir. A teoria de Marx e Trotsky é justamente a oposta: a mobilização permanente dos trabalhadores não se detém ante norma alguma ou instituição de qualquer tipo que seja; ao contrário, faz todas as normas e instituições voarem pelo ar.

3. Dessa modificação substancial da teoria da revolução permanente surgem outras duas revisões de extrema gravidade.

A primeira, o abandono da revolução socialista contra o imperialismo e da ditadura proletária em nível mundial como a única premissa válida de construção do socialismo, que será em todo o globo ou não será. A resolução gira em torno de uma revolução e construção socialista nacionais em luta contra um capitalismo do mesmo tipo, que impõem e desenvolvem ditaduras proletárias que constroem o socialismo dentro de fronteiras nacionais. Nada demonstra melhor este desvio em direção à teoria stalinista de “construção do socialismo num só país” que a eliminação no

vocabulário da resolução de conceitos trotskistas imprescindíveis como “imperialismo”, “revolução socialista internacional”, “contra-revolução imperialista”, “ditadura mundial do proletariado”, “liquidação de todas as fronteiras nacionais como pré-requisito indispensável para a construção socialista”.

4. A segunda é o esquecimento, a subestimação, do papel decisivo da IV Internacional, tanto antes como depois da tomada do poder, no processo de realizar a revolução socialista internacional contra o imperialismo. O papel imprescindível de nossa Internacional e de todos os partidos trotskistas ou trotskizantes que, através de uma luta implacável contra os partidos social-democratas e stalinistas, consigam impor as ditaduras revolucionárias do proletariado, é ocupado na resolução por soviets e misteriosos partidos soviéticos, que tomam o poder e desenvolvem a ditadura do proletariado. Revisa-se, assim, a teoria leninista, enriquecida e complementada por Trotsky, que afirma que o único organismo que pode concretizar uma revolução social nos países capitalistas e uma revolução política nos Estados operários, que desemboque em uma ditadura do proletariado, é um partido bolchevique, sendo – portanto – nossa Internacional, a única organização que pode dirigir a revolução socialista contra o imperialismo.

5. Não assinala a luta sistemática contra o imperialismo como eixo central da política trotskista, como a única forma válida de iniciar a construção socialista, depois que este tenha sido derrotado. O imperialismo não existe na resolução nem como política, nem como contra-revolução, democracia, economia nem como nada.

6. Ao não compreender que, depois da tomada do poder, o proletariado deve encarar a luta contra o imperialismo, quer dizer, que a luta de classes intensifica-se, o SU recai na teoria da construção do socialismo num só país. Devido a isto, a resolução não delimita as duas etapas da ditadura do proletariado: a primeira, de revolução socialista em nível mundial, de derrotar o

imperialismo e de fortalecimento do governo operário; e uma segunda etapa, de construção socialista e debilidade da ditadura quando o imperialismo for derrotado. Tampouco assinala que na primeira etapa o desenvolvimento da revolução socialista se combina com tarefas de construção socialista. O SU dissolve tudo na tarefa de construir o socialismo em um país e se esquece da revolução socialista internacional.

7. Ao ignorar o enfrentamento mortal com o imperialismo, o SU enquadra tudo na perspectiva do desenvolvimento pacífico da revolução nas próximas décadas, contrapondo-a à perspectiva de uma época de “guerras, revoluções, crises” cada vez mais aguda, como prognosticou o marxismo revolucionário.

8. Não orienta o trotskismo para que cumpra uma de suas obrigações políticas mais importantes: ser a vanguarda na luta armada que deverá enfrentar a contra-revolução imperialista antes e depois da tomada do poder. Daí o abandono do terror vermelho.

Revisa totalmente a concepção leninista-trotskista da insurreição armada do proletariado que, devendo ser preparada e dirigida por um partido bolchevique, é a única forma de alcançar a ditadura revolucionária do proletariado. No lugar da insurreição armada, apresenta uma revolução socialista abstrata e pacífica, sem luta armada prévia e durante a tomada do poder, acaudilhada por sovietes com dirigentes sem nome, que se apossam do governo graças aos efeitos de demonstração e pedagógicos das bondades da democracia operária mais absoluta.

9. Em seu afã de defender a via pacífica, deve ser a primeira vez que num documento marxista dedicado à ditadura do proletariado e à guerra civil, não se toma como principal analogia as etapas de Cromwell e Robespierre. Ao contrário, toma como exemplos, ainda que sem nomear, os escritores de tratados de direito penal como a máxima expressão da política proletária em tempos de guerra civil. Isto leva o SU a querer submeter o julgamento dos contra-revolucionários que se levantem em armas

contra o poder operário e a guerra civil a um liberalíssimo código penal que proíbe recorrer aos conceitos de “delinquência retroativa” e de “responsabilidade de grupos sociais etc.”, no lugar da política marxista revolucionária de coerção e julgamento por razões políticas e sociais, dando cordas à iniciativa das massas.

10. Opõe-se à definição leninista e trotskista de ditadura revolucionária do proletariado, como um regime baseado na força para enfrentar a contra-revolução numa guerra frontal contra ela, para defender a “liberdade política ilimitada” para os contra-revolucionários.

11. Modifica a concepção de Lenin e Trotsky dos soviets e da ditadura, como organizações dos lutadores e revolucionários e do proletariado industrial, para defini-los como órgãos estatais onde toda a população participa, incluída a contra-revolucionária.

12. Abandona completamente a propaganda de defesa dos Estados e ditaduras operárias existentes – infinitamente mais progressiva que a democracia burguesa – para afirmar, capitulando à opinião pública democrático-burguesa, que a “democracia proletária” na China de Mao tem sido igual à existente na China de Jiang Jieshe e que no Vietnã ocorreu o mesmo: a democracia operária sob a ocupação francesa e estadunidense era a mesma que existe atualmente sob a ditadura proletária. Não contente com isto, afirma que há mais “direitos democráticos” nos países imperialistas que nos Estados operários deformados e degenerados.

13. Abandona o programa trotskista de revolução política na URSS e nos Estados operários burocratizados, que defende o pluripartidarismo unicamente para os partidos soviéticos, quer dizer, os partidos que o soviete tenha resolvido legalizar por maioria; em troca disso, propõe dar a todos os partidos, incluídos os contra-revolucionários, a mais absoluta liberdade e legalidade política.

14. Deixa de lado, definitivamente e como mais uma consequência do fato de ignorar o imperialismo, a definição leninista da democracia burguesa como democracia imperialista, para

cair na definição ultra-esquerdista da democracia burguesa em geral, categoria que confunde ou iguala a democracia dos países imperialistas com a dos países coloniais e semicoloniais.

15. Abandona, para antes da conquista do poder, a combinação de tarefas e instituições democrático-burguesas e operárias na mobilização proletária em luta contra a contra-revolução imperialista, característica do trotskismo, para levantar a posição ultra-esquerdista de defesa exclusiva das instituições e tarefas operárias.

16. Abandona a definição marxista dos partidos políticos como representantes de classes ou setores de classes, para dar uma definição de tipo demográfico e racionalista.

17. Joga no lixo a teoria da Internacional Comunista e do trotskismo, que defende que os partidos operários se dividem essencialmente em dois tipos: os oportunistas e reformistas, representantes de setores burocráticos e privilegiados do movimento operário, agentes diretos ou indiretos do imperialismo, por um lado; e os trotskistas, os únicos partidos operários autenticamente internacionalistas e revolucionários, por outro. Em seu lugar, abre um leque indeterminado de partidos operários de sexo indefinido. Ao não precisar categoricamente esses dois pólos políticos do movimento operário, perde qualquer possibilidade de caracterizar corretamente as organizações ultra-esquerdistas e centristas, que definimos como progressivas, ao se orientarem para o trotskismo, e regressivas, ao se inclinarem para os partidos operários contra-revolucionários.

18. Acaba, assim, em uma resolução que mascara o sinistro papel contra-revolucionário dos partidos social-democratas e stalinistas, tanto na atualidade como nas primeiras etapas da ditadura revolucionária do proletariado. Como consequência, não prepara nossos partidos para a batalha frontal, em todos os terrenos, com as burocracias contra-revolucionárias. E isto é ainda mais grave quando sabemos que essa luta acontecerá inexoravelmente e é a mais importante que devemos realizar no interior do movimento operário.



A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

19. Atira pela janela o método dialético ao preconizar normas e instituições absolutas ao invés de relativizá-las aos fins e às necessidades da ditadura revolucionária do proletariado e ao desenvolvimento da revolução socialista internacional contra o imperialismo. Assim, descartam as leis fundamentais da dialética marxista no que diz respeito às relações contraditórias entre fins e meios, necessidade e liberdade, todo e partes, forma e conteúdo. Em seu lugar, utiliza um método formal, onde tudo é consequência do desenvolvimento das liberdades e direitos mais absolutos para todo o mundo, sem relação alguma com os fins e as necessidades da ditadura proletária.

20. Questiona, sem dizê-lo abertamente, toda a política que Lenin e Trotsky aplicaram no poder, já que eles fizeram tudo ao contrário do que a resolução prescreve como norma obrigatória para a ditadura do proletariado.

21. Renega nos fatos a política que Trotsky levantou para a URSS até 1934. O eixo dessa política era a defesa incondicional do monopólio do poder estatal pelo PC, o regime unipartidário e a ilegalidade dos mencheviques e social-revolucionários. Contra essa posição histórica de Trotsky e dos trotskistas, a resolução sustenta que sempre, a todo o momento, sob a ditadura do proletariado, deve existir um sistema pluripartidário. A única exceção aceita – para as épocas de guerra civil – deve estar regulamentada por um estrito e liberalíssimo código penal.

AS SETE CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

A concepção de tipo jurídico, formal, que caracteriza as teses, leva a que em nenhuma parte se assinala qual é o conteúdo da ditadura do proletariado, sua função. Para que a queremos? Ou, mais precisamente, necessitamos dela?

Para o SU, depois da tomada do poder, desaparece a mo-



bilização e a revolução permanente como o objetivo supremo. Assim, os autores da resolução delineiam uma ditadura do proletariado sem um objetivo político preciso e determinante. Para eles, o mais importante é o mecanismo automático da democracia mais absoluta de tipo soviético, as tarefas defensivas de “impedir que se restabeleça a propriedade privada” e o objetivo, reiterado sistematicamente de “construção socialista”. O SU não diz nenhuma vez que se deve continuar lutando pela revolução socialista internacional contra o imperialismo.

Nós sustentamos com toda clareza que a ditadura revolucionária do proletariado é a organização e o domínio do Estado pela classe operária para continuar desenvolvendo a revolução socialista nacional e internacional. Nós a queremos e a necessitamos para isso; para desenvolver a mobilização permanente dos trabalhadores até o triunfo da revolução socialista em todo o planeta.

Baseado em tudo o que dissemos, podemos resumir brevemente as sete características essenciais da ditadura revolucionária do proletariado e que, para nós, surgem deste objetivo e das críticas que fizemos:

1. A ditadura do proletariado, acaudilhada por um partido trotskista ou trotskizante, em sua primeira etapa do enfrentamento com a contra-revolução imperialista, tem como tarefa principal impulsionar a revolução em nível mundial contra o imperialismo. Esta tarefa principal se combina e a ela está subordinada a tarefa de assentar as bases do socialismo, com a planificação da economia, um impetuoso desenvolvimento das forças produtivas e do consumo das massas, através dos soviets, do controle operário e/ou qualquer outra forma de auto-organização dos operários e das massas, a que educá-las na gestão da nova sociedade e na mobilização permanente contra o imperialismo e a influência dos exploradores.

2. Esta auto-organização parte da estrutura econômica, produtiva, tem como eixo as maiores e mais modernas fábricas e o

proletariado industrial, sem nenhum caráter territorial ou popular em sua organização básica.

3. Não é de *todo* o proletariado nem de *todas* as massas trabalhadoras mas da maioria dos proletários e trabalhadores que se mobilizarem para impulsionar a revolução e os soviets revolucionários.

4. Impera a mais estrita disciplina de classe, que impõe deveres e obrigações severas, a tal ponto que aqueles que não a acatem, ainda que sejam operários, serão reprimidos a fim de obrigá-los a cumprir as resoluções do poder operário.

5. Tem à sua frente um partido revolucionário marxista internacionalista, que está disposto a tudo para alcançar o triunfo da revolução mundial. Nesse sentido, podemos dizer que deve ser um partido trotskista ou trotskizante.

6. Há a mais ampla democracia só para o proletariado industrial e os trabalhadores revolucionários, quer dizer, para todos os que acatam e lutam pelas resoluções adotadas pela classe operária revolucionária no poder. Só estes setores têm o direito mais absoluto, como operários ou trabalhadores individuais, de criticar em todos os organismos e reuniões do movimento operário e revolucionário qualquer resolução política sem que possam ser coagidos ou reprimidos. Este direito *individual* de todo operário ou trabalhador revolucionário é absoluto e total. Dependerá da situação da ditadura operária que esse direito individual absoluto se transforme em direito de tendência ou em pluripartidarismo revolucionário ou soviético, ainda que o princípio geral programático seja o de pluripartidarismo soviético, o que significa que o soviete revolucionário é que legaliza ou não, por maioria, os partidos que reivindicam sua legalidade.

7. As seis características anteriores não significam de forma alguma que, sempre e a todo o momento, os opositores, burgueses e operários da ditadura revolucionária do proletariado serão reprimidos ou serão aplicadas medidas coercitivas. A tendência oposta é a verdadeira: sem que seja criado um precedente, nem

seja um “imperativo categórico”, a ditadura revolucionária do proletariado tenderá a dar as mais amplas liberdades de imprensa, opinião, reunião, ideológicas, propagandísticas e políticas, sempre que as tremendas condições da luta revolucionária contra o imperialismo mundial o permitam. Essa tendência deve ser acentuada em relação a todos os setores do movimento operário e dos trabalhadores, mesmo que objetivamente sirvam a partidos contra-revolucionários.

Bogotá, julho de 1978



ÍNDICE REMISSIVO

- África**, 51.
Alemanha, 89, 94, 144, 199, 225, 226, 233, 253, 254.
Allende, Salvador 104, 107, 146, 165.
América Latina, 51, 100, 103.
anarquismo, **anarquistas**, 83, 126, 150-153, 158, 214, 219, 237.
Angola, 96.
Argélia, 129.
aristocracia operária, 88, 97, 112, 179, 183-185, 194-196, 202-204, 206, 224, 225, 235, 255, 268, 270, 271.
Ásia, 51, 225.
Assembléia Constituinte, 216.
Austria, 177, 226.
autodeterminação, 145, 146, 184, 246, 274, 275.
- Batista**, Fulgencio, 108, 109.
Bernstein, Eduard, 201.
Bill of Rights, 138, 139.
Bolívar, Simón, 78, 79.
Bolívia, 107.
Bukharin, Nikolai, 265.
burocracia, 51, 54, 112, 113, 123, 136, 143, 145, 168, 171, 179, 182-185, 194-196, 203, 204, 206, 207, 213, 224, 225, 232, 233, 235, 237, 239, 243-245, 256, 263-272, 276, 278, 283, 293.
- burocracia** (cont.),
soviética, 184, 266.
operária, 194, 195, 224, 245, 268, 270.
- Camboja**, 245, 246.
Carr, Edward H., 74, 75, 77, 261n.
Carrillo, Santiago, **carrillismo**, 41.
Castro, Fidel, **castrismo**, 103, 239.
centralismo, 65, 124, 125, 126.
Chile, 81, 94-97, 104-107, 146.
China, 101, 103, 110, 114n, 121-123.
COB (*Central Obrera Boliviana*), 212.
colaboração de classes, 143.
Colômbia, 122.
colônias, **semicolônias**, 97, 145.
Comisiones Obreras, 212.
comitê anglo-russo, 157.
comitês de fábrica, 123, 156, 157, 162, 175, 176, 180, 212.
Comuna de Paris, 129, 185-188.
contra-revolução, 48, 61, 69-71, 77, 80, 86-88, 90, 91, 93, 94, 97-100, 102, 104, 106-109, 112-114, 126, 133, 135, 142, 152, 155, 159, 164, 165, 179, 198, 201, 203, 208, 212, 227, 232, 241, 242, 250, 268, 275, 279, 282, 283, 285, 286, 290-293, 295.
controle operário, 105, 106, 140, 164, 240, 295.
Coréia do Norte, 103.



Costa Rica, 122.
Cromwell, Oliver, 71, 72, 79, 80, 291.

delinqüência retroativa, 48, 68, 71, 73, 76, 77, 81-83, 108.
democracia, 78, 80, 85, 115, 119-123, 125-128, 130, 131, 138, 139, 141-145, 165, 167, 170-172, 191, 192, 206, 207, 213, 214, 222, 237, 244, 245, 249, 261, 275, 278, 279, 283, 285, 286, 290, 295, 296.
 burguesa, 123, 130-132, 140-145, 163, 164, 168, 205, 215, 244, 292, 293.
 operária/proletária, 106, 119-125, 128, 131, 132, 140-143, 163, 164, 168, 200, 230, 231, 244, 285, 291, 292.
 socialista, 49, 214, 285, 286.

direitos humanos, 78, 144.
dualidade de poder, poder dual, 105, 106, 140, 141, 163, 273.
Dzerzhinsky, Felix, 76.

Ebert, Friedrich, 165.
Engels, Friedrich, 57, 252, 267, 268.
Espanha, 54, 81, 94, 104-107, 152, 212, 226, 237.
Estado, 57, 60, 65, 69, 79, 105, 112, 124, 126, 140, 142, 149, 151-154, 159, 166, 169-172, 181, 182, 192, 193, 208, 227, 229, 233-235, 239, 243, 251, 252, 256, 257, 259, 261, 265-267, 270, 272, 274-276, 278, 279, 286, 295.
 administração do, 194, 278.
 aparato estatal, 104, 136, 181, 209.
 burguês, 89, 102, 130, 136, 137, 140, 147, 151, 154, 229, 232, 256, 257.
 burocratizado, 54, 64, 112, 167, 195, 230, 236, 243, 244, 246, 247.
 deformado, 113, 204, 207, 239, 240, 244, 292.

Estado (cont.),
 degenerado, 224, 225, 243, 292,
 operário, 42, 52, 54, 56, 60, 68, 70, 73, 81, 89, 99, 102, 110, 112-115, 132, 134-137, 143, 144, 166-168, 172, 180, 182, 194, 195, 203, 208, 209, 232-236, 241, 242, 244-247, 253, 255, 258, 260, 262, 264, 267, 268, 271-273, 275, 276, 290, 292.
 soviético, 214, 267.
 totalitário, 112.
EUA, 51, 94, 96, 108, 109, 138, 139, 144, 146, 244.
curocomunismo, 41-43, 51, 60, 61, 62, 114.
Exército Vermelho, 72, 76, 103, 151, 155, 167, 201, 262.

fascismo, bandos fascistas, 61, 85, 86, 98, 139, 141, 144.
forças armadas, 96, 97.
forças produtivas, 113, 120, 147, 152, 153, 155, 257-259, 264-267, 270, 274, 279, 295.
França, 94, 96, 98, 104, 144, 137, 152, 153, 158.
Franco, Francisco, 48, 81, 82, 87, 165.
Frank, Pierre, 242.
frente única, 99, 105-107, 113, 143, 154, 186, 201, 212, 217, 218.

governo operário e camponês, 237-239, 241, 242.
guerra civil, 43, 44, 56, 58, 64, 65, 69, 71, 72, 74-77, 80, 83, 86, 100-103, 108, 110, 147, 167, 206, 273, 281, 283, 288, 289, 291, 292, 294.
guerra mundial, 93, 242.
 Primeira, 210.
 Segunda, 103, 113, 237, 254, 270.
guerrilha, 60, 100, 103, 243, 288.
Guevara, Ernesto “Che”, 60, 239.





Hitler, Adolf, 86, 89.

Hoxa, Enver, 239.

Hungria, 245.

II Internacional, 260.

III Internacional, Internacional

Comunista, 60, 169, 186, 195, 196, 217, 221, 230, 293.

IV Internacional, 59-61, 64, 66, 70, 81, 82, 146, 173, 191, 195, 197, 199, 204, 210-212, 239, 242, 246, 290.

imperialismo, 43, 51-55, 58, 60, 64, 81, 94, 95, 98, 99, 103, 109, 111-115, 123, 124, 144-146, 152, 160, 166, 171-173, 179, 195, 196, 218, 236, 237, 239, 241-244, 246, 247, 253-259, 262-278, 289-295, 297.

Índia, 96.

Inglaterra, 128, 129, 252.

Irã, 47, 48, 56, 67, 81, 82, 87, 102, 144, 201.

Iugoslávia, 103, 237.

Japão, 96, 114.

Jefferson, Thomas, 79.

Jiang Jieshi, 121-123, 144, 192.

Kaustky, Karl, 66, 182, 187, 216.

Kronstadt, 111, 218.

kulak, 76, 183, 204, 206.

Labour Party, 126-129.

La Commune, 187, 188.

La Gauche, 146.

Lafargue, Paul, 129, 130.

Lenin, Vladimir, 55, 57, 58, 60, 61, 63, 65, 66, 72-79, 84, 89, 101, 125, 126, 154, 155, 157, 175, 176, 178, 179, 181, 186, 187, 194, 195, 198, 202, 209, 213-218, 220, 229, 230, 232-237, 241, 242, 253-255, 259, 261, 262, 267, 268, 274, 275, 278, 292, 294.

Leninbund, 222.

Leste europeu, 53, 103, 110, 237.

liberdade, 43-45, 47, 52, 53, 55-59, 62, 63, 67-70, 79, 81, 83-86, 103, 106, 108, 111, 117-121, 123, 124, 126, 128, 130-136, 138, 139, 141, 144, 151, 152, 180, 183, 184, 200, 204-207, 213, 214, 216, 221-224, 237, 251, 254, 262, 272, 275-277, 279, 281-289, 292, 294.

científica e artística, 133, 134, 276, 277.

de imprensa, 58, 117-119, 122, 123, 134, 135, 137, 138, 215, 222, 223, 297.

de organização, 56, 68, 132, 134, 200, 205, 222.

formal, 52, 117, 123.

lógica dialética, 150.

Mandel, Ernest, 163-165, 176, 200n, 213-215, 217, 223, 224, 226, 242, 281.

Mao Zedong, 121-123, 239, 241, 242, 244, 292.

Martov, Julius, 66, 215, 216.

Marx, Karl, 55, 120, 129, 149, 188, 236, 251-253, 262, 267, 268, 272, 274, 289.

monopólio do comércio exterior, 134, 155.

Mussolini, Benito, 72, 165, 234.

NEP (Nova Política Econômica), 218.

Nicarágua, 81, 87.

Novack, George, 70.

Oposição de Esquerda, 59, 221.

Pablo, Michel, 239, 242.

Paraguai, 96.

parlamentarismo, 181, 161.

partido, 54, 64, 65, 68, 84, 88, 108, 111, 122, 125, 127-130, 133, 135, 143, 149-151, 153-158, 160-162, 166-170, 173, 175, 182, 183, 186, 188, 192, 195, 196-199, 200n, 201-205, 207-210,





partido (cont.), 212-214, 218-221, 224-228, 241, 290, 291, 295, 296.

Partido Cadete, 74, 205, 224.

Partido Socialista Independente, 199.

Partido Social-Revolucionário (SR), 175, 198, 206, 219.

Partido Comunista (PC), 42.

da URSS (PCUS), 63, 198.

Espanhol (PCE), 41.

Francês (PCF), 186, 187.

Pinochet, Augusto, 48, 56, 81, 82, 107, 114n, 144, 165.

planificação, 52, 277, 295.

pluripartidarismo, 55, 62, 199, 201-203, 207, 228, 289, 292, 296.

Processos de Moscou, 54.

propriedade, 56, 69, 112, 117, 121, 240, 241, 253, 255, 257, 295.

Quebracho (Liborio Justo), 85, 91.

reformismo, reformas, reformista, 41, 55, 64, 96-100, 104-107, 134, 143-145, 161, 163, 164, 181, 182, 194, 198, 199, 218, 227, 233, 235, 236, 239-242, 260, 273, 274, 276, 282, 293.

regime, 48, 52-54, 120-124, 135, 143, 144, 152, 155, 156, 169, 171, 183, 207, 213, 221, 222, 225, 226, 253, 255, 256, 260, 262, 263, 265, 272, 275, 287, 292, 294.

relações de produção, 120, 156, 133-135, 240, 241, 257, 277.

relações de propriedade, 255.

restauração capitalista, 69, 110-112, 115, 135, 207.

revolução chinesa, 121, 123, 124, 157.

revolução cubana, 60, 103.

revolução francesa, 74, 78, 79, 148, 186, 193, 258.

revolução inglesa, 72, 148, 193.

revolução permanente, 124, 165, 166, 198, 267, 295.

teoria, 147, 149, 153, 256, 288, 289.

revolução política, 110, 115, 124, 206, 223, 224, 233, 236, 245, 247, 271, 290, 292.

revolução russa, 57, 78, 126, 136, 154, 157, 158, 167, 175, 178, 198, 206, 209, 224, 226, 230, 232, 239, 240, 241, 251, 253, 254, 256, 258, 265, 270, 274, 275.

revolução social, 218, 233, 250, 271, 273, 290.

Rússia, 101, 103, 114n, 131, 138, 140, 198, 201, 215, 218, 225, 230, 232, 237, 253, 254, 270.

Salazar, António, 48, 81, 87.

social-democracia, 42, 142, 143, 191, 194, 196, 198, 244.

Somoza, Anastasio, 48, 56, 81, 87, 144.

Stalin, Joseph, 165, 169, 196, 198, 235, 236, 262, 266, 286.

SWP (*Socialist Workers Party*), 138, 146.

Tchecoslováquia, 54, 245.

Tcheka, 75, 76, 77, 215, 262.

Terror vermelho, 73, 77, 215, 216, 291.

Tito, Josip Broz, 239.

Toledano, Vicente, 136, 137.

transição, 134, 142, 158, 159, 163, 171, 198, 233-235, 251, 254, 261, 273-277, 279, 286-289.

ultra-esquerdismo, ultra-esquerdistas, 62, 94, 140, 158, 176, 211, 215-217, 293.

URSS, 53, 54, 81, 99, 109, 110, 113, 114n, 132, 155, 167, 183, 204-206, 213, 217-219, 223-225, 231, 234, 236, 237, 239, 242, 245, 255, 258, 260, 261, 264, 265, 270, 275, 286, 292, 294.

Venezuela, 79, 122, 244.

Vietnã, 101, 103, 121, 123, 231, 237, 245, 246, 292.





Próximos lançamentos

Leon Trotsky
História da Revolução Russa
três tomos

Pierre Broué
História da Internacional Comunista
dois tomos

Nahuel Moreno
O Partido e a revolução
nova edição, revisada



Outras obras publicadas

Teoria e organização do partido

Lênin, Trotsky e Moreno

224 páginas, ISBN 85-99156-08-X

A revolução traída

Leon Trotsky

278 páginas, ISBN 85-99156-04-7

O Estado e a revolução seguido de A revolução proletária e o renegado Kautsky

V. I. Lenin

240 páginas, ISBN 85-99156-02-0

Histórias das internacionais socialistas

Alicia Sagra

198 páginas, ISBN 85-98892-02-5

As revoluções do século XX

Nahuel Moreno

111 Páginas, ISBN 85-903897-2-3

Do socialismo utópico ao socialismo científico

Friedrich Engels

84 páginas, ISBN 85-903897-4-X

Vendas pela internet em www.editorasundermann.com.br





1ª edição [2007]

Para a composição deste livro foi usada, no corpo de texto, a fonte Perpetua com tamanho 13 pt e entrelinhas de 14 pt. Para cabeçalhos, títulos, subtítulos e chamadas de notas de rodapé, utilizou-se a fonte Geometrix Black.

A impressão ficou a cargo da Bartira Gráfica e Editora S/A de São Paulo, Brasil e realizou-se em papel ofsete 75 g/m² fornecido pela própria gráfica.

Esta primeira edição tem tiragem de 2000 exemplares.

Impresso em fevereiro de 2007.

